



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA REGIONAL

Sebastião Genicarlos dos Santos

Orientador: Gustavo Acioli Lopes

Matriz africana: experiências históricas e culturais da população negra no Seridó colonial (1720 – 1822).

Recife, PE

2025

SEBASTIÃO GENICARLOS DOS SANTOS

MATRIZ AFRICANA: EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS E CULTURAIS DA
POPULAÇÃO NEGRA NO SERIDÓ COLONIAL (1720 – 1822)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal Rural de Pernambuco,
como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor
em História

ORIENTADOR: GUSTAVO ACIOLI LOPES

Recife, PE

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação Sistema
Integrado de Bibliotecas da UFRPE Bibliotecário(a): Suely
Manzi – CRB-4 809

S237m Santos, Sebastião Genicarlos dos.

Matriz africana: experiências históricas e culturais da
população negra no Seridó colonial (1720 – 1822) / Sebastião
Genicarlos dos Santos. – Recife, 2025.

206 f.; il.

Orientador(a): Gustavo Acioli Lopes.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural de
Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife,
BR-PE, 2026.

Inclui referências.

1. Seridó, Região do (PB). 2. Africanos - Aspectos sociais . 3.
Oceano Atlântico. 4. Condições políticas 5. Aspectos culturais.
I. Lopes, Gustavo Acioli, orient. II. Título

CDD 981

MATRIZ AFRICANA: EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS E CULTURAIS DA
POPULAÇÃO NEGRA NO SERIDÓ COLONIAL (1720 – 1822)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal Rural de Pernambuco,
como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor
em História

BANCA EXAMINADORA

Dr. Gustavo Acioli Lopes (UFRPE) – Orientador

Dr. Gian Carlo de Melo Silva (UFRPE) – Avaliador interno

Dra. Maria Emília Vasconcelos dos Santos (UFRPE) – Avaliadora interna

Dra. Solange Pereira da Rocha (UFPB) – Avaliadora externa

Dr. Eduardo França Paiva (UFMG) – Avaliador externo

À memória de minha irmã, Naiara. Que no dia 19 de julho de 2024 partiu serenamente, enquanto eu, desesperado e banhado em lágrimas, segurava sua mão.

“Papéis sem conta
Sobre a minha mesa
O vento espalha as cinzas que deixei
Em forma de poemas antigos
Relidos
Perdido enfim, confesso
Até chorei
Nada mais importa
Você passou
Meu samba sem razão
Se acabou
Um sonho foi desfeito
Alguma coisa diz
Preciso abandonar
Os versos que já fiz

Nada de novo
Capaz de despertar
Minha alegria
O sol, o céu, a rua
Um beijo frio, um ex-amor
Alguém partiu, alguém ficou
...”

(Paulinho da Viola – Nada de novo)

AGRADECIMENTOS

“Com a graça de Deus é que eu me guio”.

Agradeço a Deus, inicialmente, por ser meu refúgio e minha fortaleza, em quem posso confiar. Creio, de verdade, que ele que me ajudou até aqui, e que me deu forças para ir avante, mesmo nos momentos em que, à sombra da neurose, estive a um passo de desistir. Devo muito ao povo lá de casa, minha mulher Cacia Maciel (Bebete Vambora), por ter sempre me apoiado quando a coisa estava realmente muito difícil. Meu filho Isaque, garoto esperto, sempre disposto a ouvir mais uma história. Rafaela, minha caçula e parceira de escrita, pelas vezes em que tomando minha frente, meteu as mãos no teclado e disse “papai agoa vou esquecer a tese com você”. Meus pais Zilda e Jeronimo (um negão que também é chamado de Massa Bruta) muito incentivaram minha trajetória, ambos são analfabetos, porém o doutorado não me dá metade da sabedoria que têm. Gratidão. Meus irmãos Gilson e David muito se orgulham pelas conquistas que tenho feito.

No Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PGH-UFRPE), fui muito bem acolhido e aqui expresso meus agradecimentos, especialmente ao Professor Gustavo Acioli, meu orientador, pessoa generosa e amiga, que se dispôs (com grande paciência, tino e sabedoria) a me guiar na realização da pesquisa e escrita desta tese.

Contei com o auxílio de muita gente boa ao longo de minha trajetória de pesquisa e escrita. Helder Macedo, amigo e professor, pôs a meu dispor muitíssima documentação, sem qual seria impossível efetivar o trabalho, da mesma forma Gracineide Pereira, minha amiga desde os tempos da graduação, compartilhou um banco de dados completo com os registros óbitos que utilizei. O pessoal do Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC) do CERES-UFRN é digno de todo reconhecimento pelo excelente trabalho que tem feito ao digitalizar e compartilhar diversas tipologias de fontes históricas. Já o historiador Gabriel Freire leu versões preliminares do texto e me ajudou a colocar as coisas nos trilhos no que se refere à ABNT.

Sou grato também Lis Meira (keridona, portadora da felicidade) e Marília Lima (a Baronesa de Água Branca), pelo muito que compartilhamos. São historiadoras de alto nível, de quem tive o privilégio de me tornar amigo no doutorado. Para elas eu tiro o chapéu. Aressa Maira (amigona), minha Comadre Laísa Farias (amiga de sonho e som, acabou de se tornar doutora em educação, mas de longa data é doutora em “ciências ocultas, filosofia dramática, pediatria charlatânica, biologia dogmática e astrologia eletrônica”) e Julie Cavignac (minha madrinha na UFRN) merecem uma palavra de gratidão pelo apoio e incentivo incontestes. Não esqueço de vocês!

De modo especial agradeço aos professores Gian Carlo de Melo Silva e Solange Pereira da Rocha, que compuseram a banca do exame de qualificação e trouxeram contribuições de grande importância. Igualmente agradeço aqueles que se dispuseram a

participar da banca de defesa, os já citados Gian Carlo de Melo Silva e Solange Pereira da Rocha, além Eduardo França Paiva e Maria Emília Vasconcelos dos Santos.

Por fim, agradeço ao povo da Comunidade Quilombola de Boa Vista dos Negros, minha casa, meu lugar, minha torre. “Amarradão na torre dá pra ir pro mundo inteiro e onde quer que eu vá no mundo vejo minha torre, é só balançar, que a corda me leva de volta pra ela”.

Resumo

A presente tese busca compreender, no contexto da sociedade colonial, as formas inserção e modos de viver da população identificada como negra da região Seridó, espaço sertanejo, situado no limiar das capitanias do Rio Grande e Paraíba. A abordagem recai sobre o grupo estudado de maneira abrangente, isto é, o interesse engloba todas as possibilidades de condição jurídica (cativos, libertos e livres) entre 1720 e 1820. Busca aprofundar o conhecimento acerca do grupo pesquisado, rompendo com visões estereotipadas ou mal fundamentadas que se relacionam a uma tripla estigmatização: inexpressivo contingente de pessoas de ascendência africana na região, passividade dos cativos e demais pessoas identificadas como negras, quase exclusividade de lusitanos e seus descendentes na configuração cultural e política seridoense. Neste sentido, o recorte cronológico se justifica por abarcar desde o momento no qual a região ganha definitivamente feições coloniais, passando pelas transformações econômicas e sociais ocorridas ao longo do tempo, até a emancipação do Brasil frente a Portugal, o que propiciou novos parâmetros de relações políticas e sociais. Não deixa de considerar as conexões com as regiões vizinhas e com os demais espaços do “Mundo Atlântico”, bem como, defende a ideia de que as vivências e experiências de mulheres e homens de ascendência africana no Seridó colonial possuem especificidades que ainda carecem de ser elucidadas, além de terem contribuído significativamente para a construção da região enquanto palco de relações sociais, culturais e políticas. Portanto, o ponto central do presente trabalho é a compreensão de como os africanos e seus descendentes, que experienciaram a vida no lugar em pauta, puderam resistir a um contexto opressivo, construir expectativas de vida e agenciar, na medida do possível, a efetivação das mesmas. Assim, coloca à prova a hipótese daqueles sujeitos e grupos como colonizadores e não como massa passiva de trabalhadoras e trabalhadores. Espera-se, desta forma, contribuir para uma melhor compreensão dos processos históricos de que foi partícipe a população seridoense, sobretudo aquela identificada como negra.

Palavras-chave: Seridó. População de matriz africana. Mundo Atlântico. Processos culturais e políticos. Relações sociais.

Abstract

This thesis seeks to understand, within the context of colonial society, the forms of integration and ways of life of the population identified as Black in the Seridó region, a backcountry region located on the threshold of the captaincies of Rio Grande and Paraíba. The study focuses on the group studied comprehensively, encompassing all legal statuses (captives, freedmen, and free) between 1720 and 1820. It seeks to deepen knowledge about the group under study, breaking with stereotypical or ill-founded views related to a triple stigmatization: the insignificant contingent of people of African descent in the region; the passivity of captives and other people identified as Black; and the near exclusivity of Lusitanians and their descendants in the cultural and political configuration of Seridó. In this sense, the chronological framework is justified by covering the period from the moment in which the region definitively acquired colonial features, through the economic and social transformations that occurred over time, until the emancipation of Brazil from Portugal, which provided new parameters for political and social relations. Does not fail to consider connections with neighboring regions and other spaces in the "Atlantic World." It also defends the idea that the experiences of women and men of African descent in colonial Seridó have specificities that still need to be elucidated, in addition to having contributed significantly to the development of the region as a stage for social, cultural, and political relations. Therefore, the central focus of this work is to understand how Africans and their descendants, who experienced life in the region in question, were able to resist an oppressive context, build life expectations, and manage, to the extent possible, their realization. Thus, it tests the hypothesis of these individuals and groups as colonizers and not as a passive mass of workers. In this way, it is hoped to contribute to a better understanding of the historical processes in which the Seridó population participated, especially those identified as Black.

Keywords: Seridó. Population of African descent. Atlantic World. Cultural and political processes. Social relations.

Resumen

Esta tesis busca comprender, en el contexto de la sociedad colonial, las formas de integración y los modos de vida de la población identificada como negra en la región de Seridó, una región sertaneja ubicada en el límite de las capitanías de Río Grande y Paraíba. El estudio se centra en el grupo estudiado de forma integral, abarcando todos los estatus legales (cautivos, libertos y libres) entre 1720 y 1820. Busca profundizar en el conocimiento del grupo en estudio, rompiendo con visiones estereotipadas o infundadas relacionadas con una triple estigmatización: el contingente insignificante de personas afrodescendientes en la región; la pasividad de los cautivos y otras personas identificadas como negras; y la casi exclusividad de los lusitanos y sus descendientes en la configuración cultural y política de Seridó. En este sentido, el marco cronológico se justifica al abarcar el período desde el momento en que la región adquirió definitivamente rasgos coloniales, pasando por las transformaciones económicas y sociales ocurridas a lo largo del tiempo, hasta la emancipación de Brasil de Portugal, que proporcionó nuevos parámetros para las relaciones políticas y sociales. También considera las conexiones con regiones vecinas y otros espacios del "Mundo Atlántico". Defiende la idea de que las experiencias de mujeres y hombres afrodescendientes en el Seridó colonial presentan especificidades que aún deben dilucidarse, además de haber contribuido significativamente al desarrollo de la región como escenario de relaciones sociales, culturales y políticas. Por lo tanto, el enfoque central de este trabajo es comprender cómo los africanos y sus descendientes, que experimentaron la vida en la región en cuestión, lograron resistir un contexto opresivo, construir expectativas de vida y gestionar, en la medida de lo posible, su realización. De este modo, se pone a prueba la hipótesis de estos individuos y grupos como colonizadores y no como una masa pasiva de trabajadores. De esta manera, se espera contribuir a una mejor comprensión de los procesos históricos en los que participó la población Seridó, especialmente aquellos identificados como negros. Palabras clave: Seridó. Población afrodescendiente. Mundo Atlántico. Procesos culturales y políticos. Relaciones sociales.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – População africana no Seridó entre 1737 e 1810.....	91
Gráfico 2 – Composição social do Seridó a partir dos registros de enterramentos (1789–1822)	111
Gráfico 3 – Composição social do Seridó a partir dos registros de batismos (1803–1806)	116
Gráfico 4 – Composição social do Seridó a partir dos registros de óbitos (1803–1806).....	117
Imagem 1 – Fragmento do inventário post-mortem de Crispim de Andrade.....	74
Imagem 2 – Trecho da Carta de Alforria e Liberdade de Antonio, do “Gentio de Angola”	106
Imagem 3 – Registro de enterramento da Preta Marcela, do Gentio de Ingola.....	109
Imagem 4 – Registro de enterramento do Preto Forro Joaquim, de Nação Angola.....	109
Mapa 1 – Rio Grande do Norte, com destaque para os limites da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (1801).....	31
Mapa 2 – Principais regiões do comércio de escravos em África.....	88
Quadro 1 – Presença de Ardas e Minas nos inventários post-mortem e nos registros de batismos e óbitos	86
Quadro 2 – Qualificações de Caetano Soares Pereira de Santiago em justificações de dívida da Comarca de Caicó.....	156
Quadro 3 – Alforrias conquistadas no Seridó colonial.....	166

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação dos gados declarados no inventário post-mortem de Diogo Pereira da Silva - 1754.....	76
Tabela 2 – Composição social do Seridó com base nos registros de batismos e de óbitos	118
Tabela 3 – Síntese da rede comércio e solidariedade de José Gomes Nobre.....	137
Tabela 4 – Síntese dos batismos de pessoas com ascendência africana.....	144
Tabela 5 – População de matriz africana nos assentos de batismo do Seridó (1803-1816)	159
Tabela 6 – Mortalidade da população de cor no Seridó (1789–1822)	171

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
CERES	Centro de Ensino Superior do Seridó
Cx.	Caixa
LABORDOC	Laboratório de Documentação Histórica
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PPGHC	Programa de Pós-Graduação em História do CERES
PSC	Paróquia de Santana de Caicó
RN	Rio Grande do Norte
SILB	Sesmarias do Império Luso Brasileiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
Muito pasto e pouco rasto: A gênese do Seridó.....	24
CAPÍTULO 1 – UM VOO RASANTE SOBRE A HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO E DA PRESENÇA NEGRA NO BRASIL E NO SERIDÓ.....	34
A Escola Paulista de Sociologia e a nova história social da escravidão e da presença negra no Brasil.....	37
Historiografia do Seridó, um enredo em três atos.....	58
Primeiro ato – O antigo regime da produção historiográfica do Seridó	58
Segundo ato - Estudos universitários.....	63
Terceiro ato - A nova geração	66
CAPÍTULO 2 – AS MUITAS ÁFRICAS DO SERIDÓ: OS ANDARILHOS DA ESPERANÇA.....	70
O deselegante alvorecer da sociedade seridoense.....	70
Do sertão e do mar: vinculações entre o Seridó e o mundo atlântico.....	82
Gentios, nações e grupos de procedência.....	99
Angola Cabundá, liberdade que não tem preço, mas vale uma vida: uma micro-história.....	101
CAPÍTULO 3 – ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DA VIDA.....	107
Interações sociais, compadrios e apadrinhamentos.....	128
Luiz, “do Gentio da Angola” – um africano em liberdade no Seridó.....	130
Luiza e Rita – mãe e filha em busca de liberdade	136
Nas tramas de uma rede.....	140
CAPÍTULO 4 – HIERARQUIAS, ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DA LIBERDADE.....	148
Testemunhar/apadrinhar casamentos de gente negra, por quê?.....	151
Caetano Soares Pereira de Santiago: um crioulo forro em ascensão, uma testemunha do Seridó	152
Senhores de sua liberdade: alforrias e significados da liberdade.....	157
Uma digressão necessária: a morte e o morrer da população de cor no Seridó colonial..	170
Amealhando pecúlio: possibilidades econômicas para a população de cor	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	190
REFERÊNCIAS	194

Matriz africana: experiências históricas e culturais da população negra no Seridó colonial (1720 – 1822)

INTRODUÇÃO

[...]
 Minha palavra cantada pode espantar
 E a seus ouvidos parecer exótica
 [...]
 Nem uma força virá me fazer calar
 Faço no tempo soar minha sílaba
 Canto somente o que pede pra se cantar
 Sou o que soa eu não douro pílula
 Tudo o que eu quero é um acorde perfeito maior
 Com todo mundo podendo brilhar num cântico
 Canto somente o que não pode mais se calar
 Noutras palavras, sou muito romântico
 (Caetano Veloso, Muito Romântico)

As personagens e eventos tratados na pesquisa aqui apresentada estão situados no lugar denominado Seridó, ou Sertão do Seridó, localizado no limiar das capitanias do Rio Grande e da Paraíba. “Seridoense” é a maneira como se chamam todos e tudo que se identifica como “do Seridó”. O recorte cronológico atinente à investigação se estende de 1720, momento em que a região se caracteriza como integrada ao império colonial português e ao que a historiografia entende como Mundo Atlântico, até o ano de 1822, quando os eventos de natureza política concluem a descaracterização do Brasil enquanto espaço colonial e, no âmbito regional, as transformações de cunho econômico dão início a uma série de mudanças no cenário social do lugar em pauta, especialmente com o declínio do criatório (principal esteio da economia e do modo de viver da região) e a gradativa ascensão da cotonicultura. Essas modificações tiveram repercussões significativas no contingente populacional (em termos numéricos), nas interações sociais e nos demais campos da vida em sociedade. Fazemos, todavia, sempre que necessário e possível, entradas nos anos anteriores e subsequentes ao recorte anunciado.

Nosso objeto não é toda a população seridoense da época pesquisada, mas as pessoas de “matriz africana”, que também tratamos como de “ascendência africana”. Grosso modo, os dois termos são aqui empregados indistintamente, e procuramos alternar entre um e outro somente como forma de poupar ao leitor o cansaço e a sensaboria das repetições, mas com ambos fazemos referência às negras e negros estrangeiros, isto é, aqueles nascidos em África, e aos descendentes de africanos nascidos no Brasil. Diante

desse quadro, nos propomos a responder questões relevantes para o entendimento de como a região enfocada se configurou social, política e culturalmente. São questões como: O que a população de matriz africana representou, em termos demográficos e culturais, no Seridó colonial? Como essa população pôde construir expectativas e agenciar a realização das mesmas? Como ela se movia no interior das hierarquias sociais visando a mobilidade (ascensão social) e como funcionavam aquelas hierarquias dentro da própria população estudada? Como se formavam as identidades coletivas e que importância elas tinham, inclusive para os negros estrangeiros que chegavam à região? Qual a relevância das redes de solidariedades e que sujeitos faziam parte delas? Quais as possibilidades de formação de pecúlio e conquista da liberdade? É, certamente, um número elevado de questões das quais nos ocupamos ao longo da pesquisa e procuramos responder.

É *mister* esclarecer, concernente à condição jurídica das pessoas aqui enfocadas, que lidamos com três possibilidades, a exemplo do que acontece na maior parte da bibliografia especializada no estudo da escravidão¹, isto é, as escravas; as livres - aquelas que nunca foram escravas, uma vez que nasceram de ventre não escravo; e as libertas - as que foram escravas e conquistaram a liberdade por alforria ou por outros meios e os escravos. Optamos pelo uso do termo “escrava/o” e não “escravizada/o”, tendo em vista que nosso intento é entender as lógicas de comportamento das pessoas e a maneira como elas buscavam se inserir no meio social e, lendo constantemente a realidade, buscavam construir suas vidas. Logo, a palavra “escravizada/o” tem conotações que destoam da realidade com que nos deparamos. Inclusive não encontramos o emprego de tal vocábulo nas fontes.

Já o âmbito das mestiçagens também merece atenção especial, dadas as múltiplas possibilidades, no campo biológico, tanto quanto no aspecto social. Cabe, diante disso, frisar que nosso foco se mantém nas pessoas que têm ancestralidade africana, sejam eles nascidos no Brasil ou para cá traficados. Portanto, sempre que tratamos da temática estamos sempre considerando que há um componente africano, e que isso tem, evidentemente, implicações fundamentais nas chances de inserção social e de construção da vida de cada pessoa.

¹ Vide KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808–1850)**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.; FLORENTINO, Manolo (Org.) **Tráfico, cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII–XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Desde a década de 1980 os estudos históricos focados na temática da escravidão têm sido ampliados de maneira formidável. Há muito foram superados os pressupostos que caracterizavam as cativas e cativos pelo prisma da promiscuidade e passividade². Diante disso, assevera Solange Rocha: “Rejeita-se, então, a ideia de que os cativos haviam se submetido passivamente aos interesses senhoriais e o ponto de partida analítico passa a ser o escravo³”. Colocar as pessoas de tez negra como ponto fulcral de atenção e tomá-las como ponto de partida analítico. Eis a ideia que nos inspira e que em grande medida justifica a realização desta pesquisa e a existência desta tese. Não tememos o risco de incorrer em redundância frente aos outros trabalhos que já foram realizados, haja vista que lidamos com uma região de característica bastante *sui generis*. Outrossim, nossa abordagem se diferencia da perspectiva acima referida, porquanto ampliamos o foco, de maneira que nosso ponto de partida analítico é a população de tez negra em quaisquer situações jurídicas e não somente aquela submetida ao cativeiro. Com isto, contemplamos nossos objetivos de pensar o Seridó como um constructo também da considerável parcela de gente de cor que aí se fixou ou por aí passou ao longo do período estudado, de trazer à tona uma realidade laboral pautada na concomitância entre mão de obra escrava e livre, de investigar o quanto as mestiçagens serviam como elemento de mobilidade social e de pôr em evidência a integração do lugar ao Mundo Atlântico. Desta forma, estamos contribuindo para ampliação dos entendimentos sobre a realidade social do Brasil colônia.

Cabe advertir, à guisa de esclarecimento, que esta é uma tese escrita por mãos negras. Aqui, a palavra escrita, na mesma verve do que diz a epígrafe⁴, fala somente do que pede para se falar, daquilo que não pode mais se calar, isto é, de mulheres, crianças e homens africanos e descendentes de africanos que experienciaram a vida ou parte da vida num recanto sertanejo do Brasil colonial, conhecido como Seridó. No mesmo sentido, é importante advertir, somos a herança biológica e social de muitos dos sujeitos da pesquisa, portanto, carregamos parte dos estigmas, dores, trabalhos, sofrimentos, risos, lágrimas, frustrações e conquistas de nossos ancestrais seridoenses de tez preta.

Notamos, por meio da documentação analisada, que no decurso do século XVIII até a década de 1820, intervalo cronológico abarcado pela presente pesquisa, o espaço

² FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 25.

³ ROCHA, Solange Pereira. **Gente negra na paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 25.

⁴ Foi justamente na interpretação de um cantor negro, Xande de Pilares, que a canção acima referida bateu em nossa sensibilidade e nos forçou a usá-la como epígrafe.

denominado Seridó compunha um cenário social profundamente marcado pela diversidade de tipos humanos, tendo nas mestiçagens a tônica dos hibridismos biológicos e culturais que fundamentaram a sociedade aí composta. Aliás, não somos os únicos a notar tais características: pesquisas anteriores, das quais somos, em grande medida, tributários, já deixaram suficientemente claro o quanto, desde a colonização, a área em foco tem se caracterizado como espaço de profundas mestiçagens⁵.

A lida com as séries documentais de natureza cartorária e paroquial, nos fez perceber que na esfera biológica as mestiçagens do Seridó contavam com elevada participação de pessoas com ascendência africana. Logo, o contingente de pessoas de tez negra vivendo e circulando na região era numericamente marcante a ponto de não ser estranho que se encontrassem negros em quaisquer espaços. Em outras palavras, havia gente negra em toda parte e, em dadas circunstâncias, essa presença superava os identificados como brancos. Não obstante essa realidade, os primeiros intelectuais que se dedicaram a escrever sobre o Seridó optaram por não fazerem menção à intensa presença negra aí estabelecida. Ao contrário disso, boa parte deles empreendeu grande esforço no sentido de esboçar genealogias que remetessem a uma ancestralidade lusa, em alguns procedendo verdadeiro apagamento da presença não-branca no espaço em questão, ou a admitindo como cota populacional pouco expressiva no quesito quantidade e desprovida de qualquer protagonismo em termos políticos⁶.

Certamente aqueles escritores, em sua maioria produzindo na primeira metade do século XX e, a despeito de não serem profissionais da história, recebiam de alguma forma influência da historiografia dita rankiana. Desta forma, seus escritos foram postos a serviço do enaltecimento das “estirpes”, isto é, das famílias eminentes e dos sujeitos considerados grandes vultos históricos responsáveis pela construção do Seridó enquanto espaço civilizado, ou seja, temas alheios à presença e atuação da gente de cor.

⁵ Para uma compreensão dos trabalhos que dão conta das mestiçagens biológicas e culturais no Sertão do Seridó *vide*: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó**: genealogias mestiças nos sertões do Rio Grande do Norte (Séculos XVIII-XIX). Curitiba: CRV, 2020.; SANTOS, Matheus Barbosa. **Neste mesmo chão, outros passos**: indivíduos não-brancos nos sertões do Rio Grande (Ribeira do Acauã, Totoró, séculos XVIII e XIX). 2022. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do CERES, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2022.; MEDEIROS, Maria Alda Jana Dantas de. **Vastas e ermas**: mulheres não brancas no sertão do Rio Grande (Seridó, séculos XVIII e XIX). 2022. 279 f. Dissertação (Mestrado em História dos Sertões) – Programa de Pós-Graduação em História do CERES, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2022.

⁶ O tema foi ampla e profundamente discutido pelo historiador Muirakytan Kennedy de Macêdo em **A penúltima versão do Seridó**: uma história do regionalismo seridoense. Natal: Sebo Vermelho, 2005. E também por Helder Alexandre M. de Macedo em **Outras famílias do Seridó**: genealogias mestiças nos sertões do Rio Grande do Norte (Séculos XVIII-XIX). Curitiba: CRV, 2020. Especialmente no capítulo número 2, intitulado O Seridó Escrito.

Deste modo, assim como outras pesquisas desenvolvidas em âmbito universitário a partir dos anos 1990, o trabalho aqui apresentado constitui uma espécie de contrafluxo em relação aos escritos daqueles primeiros, uma vez que nosso interesse recai justamente sobre um dos grupos populacionais dos quais eles mais se distanciaram quando da produção de suas obras, conforme será demonstrado adiante. É *mister* ressaltar, a propósito, que a pesquisa histórica é para nós, além de atividade profissional, dever político, ao passo em que recuperamos as experiências e a importância de uma parcela significativa da população que teve, por muito tempo, seu legado encoberto ou negado.

Nossa perspectiva de abordagem é descrita como abrangente, haja vista que não nos restringimos às raias do sistema escravista, mas alargamos o horizonte de investigação para quaisquer sujeitos de matriz africana, independentemente da condição jurídica⁷. Por meio das fontes e num diálogo com a historiografia referente ao Seridó e a outros pontos do Mundo Atlântico, vislumbramos responder as questões que norteiam a pesquisa, quais sejam: as formas de inserção de africanos e descendentes de africanos na região pesquisada, podendo assim lançar luzes sobre a diversidade de etnias, o cotidiano laboral, as redes de interação social, as lógicas de comportamento e as possibilidades de agências, que se davam em diversos níveis conforme as circunstâncias. Tudo isso com vistas ao nosso objetivo principal, a saber, compreender as formas de viver da população de tez negra no Seridó colonial.

O norte teórico-metodológico que optamos por seguir na realização da pesquisa é o da história social. Neste sentido tomamos como fundamento a concepção da “história vista de baixo” preconizada por Edward Palmer Thompson, conforme afirmado por Hebe Castro⁸. Desta forma, os conceitos thompsonianos de experiência e de agência perpassam todo o trabalho e estão presentes de modo contínuo na interface do texto. Semelhante atenção é dada a questão das mestiçagens, que têm papel importante como elemento de hierarquizações, tanto quanto na construção de identidades. Estas são questões a que nos voltaremos mais detidamente no capítulo 1º desta tese, onde procedemos uma discussão historiográfica. É importante, entretanto, deixar claro desde já que, tendo em vista a ampla gama de possibilidades de abordagens históricas guiadas pela história social, no âmbito da historiografia brasileira, o presente trabalho se situa no campo da “história

⁷ Se livre, liberta ou cativa.

⁸ CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 51.

social do Brasil Colonial e da escravidão”. Hebe Castro⁹ assevera que o referido campo ocupa lugar importante no contexto das pesquisas entre as historiadoras e historiadores do país, especialmente a partir de centros de irradiação como a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade de Campinas (UNICAMP), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Enxergamos, no entanto, que na atualidade importantes polos de pesquisa e difusão da temática devem ser incluídos nesse rol, como os estudos focados na questão das mestiçagens desenvolvidos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que têm influenciado pesquisadores de diversas áreas brasileiras. Do mesmo modo, os estudos sobre a escravidão e a presença de população de matriz africana desenvolvidos na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), trazendo para o centro do debate a integração ao Mundo Atlântico e as conexões de Pernambuco com as demais capitanias do norte, vêm alcançando grande repercussão e instigando o surgimento de novas pesquisas pautadas na realidade de Pernambuco e de diversos pontos do Brasil. Outrossim, convém elucidarmos a partir de que fontes desenvolvemos a pesquisa e a maneira como tratamos a documentação compulsada.

Da mesma forma, os aspectos culturais são fundamentais em nossa análise. Perpassa todo o trabalho a concepção desenvolvida por Michel de Certeau, que concebe a cultura como elemento que dá sentido à vida, e que serve, portanto, como guia das lógicas de comportamento e ação¹⁰. Neste sentido, os trabalhos de Eduardo França Paiva¹¹ são referências indispensáveis, tanto pela abordagem da cultura, quanto pela forma com que nos ajudam a pensar a questão das mestiçagens em suas múltiplas e complexas implicações nas configurações do tecido social, inclusive no que se refere às possibilidades de mobilidade e de construção da vida dentro e fora do cativeiro.

Concernente à documentação de origem cartorial, lidamos com inventários *post-mortem*, cartas de alforrias e escrituras de compra e venda de terras, são documentos oriundos do 1º Cartório do Seridó, Comarca de Caicó e que atualmente estão sob a tutela do Laboratório de Documentação Histórica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (LABORDOC/UFRN) 1º Cartório do Seridó, Comarca de Caicó. Já as séries de origem paroquial são compostas pelos registros que atestam nascimento, casamento e morte, isto é, os assentos de batismos, habilitações de enlacs matrimoniais e atestados

⁹ *Ibid.*, p. 58.

¹⁰ CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Trad. Enid Abreu Dobranszky. Campinas: Papirus, 1995.

¹¹ PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716–1789**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.; PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

de enterramentos, documentação originária da Paróquia de Santana de Caicó e custodiada pela Casa Paroquial São Joaquim. Vale notar que encontramos em todas essas tipologias documentais indícios da ação dos diversos agentes sociais, pistas através das quais se pode desvelar os modos de se viver no espaço e no tempo estudados e (re)construir cenários de vivências e interações sociais.

Fizemos a leitura paleográfica de toda a documentação e transcrevemos boa parte dela. Os eventos e informações capturados nos livros de notas foram anotados e serviram de base para a compreensão de como ocorria a vida em sociedade no Seridó colonial, como os membros da população de cor apreendiam a realidade, traçavam metas e encontravam formas de agenciar a realização de seus objetivos. Alguns desses eventos foram transcritos e parcialmente colocados no texto como forma de enriquecer a discussão e dar às leitoras e leitores uma visão mais próxima das situações vivenciadas. Por outro lado, as fontes seriais produzidas no âmbito eclesiástico, referentes aos sujeitos da pesquisa, demandaram tratamento um tanto diferenciado. Assim, criamos, pela utilização do programa *Microsoft Access*, diversos bancos de dados referentes aos batismos e aos casamentos.

Em cada um daqueles bancos de dados incluímos campos específicos onde pusemos, além das datas e dos nomes das pessoas envolvidas, a maior quantidade possível de informações, sempre visando a compreensão das circunstâncias, das maneiras como as pessoas interagem e as lógicas de ação. Por fim, adicionamos um campo intitulado “observações”, onde foram anotadas as situações que fugiam à regra, como a libertação de um menino na pia de batismo e outras que o leitor encontrará ao longo do texto. Trabalho semelhante havia sido feito pela Prof. Dra. Gracineide Pereira com os livros de óbitos do Seridó colonial e imperial. Desta forma, ela gentilmente cedeu-nos dois bancos de dados, contendo 1414 óbitos ocorridos entre 1788 e 1838. Soma-se, aos registros de enterramentos/óbitos supracitados, no conjunto da documentação que serviu de aporte à presente tese, o número de 486 assentos de batismos, 525 casamentos e 29 cartas de alforria. O estudo da sociedade regional que realizamos a partir dessas diferentes tipologias documentais permitiu visualizar o quanto, em termos quantitativos e qualitativos, ali foi vultosa a presença de população de matriz africana, conforme se verá no decorrer do texto, especialmente nos gráficos e tabelas que apresentamos em seus capítulos.

Em nossa percepção, influenciada pela análise documental e pela constatação de que o Seridó era parte do Mundo Atlântico, a região, não obstante o seu caráter rural

e do *modus vivendi* pautado nas atividades pastoris, também apresentou nuances características de ambiente urbano, sobretudo pelas conexões que mantinha com cidades como o Recife, a Cidade da Paraíba, Igarassu e Goiana. A circulação de pessoas e mercadorias entre as áreas seridoenses e esses lugares evidencia essas ligações¹². Ademais, os aspectos de uma incipiente vida urbana aparecem na sua sede, Vila Nova do Príncipe, sobretudo a partir das primeiras décadas do século XIX.

A tese está formatada em quatro capítulos. No primeiro deles nos dedicamos a elucidar, do ponto de vista geográfico, a situação do espaço da pesquisa, bem como a conjuntura político-econômica que propiciou o seu povoamento e sua integração ao império colonial português e, por consequência, ao Mundo Atlântico. Ali também fazemos um balanço historiográfico, tratando das concepções e das formas como a presença e atuação da população de matriz africana têm sido abordadas pelos historiadores, especialmente nos séculos XX e XXI. Buscando um recorte mais específico, nos debruçamos sobre a produção de conhecimento a respeito da sociedade seridoense, destacando distintas fases e diversificadas concepções.

Neste sentido, merece atenção especial o fato de que os recentes estudos acadêmicos sobre o Seridó são influenciados pela renovação historiográfica ocorrida a partir da década de 1980. Aliás, é *mister* frisar a filiação do presente trabalho a essas recentes percepções de mundo e sociedade, em que os sujeitos e grupos subalternizados aparecem como agentes de suas próprias histórias e têm sua relevância e seu protagonismo postos em evidência. No nosso caso em particular, é declarada a adesão à chamada “história vista de baixo”, sobretudo com inspiração na obra de Edward Palmer Thompson.

No capítulo dois, realizamos, em constante diálogo com a bibliografia pertinente, um trabalho de análise e interpretação das fontes. Os inventários *post-mortem*, registros paroquiais de batizados e óbitos, cartas de alforria, “procurações bastante” e documentos de compra e venda de terra servem como esteio ao nosso trabalho de pesquisa, propiciando o entendimento das interações sociais e do cotidiano de trabalho. Em tudo, vemos claramente a região enfocada como um construto social, político, cultural e econômico dos africanos e de seus descendentes, tanto quanto dos demais grupos sociais ali fixados. Também pusemos em evidência a presença africana no Seridó, enfatizando seu pertencimento ao Mundo Atlântico. Com atenção às conexões da região com

¹² A documentação também demonstra ligações do Seridó com regiões do Ceará, Piauí e Bahia.

Pernambuco e Paraíba, buscamos deixar claro que a realidade aqui encontrada reflete as nuances do tráfico atlântico referente àquelas províncias.

Ao nosso ver, esse é um procedimento importante, na medida em que a historiografia focada na região ainda se ressentia da carência de estudos que coloquem a diversidade de etnias e procedências africanas encontradas no Seridó colonial e monárquico. Isso é crucial para que se possa compreender que, não obstante o contingente relativamente baixo de negros estrangeiros aí situados, eles não devem ser pensados, em nenhum momento, como grupo homogêneo. Tratam-se, portanto, de identidades distintas, distintos modos de sociabilidades, de resistir à escravidão e de buscar melhores condições de sobrevivência¹³.

Já no capítulo número três procuramos elucidar o que a população de matriz africana representava, em termos numéricos, no contexto geral dos habitantes do Seridó, considerando que a expressiva presença daquela população tem efeitos diretos na configuração cultural, política e econômica da região. Também exploramos como, num cenário social profundamente ruralizado e economicamente pautado no criatório, pessoas negras cativas, libertas e livres organizaram suas vidas e seguiram lógicas de comportamento estrategicamente voltadas à sobrevivência e ao agenciamento de propósitos que traziam em seus horizontes. Para tanto, tomamos como aporte a metodologia da história quantitativa, ao mesmo tempo em que estivemos sempre atentos aos aspectos referentes às interações. Aqui, como de resto em todo o trabalho, lançamos sobre as fontes um olhar etnográfico, tendo em vista a apreensão mais aprofundada dos modos como viviam as pessoas e grupos estudados, desvelando, sobretudo as formas de sociabilidades e como estas repercutiam na formação de expectativas e na consecução de ações que visavam a realização de objetivos preestabelecidos.

Ficou claro, como se verá na leitura do capítulo, que a presença da gente de tez negra, pelo menos nos quadros da temporalidade abarcada por nossa pesquisa, correspondeu a parcela significativa da população regional a ponto de não poder ser desconsiderada. Não é por acaso que a região, na atualidade, é bastante caracterizada, no aspecto fenotípico, pela negritude de boa parte de sua população, tanto quanto na

¹³ FUNES, Eurípedes A. **Nasci nas matas, nunca tive senhor**: história e memória dos mocambos do baixo Amazonas. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2023.

toponímia, na culinária, nas práticas religiosas e em outros campos da vida¹⁴, inclusive é marcante a existência de comunidades quilombolas¹⁵.

No quarto e último capítulo do trabalho continuamos explorando as estratégias de sobrevivência, além de nos dedicarmos às hierarquias sociais e às possibilidades que tinham as cativas e cativos de amealharem pecúlio e agenciarem, pela utilização de diferentes estratégias e habilidades de negociação, conquistar alforrias. No tocante às hierarquizações, a intenção foi trazer para o centro do debate não somente aquelas em que o elemento de matriz africana é situado nos extratos inferiores, mas sobretudo as que se formaram entre a própria população de ascendência africana. Isso num complexo jogo de interações onde esferas diversas eram constantemente acionadas, tais como a mobilidade social em suas diversas formas, a formação de grupos e comunidades (em virtude de parentesco biológico ou ritual, vida compartilhada no cativeiro, ou procedência) e as mestiçagens.

Neste sentido, são caras as alianças forjadas pela população de cor, inclusive em redes de solidariedade nas quais pessoas situadas em diferentes lugares sociais participam. Destacam-se aí as estratégias matrimoniais e os compadrios/apadrinhamentos via batismo ou matrimônio. Da mesma forma, a mobilidade espacial chama a atenção, especialmente entre as pessoas que conquistam a liberdade, mais ainda quando são do sexo masculino. Este é mais um dos aspectos em que ficam patentes as similitudes entre o Seridó e os outros pontos da América Portuguesa.

Nossa abordagem do espaço em questão se dá pelo viés de uma perspectiva que, nos parece, não foi ainda explorada, isto é, sua completa integração a um complexo de interações culturais e comerciais forjadas a partir da “abertura do Atlântico”, evento que pôs em conexão sociedades distintas, situadas em diferentes partes do mundo. Daí emerge

¹⁴ Diversas pesquisas acadêmicas desenvolvidas no âmbito da história e da antropologia, foram dedicadas à presença negra no Seridó atual. De forma que há vultosa bibliografia sobre o tema: CAVIGNAC, Julie A.; MACÊDO, Muirakytan. K. (*Orgs.*). **Tronco, ramos e raízes: história e patrimônio cultural no Seridó negro**. Brasília: ABA; Natal Flor do Sal; EDUFRN, 2014.; CAVIGNAC, Julie A. Os filhos de Tereza: narrativas e religiosidade na Boa Vista dos Negros. **Tomo**, São Cristóvão, n. 1, p. 77-102, 2007.; SILVA, Joelma Tito da. **O riacho e as eras: memórias, identidade e território em uma comunidade rural negra do Seridó Potiguar**. 209 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.; SILVA, Danyelle Pereira da. **Os fios da memória: presença afro-brasileira em Acarino tempo do algodão**. 2014. 137 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.; SANTOS, Jardelly Lhuana da Costa. **Um rastro de memória: terra, parentesco e ofícios na família Belém em Acari/RN (Séc. XVIII – XXI)**. 2017. 144 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.; SANTOS, Sebastião Genicarlos dos. **O cachimbo de Imbém: estratégias de resistência dos quilombolas da Boa Vista dos Negros**. Natal: DEI, 2022.

¹⁵ Uma das quais é o nosso lugar de origem: Comunidade Quilombola de Boa Vista dos Negros.

o que Estevam Thompson¹⁶ chama de Mundo Atlântico, notadamente caracterizado por interações multiculturais e pela heterogeneidade, com a “ativa e contundente” participação das sociedades africanas.

A heterogeneidade, vale ressaltar, elemento congênito do Mundo Atlântico, é o que caracteriza a região enfocada neste trabalho, se relacionada aos espaços dedicados à *plantation* canvieira, às áreas de mineração ou centros administrativos e econômicos. É importante lembrar que, ainda na perspectiva de Thompson¹⁷, o Mundo Atlântico, enquanto um dos elementos inaugurais da era moderna, estende suas ramificações por África, América e Europa, forjando, a partir de um contexto de empréstimos, apropriações e adaptações culturais, o surgimento de sociedades inéditas. No mesmo sentido, o tráfico atlântico, responsável por levar africanos escravizados para América e Europa ao longo de mais de três séculos, é parte constitutiva de todo esse conjunto de elementos explicitado pelo referido autor, ficando patente, se aceitamos suas premissas, a importância da atuação africana na configuração das sociedades coloniais, o que aliás tem sido demonstrado por muitos outros estudiosos. Pretendemos deixar clara a evidência do Seridó enquanto espaço integrado ao complexo em questão, haja vista o flagrante ingresso de africanos na região, conforme atesta a documentação que adiante será analisada.

Muito pasto e pouco rastro: A gênese do Seridó

Palavra de origem tapuia¹⁸, o termo “Seridó” entrou para o arcabouço vocabular dos colonizadores portugueses muito antes que esses pudessem desenvolver a ocupação

¹⁶ THOMPSON, Estevam C. O Atlântico Sul para além da miragem de um espaço homogêneo (séculos XV-XIX). **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 80-102, 2012.

¹⁷ *Ibid.*

¹⁸ O grupo indígena identificado na documentação portuguesa como “tapuia” era dominante nas paragens seridoenses nos séculos XVII e XVIII e foi o principal responsável pela resistência bélica ao avanço da dominação luso-brasilica pela região. Por ter estabelecido aliança com os holandeses quando estes dominaram o espaço atualmente conhecido como Nordeste, seus hábitos foram minuciosamente descritos por cronistas neerlandeses, com destaque para a prática do endocanibalismo, o caráter altamente belicoso, a destreza nas guerras e a vida nômade. É importante ressaltar que na documentação oriunda da administração holandesa, esse grupo indígena é apresentado com a denominação de “tarairiú” e não de “tapuia”. SILVA, Joadson Vagner. **Apontamentos sobre a história indígena na Serra de Santana – RN, séculos XVII e XVIII**. 2015. 71 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2015.; BORGES, Fabio Mafra. **Os sítios arqueológicos Furna do Umbuzeiro e Baixa do Umbuzeiro**: caracterização de um padrão de assentamento na Área Arqueológica do Seridó – Carnaúba dos Dantas - RN, Brasil. 2010. 322 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Recife, 2010.

da área. O historiador Muirakytan Macêdo¹⁹ aponta que no ano de 1545 alguns portugueses embrenhados pelo solo do que viria a ser a Ribeira do Seridó tiveram os primeiros contatos com índios súditos do rei janduí. Do singular encontro pouca coisa restou além do “Termo de Vizita”, documento n.º 0, Cartório de Pombal, Livro 1º de notas (1712 -1719), no qual consta que o vale em que se passou o episódio era chamado pelo janduí de “Sirido”²⁰.

A etimologia do termo “Seridó” é, no entanto, explorada por outros estudiosos, que apontaram significados diversos. Câmara Cascudo²¹, baseado na obra de Coriolano de Medeiros, traz “ceri-toh” como a origem do termo, cujo significado seria sem folhagem, pouca folhagem, pouca sombra ou cobertura vegetal. Helder Macedo²², por seu turno, lembra que ainda houve quem se empenhasse na busca pelo significado associando o vocábulo às vicissitudes da presença judaica nos primórdios da colonização seridoense. Para estes, existe uma correlação com a palavra Saryd, que em hebraico significa “sobrevivente d’Ele”²³. Concordamos com o autor quando dá a entender que esta hipótese se mostra insustentável, se lembrarmos que em 1545, ou seja, muito antes da chegada de cristãos novos à região, a palavra em pauta já era de uso corrente.

Medeiros Filho, ainda segundo Macedo²⁴, confirma, depois de incursionar por extensa documentação, a origem tarairiú da palavra “Seridó”. Assevera, todavia, que seu significado se perdeu no tempo, assim como a maior parte do repertório vocabular dos indígenas que ocupavam a região. Ao que nos parece, esta última explicação é dotada de maior plausibilidade que as demais.

Retomando o tema do encontro entre portugueses e tarairiús, podemos dizer que o momento em que pela primeira vez se viram frente a frente indígenas e portugueses, e

¹⁹ MACÊDO, Muirakytan K. **Rústicos Cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – séc. XVIII). Natal: Sol Negro, 2021, p. 37.

²⁰ Muirakytan Macêdo ainda informa que o documento em pauta foi copiado pelo também historiador Helder Alexandre Medeiros de Macedo e publicado na íntegra por Olavo de Medeiros Filho, no livro *Cronologia Seridoense*. Vide: MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Cronologia Seridoense**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque / Fundação Vingt-un Rosado, 2002.

²¹ CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2.ed. Rio de Janeiro: Achiamé; Natal: Fundação José Augusto, 1984.

²² MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó**: genealogias mestiças nos sertões do Rio Grande do Norte (Séculos XVIII-XIX). Curitiba: CRV, 2020., p. 31-32.

²³ Os escritores referenciados por Helder Macedo na explicação judaica do termo são MEDEIROS, João F. Dias. **Nos passos do retorno**: descendentes dos cristãos novos descobrindo o judaísmo de seus avós portugueses. Natal: edição do autor, 2005. p. 89-96; LEITE, Humberto Ferreira. **História dos judeus no Seridó, no sertão da Paraíba, na Serra da Borborema (século XVII)**. Natal: Gráfica Sul e Editora, 2011. p. 51-53.

²⁴ MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó**: genealogias mestiças nos sertões do Rio Grande do Norte (Séculos XVIII-XIX). Curitiba: CRV, 2020.

a forma amistosa como se deu a reunião²⁵ nada tem a ver com o que seria de fato a colonização do Seridó, haja vista que, da segunda metade do século XVII ao início do XVIII, o intento colonizador do império português ali se fez sentir de modo efetivo, de maneira que a presença indígena se tornou um estorvo. Na medida em que as autoridades coloniais se empenhavam em promover o alargamento das fronteiras e demarcar a dominação do reino pelos rincões sertanejos do Brasil, impulsionada pela influência da produção canavieira no contexto de economia colonial, o criatório do gado bovino se fazia essencial para o funcionamento dos engenhos, tanto no que se refere à força motriz das moendas, quanto para o abastecimento da carne indispensável na dieta alimentar da população que ali vivia.

Lembremos, a conjunção da cultura da cana com o criatório é algo um tanto inconveniente, logo, o divórcio, por assim dizer, é inevitável, e o consorte, menos provido de fortuna, é instado a mudar-se para longe, onde seja incapaz de fustigar o antigo cônjuge. Assim, o criatório, sob imposição da determinação régia de 1701²⁶, viu-se forçado a embrenhar-se pelo interior, onde, há mais de 10 léguas do litoral, parte que coube à produção de cana, na separação inevitável, pudesse se estabelecer e tornar-se o sustentáculo de um novo modo de vida. Por sua vez, os sertões, incapazes de manter a *plantation* canavieira em sua fausta altivez, de braços abertos acolheram o criatório, num jogo de compatibilidades que só a resistência indígena poderia impedir. Era preciso, portanto, que tal perturbação fosse exterminada ou “amansada”. Assim, no que se refere ao interior da capitania do Rio Grande do Norte, esse processo de despovoamento ou dizimação dos silvícolas entra em curso na segunda metade dos seiscentos, enfrentando ferrenha resistência por parte desses últimos, de 1688 a 1704²⁷.

Notando a edificação dos primeiros currais de gado, que evidenciavam o interesse do colonizador em se apossar da terra e nela se fixar, a nação janduí desfere memorável resistência. Trata-se da chamada Guerra dos Bárbaros, evento que só vai se encerrar após o elevado aniquilamento da população resistente, nos finais do século

²⁵ De acordo com o documento mencionado por Macêdo (2021), indígenas e portugueses se cortejaram nas verdejantes aragens seridoenses do mês abril de 1545.

²⁶ MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense**. Natal: Sebo Vermelho, 2005.; MACÊDO, Muirakytan K. **Rústicos Cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – séc. XVIII)**. Natal: Sol Negro, 2021.

²⁷ BORGES, Cláudia C. do Lago. **Cativos do sertão: um estudo da escravidão no Seridó – Rio Grande do Norte**. 2000. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista. Franca, 2000, p. 18.

XVII²⁸. Trazendo datas um pouco diferentes daquelas apontadas por Borges, Medeiros Filho²⁹ afirma que os índios de corso foram definitivamente derrotados em 1697.

Na medida em que arrefecia a resistência indígena, o Seridó ganhava delineamentos coloniais, primeiramente a partir da instalação dos currais de gado *vacum*, que timidamente iam pontilhando a imensidão da caatinga sertaneja. Ao lado destes, surgiam as capelas que, na intenção de conectar terra e céu mediante o apelo fervoroso dos aventureiros fiéis que ali se instalavam, e sob apadrinhamento de oragos que, numa telúrica afeição, se faziam representar naqueles modestos templos construídos por mãos de homens nas proximidades do rio homônimo ao lugar em questão, isto é, Seridó, bem como à beira de seus afluentes ou adjacentes, marcavam a transformação do espaço em território cristão. Temos, portanto, na perspectiva do historiador Helder Macedo³⁰, o tripé que sustentou a implantação do projeto colonial no interior do Rio Grande do Norte: o homem dito civilizado, a fé católica e a água.

Numa visão mais pautada na esfera material, Maria Regina Mendonça Furtado Mattos³¹ assevera que, desde o início da colonização do Seridó, foram fundamentais a existência de mão de obra barata, animais, bons pastos e terras onde se pudesse desenvolver lavouras de subsistência. Ao nosso ver, existe uma complementaridade entre as duas concepções. Podemos acrescentar que, como alega Sheila Faria³², a natureza de tal ocupação é também uma natureza bélica: do extermínio da maior parte da população nativa e submissão dos poucos remanescentes, dependia a empreitada colonial.

O século XVIII é o momento em que de fato se efetiva a colonização no interior norte-rio-grandense, como afirma Câmara Cascudo³³, e reforça Macedo³⁴, indicando ser este o período de manifesta presença do colonizador branco, negro e mestiço³⁵. Todavia,

²⁸ MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó**: genealogias mestiças nos sertões do Rio Grande do Norte (Séculos XVIII-XIX). Curitiba: CRV, 2020.

²⁹ MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981, p. 3.

³⁰ MACEDO, *op. cit.*, p. 36.

³¹ MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. **Vila do Príncipe – 1850/1890**. Sertão do Seridó – Um estudo de caso da pobreza. 1985. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

³² FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

³³ CASCUDO, 1984.

³⁴ MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó**: genealogias mestiças nos sertões do Rio Grande do Norte (Séculos XVIII-XIX). Curitiba: CRV, 2020., p. 34.

³⁵ Aqui, o autor citado traz um elemento crucial para o tratamento de nosso objeto de pesquisa enquanto parte integrante do Mundo Atlântico, ao colocar o negro como colonizador, corroborando, assim, a assertiva de Estevam Thompson a respeito da ativa participação africana na construção desse mundo. No caso específico da região aqui enfocada, Regina Mattos (1985) é uma das primeiras a conceber o africano como elemento colonizador. É interessante frisar que significativa parte da população identificada como negra que chegou

a concepção do Seridó colonial se deu antes que adentrássemos o setecentos, como mostra a Casa-forte do Cuó, construída em 1683 e utilizada como base militar pelo Coronel Antonio de Albuquerque da Câmara, em 1687, “para dar combate aos gentios³⁶” nas proximidades das quais foi construída, em 1695, e abençoada em, 1696, a Capela de Santana. Em seus arrabaldes fundou-se, em 1700, o Arraial do Caicó³⁷.

Destarte, no início do século XVIII, a possibilidade de nova eclosão da revolta indígena, bem como as condições de um ambiente ainda inóspito à vida nos moldes ocidentais, foi determinante para que nos primeiros anos daquele centênio ali se fixassem, nas palavras do escritor caicoense Olavo de Medeiros de Filho³⁸, somente “vaqueiros solitários, foragidos da justiça, caboclos mansos e negros cativos”. Percebe-se, deste modo, que a presença de população negra consta no Seridó desde o início de seu povoamento colonial. Aliás, os fatores acima elencados, que poderiam a qualquer momento pôr em risco a vida dos adventícios, devem ter sido um impulso a mais para que os sujeitos agraciados com a concessão de sesmarias na região deixassem que a tarefa de desbravar o lugar fosse realizada por seus cativos, quando não o faziam por meio de vaqueiros contratados.

Um projeto de colonização, não se pode esquecer, estava em curso desde a última quadra do século XVII, a despeito de ter sido retardado pela resistência indígena. No âmbito de tal projeto, os sertões da capitania do Rio Grande do Norte são moldados em função da pungente demanda da empresa açucareira. Logo, a concessão de sesmarias não se faria a esmo: o acesso formal à terra, já na era colonial, se mostrava restrito, seguindo uma seletividade explícita. Portanto, os sesmeiros estavam, grosso modo, ligados a uma cadeia de solidariedades em cuja ponta se encontravam os representantes diretos da administração metropolitana³⁹.

ao Seridó no decurso do século XVIII era composta de africanos. Ademais, aqueles que, mesmo tendo nascido no Brasil, tinham ascendência africana eram, em algum nível, portadores de cultura vinda da África. MAIA, Moacir R. de Castro. Reforçar a identidade e a autoridade: as casas de courás libertos em Vila Rica e Mariana no século XVIII. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 62, p. 9-45, 2020.; SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor*: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.; PARÊS, Luís Nicolau. O processo de crioulação no Recôncavo Baiano (1750-1800). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 33, p.87-132, 2005.

³⁶ MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó*: uma história do regionalismo seridoense. Natal: Sebo Vermelho, 2005., p. 36.; 2021, p. 55.

³⁷ MACEDO, *op. cit.*, p. 35.

³⁸ MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhas famílias do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981, 1981, p. 3.

³⁹ Para uma compreensão aprofundada das circunstâncias referentes às petições e concessões de sesmarias no contexto da América Portuguesa Cf. ALVEAL, Carmen. *Senhorios coloniais*: direitos e chicanas forenses na formação da propriedade na América portuguesa. Niterói: Editora Proprietas, 2022.

Além de ser um sujeito de posses comprovadas, o pretendente a sesmeiro “nos sertões semiáridos” tinha que alegar a necessidade de terras para, segundo José Augusto Bezerra de Medeiros⁴⁰, “acomodar, situar e criar seus gados”⁴¹. Está claro, diante disso, que os primeiros ocupantes legais das terras seridoenses eram membros daquelas redes de poder e solidariedade que operavam no contexto da burocracia colonial e que eram, presumivelmente, detentores de algum cabedal. Isso não significa, porém, que eram pessoas de grande distinção social; boa parte deles era gente pobre, pessoas libertas e “vadios” que participaram de campanhas militares em favor do governo português. Mas, também é fato que lugares ermos como era o Seridó, especialmente após os eventos bélicos responsáveis pela dizimação da população nativa, eram sobremaneira atrativos para forasteiros, dentre eles aqueles recém-saídos da condição de cativos⁴².

Depreende-se dessa realidade que parte dos sujeitos fixados no Seridó na chamada fase de desbravamento tinha ascendência africana. Um exemplo recorrente neste sentido é citado pelo próprio Macêdo⁴³, ao demonstrar que nos primórdios do século XVIII, os negros timbus⁴⁴ Firmino, Antonio, Roberto e Jerela solicitam ao provedor real o reconhecimento de seus territórios em solo seridoense, medindo uma légua de comprimento e meia de largura, divisando com as terras do português Cosme Francisco de Borbon. O documento exposto por Macêdo mostra que a situação ocorreu como um desagravo por crimes cometidos pelo próprio senhor contra os referidos negros, que os compensou com a doação das terras. Porém, o autor não descarta a possibilidade de que simplesmente aqueles escravizados antecedessem e representassem o senhor na ocupação do território. De uma forma ou de outra, vemos a evidência da atuação do elemento negro como agente colonizador.

Também encontramos a presença africana na documentação concernente à gênese do Seridó, a exemplo de Custódio e Maria, possivelmente marido e mulher, ambos

⁴⁰ MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

⁴¹ Uma apresentação detalhada dos trâmites para a petição e concessão de sesmarias no seio da administração portuguesa é feita por Muirakytan K. de Macêdo. Cf. MACÊDO, 2021, p. 79-83.

⁴² MACÊDO, Muirakytan K. de. Notas sobre a escravidão nos sertões do semiárido (Seridó – XVIII e XIX). In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de.; ANDRADE, Joel Carlos de Souza. (*Orgs.*). **Experiências históricas afro-brasileiras**. Natal: EDUFRRN, 2017, p. 11-38.; FARIA, 1998.

⁴³ MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense**. Natal: Sebo Vermelho, 2005., p. 46-47.

⁴⁴ Fazendo referência ao Dicionário Houaiss (2001) e aos trabalhos de Mariza Soares (2000) e de Julita Scarano (1998) Macêdo traz duas possibilidades de significação para o termo “negros timbus”: pode ser uma correlação pejorativa ao cheiro exalado por uma espécie de gambá, conhecida na região como timbu, ou, uma referência à etnia africana “timbu”.

do Gentio da Guiné, arrolados no inventário de Crispim de Andrade, datado de 1737⁴⁵, com idades de sessenta e cinquenta e cinco anos respectivamente. Maria e Custódio compartilhavam o cativo com dois índios tapuias que, apesar de serem listados entre os escravos do inventário, possivelmente viviam sob a custódia do finado Crispim, pois não lhes foi atribuído valor monetário, mas certamente importavam enquanto mão de obra passível de exploração sem pagamento em dinheiro.

Somente depois de completamente dissipada a ameaça indígena e desfeito o caráter inóspito da terra, é que afluíram pessoas ditas da “melhor estirpe” para viver e dirigir suas criações; são elas as fundadoras das primeiras famílias proeminentes da região⁴⁶. Completam-se, portanto, os semblantes coloniais do Seridó que, pensamos, já pode ser definido enquanto uma região⁴⁷, inclusive com um delineamento cartográfico mais ou menos balizado de acordo com a área de influência dos fazendeiros locais, ao passo em que prosperavam as atividades pastoris acarretando o aumento das gentes e dos gados e principalmente, sob a orientação da igreja, numa época em que Estado e Igreja não atuavam separadamente e que os rituais católicos, realizados e registrados pelos clérigos, cumpriam a função de certificações civis⁴⁸.

A evolução demográfica e política do Seridó no século XVIII se reflete no lugar chamado de Caicó, célula primeva e centro administrativo. O Arraial do Caicó foi elevado a povoação em julho de 1735, com a fixação de um crucifixo e de um pelourinho; sede da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana em 1748 e vila em 1788. Não obstante sua inegável importância no contexto regional, a autonomia administrativa só veio com a condição de vila, ou seja, em 1788. Até então, havia subordinação aos serviços eclesiásticos da Freguesia do Piancó, sediada na atual cidade de Pombal/PB. Vê-se, contudo, que a Igreja estava atenta ao crescimento populacional e tomava medidas para acudir à consequente demanda pelos serviços religiosos⁴⁹.

⁴⁵ Laboratório de Documentação Histórica – UFRN/CERES, Caixa 321. Doravante, LABORDOC.

⁴⁶ MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

⁴⁷ Até este ponto utilizamos indistintamente o termo região, apenas como forma de referência ao espaço estudado. Daqui por diante a expressão deve ser pensada a partir da acepção de Janaína Amado (1990), a qual se inspira nos pressupostos da geografia crítica, matizada no materialismo dialético e histórico. Neste sentido, a região é concebida como uma organização espacial decorrente da ação humana, das relações dos humanos entre si e com a natureza. Estando em articulação com um contexto mais amplo, a região “expressa singularidades, especificidades dentro de uma totalidade”. AMADO, Janaína. Apresentação – História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. da. (Coord.). **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 7-15.

⁴⁸ Referimo-nos aos assentos de batismos, casamento e óbitos. Todos carregados de informações úteis na esfera civil.

⁴⁹ MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense**. Natal: Sebo Vermelho, 2005.; MACÊDO, Muirakytan K. Rústicos Cabedais: patrimônio e cotidiano

Desta forma, ao final do século XVIII o Seridó apresentava a seguinte configuração cartográfica:

Mapa 1 – Rio Grande do Norte, com destaque para os limites da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (1801)



Fonte: MACÊDO, 2021. p. 17.

Acreditamos que a cartografia do Seridó, apresentada no mapa acima, em muito se aproxima do que já era seu território em 1748, quando a povoação do Caicó se tornou sede da Freguesia de Santa Ana, também chamada de Freguesia do Seridó, ou Ribeira do Seridó⁵⁰. A jurisdição dessa freguesia englobava as ribeiras do Piranhas, Espinharas, Acauã e aquela que a nomeia, isto é, do Seridó⁵¹, numa extensão territorial de 9.332 km², segundo José Augusto B. de Medeiros⁵². Essa dimensão territorial não deve ser tomada como um dado rígido. Não é por acaso que o mapa traçado por Macêdo⁵³ e reproduzido acima apresenta de forma pontilhada os contornos da circunscrição seridoense.

familiar nos sertões da pecuária (Seridó – séc. XVIII). Natal: Sol Negro, 2021.; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó**: genealogias mestiças nos sertões do Rio Grande do Norte (Séculos XVIII-XIX). Curitiba: CRV, 2020.; MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

⁵⁰ Ribeira, no contexto estudado, designa não só os acidentes geográficos que favoreceram o incursos dos colonizadores sertões adentro, elas também são células que cartografam um território político-administrativo. Daí a pertinência da denominação Ribeira do Seridó, pois nesse pequeno complexo que compõe a região estudada, esta é a ribeira que sobressai frente às demais, estando sobre elas sua influência e sua dominação política. *Vide*: MACEDO, *op. cit.*

⁵¹ MACÊDO, *op. cit.*

⁵² MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

⁵³ O autor, seguindo exemplo de Solange Rocha (2009), trabalha na perspectiva de fronteiras borradas como forma de frisar o caráter lasso dessas delimitações.

Até aqui procuramos descrever a gênese do Seridó, essa tela dinâmica onde pessoas e gados se movimentam no enquadramento de uma moldura pouco rija e de formas particulares⁵⁴. Nesse processo formativo se destacam, em suma: o despovoamento, mediante a dizimação, expulsão e domesticação do contingente indígena; o repovoamento em moldes coloniais, com a presença de luso brasílicos, pessoas de ascendência africana e remanescentes tarairiús; a implantação da empresa pecuarista, funcionando com mão de obra livre e escrava; o *modus vivendis* cristão perpassando todas as esferas da vida. O adensamento populacional se torna mais vultoso à medida que a referida empresa se consolida, especialmente a partir da década de 1720, com a chegada das famílias que compuseram as “estirpes” regionais.

É importante frisar que esse crescimento populacional não ocorre de forma constante, haja vista que o criatório na Ribeira do Seridó não teve a estabilidade como uma de suas marcas. Trata-se de uma atividade desenvolvida de forma extensiva, dependente de pastagens naturais. Portanto, as condições climatológicas foram determinantes para os sucessos ou inflexões da atividade, que se dava ao sabor das boas invernadas ou dos períodos de longas estiagens características da zona semiárida. Logo, é notório que, a despeito da fixação de determinados grupos e sujeitos que constituíram estadia longa na região, a mobilidade espacial, com fluxos intra e extrafronteiras, foi muito comum. Aliás, como demonstra Faria⁵⁵, a extrema mobilidade espacial é algo muito acentuado à época colonial, sobretudo entre a população pobre não-escrava. Isso dificulta ao pesquisador seguir algumas trajetórias de vida por meio da documentação. Grosso modo, é somente a partir da aquisição de posses que as pessoas passam a ter uma vida mais estável.

Ressaltemos ainda que é crucial que estejamos atentos à variedade de grupos e sujeitos que se fixaram no Seridó colonial ou que deixaram rastros de suas passagens pela região. O reconhecimento da diversidade de tipos humanos que povoaram o lugar desde a sua formação enquanto espaço colonial é um elemento importante na desconstrução da ideia de que ali tudo se fez, primordialmente, pelo protagonismo dos grupos identificados como brancos e situados no centro do poder. Cabe pensarmos o tema a partir da concepção de França Paiva, quando afirma que:

⁵⁴ O principal elemento da economia seridoense é o gado *vacum*, porém, na composição do universo pastoril da região, é de grande relevância a existência de gados *cavalar*, *cabrum* e *ovelhum*. Para uma melhor compreensão do tema *vide* MACÊDO, 2021.

⁵⁵ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

No período colonial brasileiro, brancos, negros, indígenas e mestiços, subdivididos em grupos menos abrangentes, que demarcava diferenças internas, como, por exemplo, homens e mulheres, velhos e jovens, ricos e pobres, construíram um mundo marcado pela mobilidade⁵⁶.

Além de chamar atenção para a pluralidade, o autor corrobora a afirmação de Sheila Faria, a que nos referimos acima, concernente a mobilidade. Esta, por sua vez, se dá em dois níveis, isto é, espacial e socialmente. Variedade e mobilidade são aspectos que perpassam toda esta tese, sendo cruciais para o entendimento das discussões aqui presentes.

Delineadas as características iniciais da região em foco, passaremos a discutir as correntes intelectuais mais marcantes na história da escravidão e da presença negra no Brasil, bem como alguns dos pesquisadores de maior influência. Depois, trataremos dos modos que têm o Seridó como foco de análise que se reporta aos sujeitos e grupos de matriz africana para, na sequência, explicitarmos nossa abordagem da região, tomando a vida da população de ascendência africana como objeto de análise, e como buscar situar nossa pesquisa numa das correntes historiográficas integrantes dedicadas ao estudo da região.

⁵⁶ PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia**: Minas Gerais, 1716–1789. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 32.

CAPÍTULO 1 – UM VOO RASANTE SOBRE A HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO E DA PRESENÇA NEGRA NO BRASIL E NO SERIDÓ

Antes mesmo que o sistema escravista declinasse por completo, alguns intelectuais já manifestavam preocupação a respeito do lugar ocupado pela população de matriz africana no contexto social do Brasil. Dentre eles se destacam pessoas identificadas como negras, é o caso, por exemplo, de Antonio Rebouças (1798–1880), André Rebouças (1838–1898) e Luiz Gama⁵⁷ (1830–1882) que, além de se dedicarem às possibilidades de inserção e da efetivação de uma cidadania para o elemento negro, deram importantes contribuições para o movimento abolicionista e para a própria desagregação da estrutura escravista⁵⁸.

No século XIX, numa corrente paralela ao trabalho dos intelectuais supracitados e mediante a escalada do liberalismo, da revolução industrial, do crescimento econômico e da urbanização, sob o impulso do incremento da ciência e da tecnologia, diversos pensadores europeus se apoiaram na concepção cientificista para justificar o “sucesso” de seus países frente às diversas partes do mundo, onde exerciam dominação, ou seja, a ciência era usada como forma de sustentar a argumentação de uma pretensa superioridade dos povos europeus na comparação com os dos outros continentes.

Era comum entre eles a crença de que a distinção dos europeus, especialmente dos nórdicos, resultava de causas biológicas e naturais, isto é, da combinação entre herança genética e condições climáticas ideais. Assim, quanto mais “moreno” fosse o povo e mais quente fosse o clima, menores seriam as chances de se constituir uma civilização comparável à europeia. Alguns escritores foram radicais a ponto de asseverarem que, longe das condições europeias, eram nulas as possibilidades de haver sociedade civilizada. Exemplos clássicos dessas concepções são o Conde francês Arthur de Gobineau, para quem a acentuada presença de população negra era o vetor da inferioridade brasileira, porém, o problema seria amenizado com a inserção de europeus.

⁵⁷ A participação de pessoas negras nos movimentos em prol da abolição no Brasil, bem como a trajetória de vida de diversas notáveis personalidades negras, podem ser conferidas em GOMES, Flávio dos Santos; LURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lília. **Enciclopédia Negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

⁵⁸ MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.; GRINBERG, Keila. Em defesa da propriedade: Antonio Pereira Rebouças e a escravidão. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 21-22, p. 111-146, 1998.; SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**. Trad. Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Já o historiador inglês Henry Thomas Buckle (1821–1862), via no Brasil uma malograda tentativa de civilização, cujos poucos resultados foram conseguidos graças à participação estrangeira⁵⁹.

Essas concepções, que ficaram conhecidas como racismo científico, foram amplamente aceitas entre os grupos ligados aos centros de poder e entre a intelectualidade brasileira⁶⁰. Um exemplo recorrente é o livro “Os Africanos no Brasil”, escrito por Raimundo Nina Rodrigues entre 1890 e 1905. Para o autor, o elemento negro era de fato o vetor da inferioridade nacional. Porém, em sua concepção, as possibilidades de civilizar o negro não eram nulas. Partindo do ponto de vista de que sociedades negras nunca chegaram a ser civilizadas, o escritor afirma que o problema a ser enfrentado diz respeito a aferir até que ponto é possível dirimir a carência de civilização dos africanos e de seus descendentes, e mais, se a mestiçagem é capaz de compensar, em alguma medida, a inferioridade negra.

Ao longo de sua trajetória, Nina Rodrigues expressa uma visão profundamente negativa, estabelecendo inclusive vinculações entre mestiçagem e tendências ao crime. Mas, como forma de se desvencilhar de um paradoxo evidente, dada a sua condição de pessoa mulata, o estudioso afirma que não deve existir confusão entre virtudes individuais e “o valor cultural de uma raça”; para ele, o fato de haver um ou outro negro dotado de boas capacidades não invalida a realidade que os povos negros não puderam constituir uma civilização⁶¹.

O autor se mostra um tanto contraditório, na medida em que, ora se aproxima de Gobineau, vendo o caldeamento como possibilidade de superação do suposto atraso do Brasil, ora o toma como potencial fonte do agravamento dos problemas sociais, admitindo a associação entre mestiçagem e crime. Não obstante os aspectos singulares trabalhados por Nina Rodrigues, sua obra está em perfeita sintonia com o pensamento positivista dominante no Brasil de finais do século XIX, quando as ideias tradicionais perdem terreno diante da expansão do espírito crítico que rejeitava a monarquia agrária, o romantismo e o catolicismo, mas sem abrir mão da concentração de poder e da hierarquização social e racial⁶².

⁵⁹ SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**. Trad. Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 66-96.

⁶⁰ ROCHA, Cristiany Miranda. **Histórias de famílias escravas**: Campinas, século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

⁶¹ RODRIGUES, R. Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

⁶² SKIDMORE, *op. cit.*

Uma perspectiva nova e contrária aos pressupostos do racismo científico vem a público na década de 1930, quando Gilberto Freyre inaugura, no livro *Casa Grande & Senzala*⁶³, o que pode ser chamado de elogio da democracia racial. Na obra, o argumento do caldeamento como fonte da degenerescência nacional é refutado⁶⁴. Aliás, o norte da abordagem freyreana é a Antropologia Cultural, consolidada pelo antropólogo Franz Boas, cujas formulações se colocam em posição de confronto aos elementos basilares do racismo científico, isto é, à compreensão da raça como um conceito biológico e o evolucionismo cultural que fomentava a hierarquização das culturas, apresentando a sociedade europeia como o ápice, estágio a ser atingido pelos demais povos.

Gilberto Freyre afirma que Boas, de quem foi aluno na Universidade de Columbia, foi sua maior inspiração intelectual, com quem aprendeu “o justo valor” do negro e do mulato, bem como a diferença entre raça e cultura e a capacidade de “discriminar entre os efeitos das relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio”⁶⁵. O eco das concepções boasianas aparece no trabalho do escritor pernambucano, uma vez que, no modelo culturalista, o interesse recai sobre todos os ramos da atuação humana, porém, a atenção é concentrada primordialmente no comportamento dos indivíduos enquanto praticantes e elucidadores da cultura. Deixando de lado o foco nas instituições e seu funcionamento, os culturalistas são adeptos do método etnográfico e da análise comparativa. Para eles, a noção de cultura é pluralística e se fundamenta nos aspectos históricos e sociais, e não nos biológicos.

Sucesso retumbante, *Casa Grande & Senzala* figura entre os livros brasileiros com maior repercussão nacional e internacional. A obra tem sido modelo para o estudo da questão das mestiçagens em diversas partes do mundo. Com efeito, seu autor merece reconhecimento pelo pioneirismo em deslocar o foco dos determinismos de cunho biológico e natural para as questões culturais. Por outro lado, sem negar a violência do escravismo praticado nos espaços lusos, ele deixa entrever relações harmoniosas entre senhores e cativos, num ambiente ameno e fraterno, ou seja, escamoteando um dos mais graves problemas de nossa sociedade, que é a discriminação racial.⁶⁶

⁶³ A publicação original de *Casa Grande & Senzala* data de 1933, contando com dezenas de reedições ao longo dos anos. Aqui utilizamos a edição número 51, feita pela Editora Global e publicada em 2006.

⁶⁴ SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁶⁵ FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006, p. 32.

⁶⁶ ROCHA, Solange Pereira. **Gente negra na paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

A Escola Paulista de Sociologia e a nova história social da escravidão e da presença negra no Brasil

É fato que as concepções de Gilberto Freyre se tornaram hegemônicas no Brasil, não obstante as oposições enfrentadas aqui e no exterior. Com ele, figuras como o mulato de sobrado, apresentado em *Sobrados e Mocambos*⁶⁷ que, embora ligados a uma ancestralidade escrava, ascendem socialmente, chegando a posições honoríficas, ganham projeção enquanto símbolos da democracia racial brasileira. Porém, a partir dos anos 1960, suas teses são postas em questão por estudiosos ligados ao círculo intelectual que ficaria conhecido como “Escola Paulista de Sociologia”, entre os quais estavam escritores como Emília Viotti da Costa, Florestan Fernandes e Octavio Ianni.

Ao demonstrarem a existência e a persistência de um forte contexto de discriminação racial no país, esses e outros autores apresentaram a percepção de que a convivência democrática entre negros e brancos em nossa sociedade não era mais do que uma quimera suscitada da obra de Freyre. Assim, o “mito da democracia racial”, na medida em que servia aos interesses das classes dirigentes enquanto meio de dirimir as tensões sociais e manter estável a dominação exercida pelos grupos ligados ao centro do poder, bem como no que se refere à relação comparativa do país com outras nações com expressivo contingente de população negra, servia também como cortina de fumaça para o grave problema da marginalização do negro brasileiro⁶⁸.

Ao tratar dos impactos causados pelos trabalhos oriundos da “Escola Paulista de Sociologia”, a historiadora Solange Pereira da Rocha afirma que os desdobramentos se deram em duas frentes. Primeiro, no âmbito acadêmico, por sistematizarem a crítica da ideia de benignidade no trato dos senhores com os cativos e, em linhas gerais, nas relações entre “brancos” e negros. O outro desdobramento se dá no campo político, sobretudo na década de 1970, como base ideológica para o movimento negro, que se reorganizava mediante a desintegração do regime militar. Assim, os referidos trabalhos foram importantíssimos como esteio ao combate das discriminações raciais no Brasil contemporâneo⁶⁹. Ao abordar a questão, por sua vez, Marília Lima de Araújo chama atenção para outro elemento da obra de Freyre que também foi alvejado pelas críticas do

⁶⁷ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora Global, 2013.

⁶⁸ ROCHA, Cristiany Miranda. **Histórias de famílias escravas**: Campinas, século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

⁶⁹ ROCHA, Solange Pereira. **Gente negra na paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 31-32.

pessoal da “escola paulista”: a “generalização para todo o Brasil de uma interpretação baseada no Nordeste açucareiro”⁷⁰.

Há, porém, uma falha interpretativa na visão da “Escola Paulista”, percebida sobretudo, por um grupo de historiadores cujos trabalhos, vistos em conjunto, constituem uma virada historiográfica iniciada nos anos finais da década de 1970 e início do decênio seguinte. Para a maior parte dos praticantes dessa recente historiografia da escravidão no Brasil, a abordagem da “Escola Paulista”, presa na moldura do aspecto econômico e no processo de formação do capitalismo, não foi capaz de captar a esfera humana dos escravizados, de forma que, grosso modo, eles foram retratados como mercadorias passivas à comercialização e às demais vicissitudes da realidade escravista. Com isso, ela reforçou a visão do negro como sujeito impotente, relegado à coisificação, de maneira que suas reações se caracterizam como violência e fuga, sobretudo diante das opressões sofridas no cotidiano escravista, tais como violência acima dos padrões e outros tratamentos insuportáveis. Nesse sentido, a reação dos cativos é entendida como o que, na acepção thompsoniana, seria chamada de “espasmódica”.

Num contraponto a essa interpretação, os recentes estudos a respeito da escravidão e da presença de população negra no Brasil tendem a evidenciar o elemento negro, em quaisquer condições jurídicas, como agente histórico submetido a um jogo assimétrico de poder, porém, consciente de sua própria situação, do contexto social e político em que está inserido e agindo segundo lógicas correspondentes a esses contextos⁷¹.

A recente historiografia tem abarcado um variado rol de temáticas, das quais muitas foram negadas ou estiveram fora do campo de interesse dos trabalhos anteriores, como é o caso dos estudos que focam nas relações, conflituosas e/ou negociadas, entre cativos e senhores como propiciadoras de condições menos sôfregas no cotidiano dos escravizados e quiçá de alguma ascensão social. Também a abordagem da família escrava e suas possibilidades e do expressivo número de população negra não-cativa que viveu

⁷⁰ ARAÚJO, Marília Lima de. **Famílias e relações de parentesco de escravizados**: Água Branca/Alto Sertão da província de Alagoas (1850–1888). Curitiba: CRV, 2023.

⁷¹ CARDOSO, Ciro Flamarion. A brecha camponesa no sistema escravista. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 133-154.; FLORENTINO, Manolo; GÖES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; FARIA, 1998.; CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.; SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

no Brasil, especialmente a partir do século XVIII, quando o contingente de pessoas alforriadas aumenta de forma significativa⁷².

Além desses, estão no horizonte de abordagens assuntos como: população escrava; tráfico negreiro transatlântico e tráfico interno de escravos; escravidão no campo, em atividades voltadas à exportação ou ao mercado interno; escravidão urbana; escravidão na pecuária, na mineração e no extrativismo; alforria e inscrição dos libertos na sociedade colonial e imperial; resistência escrava; culturas e identidades escravas, suas articulações com o passado africano e suas intersecções com os mundos do trabalho; normas e práticas legais relacionadas ao cativo⁷³.

A família escrava é, certamente, o tema mais visitado pelos historiadores, e o que mais tem gerado debates. Contudo, essa nova forma de enxergar a sociedade escravista, tendo as realidades experienciadas por mulheres e homens de ascendência africana como ponto de partida analítico, resultou na constatação de uma certa autonomia daqueles que viveram sob o signo da escravidão. Ressalta-se também a elementar capacidade de agência daqueles que tiveram suas vidas marcadas pelo cativo e, entre outras nuances, as relações de parentesco, bem como de sociabilidades que extrapolam o aspecto parental, como estratégicas para a realização de objetivos pré-estabelecidos, seja individual ou coletivamente.

Houve também renovação no que se refere à concepção de sociedade. Mais do que proceder à compreensão dos africanos e descendentes de africanos como agentes diretos na influência dos processos sociais e políticos, os historiadores têm se dedicado a pensar a realidade social a partir das experiências desses elementos. O modelo de condução das pesquisas realizadas nesta seara é o da história social, que consiste em voltar o olhar para o âmbito coletivo, numa rejeição à prática hankiana de centrar as atenções no aspecto individual, notadamente sobre as ações de personagens eminentes. Toma-se como base de análise grandes massas documentais por meio do método quantitativo e, numa aproximação com a antropologia, vislumbram-se os aspectos socioculturais deslocando o foco das tradicionais questões econômicas⁷⁴.

⁷² ROCHA, Solange Pereira. **Gente negra na paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

⁷³ MARQUESE, Rafael de Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. **Revista de História**, São Paulo, v. 169, 2013, p. 229.

⁷⁴ CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59; ROCHA, Solange Pereira. **Gente negra na paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

Essa virada ideológica por que passou a historiografia brasileira se deu, em grande medida, como decorrência da propagação da obra do historiador inglês Edward Palmer Thompson em nosso país⁷⁵, com ênfase em dois textos fundamentais, isto é, “A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser” e “A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII”. No primeiro, ao passo em que se propõe a responder as críticas tecidas por Louis Althusser sobre a inexistência de uma teoria da história, o autor abre mão do binômio “base-superestrutura” e utiliza o termo experiência como chave para a análise de comportamentos, condutas e costumes, isto numa clara intenção de transmutar estrutura em processo e de reintroduzir o sujeito na história.

Ali, Thompson procura demonstrar o quanto as diversidades inerentes aos processos vividos no cotidiano de trabalhadores urbanos e do campo na Inglaterra do século XVIII e início do XIX são, na verdade, parte de uma experiência comum. Desta maneira, a “exploração” extrapola a semântica político-econômica de origem marxista e passa a ser compreendida também como fato sentido e vivenciado conscientemente pelos que a experimentam. Não há na experiência carência de racionalidade, assevera o autor, “as pessoas raciocinam sobre o que acontece a elas e ao seu mundo”⁷⁶.

A economia moral da multidão inglesa no século XVIII, ou simplesmente “A economia moral”, é um texto cuja publicação no Brasil ocorreu como capítulo do livro “Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional”. Trata-se de um magistral exercício de história social em que o autor, mediante a análise de vasta documentação, consegue recuperar o sentido da ação popular. Seu ponto de partida é o termo motim, visando o contexto dos chamados “motins da fome” na Inglaterra do século XVIII. Em sua percepção, os historiadores que haviam se debruçado sobre o tema não conseguiram dar um caráter autônomo à história social, de forma que a mesma se manteve na retaguarda da história cultural. Assim, prevalecia a visão superficial, restrita a uma constatação óbvia: “as pessoas protestam quando estão com fome”.

A ação popular continuava sendo entendida como intromissão “compulsiva e espasmódica” na cena histórica, ocorrendo em momentos de repentina perturbação social sob o impulso da escassez e da fome. Subjacente à palavra “motim”, percebe Thompson,

⁷⁵ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁷⁶ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981, p. 16.

se esconde o que chama de “visão espasmódica” da história popular, segundo a qual a gente comum dificilmente poderia ser interpretada como agente histórica antes da Revolução Francesa.

Contrariando essa visão, o historiador inglês apresenta sua constatação de que quase toda ação popular no decorrer do século XVIII era motivada por uma noção legitimadora. Ao se manifestarem nos momentos de escassez, mulheres e homens acreditavam defender direitos ou costumes tradicionais. Investigando cartas, folhetos, leis e documentação oficial, o autor traz a público visão interpretativa um tanto inovadora, segundo a qual havia um conjunto “de normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade”⁷⁷; a isso, ele chama de economia moral. Sua análise da documentação compulsada confirma que a gente comum tinha visão “sistemática e consistente”. Ao contrário do que afirmam as interpretações apressadas, apontando espasmos e intromissões casuais, a ação popular tinha como objetivo coibir condutas não condizentes com as tradições e normas, sobretudo aquelas que visavam a maior obtenção de lucros, quando havia crises causadas por colheitas malogradas, ou quando da inferiorização dos produtos ofertados aos pobres, como farinha de baixa qualidade.

Destarte, ao se manifestar, a multidão não tinha como objetivo a pilhagem ou a rapinagem de quaisquer naturezas; seu interesse era a defesa daquele conjunto de normas e obrigações sociais. Para tanto, com a consciência perpassada pela crença de que “lucrar com as necessidades do povo era uma imoralidade”, diversas instâncias eram mobilizadas, como as autoridades civis, eclesiais e judiciárias, comerciantes, moleiros e fazendeiros. Diante disso, Thompson dá primazia à gente comum, evidenciando a capacidade de agência da multidão. Apreendendo os processos a partir de baixo, ou seja, da ação das camadas populares, ele consegue trazer à tona o protagonismo das massas e, em decorrência, desconstruir a ideia de sujeitos passivos na história.

As concepções thompsonianas têm inspirado muitos dos trabalhos produzidos no contexto da recente historiografia da escravidão e da presença de população negra no Brasil. Notadamente no que concerne à ação dos sujeitos de matriz africana como agentes históricos, conscientes de sua posição no quadro social, capazes de ler a realidade

⁷⁷ THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 152.

apreendendo os contextos em que foram inseridos, e de criar expectativas, vislumbrando melhores condições de vida, mediante as circunstâncias e as possibilidades reais.

Um exemplo do que vimos afirmando pode ser visto nitidamente nas palavras de Emília Viotti da Costa⁷⁸ que, após rever suas posições teóricas profundamente arraigadas ao que preconizava a “Escola Paulista”, passou a enxergar a escravidão como um campo permeado por negociações muito mais do que pela persuasão.

Assim, escreve a autora:

Os senhores sonhavam com o poder total e a obediência cega, os escravos entendiam a escravidão como um sistema de obrigações recíprocas. Eles presumiam que entre senhores e escravos havia um contrato tácito, um texto invisível que definia regras e obrigações, um texto que usavam para avaliar qualquer violação a seus “direitos”. [...] Sempre que essa norma fosse violada e o “contrato” implícito rompido, eles se sentiam no direito de protestar⁷⁹.

É ampla a aceitação das formulações thompsonianas. Seu nível de influência é tal que são raros no Brasil os trabalhos de história social da escravidão pós 1980 que não incorporem seus conceitos primordiais, como “agência” e “experiência”. Todavia, na contramão de tão grande aquiescência, há quem veja a utilização dos preceitos de Thompson como algo problemático: é o caso do historiador Rafael Marquese⁸⁰. Para este, a historiografia brasileira tem feito uma “apropriação seletiva” do trabalho do historiador britânico. Em sua perspectiva, ao tomar tal obra como referência teórica básica para a renovação historiográfica que estava em curso, os estudiosos brasileiros o fizeram em detrimento do legado intelectual das gerações anteriores e, o que não é menos grave, abriram mão dos processos de longa duração, ou seja, “a interpretação estruturalista da escravidão”.

Ademais, na perspectiva de Marquese, existe ainda o inconveniente de uma leitura capaz de limar o fundo historiográfico mais amplo do trabalho de Thompson, a formação do capitalismo na Inglaterra. Isto significa não levar em conta a esfera do capital no contexto da escravidão praticada no Brasil. Em outras palavras, o autor de *A formação da classe operária inglesa* teria sido retirado do contexto político e historiográfico que deu origem à sua obra, a saber, o debate sobre a formação do capitalismo.

⁷⁸ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA., 1982 *apud* ROCHA, 2009, p. 42.

⁷⁹ COSTA, *op. cit.*, p. 99.

⁸⁰ MARQUESE, Rafael de Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. **Revista de História**, São Paulo, v. 169, p. 223-253, 2013.

Além disso, Marquese⁸¹ faz uma crítica direta ao próprio Thompson, notadamente ao seu conceito de experiência, tão caro aos historiadores brasileiros. Sua crítica diz respeito à “frouxidão” daquele conceito, apresentada pelo britânico em A miséria da teoria. Para o autor, a forma como a categoria experiência é ali trabalhada implica a negação de duas heranças legadas pela segunda geração da Escola dos Annales, que os historiadores marxistas britânicos abraçaram “como conquista inefável para o conhecimento histórico”: a pluralidade dos tempos históricos e a estrutura.

Ao que nos parece, algumas ponderações devem ser feitas a respeito das afirmações de Marquese. A primeira delas diz respeito à própria riqueza da obra de Thompson, cujos desdobramentos se estendem em diversas direções. O Thompson dedicado à compreensão dos processos de formação do capitalismo em textos como Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial⁸² é o mesmo que se viu tentado a “resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade”⁸³. Em ambos os casos, está posto o contexto político e historiográfico característico da obra do autor.

Todavia, é elementar, o segundo caso é o que melhor responde à necessidade com que se depararam os historiadores da escravidão no Brasil, diante do que, palavras⁸⁴ de Marquese, era o “beco sem saída” dos debates sobre o modo de produção escravista. Ao recuperar a “gente comum” com suas visões de mundo, sua autoconsciência, suas lógicas de comportamentos, Thompson fornece ao historiador debruçado sobre a escravidão e a presença de população negra no Brasil a chave para o alcance do escravizado, liberto e livre em suas lutas, ações e inspirações cotidianas. Nisso se justifica a apropriação seletiva constatada por Rafael Marquese, ao mesmo tempo em que se percebe uma correspondência entre as pesquisas a respeito do Brasil escravista e o contexto dos estudos de Thompson. Diga-se de passagem, o contexto de Thompson, como procuramos demonstrar acima, não é somente o contexto da formação do capitalismo, é também o contexto de recuperação da gente comum e de sua inserção no processo histórico.

⁸¹ *Ibid.*, p. 236.

⁸² THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 267-304.

⁸³ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I**: a árvore da liberdade. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 13.

⁸⁴ MARQUESE, Rafael de Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. **Revista de História**, São Paulo, v. 169, p. 223-253, 2013, p. 230.

O historiador João Luís Santos⁸⁵ nos lembra que o trabalho de Thompson está inserido num contexto amplo de produção historiográfica que se convencionou chamar de “história vista de baixo”. Neste sentido, aponta Santos, há uma correlação entre seus trabalhos e a obra de estudiosos como Goerges Lefebvre⁸⁶, que aborda as classes sociais pelo viés da cultura, vislumbrando processos amplos no âmbito da longa duração, apontando caminhos possíveis para a história vista de baixo. Da mesma forma, é correlato o trabalho de George Rudé⁸⁷ que, debruçado sobre as lógicas de ação dos dominados, é um dos que inauguram o modo de investigação da história vista de baixo. Isto responde, em certa medida, a questão posta por Marquese sobre a frouxidão do conceito de experiência em Thompson, uma vez que demonstra sua ligação com os processos de longa duração.

Contudo, as perspectivas trazidas pelos recentes estudos históricos da escravidão não apresentam dissensos somente no que se refere à incorporação dos pressupostos thompsonianos. A aceitação dessa virada historiográfica no âmbito da historiografia brasileira não se deu sem que houvesse grandes resistências. Sendo a família escrava a temática que mais suscitou debates no tocante às suas possibilidades, tanto quanto no que se refere às formas de interpretação da mesma. Não obstante seja a família escrava uma evidência há muito inquestionável, vale a pena relembrar alguns dos principais debates historiográficos a seu respeito.

Jacob Gorender foi certamente o grande responsável pela discussão em torno da impossibilidade dos arranjos familiares estáveis entre os cativos. Apresentando uma visão matizada pelo viés econômico, o autor procurou deixar claro que o desequilíbrio numérico entre mulheres e homens já constituía, por si só, impeditivo fundamental para a configuração de laços familiares no seio da escravaria. Sua ótica tem como base a lógica empresarial escravista, cujo objetivo premente era a continuidade ininterrupta das atividades laborais, determinando o contínuo ingresso de africanos fisicamente aptos, isto é, pessoas do sexo masculino que estivessem em idade produtiva. Portanto, mulheres e crianças se faziam elementos tangentes à fria concepção dessa lógica, preconizada na demanda por braços capazes de manter em funcionamento as exaustivas atividades nas grandes propriedades, sem preocupações com as possibilidades de dar ao trabalhador

⁸⁵ SANTOS, João Luís L. de Paula. Tensões e diálogos entre a experiência e a estrutura na História Vista de Baixo. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 477-491, 2022.

⁸⁶ LEFEBVRE, Georges. **O grande medo de 1789**: os camponeses e a Revolução Francesa. Trad. Carlos Eduardo Castro Leal. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

⁸⁷ RUDÉ, George. **A multidão na história**: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra (1730-1848). Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

escravizado alguma longevidade, uma vez que a importação via tráfico atlântico provia, sem grandes dificuldades, a substituição dos elementos tornados inválidos para o trabalho. Ainda na visão de Gorender, os senhores de grandes escravarias só passam a tomar providências no sentido de “prolongar a vida” dos escravos após a interrupção daquele tráfico⁸⁸.

Visando sustentar suas formulações diante das novas perspectivas apresentadas por historiadores que viam a escravidão como palco de disputas, em que o elemento negro, embora numa posição desfavorável, encontrava meios de agenciar melhores condições de sobrevivência e até mobilidade social, Gorender afirma que a vida do cativo é inteiramente perpassada pela contradição entre ser pessoa e ser coisa. Assim sendo, a subjetividade do escravizado é extremamente restrita, inclusive pelo constante uso da violência física praticada pelos senhores. Esta é, em sua perspectiva, a marca fundamental da escravidão, de forma que o cativo não dispõe de elementos para buscar melhores condições, nem para constituir laços familiares duradouros⁸⁹.

Aliás, para o referido escritor, entender a escravidão como um sistema mais negociado que coercitivo é o mesmo que reabilitar as teses do patriarcalismo freyreano⁹⁰. Seus argumentos são contrários à proposta teórica de Edward P. Thompson e, por conseguinte, dos historiadores que seguem tal perspectiva no Brasil. Assim, na obra intitulada *A escravidão reabilitada*, Gorender empreende um grande esforço no sentido de refutar tanto o historiador inglês, quanto aqueles que recebem sua influência em nosso país. É Silvia H. Lara⁹¹ quem nos lembra que este último via em Thompson um antimarxista culturalista, bem como os historiadores dedicados à subjetividade dos escravizados e à sua capacidade de agência eram por ele qualificados como escravistas deslocados no tempo.

A própria Lara rebate as críticas de Gorender, desaprovando a ausência de pesquisa em arquivos históricos no seu trabalho. Para ela, o referido autor utiliza acriticamente relatos de viajantes e constrói muitos de seus argumentos a partir do trabalho de outros autores, inclusive daqueles que tenta refutar, sem, no entanto, citar as fontes. Merece, porém, assevera a historiadora, reconhecimento como um respeitável militante de esquerda.

⁸⁸ GORENDER, Jacob. **O escravismo Colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

⁸⁹ GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

⁹⁰ ROCHA, Solange Pereira. **Gente negra na paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

⁹¹ LARA, Silvia H. A escravidão no Brasil: um balanço historiográfico. **LPH: Revista de História**, Mariana, v. 3, n.1, p. 215-244, 1992.

Manolo Florentino e José Roberto de Góes⁹², abordando a família escrava por um prisma oposto à visão de Gorender, apresentam o cativo como sujeito histórico que tem, em seu horizonte, objetivos e metas que, diligentemente, procurar alcançar. Com base num estudo desenvolvido por Marshal Sahlins⁹³, os autores chamam atenção para o fato de que, nas sociedades tribais africanas, na ausência de Estado centralizado, detentor do monopólio da violência, “todos se percebem donos do direito de empregar a força e guerrear⁹⁴”. Raramente, porém, os membros daquelas sociedades iam às vias de fato, uma vez que as trocas materiais constituíam elementos de manutenção da paz, bem como a efetivação de laços parentais e as cerimônias rituais compunham a base para relações pacíficas. Não por acaso, ressaltam Florentino e Góes, em determinadas línguas do leste africano, “comércio ou troca” têm também o significado de paz; já entre os nuer⁹⁵, “paz e parentesco” são termos sinônimos.

A realidade exposta e analisada por Sahlins e ressaltada pelos dois historiadores brasileiros tem, segundo eles mesmos, similitudes com a experiência escrava no Brasil, notadamente nas escravarias mais numerosos, onde eram habituais as junções e a convivência forçada entre crioulos e africanos de diversos grupos e etnias. Sendo comum que as diferenciações étnicas e, em muitos casos, rivalidades originadas na África, fossem transplantadas para o Brasil e se tornassem parte das vivências dos cativos aqui instalados, suscitando, por consequência, um clima de beligerância no interior das unidades produtivas, o que comprometia significativamente o andamento das atividades laborais e a própria relação cativos-senhores, já que esse espírito de dissensão se dirigia também à casa-grande.

Na medida em que laços de parentesco eram estabelecidos via matrimônio e outros arranjos, eram lançadas as bases para que, via de regra, um ambiente pacífico passasse a existir. Logo, o processo produtivo estaria assegurado, da mesma forma que os senhores teriam menos dificuldades para gerenciar seus escravizados. O casamento cumpria, portanto, na perspectiva de Florentino e Góes, uma função política.

⁹² FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

⁹³ SAHLINS, Marshall. **Las sociedades tribales**. Trad. Francisco Payarols. Barcelona: Labor, 1985.

⁹⁴ FLORENTINO; GÓES, *op. cit.*, p. 32.

⁹⁵ Os nuer são uma tribo africana que vive na região sul do Sudão, sua principal atividade é a criação de gado *vacum*. No que se refere à estrutura política, os nuer são um bom exemplo de tribo africana em que não há poder centralizado. Para uma melhor compreensão do povo nuer *vide* PRITCHARD, Evans E. E. **Os nuers**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, 1978.

Aliás, o tema da família escrava na recente produção historiográfica do Brasil, assim como outros tópicos de pesquisa, é abordado mediante a influência da historiografia norte-americana, como assevera Schwartz⁹⁶. O pioneiro nesses estudos, no âmbito de nossa historiografia, foi Robert Slenes que, muito embora não concorde com a perspectiva de Gorender, se opõe à ideia de que ela tenha sido elemento pacificador nas senzalas e na relação destas com a casa-grande. Para ele, os enlaces matrimoniais garantiam aos senhores apenas “o cativo cotidiano possível” e, subjacente à aparente paz, fervilhava muita instabilidade. Neste sentido, o autor enxerga muito mais paz entre os diferentes grupos de escravizados, no contexto da “reiteração de diferenças étnicas”, mas concorda que a família escrava deve ser entendida como um pilar do escravismo⁹⁷.

Para efeitos de nossa pesquisa, não nos é possível colocar à prova as afirmações dos historiadores em pauta, dadas as condições de nosso objeto de pesquisa que, como se verá adiante, é composto por escravarias consideravelmente diminutos se comparados com os espaços de *plantations* sobre os quais versam as pesquisas referidas, embora tendamos a concordar com o que asseveram Florentino e Góes. Destarte, a historiadora Solange Pereira da Rocha⁹⁸, ao investigar o escravismo praticado na zona da mata paraibana, região bem próxima da que enfocamos nesta tese, no decurso do século XIX, tenha notado que, de fato, a constituição de famílias escravas foi utilizada como estratégia pelos senhores da região, tanto com vistas à reprodução endógena, quanto “para a manutenção e alongamento do sistema”.

A documentação com que lidamos, conforme será demonstrado nos capítulos seguintes, permite notar com bastante nitidez a função política desempenhada de diversas formas pelo estabelecimento da família escrava, tanto no âmbito nuclear, isto é, aquela composta de mãe, pai e filhos, quanto a família extensa. Aliás, a evidência inquestionável e a importância da família escrava enquanto estratégia de sobrevivência, de adaptação ao meio e de mobilidade social no Brasil colônia, é demonstrada por Sheila de Castro Faria⁹⁹. Propondo-se a entender as formas de viver em tal período, a historiadora tomou como objeto de estudo a sociedade que se formava na região dos Campos dos Goitacazes, no atual estado do Rio de Janeiro e, mediante a análise de vasta documentação,

⁹⁶ SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Trad. Jussara Simões. Bauru: EDUSC, 2001.

⁹⁷ SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

⁹⁸ ROCHA, Solange Pereira. **Gente negra na paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

⁹⁹ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

especialmente fontes eclesiais e mapeamentos populacionais, buscou apreender a organização dos variados grupos sociais e elucidar a lógica de suas condutas. Assim, ela pôde concluir que, numa sociedade caracterizada pelo constante ingresso de novos membros, principalmente escravizados recém-chegados da África, o casamento segundo os padrões dominantes, ou seja, o consórcio referendado pela igreja, era uma das principais formas de inserção e aceitação do forasteiro pela comunidade.

Ademais, as uniões consensuais serviam como meio de alavancar as possibilidades de acesso a melhores condições de vida material, bem como de algum nível de mobilidade social. Diante disso, a autora referida afirma que “por caminho muito diferente”, chegou à mesma conclusão de Ronaldo Vainfas¹⁰⁰: a de que em todos os segmentos sociais na América portuguesa, o casamento era “um ideal a ser perseguido, uma garantia de respeitabilidade, segurança e ascensão”.

Muito esclarecedor, neste sentido, é o trabalho desenvolvido por Karine Teixeira Damasceno. Tendo em vista o poder que têm as figuras femininas de agregar em torno de si diversificados sujeitos sociais, a historiadora consegue destrinchar todo um campo de lutas em busca da liberdade, em que as mulheres têm papel primordial¹⁰¹. Na perspectiva da autora, diversas cativas foram capazes de perceberem as oportunidades e tomarem decisões acertadas no sentido de conquistarem suas liberdades e principalmente de suas filhas e filhos. Não obstante, tenha como recorte temporal bastante distinto do escopo desta tese, as concepções ali presentes em muito comungam com as que aqui trabalhamos, de maneira que a pesquisa de Damasceno nos ajuda a pensar o protagonismo feminino, o papel da família e a importância das interações sociais numa acepção mais ampla.

Para além dos estudos citados acima, cuja atenção situa-se em torno da família escrava com suas lógicas de organização e suas funções sendo apresentadas sob diferentes concepções, a historiografia da escravidão e da presença de população negra no Brasil pós 1980 se desdobra em diversas abordagens que, mesmo refletindo concepções teóricas muitas vezes discordantes, comungam a ideia de refutação dos grandes modelos explicativos como o de Gilberto Freyre, já aqui mencionado e o de Caio Prado Júnior¹⁰²,

¹⁰⁰ VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 93.

¹⁰¹ DAMASCENO, Karine Teixeira. **Para serem donas de si**: mulheres negras lutando em família (Feira de Santana, Bahia, 1871-1888) 2019. 244 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

¹⁰² Caio Prado Júnior apresenta uma perspectiva bem diferente da de Gilberto Freyre. Se para este o desenvolvimento da sociedade brasileira se explica a partir do patriarcalismo e suas nuances, matizado na

e ainda o questionamento dos pressupostos como os de promiscuidade sexual, passividade e aculturação dos cativos¹⁰³. Desta forma, as análises de perspectiva macro cedem lugar ao estudo dos pormenores e ao entendimento das particularidades regionais. Assim, pretende-se colocar em evidência o cotidiano dos sujeitos e grupos estudados e a complexidade das relações sociais, com seus choques de interesses, conflitos e negociações.

Concernente à presença de população negra na formação da sociedade brasileira, a escravidão é, grosso modo, a temática vértice das discussões e da busca de compreensão, afinal, é por meio e em nome dessa instituição que se dá o ingresso de africanos e o consequente surgimento de seus descendentes na terra *Brasilis*. Portanto, o historiador interessado no estudo de tal presença, em hipótese alguma pode deixar de investigar o sistema escravista e suas implicações na realidade social, em termos demográficos e culturais. Conforme o *site Slave Voyages*¹⁰⁴, desde a gênese do colonialismo europeu nas Américas o tráfico de escravizados africanos vitimou cerca de 10 milhões de pessoas, sendo que 40% delas vieram para o Brasil, de acordo com o que estimam Reis e Gomes¹⁰⁵. Neste mesmo período, aponta Alencastro¹⁰⁶, a cada 10 estrangeiros que desembarcavam nos portos do Brasil, 9 eram africanos. Desta forma, é difícil mensurar a importância do

casa-grande e perpassado por relações um tanto amistosas entre negros e brancos, embora sob o domínio dos senhores de engenho e das pessoas que lhes eram próximas na escala da hierarquia social, para Prado Júnior a explicação da sociedade nacional se dá por outras vias. Em linhas gerais seu trabalho constitui uma ruptura do velho hábito de estudar o passado pelo passado, ele vê sentido no decurso da história e aborda o passado visando explicar questões do seu tempo presente. Aliás, é na ideia de sentido que se assentam as duas categorias fundantes do pensamento daquele autor, a saber, o “sentido da colonização” e “o sentido da revolução”. O primeiro agrega à vocação agrária de nossa sociedade, com a oferta de produtos primários para o mercado externo, com base na mão de obra escrava. O segundo se refere à superação de tal vocação, mediante uma nova dinâmica na economia brasileira que revolucionaria a estrutura produtiva e voltaria o foco para a conjuntura interna. Lendo o mundo pelas lentes do marxismo, Prado Júnior opta por não dissociar militância e investigação histórica. Para ele, a história observada no conjunto de largos períodos de tempo apresenta sempre uma linha mestra de acontecimentos que se sucedem numa ordem rigorosa e seguindo uma orientação determinada. No caso do Brasil, a passagem do século XVIII ao XIX seria, no seu ver, o momento de síntese, com o fim de três séculos de colonização e o início da construção de uma nova sociedade. Trata-se uma revolução orientada por aquela linha mestra de acontecimentos, cujo fim derradeiro viria a ser o socialismo, que, diga-se de passagem, era a direção para a qual marchava o capitalismo. PRADO JÚNIOR, Caio. **Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira**. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954.; PACHECO JÚNIOR, Israel. Considerações sobre o pensamento de Caio Prado Júnior: colonização e revolução. **Praça**: Revista Discente da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, Recife, v. 2, n. 1, p. 24-49, 2018.

¹⁰³ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹⁰⁴ Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

¹⁰⁵ REIS, João José.; GOMES, Flávio dos Santos. Introdução: uma história da liberdade. In: REIS, João José.; GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 9.

¹⁰⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

elemento negro na conformação numérica e cultural do país, considerando as várias possibilidades de mestiçagem e o fato de que ao chegarem nestas terras os africanos contribuíram significativamente na arquitetura, religião, agricultura, língua, toponímia, música e artes.

O cativo, longe de ser compreendido como simples mercadoria passiva perante o sistema opressor e sujeita à compra, venda e transferência conforme determinassem seus senhores, é, na recente historiografia, como procuramos frisar e aqui reforçamos que esta é a concepção que perpassa toda a presente tese, abordado enquanto agente histórico. Do ponto de vista daqueles sujeitos e grupos escravizados, a liberdade foi sempre o horizonte a ser alcançado. Em determinadas circunstâncias, o sonho da libertação foi algo bastante plausível, em outras, chegou a beirar a inverossimilhança, mas nunca deixou de ser seguido. Na impossibilidade de ser conquistada por meio de negociação e pela via da legalidade, muitas vezes a liberdade foi alcançada através da fuga e efetivada, permanentemente ou por um curto período, nas comunidades de fugitivos que existiram desde a época colonial e que, no Brasil, ficaram conhecidas como quilombos ou mocambos.

A liberdade, esse alvo em constante movimento, como enfatizam João Reis e Flávio Gomes¹⁰⁷ (fazendo referência a Barbara Fields), é tema mais do que profícuo no contexto da virada historiográfica que teve início na década de 1980. Na colônia, assim como no império, a conquista da condição de ex-escravo poderia realizar-se por diferentes vias. É importante lembrar que legalmente a escravidão era transmitida em herança matrilinear, ou seja, era do ventre materno que se herdava a condição de cativo. Portanto, as crianças nascidas de mães não-escravas viviam sob a condição de livre, no entanto, é comum na documentação histórica, especialmente nos registros paroquiais do século XVIII, que os crioulos que descendem em primeiro grau de pessoas forras, sejam também identificados como forros¹⁰⁸.

As outras formas de obtenção da liberdade eram a compra da carta de alforria e a fuga. No Brasil, diversos estudiosos têm se dedicado à compreensão das circunstâncias referentes à compra e venda da liberdade. Notadamente, as condições espaço-temporais tinham peso determinante na forma como as manumissões se efetivavam, mas, vistos em

¹⁰⁷ REIS, João José.; GOMES, Flávio dos Santos. Introdução: uma história da liberdade. In: REIS, João José.; GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 9-25.

¹⁰⁸ REIS; GOMES, 1996; FARIA, Sheila de Castro. Damas mercadoras – as pretas minas no Rio de Janeiro (século XVIII a 1850). In: SOARES, Mariza de Carvalho. (Org.). **Rotas Atlânticas da Diáspora africana**: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro. 2. ed. rev. atual. Niterói: EdUFF, 2011, p. 96-130.

conjunto, os trabalhos que versam sobre o tema deixam claro que a obtenção da liberdade é sempre uma conquista do cativo, e nunca o resultado exclusivo da boa vontade dos senhores. Trata-se de conquista até mesmo nos casos em que não há ônus¹⁰⁹, ou seja, quando o alforriando não paga a sua libertação com dinheiro ou bens¹¹⁰.

Um dos aspectos em voga na historiografia atual é o protagonismo feminino no que diz respeito à acumulação de recursos e à capacidade de agenciar a compra dos sonhados papéis de liberdade. Com efeito, os estudos têm demonstrado que em diferentes regiões do Brasil as mulheres foram mais exitosas do que os homens na passagem da condição de cativas à libertas, bem como em outros âmbitos da vida no cativeiro, como demonstram pesquisas com foco em regiões distintas como Minas Gerais, o interior da capitania do Rio de Janeiro, a capitania do Rio Grande do Norte e o sertão da Paraíba¹¹¹.

A família escrava é um fato social total¹¹², na esfera do qual se desenvolvia grande parte das interações sociais. Foi, também, fundamental na tecitura do protagonismo feminino. Na esteira das relações familiares que as mulheres cativas puderam traçar objetivos a serem alcançados individual e/ou coletivamente. No horizonte das famílias podia ser vislumbrado desde conquistas menores, como condições menos sôfregas de trabalho, moradia e alimentação, até os feitos mais arrojados, como a mudança de senhor e, especialmente, a obtenção da liberdade. Ressaltemos ainda, nossa concepção de família é bastante abrangente, envolvendo desde o núcleo mãe, pai e filhos, estendendo-se aos parentes de graus distintos como avós, tios e primos e extrapolando a esfera biológica, atingindo o parentesco ritual preconizado pelos casamentos/uniões

¹⁰⁹ Nos capítulos seguintes retomaremos o tema das conquistas de alforrias, com foco no Seridó, buscando demonstrar como o contexto regional direcionou tais conquistas e como os processos que resultavam na obtenção de liberdade evidenciam a capacidade de agência dos cativos da região.

¹¹⁰ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835). Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.; SOARES, 2000.; SOARES, Mariza de Carvalho. **Diálogos makii de Francisco Alves de Souza**: manuscrito de uma congregação católica de africanos mina, 1786. São Paulo: Chão Editora, 2019.; GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.;

¹¹¹ PEIXOTO, Moisés. **Mulheres escravas**: trabalho, alforria e mobilidade social (Piedade de Iguaçu e Santo Antônio de Jacutinga, Rio de Janeiro, 1780–1870). Curitiba: Appris, 2022.; TORRES, Thiago. **Últimas vontades**. Indivíduos e testamentos da capitania do Rio Grande do Norte – segunda metade do século XVIII. Parnamirim: Editora Biblioteca Ocidente, 2022.; MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. Escravidão e a busca da liberdade no sertão do rio Piranhas, século XVIII. In: ROCHA, Solange.; GUIMARÃES, Matheus Silveira. (Orgs.). **Experiências históricas da gente negra na diáspora africana**: Paraíba colonial e imperial. João Pessoa: Editora UFPB, 2018, p. 41-61.; FARIA, 2011.

¹¹² Aqui fazemos menção à perspectiva de Marcel Mauss, em seu conceito de “fato social total”, apresentado no texto “Um ensaio sobre a dádiva”, significando algo que tem implicações nos mais diversos campos da vida em uma sociedade, como nas esferas política, religiosa e econômica. O fato social total informa, enuncia e direciona o funcionamento das instituições e as práticas sociais. *Vide* MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva, forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: CosacNaif, 2003, p. 183-314.

consensuais e pelos batismos/apadrinhamentos. Ao que nos parece, o sentido de família, enquanto grupo de indivíduos unidos pelo sentimento de pertença e pela ideia de destino compartilhado, também se estende às comunidades de senzala e mesmo às comunidades de cativos que, a despeito de pertencerem a senhores diferentes, mantiveram interações regulares. Seguimos, a este respeito, as considerações de Faria¹¹³, quando afirma que “as sociedades humanas tiveram sempre presente algum padrão familiar, podendo ser ele de diferentes e resultante de variadas combinações”, isto porque a autora apoia-se nas teorias antropológicas para conceber a família como elemento biológico ou cultural.

Outro modo de obtenção da liberdade é a fuga, seja individual ou em grupo. Este é também um campo amplamente estudado no Brasil. Os estudos recentes têm elucidado muitos aspectos referentes ao tema, deixando claro que nem sempre se tratava de uma tentativa de manter a liberdade permanentemente. Em determinados casos a fuga era uma forma de protesto contra a prática de violência acima do que os escravizados entendiam como dentro dos padrões, ou contra alguma situação considerada inaceitável, isto é, fugir era uma forma de negociar melhores condições de vida dentro do cativeiro¹¹⁴.

Não foram incomuns na história da escravidão no Brasil os casos de cativos que optaram por livrar-se do julgo do cativeiro isolando-se nas matas ou nas cidades e aí vivendo clandestinamente, sem estarem necessariamente atrelados a uma comunidade de fugitivos¹¹⁵. Não obstante, a formação de comunidades de fugitivos conhecida como quilombos ou mocambos é, neste sentido, o tema que mais tem ocupado a atenção dos historiadores, com destaque para o Quilombo dos Palmares, certamente o maior e mais longo de todos. É fato, todavia, que os quilombos foram uma realidade presente em diversos espaços da América Portuguesa desde o início da colonização até a derrocada final do escravismo.

As pesquisas a respeito dos quilombos no Brasil passaram por fases distintas e, a exemplo dos outros temas relacionados à escravidão, eles foram contemplados pela renovação historiográfica pós 1980. Se em épocas passadas estudiosos como Arthur

¹¹³ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 39.

¹¹⁴ GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

¹¹⁵ O'DWYER, Eliane Catarino. Introdução: Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: O'DWYER, Eliane Catarino (Org.). **Quilombos**: Identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2002, p. 13-42.; KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Ramos, Nina Rodrigues, Edson Carneiro e Roger Bastide os abordavam pelo viés culturalista e buscavam neles a reconstrução da África na América portuguesa, atualmente trabalha-se numa perspectiva praticamente oposta, investigando como os quilombos reproduziam, embora com ritmos e meios diferentes, a formação de uma sociedade afro-brasileira iniciada nas senzalas¹¹⁶.

Corroborando a perspectiva supracitada, tem-se constatado que os quilombos brasileiros, especialmente os de maior porte, eram caracterizados por agregarem uma diversidade racial e étnica. Da mesma forma, é amplamente aceita a ideia de que eles apresentavam modelos próprios de organização e conduta política, bem como é a concepção dominante do isolamento como característica fundamental. O estabelecimento de redes de solidariedade constitui elemento vital dos grupos de negros aquilombados, seja em grandes aglomerações como Palmares ou nos pequenos grupos formados, em muitos casos, de menos de uma dezena de membros. Naqueles complexos interativos estavam enredados, além dos próprios quilombolas, cativos assenzalados, negros livres e libertos e até brancos pobres. Como assevera Flávio dos Santos Gomes¹¹⁷, o quilombo existe e sobrevive devido as suas relações com a sociedade envolvente.

Vê-se, dessa forma, que as abordagens dos quilombos brasileiros, na esteira da recente historiografia da escravidão, a despeito das diferentes concepções, são acordes em pôr em evidência o protagonismo do elemento negro enquanto agente histórico, movendo-se de modo consciente e jogando com as circunstâncias, em busca da liberdade e de outros objetivos pré-estabelecidos.

Outro campo social revelador das complexas malhas em que se dava a experiência dos africanos e de seus descendentes no Brasil desde a época colonial é o das irmandades religiosas, não somente no que se refere às interações dos vários segmentos da população negra com os grupos dominantes, mas também sobre os modos como os diferentes grupos conviveram entre si e puderam construir suas vidas nos espaços em que foram forçados a se estabelecer. Alguns estudos têm tomado a religiosidade e o ingresso de africanos cativos e forros nas chamadas “irmandades de pretos” como porta de entrada para a abordagem da diversidade social e cultural das populações africanas que chegavam ao Brasil via tráfico atlântico.

¹¹⁶ REIS, João José.; GOMES, Flávio dos Santos. Introdução: uma história da liberdade. In: REIS, João José.; GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 11-12.

¹¹⁷ GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX. In: REIS, João José.; GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 263-290.

Neles, a questão da diversidade étnica também é posta em relevo. As etnias, surgidas em parte na África, em parte forjadas no âmbito do processo que se iniciava com a captura e embarque naquele continente, passando pelas agruras da travessia oceânica e se completando com a venda e escravização na América Portuguesa, estavam intimamente ligadas ao contexto da construção de identidades coletivas¹¹⁸ sendo, portanto, motivo de grandes distinções entre aqueles grupos oriundos de distintas regiões e advindos de diferentes portos de embarque na África. Diante disso, estudiosos como Mariza Soares¹¹⁹ têm recorrido aos quadros teóricos da sociologia e da antropologia para contornar o que chama de “precariedade das análises históricas” referentes à “transferência de formas culturais tribais africanas” e seu traslado para a sociedade escravista do Brasil e acessar áreas de difícil exploração, como é justamente o campo das identidades étnicas.

Os estudos das irmandades religiosas, com foco nas questões de etnicidade, têm contribuído grandemente para uma melhor compreensão dos povos africanos, seus costumes, organização social e política, territórios e toponímia. Também elucidam o interesse dos europeus pela África e como a mesma, depois de cingida pelas trocas culturais, comerciais, sociais e políticas, mediante a configuração do “Mundo Atlântico”, implicou várias mudanças, inclusive nos mapas que refletem as delimitações territoriais e áreas de ocupação de alguns povos. Aqueles estudos deixam claro que as formas de classificação étnica que se tornaram conhecidas no Brasil remetem, em grande medida, à linguagem do tráfico, do comércio de escravos e às formas de inserção dos africanos na sociedade colonial mais do que à categorias étnicas da própria África. Essas classificações são importantes para o historiador porque fazem referência à procedência dos africanos embarcados para o Brasil, senão de modo preciso, pelo menos no que se refere à região de onde vieram e ao porto de embarque.

Desta forma, os africanos, uma vez imersos na sociedade brasileira, valem-se daquelas classificações para unirem-se como grupos de procedência e desenvolverem sentimento de pertença, através do qual interagem em várias esferas da vida e criam formas próprias de sociabilidades, as quais fundamentam as possibilidades de inclusão ou exclusão dos sujeitos, além do grau de aceitação ou rejeição com que o grupo se dirige aos demais. O olhar atento para as experiências vividas no interior daquelas confrarias

¹¹⁸ REIS, João José. Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996.; SOARES, 2019.; BORGES, 2000.

¹¹⁹ SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da Cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 27.

também é revelador das estruturas de poder que operam em diversos níveis, dentro e fora delas, da mesma forma que evidencia o caráter filantrópico de tais agremiações¹²⁰.

O estudo da escravidão em ambiente urbano é mais um elemento impactante da renovação historiográfica aludida. João José Reis¹²¹ foi um dos pioneiros, numa época em que os espaços de *plantation* e de mineração ocupavam primordialmente a atenção dos historiadores e o cativo urbano era tido como pouco importante. Em sua pesquisa, o autor consegue lançar luzes sobre os modos como os cativos experienciavam as várias dinâmicas da vida, juntamente com os negros forros da cidade de Salvador, isso com vistas ao âmbito das identidades coletivas e da reconstrução de identidades africanas.

Concernente aos enlaces matrimoniais dos cativos, os autores enxergam, nas entrelinhas da documentação compulsada, a latente proibição, por parte dos senhores, do casamento entre escravos de escravarias diferentes. Essa política senhorial visava um maior controle sobre os escravos e apresentou bons resultados, como o sentimento de comunidade entre os membros de um dado grupo e até rivalidades entre cativos de senhores inimigos. No entanto, ela se mostrou ineficaz, em alguma medida, haja vista que não havia um total controle sobre a vida dos escravizados¹²².

É, a propósito, no exame desses limites impostos pela escravidão que os estudos fazem notória a percepção de que, embora submetidos a um contexto extremamente opressivo e desfavorável, os escravizados encontravam “espaços de manobra” por meio dos quais conseguiam algum nível de controle sobre suas vidas. Eram várias as formas de tornar conhecidas as suas vontades e de buscar a realização das mesmas: barganha, bajulação, fuga, violência, recusa à cooperação, entre outros. Como bem explica Schwartz: “embora os proprietários detivessem o poder máximo na determinação das oportunidades de vida e das disposições familiares dos escravos, estes não eram completamente incapazes de influenciar as decisões que afetavam suas vidas”¹²³.

Com esta afirmação, Stuart Schwartz contribui de forma significativa para a consolidação da família escrava como um dos elementos fundamentais da escravidão no Brasil e como um dos temas mais recorrentes na recente historiografia da escravidão no

¹²⁰ SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da Cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹²¹ REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês (1835). São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹²² SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835). Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹²³ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835). Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 318.

país. Da mesma forma, sua percepção daquilo que chamou de “espaços para manobra” dos escravizados tem influenciado gerações de historiadores que se dedicam a pesquisar a escravidão em diversas regiões brasileiras.

Vale ressaltar, ainda, a senda aberta, no aspecto metodológico, pelos estudiosos que passaram a utilizar processos criminais como fontes primordiais num trabalho de história social da escravidão, notadamente Sidney Chalhoub¹²⁴, Silvia Lara¹²⁵ e Hebe Castro¹²⁶. A partir dessas fontes, eles foram capazes de ultrapassar as barreiras que detinham os historiadores na investigação das grandes estruturas e os mantinha distantes dos sujeitos, podendo alcançar maior aproximação com as mulheres e homens escravizados em suas lutas na busca pela liberdade e resistência aos sofrimentos da vida no cativeiro, recuperando não apenas seus nomes, mas pondo em evidência as expectativas, as esperanças e os sentimentos daquelas pessoas. Em outras palavras, puderam apreender como os escravos percebiam o mundo e agiam sobre ele, colocando em xeque a visão do escravo-coisa e a concepção de sujeitos passivos na história.

Do ponto de vista epistemológico, outro elemento interessante é mencionar a especificidade das categorias raciais no Brasil, evidenciadas pela omissão da cor dos sujeitos na documentação, sobretudo na segunda metade do século XIX. Essas categorias, na percepção de Castro¹²⁷, estão ligadas às circunstâncias de hierarquização e mobilidade social. Ademais, elas podem mudar conforme o lugar em que a pessoa se encontra.

A despeito das muitas outras possibilidades de abordagens aqui não elencadas, fechamos neste ponto o nosso panorama do que tem sido a historiografia da escravidão no Brasil, na qual sobressai-se a visão de uma sociedade marcada por gradações de poder, em que a população de ascendência africana, malgrado a posição de inferioridade a que foi historicamente remetida, soube encontrar brechas nas estruturas sociais, por meio das quais algum nível de mobilidade social era alcançado. Aliás, nessa sociedade viva e pulsante, a mobilidade, seja social ou espacial, foi corrente, na colônia e no império. Resta frisar que, mesmo com a variedade de temáticas abordadas sob uma vasta gama de concepções e aportes teórico-metodológicos, permanecia o ressentimento da necessidade de estudos com maior enfoque nas regiões pouco ou nada contempladas pelos estudiosos,

¹²⁴ CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹²⁵ LARA, Silvia H. **Campos da violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750–1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹²⁶ CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59.

¹²⁷ *Ibid.*,

visto que a maior parte das pesquisas tem os espaços de maior significação econômica e administrativa como foco, sobretudo, o Recife, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Da mesma forma, era premente a necessidade de ampliar os grupos sociais estudados¹²⁸.

Como resposta, tem-se publicado um elevado número de pesquisas com enfoques situados em regiões díspares das elencadas acima. Podemos citar os casos de pesquisas referentes aos estados de Sergipe, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. São investigações que, além das temáticas mais visitadas, tratam de situações que refletem as especificidades regionais, como o ingresso de africanos nos sertões, a escravidão nos espaços semiáridos e a concomitância do modo de produção assalariado com o escravismo em regiões de pecuária¹²⁹.

Mais recentemente, uma nova concepção se instaura na historiografia do Brasil com a chamada história cultural da escravidão. Vertente metodológica na qual os temas referentes à escravidão são analisados pelo viés da história cultural, consiste numa ampliação das possibilidades de abordagens. Se, desde o momento em que os pressupostos da Escola Paulista se tornaram alvo de contestação, a história social havia sido o fio condutor da maior parte das pesquisas com foco na escravidão, agora aspectos mais amplos e complexos passam a ser vislumbrados, como o cotidiano das relações sociais perpassado pelas “dinâmicas de mestiçagens”, conceito desenvolvido pelo historiador Eduardo Paiva¹³⁰ que, aliás, tem sido o maior expoente dessa vertente no país.

Seus trabalhos têm sido muito vistos pela maioria dos historiadores da temática e vêm influenciando pesquisas em diversas universidades e regiões. Destaca-se a inserção

¹²⁸ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; ROCHA, Solange Pereira. **Gente negra na paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

¹²⁹ ROCHA, *op. cit.*; PEREIRA, Ariane de Medeiros. **Escravos em ação na Comarca do Príncipe**: Província do Rio Grande do Norte (1870 – 1888). 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.; MACÊDO, Muirakytan K. de. Notas sobre a escravidão nos sertões do semiárido (Seridó XVIII – XIX). In: MACEDO, Helder A. de.; ANDRADE, Joel C. de Souza. (Orgs.). **Experiências históricas afro-brasileiras**. Natal: EDUFRRN, 2017, p. 11-38; GUIMARÃES, Mateus Silveira. O comércio atlântico na diáspora africana: Paraíba, África, e Minas Gerais (1700-1759). In: ROCHA, Solange.; GUIMARÃES, Mateus Silveira. (Orgs.). **Experiências históricas da gente negra na diáspora africana**: Paraíba colonial e imperial. João Pessoa: Editora UFPB, 2018, p. 15-40.; SANTOS, Joceneide Cunha dos. **Negras(os) da Guiné e de Angola**: Nações africanas, vivências e sociabilidades em Sergipe (1720–1835). Salvador: EDUFBA, 2021.; DIAS, Dayane Julia C.; ALVEAL, Carmem Margarida O. Um estudo sobre a população da Capitania do Rio Grande com ênfase na escravidão negra e indígena no contexto da Guerra dos Bárbaros (1681-1714). **Resgate**: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, v. 25, n. 2, p. 57–80, 2017.; ARAÚJO, 2023.

¹³⁰ PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo**: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica, 2015; PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia**: Minas Gerais, 1716–1789. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

no universo das interações, abrindo mão da visão dicotômica escravo-senhor, em favor de uma visão mais abrangente, demonstrando teias interativas em que se inserem pessoas de diversas condições jurídicas e onde são flagrantes, inclusive, as interligações entre senhores de escravos e cativos que pertencem a outrem. Daí são propiciados ambientes de negociações dos quais muitas vezes os cativos e demais pessoas de cor conseguem tirar proveito. No caso específico das produções historiográficas a respeito do Seridó colonial e imperial, além da presente tese, a influência de França Paiva se faz notar em outros trabalhos de doutoramento e dissertações de mestrado como se verá a seguir.

Historiografia do Seridó, um enredo em três atos

Primeiro ato – O antigo regime da produção historiográfica do Seridó

Os primeiros escritos a respeito do Seridó emanam da pena e do tinteiro de pessoas que experimentaram os sabores e dissabores da vida nessas paragens sertanejas e, sendo elas oriundas das elites sociais do lugar, detiveram o restrito privilégio da leitura e da escrita. Assim, da aparente mudez de folhas manuscritas, ecoam as seculares vozes de um grupo cujo domínio se estendeu por gerações a fio¹³¹. Data de 1847 a mais antiga crônica a versar sobre a vida na região, trata-se de um alfarrábio traçado por Manoel Antonio Dantas Corrêa, transcrito e publicado em 1909 por seu bisneto Phelippe Guerra, em cuja posse estava o original¹³².

O historiador Muirakytan Macêdo¹³³ faz uma análise magistral daquele texto, onde a vida do sertanejo seridoense é assimilada à epopeia bíblica, com o forte componente da ação divina se fazendo notar em nuances de provação, castigo e graças. Sem, contudo, deixar de apresentar a consciência e a ação humana como elementos primordiais à construção da vida. Com efeito, Manoel Antonio Dantas Corrêa noticia “as secas mais notáveis e suas consequências, que têm havido nestes sertões do Norte,

¹³¹ Tivemos a oportunidade de fazer uma breve exploração de um desses manuscritos, intitulado “Um negro nu e cru”, em nossa dissertação de mestrado. *Vide* SANTOS, Sebastião Genicarlos dos. **Parentes, vizinhos e compadres: estratégias de resistência e relações interraciais na Boa Vista dos Negros**. 2020. 162 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

¹³² A crônica de Manoel Antonio Corrêa Dantas foi publicada na íntegra por Phelippe Guerra no livro “Secas contra a seca”. Possuímos um exemplar da terceira edição do referido livro, lançada pela Coleção Mossoroense. Estranhamente, a edição veio a público sem ficha catalográfica e sem nenhuma menção à data de lançamento, porém, a apresentação original se encontra ali reproduzida, assinada por Phelippe Guerra, com data de 26/05/1909. *Vide* GUERRA, Phelippe. **Secas contra a seca**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, s/d.

¹³³ MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense**. Natal: Sebo Vermelho, 2005, p. 92-116.

adjacentes ao Equador¹³⁴”, isto desde o século XVIII. Em sua perspectiva, os sofrimentos causados pela seca, que acarretavam morrinhas no gado e nas pessoas, bem como a bonança dos tempos de chuvas abundantes, fazendo do Seridó um lugar repleto de vida e pujança, eram o termômetro pelo qual se aferia a conduta humana frente às potências divinas, isto é, estaria agradando e sendo abençoado, ou desobedecendo e sendo repreendido com o castigo da estiagem.

Assim, o autor traz um relato carregado de religiosidade. Há, porém, mais um traço evidente naquele relato, a saber, a exaltação de linhagem familiar, aqui representada pelo pai, o Coronel Caetano Dantas Corrêa, informada em eventos de grande demonstração de fé católica, de poderio econômico, inteligência e virilidade. Desta forma, o autor parece dar o tom para as obras que seus descendentes e correlacionados escreveriam no século XX, as quais tiveram grande repercussão, ao tomarem, mais pontualmente, o Seridó como objeto de uma construção discursiva. Como atesta Muirakytan Macêdo¹³⁵, o espaço em questão, arquitetado na forma de discurso regionalista, é obra de intelectuais oriundos das elites políticas e econômicas ali existentes ou a elas ligados.

Notadamente, o *boom* da cotonicultura, que sobrepujou o pastoreio e se impôs como principal ramo da economia regional desde as últimas décadas do século XIX, elevou suas elites a um *status* superior, economicamente falando, de maneira que a cena política norte-rio-grandense passou a ser dominada pelo que o historiador Helder Macedo chamou de “sistema político do Seridó¹³⁶”. Nesse contexto vem à tona uma série de publicações a respeito da região, umas escritas por intelectuais atuantes na política por meio de cargos eletivos ou de forma indireta como dirigentes locais no contexto coronelista da primeira república, outras produzidas por pessoas próximas da classe política. O próprio escritor acima referido anota a atuação de membros das elites seridoenses na política e na escrita da história. Manoel Dantas foi intendente da cidade de Natal e forte representante do Partido Republicano, José Augusto Bezerra de Medeiros foi governador do Rio Grande do Norte e, dentre outros cargos que ocupou, Juvenal Lamartine de Faria também foi governador do estado; todos escreveram a respeito do Seridó, lugar de onde eram originários.

¹³⁴ GUERRA, *op. cit.*, p. 15.

¹³⁵ MACÊDO, *op. cit.*

¹³⁶ MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças nos sertões do Rio Grande do Norte (Séculos XVIII-XIX)**. Curitiba: CRV, 2020.

Aos intelectuais acima relatados somam-se outros também conectados ao círculo elitista, porém, não está em nossa proposta para o presente trabalho pormenorizar o estudo de seus escritos. Inclusive, essa foi uma tarefa já realizada a contento por outros estudiosos¹³⁷. Cabe-nos aqui somente pontuar os aspectos fundamentais daquela produção, citando, na medida em que se faz necessário, alguns dos autores mais destacados. Um esclarecimento indispensável é que os estudiosos que escreveram a respeito do Seridó no decurso dos primeiros 70 anos do século XX não portavam diploma de formação em história, tratava-se de eruditos, alguns com bacharelado em áreas como agronomia ou no campo das ciências jurídicas¹³⁸.

Mesmo não tendo formação em história e não fazendo referência às concepções dominantes no âmbito da historiografia, sobretudo nos primeiros decênios do século XX, os escritos daquele grupo de intelectuais são notadamente perpassados pela concepção rankeana e um tanto positivista de história. Uma vez que neles é flagrante a ideia de valorização do passado e das tradições, bem como o engrandecimento “dos grandes vultos históricos”, que representam os grupos dominantes e conservadores, ávidos pela manutenção do poder e do *status quo*. Da mesma forma que há um certo darwinismo social naquelas obras, ali o Seridó é retratado como construção quase exclusiva de pessoas de origem ibérica e seus descendentes, ficando índios, negros e mestiços relegados a uma posição secundária, tendo suas memórias apagadas ou sendo incluídos aqui e ali, de modo muito discreto¹³⁹.

Um exemplo recorrente é o do escritor José Augusto Bezerra de Medeiros. Em seu livro intitulado “Seridó¹⁴⁰” praticamente não há referência à presença de população negra na região. O autor se dedica ao aspecto linhagístico, enfatizando as primeiras famílias povoadoras, o processo de fixação destas no lugar e a implantação das primeiras fazendas de gado. Um ponto desse aspecto é que, sem mencionar a escravidão que vingou

¹³⁷ Para mais informações acerca do tema, *vide* MACEDO, 2020.; MACÊDO, 2005.; TAKEYA, Denise Monteiro. História do Rio Grande do Norte: questões metodológicas – historiografia e história regional. **Caderno de História – UFRN**, Natal, v. 1, n. 1, p. 8-11, jul./dez 1994.; CAVIGNAC, Julie A. A Etnicidade encoberta: índios e negros no Rio Grande do Norte. **MNEME: Revista de Humanidades**, Caicó, v. 5, n. 8, p. 1-63, 2003.; CAVIGNAC, 2007.

¹³⁸ TAKEYA, Denise Monteiro. História do Rio Grande do Norte: questões metodológicas – historiografia e história regional. **Caderno de História – UFRN**, Natal, v. 1, n. 1, p. 8-11, jul./dez 1994; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças nos sertões do Rio Grande do Norte (Séculos XVIII-XIX)**. Curitiba: CRV, 2020.

¹³⁹ CAVIGNAC, Julie A. **Os filhos de Tereza: narrativas e religiosidade na Boa Vista dos Negros**. Tomo, São Cristóvão, n. 1, p. 77-102, 2007.; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças nos sertões do Rio Grande do Norte (Séculos XVIII-XIX)**. Curitiba: CRV, 2020.

¹⁴⁰ MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

nos rincões seridoenses nos séculos XVIII e XIX, nem a população de ascendência africana que vivia na região à época em que escrevia, o autor se ressentia da falta de mão de obra e afirma que a mecanização seria o modo mais viável de sanar o problema. Ao que nos parece, o desprezo pela inegável e expressiva¹⁴¹ presença de população negra é reflexo da intenção de construir discursivamente uma imagem branca para as feições sociais do lugar.

Todavia, o que mais chama atenção naquela obra é a dedicação do autor em frisar os grupos familiares que, em sua perspectiva, foram os responsáveis pela formação do Seridó enquanto espaço ocidentalizado. Ao listar aqueles grupos familiares o escritor traz um breve relato de sua chegada ao Seridó e dos feitos mais importantes de seus membros. Também os sujeitos entendidos por Medeiros como de maior importância na história regional são elencados e brevemente biografados, de maneira que o rol de famílias e sujeitos é assim composto:

Famílias – Araújo Pereira, Dantas Correia, Azevedo Maia, Batista, Medeiros, Lopes Galvão, Bezerra de Menezes, Fernandes Pimenta, Pereira Monteiro, Nóbrega. As grandes figuras como Caetano Dantas Correia, o Coronel José Bernardo de Medeiros, Amaro Cavalcanti e Manoel Dantas, pessoas de grande influência social e política, também são destacadas.

Tomamos como base a obra de José Augusto Bezerra de Medeiros para expor o estilo de produção dessa leva de trabalhos que pensamos aqui como um primeiro momento da historiografia seridoense, numa perspectiva de ênfase na diversidade cultural e racial, sem deixar de reconhecer as diferenciações que existem nelas quando se trata de outros aspectos. Estamos em concordância com a afirmação de Macedo¹⁴² de que no cerne da obra do autor em pauta, bem como na de seus pares, como Jayme da Nóbrega Santa Rosa¹⁴³, José Adelino Dantas¹⁴⁴, Manoel Dantas¹⁴⁵, Juvenal Lamartine de Faria¹⁴⁶ e Olavo de Medeiros Filho¹⁴⁷, está a afirmação de uma ancestralidade lusitana como um marcador de poderio e distinção social, e é isso que procuramos pôr em relevo até aqui.

¹⁴¹ Nos capítulos que seguem procuramos demonstrar o que a população de matriz africana representava, em termos quantitativos, no contexto do Seridó colonial.

¹⁴² MACEDO, *op. cit.*

¹⁴³ SANTA ROSA, Jayme da Nóbrega. **Acari**: fundação, história e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Pongetti, 1974.

¹⁴⁴ DANTAS, José Adelino. **Homens e fatos do Seridó antigo**. Garanhuns: O Monitor, 1962.

¹⁴⁵ DANTAS, Manoel. **Homens de outr'ora**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1941.

¹⁴⁶ FARIA, Juvenal Lamartine. **Velhos costumes do meu sertão**. Natal: Fundação José Augusto, 1965.

¹⁴⁷ MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Índios do Açu e Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.; MEDEIROS FILHO, 1981; MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Cronologia Seridoense**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque / Fundação Vingt-un Rosado, 2002.

Uma ressalva deve ser feita em relação ao escritor caicoense Olavo de Medeiros Filho, uma vez que sua obra, composta de muitos livros e escrita no decurso de uma longa trajetória de atividade intelectual, apresenta certa mudança de concepção. Se, ao publicar *Velhas famílias do Seridó*, o autor empreende grande esforço na tentativa de deixar evidente a presença portuguesa e de descendentes de portugueses na composição do Seridó, sendo mais enfático do que o próprio José Augusto Bezerra de Medeiros, por quem não nega ter sido inspirado, em outros momentos deu atenção privilegiada à presença indígena e negra na região, como se pode notar em *Índios do Açu e Seridó*. Já em *Cronologia*¹⁴⁸ seridoense o autor deixa claro que, a certa altura da história seridoense, a presença de índios, negros e mestiços compôs massa populacional superior ao contingente de brancos.

A obra de Medeiros Filho tem importância muito significativa para os pesquisadores ligados às universidades, por ter propiciado o acesso à diversas jazidas documentais, além de ter contribuído de diversas formas para a realização de trabalhos universitários. Em seu primeiro livro, *Velhas Famílias do Seridó*, o autor já apresenta muitíssimas cópias de documentação paroquial e cartorária, caras, inclusive, à presente pesquisa, como se verá adiante. Aliás, feitas as devidas ponderações, o trabalho desses eruditos a que temos nos referido tem o mérito de informar sobre aspectos importantes da gênese seridoense. Possivelmente, sem eles, nosso conhecimento a respeito do lugar estaria muito aquém do patamar em que se encontra hoje. Cabe ao historiador da atualidade filtrar as informações e proceder a uma análise adequada ao be-a-bá da historiografia atual e às suas concepções pessoais.

Segundo ato - Estudos universitários

O aumento dos cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras também repercutiu na produção historiográfica a respeito do Seridó. Assim, nos anos 1980 as concepções daquele primeiro grupo de escritores que se dedicaram à história do Seridó foram postas em revista. Em 1985, a historiadora Maria Regina Mendonça Furtado de Mattos, em sua dissertação de mestrado¹⁴⁹, inaugura uma nova forma de se compreender a sociedade seridoense, pondo no centro da análise a população desprovida de recursos e de prestígio social, ressaltando que um enorme conjunto da população, formado de

¹⁴⁸ MEDEIROS FILHO, *op. cit.*

¹⁴⁹ MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. **Vila do Príncipe – 1850/1890. Sertão do Seridó – Um estudo de caso da pobreza.** 1985. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

negros, remanescentes indígenas, mestiços e brancos vivia na extrema pobreza justamente por causa dos privilégios historicamente dirigidos à classe dominante, como a exploração escravista e o acesso à terra, inicialmente entregue aos grupos senhoriais, depois tornada inacessível para a população pobre, no contexto da Lei de Terras de 1850.

Trabalhando na perspectiva da história social, Mattos se contrapõe à concepção apresentada por José Augusto B. de Medeiros e seus pares, ao demonstrar que a região conta, historicamente, com vultosa população não identificada como branca e que a crise do escravismo e a Lei de Terras serviram para consolidar relações opressivas e exploratórias no âmbito do trabalho, uma vez que fomentou o surgimento de trabalhadores parcialmente assalariados sob a égide de um paternalismo que apenas disfarçava o abuso dos menos favorecidos. Um aspecto secular desse abuso é a própria negação, pela historiografia regional, das contribuições dos indígenas e negros na formação do Seridó. Para ela, estes foram tão importantes no processo de colonização quanto os portugueses e seus descendentes, já que, para que pudessem se firmar nesse espaço, eles tiveram suas experiências e tradições somadas à assimilação de elementos culturais indígenas e africanos.

Uma vez aberto o caminho para novas versões da história social do Seridó, outros pesquisadores se dedicaram a explorar temáticas inauditas ou pouco vislumbradas, mas sempre na perspectiva de deslindar a participação dos grupos sociais distintos daqueles enfocados na primeira leva de trabalhos históricos. Foi assim que, em 1998, Muirakytan Kennedy de Macêdo trouxe a público a obra responsável pela consolidação de uma nova forma de se conceber a sociedade regional, com grande repercussão dentro e fora da academia, sobretudo depois de sua publicação na forma de livro¹⁵⁰. Nela, o autor esclarece como a criação de uma identidade regional, a partir da produção historiográfica oriunda dos círculos elitistas, serviu aos interesses de dominação e manutenção do prestígio dessas próprias elites.

Ali, os processos sociais são revisitados de maneira que os grupos subalternizados, como mulheres, negros, indígenas e mestiços são postos num ângulo privilegiado de observação e têm reconhecidas as suas contribuições para a construção do Seridó enquanto espaço social, político e cultural. O autor é enfático ao afirmar que a

¹⁵⁰ Nos referimos ao trabalho resultante da pesquisa de mestrado daquele historiador, “A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense” que, em 2005, foi publicada na forma de livro com o mesmo título. MACÊDO, 2005.

região esteve, “sem nenhuma contradição¹⁵¹”, integrada ao sistema escravista e que a presença de população de ascendência africana se deu num nível muito mais elevado do que o admitido pela maioria dos escritos anteriores ao seu trabalho e ao de Maria Regina Mattos. Para ele, vale ressaltar, na gênese do Seridó já se encontra uma chantagem indiretamente dirigida à população negra. Num flerte jocoso com a ambivalência¹⁵² de tal palavra (chantagem), o autor diz que em 1735 ocorreu, no “lugar Caicó”, a chantagem do pelourinho e do cruzeiro como elementos de submissão à lei de Deus e ao poder do rei.

Na perspectiva de Macêdo, o braço escravo foi fundamental no Seridó desde a montagem das primeiras fazendas de gado, passando pela produção de víveres em lavouras de subsistência, até o final do século XIX, quando a indústria algodoeira era sustentáculo econômico regional. Para ele, o contexto produtivo do lugar em pauta teve sempre a participação de trabalhadores não escravos, inclusos aí os negros alforriados e aqueles nascidos de ventre livre.

Dois anos depois de defendida a dissertação de Macêdo, é a vez de Cláudia Cristina do Lago Borges trazer à tona a sua pesquisa, em que optou por focar, com exclusividade, a população escravizada para desenvolver pesquisa de mestrado e escrever a dissertação “Cativos do Sertão: um estudo da escravidão no Seridó – Rio Grande do Norte”, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista, no ano de 2000.

Este é, até onde nos consta, o primeiro trabalho que tem como foco principal de análise a população escravizada no Seridó. Tendo em vista que a maior parte dos estudos históricos já lançados no campo da escravidão no Brasil versavam sobre os espaços de *plantation* e de mineração, Borges se insere nas discussões historiográficas apresentando as particularidades da escravidão seridoense, calcada no predomínio de escravarias pouco numerosas e numa relação diferenciada entre escravos e senhores. Essas peculiaridades decorrem de uma série de fatores como a distância dos centros urbanos, a parca distribuição de população pelo espaço regional, as dificuldades na comunicação com outras regiões e o próprio caráter da atividade pastoril, que demandava um número relativamente baixo de trabalhadores.

¹⁵¹ MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense**. Natal: Sebo Vermelho, 2005, p. 43.

¹⁵² A palavra chantagem tem, nesse ponto da escrita de Macêdo, a um só tempo o sentido de chantagear e o sentido de fixar na terra.

Desta forma, a autora acredita existir uma maior proximidade do senhor com seus cativos, especialmente no trato cotidiano com o gado, onde não era incomum que o senhor fizesse a função de vaqueiro, tendo seus escravizados como auxiliares. Isso não significa que Borges entenda essas relações como constantemente amistosas ou que elas fossem estabelecidas em bases igualitárias. Ao contrário, a autora percebe os cativos imersos em um contexto opressivo, onde, como era de se esperar, a eles cabiam os piores serviços e as piores condições de vida.

Tendo como recorte temporal o decurso que vai de 1771 a 1888, mediante a utilização de fontes como inventários *post-mortem*, registros de batismos, casamentos e óbitos, livros de notas e documentação da administração pública, a autora apresenta um quadro social em que a população cativa aparece como socialmente ativa e diligente na busca de seus interesses pessoais e coletivos. Essa capacidade de ação se manifesta de diversas maneiras, como na formação da Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos, ocorrida em 1771, e nas lutas pela libertação, que se estendem até o fim da escravidão. Nesses processos, múltiplos modos de sociabilidades são vislumbradas, assim como a importância da confraria do Rosário enquanto meio propiciador de um sentimento de pertença e de filantropia, sobretudo relacionada à morte de seus membros¹⁵³.

Entendemos que esse segundo movimento de produção historiográfica a respeito da presença de população negra no Seridó se fecha no ano de 2013 com a tese de doutoramento de Helder Alexandre Medeiros de Macedo, “Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)”. Num diálogo perene com a literatura regional e, tendo em vista a questão genealógica, o autor evidencia a importância dos mestiços na composição das famílias que formaram o Seridó colonial. O trabalho põe em questão a crença de que os “troncos familiares” da formação inicial da região tinham, predominante, ascendência europeia. Com efeito, a pesquisa do autor deixa claro que a formação daquelas famílias teve como base a ocorrência das mestiçagens.

Para tirar suas conclusões, Macedo divide seu trabalho em duas partes, uma de caráter macro, em que investiga a formação da região e o estabelecimento das instâncias administrativas, percebendo a presença de luso-brasílicos, africanos, descendentes de

¹⁵³ A investigação da vida cotidiana no interior da Irmandade do Rosário revela, na medida em que as fontes possibilitam, todo um contexto de poder e hierarquizações entre seus membros, além de estratégias de ação na busca por interesses pessoais e coletivos. Esses são temas sobre os quais estaremos debruçados nos capítulos vindouros.

africanos, índios e mestiços. Depois, procede uma abordagem micro histórica, com vistas às trajetórias de vida de sujeitos não-brancos, para compreender o papel fundante das mestiçagens no processo de formação e na vida cotidiana da sociedade regional. Para tanto, a base documental utilizada é composta de documentação paroquial, cartorial e de natureza administrativa. No ano de 2020 a tese de Helder Macedo foi tornada livro, mantendo, porém, o seu título original.

Terceiro ato - A nova geração

Num momento mais recente, e sob a inspiração dos trabalhos acima referenciados, novas pesquisas surgiram a respeito da temática, mormente feitas por alunos dos historiadores citados, sob a orientação dos quais têm se dedicado a aprofundar a abordagem de alguns temas ou explorar questões ainda carentes de investigação. Nos inserimos nesse rol de estudiosos, não somente pela influência recebida do Mestre MKM (Muirakytan Kennedy de Macêdo), de quem fomos bolsistas e de quem herdamos o gosto pela pesquisa, mas também pelo fato de que, na condição de negro seridoense, temos a consciência de que muitos dos personagens com que lidamos, ao tratar dos séculos XVIII e XIX, são nossos ancestrais e/ou pessoas de sua convivência. A história do negro no Seridó é, em alguma medida, a nossa história.

Michele Soares Lopes¹⁵⁴ inaugura essa nova fase de produção historiográfica através de pesquisa em que destrincha o cotidiano vivido pela população cativa do Seridó ao longo do século XIX, demonstrando, entre outros aspectos, que o contingente de população de ascendência africana era, na região, bem superior ao que supunham os escritos tradicionais. Depois, Ariane de Medeiros Pereira¹⁵⁵ pesquisou e trouxe a público as ações dos cativos situados em um recorte específico seridoense, a saber, a comarca do Príncipe, atual cidade de Caicó, no interregno temporal que vai de 1870 a 1888. Concebendo os escravizados como pessoas com ampla capacidade de agência, a historiadora dedicou-se a investigar as ações daqueles indivíduos, no sentido de influenciar favoravelmente as relações servis, possibilitando melhores condições de vida quando ainda sob o julgo do cativo, bem como as atitudes direcionadas à conquista da

¹⁵⁴ LOPES, Michele Soares. **Escravidão na Vila do Príncipe**: Província do Rio Grande do Norte (1850/1888). 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

¹⁵⁵ PEREIRA, Ariane de Medeiros. **Escravos em ação na Comarca do Príncipe**: Província do Rio Grande do Norte (1870–1888). 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

liberdade, no que recorriam a expedientes diversos indo desde atos criminosos até o acionamento da justiça. A autora fez uso de várias tipologias de fontes, tais como processos criminais, censo populacional, relatórios provinciais, jornais, livro de emancipações e leis imperiais.

Os aspectos referentes às possibilidades de construção de uma vida por parte da população negra com o mínimo de interferência dos “brancos” dominadores foram por nós pesquisados em nosso trabalho de mestrado¹⁵⁶. A pesquisa consistiu numa abordagem na perspectiva de união das metodologias da antropologia com a história para entender como uma comunidade quilombola, Boa Vista dos Negros, nossa comunidade de origem, pôde se formar no final do século XVIII e, por meio da posse de um território, agenciar um contexto interativo com instituições e pessoas ditas brancas. Da mesma forma que estabeleceu uma rede de solidariedades com outros grupos negros situados à distância. Num jogo de aproximação e distanciamento com os agentes externos, a comunidade conseguiu se manter até os dias atuais conservando uma identidade coletiva e guardando memórias, no âmbito doméstico, que são, em grande medida, reveladoras de uma história regional diversa daquela anunciada pelos discursos elitistas.

Já na década de 2020 a criação do Mestrado em História dos Sertões, na UFRN/CERES (Caicó), tornou ainda mais pulsante a produção de trabalhos a respeito da história do Seridó. Ali, se faz notar, sobretudo entre as pesquisas orientadas pelo Prof. Dr. Helder Macedo, a vertente produtiva no campo da história cultural da escravidão, com ênfase nas mestiçagens. Os primeiros resultados dessa perspectiva de estudos são as dissertações de Maria Alda Jana Dantas de Medeiros¹⁵⁷ e de Matheus Barbosa Santos¹⁵⁸, historiadores jovens e altamente capacitados, cujas obras já se fazem referência obrigatória para qualquer pessoa interessada em compreender a história da região.

Na primeira, à luz da qualificação das mulheres que aparecem nas fontes eclesiais e cartorárias, a pesquisadora analisa o modo como se elaboram as representações do elemento feminino. Com amparo na historiografia italiana, notadamente no paradigma indiciário e no método onomástico, a historiadora reconstrói as trajetórias de vida de

¹⁵⁶ SANTOS, 2020. Em 2022 o trabalho foi publicado na forma de livro, com o título de “O cachimbo de Imbém: estratégias de resistência dos quilombolas da Boa Vista dos Negros.

¹⁵⁷ MEDEIROS, Maria Alda Jana Dantas de. **Vastas e ermas: mulheres não brancas no sertão do Rio Grande (Seridó, séculos XVIII e XIX)**. 2022. 279 f. Dissertação (Mestrado em História dos Sertões) – Programa Pós-Graduação em História do CERES, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2022.

¹⁵⁸ SANTOS, Matheus Barbosa. **Neste mesmo chão, outros passos: indivíduos não-brancos nos sertões do Rio Grande (Ribeira do Acauã, Totoró, séculos XVIII e XIX)**. 2022. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do CERES, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caicó, 2022.

mulheres não brancas, recuperando suas estratégias para manutenção da vida e ascensão social nos séculos XVIII e XIX. Matheus Santos faz trabalho semelhante, só que num recorte espacial mais específico, o lugar conhecido como Totoró; além disso, sua atenção recai sobre a totalidade dos sujeitos não brancos, ao passo que Medeiros se volta primordialmente para as mulheres de semelhante condição.

É esse o contexto em que inserimos o presente trabalho, dialogando com as obras citadas e com outras, no contexto de uma ampla bibliografia a respeito do Brasil e da região aqui enfocada. Ressaltando nosso interesse pela maneira como os africanos de diferentes nações puderam, mediante as circunstâncias encontradas, inserir-se na vida social do lugar, assim como os negros crioulos agiram na construção de suas vidas e busca de seus objetivos. Outra peculiaridade do nosso trabalho é a abordagem abrangente, na qual o interesse pelo elemento de matriz africana não se restringe à condição jurídica, isto é, se livre, liberto ou cativo.

Nesta parte do trabalho procuramos esclarecer, do ponto de vista geográfico, a situação do espaço da pesquisa, bem como a conjuntura político-econômica que propiciou o seu povoamento e sua integração ao mundo atlântico e ao império colonial português. Também fazemos um balanço historiográfico tratando das concepções e das formas como a presença e atuação da população de matriz africana têm sido abordadas pelos historiadores, especialmente nos séculos XX e XXI. Buscando um recorte mais específico, nos debruçamos sobre a produção de conhecimento a respeito da sociedade seridoense, destacando distintas fases e diversificadas concepções.

Também tratamos de algumas questões epistemológicas e do quanto a renovação historiográfica ocorrida a partir da década de 1980 tem inspirado a consecução e condução de nossa pesquisa. Neste sentido, nos são muito caras as preconizações da chamada “história vista de baixo”, notadamente a obra de Edward Palmer Thompson, com sua abertura para que se coloque os grupos sociais situados à margem do centro de poder num primeiro plano de observação, a partir do qual se pode enxergar a capacidade de agência e as articulações realizadas por tais grupos no sentido de resistir às opressões e alcançar algum nível de mobilidade social.

CAPÍTULO 2 – AS ÁFRICAS DO SERIDÓ: OS ANDARILHOS DA ESPERANÇA

O deselegante alvorecer da sociedade seridoense

Antes da década de 1720 o espaço que seria geograficamente cartografado, politicamente territorializado e discursivamente construído como Seridó era ainda lugar inóspito. Os horrendos embates da Guerra dos Bárbaros insistiam em lançar sombras sobre a terra e a ameaça de ressurgimento da resistência indígena fazia com que prudentes famílias cristãs se mantivessem à distância, mesmo que seus membros fossem, pela lei de Deus e do rei, donos de vastas porções de terras ali situadas, como asseguravam os papéis de datas de terra e sesmarias endossados pelas autoridades terrenas.

Nesta época, a região era habitada apenas por “vaqueiros solitários, foragidos da justiça, caboclos mansos e negros cativos”, conforme assevera Medeiros Filho¹⁵⁹. Um

¹⁵⁹MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981, p. 3-4.

abre alas, diga-se de passagem, nada suntuoso quando se pensa em termos de um “processo civilizador”. Todavia, era preciso desbravar a terra e fazê-la propícia ao estabelecimento de uma sociedade capaz de reproduzir o modo de vida católico-europeu. Portanto, esses primeiros agentes colonizadores respondiam muito bem à necessidade que se apresentava. Ao mencionar a presença de foragidos da justiça, certamente Medeiros Filho se referia à pessoas como os irmãos Medeiros, Rodrigo e Sebastião, portugueses que, por uma razão ignorada, fugiram da justiça do reino e, na primeira metade do século XVIII, se fixaram no Seridó.

O que nos chama atenção, porém, é a presença dos “negros cativos” nesse momento de gênese da sociedade seridoense. Podemos pensar que a participação de população de matriz africana fica ainda mais declarada nesse processo se entendermos que parte daqueles “vaqueiros solitários” poderia se constituir de pessoas egressas do cativeiro. Por outro lado, no contexto colonial, as zonas em expansão eram, assevera Faria¹⁶⁰, um verdadeiro chamariz para pessoas de diversas origens e condições, inclusive forros e quilombolas. Noutro ponto da mesma obra¹⁶¹ a autora põe em relevo a tendência que tinham os forros à migração; para ela, os que conseguiam alforriar-se tendiam, geralmente, a mudar-se de lugar, mesmo que deixassem laços rituais e consanguíneos. Entre os motivos da migração estava a necessidade de se manter longe dos antigos senhores e do risco (geralmente pálido, porém, real) da reescravização.

Com efeito, a tradição oral da região e as memórias familiares dão conta da presença de negros fugitivos e peregrinos com passado incógnito que chegaram à região no decorrer dos setecentos e no centênio posterior, a exemplo do “negro nu e cru¹⁶²” e do “escravo da covinha¹⁶³”. Da mesma forma, é corrente a lembrança de pessoas negras não-escravas que se fixaram na Seridó depois de determinado périplo¹⁶⁴. Seria oportuno

¹⁶⁰ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 163.

¹⁶¹ *Ibid.*, p. 108.

¹⁶² “Um negro nu e cru” é como foi intitulado o relato de um episódio ocorrido na década de 1750, em que um grupo de sertanejas foi atacado por um negro, possivelmente um cativo fugido. Depois de renhido combate, uma daquelas senhoras conseguiu ferir e afugentar o agressor. *Vide* SANTOS, 2020, p. 16-17; p. 89.

¹⁶³ Trata-se da chegada de um negro, supostamente escravo, retirante na área rural conhecida como Juazeiro, localizada no atual município de Parelhas/RN. O qual, não sendo acolhido pela população local, subiu em um coqueiro, movido pela ânsia de matar a fome e a sede; porém, foi alvejado por um popular, que o matou com um tiro de espingarda. Em seguida, foi transformado em objeto de devoção e seu local de morte e sepultamento é, frequentemente, visitado por católicos que ali fazem orações e promessas. *Vide* MEDEIROS FILHO, *op. cit.*, p. 113-114.

¹⁶⁴ Nossa própria família é um exemplo disso, pois, afirma a tradição oral, somos “a nona geração” de Tereza, uma negra que chegou ao Seridó na segunda metade do século XVIII, depois de uma retirada que fez na companhia de seus pais e irmãos. *Vide* SANTOS, Sebastião Genicarlo dos. **O cachimbo de Imbém**: estratégias de resistência dos quilombolas da Boa Vista dos Negros. Natal: DEI, 2022.

conferir a referida presença e as contribuições dadas pela população de ascendência africana a partir da investigação de documentos históricos, porém, essa possibilidade é inviabilizada por não termos acesso a fontes referentes ao período. Os sucessivos seccionamentos que envolveram os sertões do Seridó entre os séculos XVII e XVIII fizeram com que a documentação histórica referente à região fosse parar em diversos arquivos.

É importante lembrar que houve, inicialmente, filiação jurídica e eclesial a Olinda-PE, depois uma circunscrição à freguesia paraibana de Nossa Senhora do Bonsucesso do Piancó e, finalmente, o desmembramento que, em 1748, instituiu a Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó. Atendendo aos reclamos, com “feitio de oração”, da população instalada no lugar, esse primeiro desenho tutelar viabilizava a dispensação dos serviços sacros, mas também tinha caráter fiscal, referente a cobrança dos dízimos, e jurídico-administrativo, enquanto demarcação de um território político¹⁶⁵.

No cenário de fragmentação das jazidas documentais coube ao 1º Cartório do Seridó, Comarca de Caicó, diversos inventários *post-mortem* lavrados no decurso do século XVIII, alguns dos quais são capazes de subsidiar o historiador na construção de possíveis retratos da recém instaurada sociedade seridoense. Analisados em conjunto, esses documentos revelam que o estabelecimento da empresa criatória ali teve a mão de obra escrava como um de seus fundamentos. Embora os grupos de escravos sejam relativamente pouco numerosos, se pensarmos num padrão local, as unidades produtivas apresentam maior ou menor quantidade de cativos conforme o tamanho do empreendimento pecuarístico ou a intenção de expandir esse empreendimento e das atividades produzidas em concomitância à pecuária.

Considerando que a pesquisa de Sheila de Castro Faria¹⁶⁶, referente à pecuária extensiva em Campos dos Goitacazes no século XVIII, revelou a prática de destinar um curraleiro e sua mulher para o trato de 250 reses, e que Muirakytan Macêdo encontrou número bastante similar, um vaqueiro para o cuidado do mesmo número de animais, no Seridó, passamos a analisar a inserção dos escravizados mediante a documentação. Para tal, cinco inventários *post-mortem* nos servem de amostra; acreditamos ser o suficiente

¹⁶⁵ MACÊDO, Muirakytan K. **Rústicos Cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – séc. XVIII). Natal: Sol Negro, 2021, p. 17-18.

¹⁶⁶ FARIA, *op. cit.*

para entender minimamente o funcionamento das fazendas e as relações sociais, sendo o documento mais antigo datado de 1737 e o mais recente de 1757¹⁶⁷.

Um primeiro aspecto a ser notado é a interação, no âmbito produtivo, entre crioulos, africanos e remanescentes indígenas¹⁶⁸. Percebe-se também que o emprego da mão de obra cativa era direcionado para atividades diversas, como no trato de lavouras de subsistência e na lida com o gado. Havia, porém, algum plantio de caráter comercial, como os “tabuleiros de cana”, certamente uma atividade destinada a complementar os rendimentos familiares que tinham no criatório a base de sustentação. Ademais, a existência de ferramentas e móveis, serras, serras de mão, enxó, bancos de madeira da terra e canastras, deixa entrever outras atividades que faziam parte do cotidiano daqueles trabalhadores.

Voltemos a atenção para uma das unidades recortadas, com o fito de perceber em mais detalhes o cotidiano. Em 1737, Antonia Ferreira Baptista, inventariante meeira dos bens deixados por seu falecido marido, Crispim de Andrade¹⁶⁹, declarou haver ficado “em seu casal” quatro cativos, sendo um casal: Maria, com idade presumida de cinquenta anos, e Custódio, de sessenta anos “pouco mais ou menos”. Havia também uma “escrava tapuia” cujo nome não pudemos descobrir, da mesma forma, nada conseguimos recuperar do quarto membro daquela escravaria, além de seu valor (80 mil réis), dado o estado de deterioração em que se encontra o documento.

Além dos cativos, a viúva declarou somente cinquenta cabeças de gado *vacum* “entre grandes e pequenos” e outros animais cuja fome voraz e secular das traças não permite saber quantos e nem quais, mas havia “cavalos de bestas”¹⁷⁰. A julgar pelo que arrolou a inventariante, o casal não tinha terras, nem casas, nem dívidas. Crispim de Andrade morreu no meio do processo de estabelecimento de uma fazenda de gado, é isso que o documento nos faz notar. Possivelmente, chegou à região com alguma “semente de gado” e se instalou na propriedade de outrem.

O referido casal de cativos era o suficiente para o trato do rebanho que estava em franco aumento numérico, havia animais grandes e pequenos. E, por outro lado, a

¹⁶⁷ Nos referimos aos inventários de Crispim de Andrade (1737), morador no Sítio Pedra Branca; Diogo Pereira da Silva (1754), morador no Sítio de São Miguel, Ribeira do Seridó; Antonio Garcia de Sá (1755); Ignez Maria da Conceição (1755), moradora na Ribeira do Seridó e Pedro de Andrade Bezerra (1757) morador no Sítio do Cais.

¹⁶⁸ De fato, só encontramos um caso de escravização indígena, porém, a presença de pessoas identificadas como índias é recorrente na documentação.

¹⁶⁹ LABORDOC, Fundo da Comarca de Caicó, Grupo do 1º Cartório Judiciário, Caixa 321.

¹⁷⁰ A expressão cavalo de besta, ou cavalo pai de besta, designa o equino não-castrado que servia como reprodutor e que também era utilizado como montaria nas lides vaqueiras.

cativa tapuia supria a necessidade de mão de obra complementar, certamente não havia recursos para a compra de mais escravizados negros. Embora o preço da tapuia tenha sido estipulado em 40\$000 (quarenta mil réis), por lei a escravização comercial dos indígenas era proibida, os nativos seriam submetidos ao cativeiro por guerra justa ou sob a alegação de custódia, a fim de receberem a catequese e os hábitos de civilidade, de forma que o mais plausível é que se trate de uma aquisição sem ônus.

Tudo leva a crer, portanto, que a morte do finado Crispim interrompeu um processo que estava em curso, onde o gado e a mão de obra escrava constituíam os elementos fundamentais. Da mesma forma, não é implausível aventar a possibilidade de que Custódio e Maria tenham chegado ao Seridó antes que seu senhor e família ali se fixassem, justamente para dar início à instalação da fazenda. Um casal de cativos, três novilhas e um touro eram a fórmula ideal para empreendimento dessa natureza¹⁷¹. Aliás, cabe uma questão simples a este respeito: sem a exploração do trabalho escravo não seria possível a montagem de uma fazenda de gado no Seridó? Sim, desde que os proprietários se dispusessem à utilização de mão de obra livre mediante pagamento, ou, tivessem eles mesmos disposição e habilidades para o traquejo pastorício.

Ambas as situações foram comuns, inclusive foi muito recorrente o tradicional sistema de pagamento dos vaqueiros pelo método da coartação. Consistia em destinar um quarto dos bezerros que nascessem ao vaqueiro. Esse recurso, aparentemente, fazia dispensável o trabalho escravo, porém, na documentação, inexistem fazendas com rebanhos numerosos sem a assistência de trabalhadores escravizados. Nesse contexto, o que merece destaque é senhor e cativos atuando mano a mano no trato do gado e ainda a concomitância do trabalho escravo com a utilização da mão de obra livre. As duas situações são atestadas por Macêdo¹⁷², sendo que a segunda, isto é, a junção de mão de obra escrava e mão de obra livre, é corroborada por Dias e Alveal¹⁷³. É importante ressaltar que as cinco pessoas sobre cujos inventários estamos aqui debruçados tinham proles numerosas, com herdeiros em idade produtiva, portanto, aptos à atividade vaqueira ao lado dos cativos. Isto é um tanto revelador do cotidiano de trabalho das fazendas seridoenses.

¹⁷¹ MACÊDO, **Rústicos cabedais...**

¹⁷² MACÊDO, *op. cit.*

¹⁷³ DIAS, Dayane. J. C.; ALVEAL, Carmem. M. O. Um estudo sobre a população da Capitania do Rio Grande com ênfase na escravidão negra e indígena no contexto da Guerra dos Bárbaros (1681-1714). **Resgate**: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, v. 25, n. 2, p. 57–80, 2017.

Imagem 1 – Fragmento do inventário *post-mortem* de Crispim de Andrade



Fonte: LABORDOC, Fundo da Comarca de Caicó, Grupo do 1º Cartório Judiciário, Caixa 321 (1737)

A despeito da distância temporal que nos separa dos personagens aqui enfocados, e do desgaste físico em que se encontram os documentos em análise, alguns fragmentos de vida podem ser neles visualizados em detalhes. Se os cativos pertencentes a Crispim de Andrade estiveram dedicados ao trato de cinquenta bovinos, além das atividades de cunho doméstico e de alguma lavoura de subsistência, que certamente existia, é possível notar, na observação de outras fazendas, a diversificação das atividades desempenhadas pelos escravizados. Basta mantermos ativo o *zoom* das nossas lentes de observação e apenas mudarmos o foco para outra unidade produtiva. A saber, aquela cuja porta de entrada é o inventário de Diogo Pereira da Silva¹⁷⁴.

José, Gentio da Guiné, de 22 anos; Antonio José, do Gentio de Angola, de presumidos 45 anos; Afonso, também do Gentio de Angola, de 24 anos; Manoel, mulatinho, de 4 anos, e Antonio Ribeiro, crioulo, de 40 anos, foram os cativos arrolados no dito inventário. Aqui, como em todos os casos em que se faz menção ao tempo de vida dos escravizados e das pessoas livres, fala-se de fato em idade presumida, uma vez que raramente sabe-se com precisão a data em que tais pessoas nasceram, de forma que é comum na documentação o uso da expressão “pouco mais ou menos”, depois de se

¹⁷⁴ LABORDOC, Fundo da Comarca de Caicó, Grupo do 1º Cartório Judiciário, Caixa 321.

afirmar a idade de alguém, ou a frase “que representa ter... anos”. De fato, o critério para se declarar a idade de alguém tem como base a observação do estado físico da pessoa. Logo, são atribuições imprecisas, embora sejam de extrema importância no caso dos cativos, já que são determinantes no preço dos mesmos e nas atribuições que lhes serão delegadas.

A presença do “mulatinho” Manoel, de quatro anos, entre os cativos declarados, sem a companhia da mãe, nos leva a ponderar sobre algumas possibilidades a respeito da separação filho – progenitora: 1) morte da mãe antes da realização do inventário; 2) venda da mãe sem o filho; 3) conquista da alforria sem que o filho fosse contemplado; 4) a mãe era parte daquela escravaria, mas não foi declarada no inventário. Todas estas hipóteses nos parecem dotadas de alguma plausibilidade, embora a última delas seja menos propensa a ter se realizado, tendo em vista tratar-se de um bem valioso demais para não ser arrolado. Já as hipóteses 2 e 3 implicariam numa demanda por cuidados e alimentação de uma criança, o que os senhores teriam que atender ou destinar aos demais escravizados. Seria mais viável vender mãe e filho juntos, a menos que, ao negociar sua emancipação, a mãe de Manoel assumisse o compromisso de ficar junto aos “ex-senhores”, onde poderia cuidar do filho. Em todo caso, a eventualidade da morte nos parece mais provável. Não nos foi possível rastrear a trajetória de vida de Manoel e sua mãe cruzando as informações do inventário com as de outras tipologias de fontes mas, veremos adiante, seu falecido senhor, Diogo Pereira, estava enredado com negros escravizados e libertos numa teia de relações sociais e comerciais.

Além do mais, o inventário do referido senhor mostra uma fazenda já muito bem estabelecida, tendo o criatório como atividade principal, com a declaração de gado *vacum*, *cabrum* e *cavalar* na seguinte ordem:

Tabela 1 – Relação dos gados declarados no inventário *post-mortem* de Diogo Pereira da Silva - 1754

Gado <i>vacum</i>	Gado <i>cavalar</i>	Gado <i>cabrum</i>
232 vacas	38 éguas parideiras	482 “cabras entre grandes e pequenas”
142 vacas dos anos [de mil setecentos] cinquenta e [mil setecentos] cinquenta e um	7 “podros” mansos	
50 novilhas do ano de [mil] setecentos e cinquenta e um e [mil setecentos e cinquenta e] dois	19 cavalos mansos	

15 garrotes	10 cavalos mansos e velhos
88 bezerras fêmeas	10 “podros” brabos
56 bois	
66 bois da era de cinquenta e um	
1 junta de bois	
93 novilhas da era de cinquenta e dois	
15 garrotes da era de cinquenta e três	
73 bezerros da era de cinquenta e quatro	

Fonte: LABORDOC. FCC. 1^oCJ. Inventários post-mortem. Inventário *post-mortem* de Diogo Pereira da Silva – 1754 - Elaborado pelo autor (2024)

Portanto, 832 bovinos e mais de 84 equinos, além das 482 cabeças de cabras grandes e pequenas, num total de 1398 animais, ou seja, uma demanda de trabalho bastante vultosa. Não bastasse isso, aparece uma atividade secundária, isto é, dois tabuleiros de cana e tachos e escumadeiras de cobre, o que sugere o plantio de cana e a produção de algum ou alguns de seus derivados. Da mesma forma que os instrumentos de trabalho, tais como enxós, serras braçais, serras de mão, martelos, machados e serrotes indicam a prática de carpintaria. Finalmente, depreende-se do documento o fabrico de telhas, pela existência de uma grade (de ferro) de fazer telhas.

Assim, a escravaria da fazenda da Campanha era empregada em diversas atividades, que se realizavam, certamente, em diferentes momentos, conforme a época do ano. Algumas dessas atividades exigiam certo nível de especialização, de maneira que os escravos de maiores habilidades poderiam usar isso em proveito próprio, instituindo nuances de hierarquia, mesmo dentro de uma tão diminuta escravaria. Nesse contexto, aqueles que soubessem determinada profissão teriam a prerrogativa de não realizarem os serviços mais grosseiros e mais desgastantes. Também tinham mais chances de ganhar a confiança e estima dos senhores, além de livrarem-se dos tratamentos mais severos e de receberem alguma compensação que pudesse ser convertida em pecúlio.

Além dos cativos citados na descrição dos bens deixados por Diogo Pereira, o documento cita mais um, cujo nome não é revelado. Diz apenas que era um mulato e que seu senhor o mandou para ser vendido “na cidade da Bahia”, e que do resultado da venda 50 mil réis foram legados à sua herdeira e filha “Dona Micaella”. O lugar escolhido para a venda é indicativo da extensão das redes comerciais de que participava a população seridoense. Aqui, como nos demais inventários, revela-se um intenso fluxo comercial com a “cidade da Paraíba”, sendo muito frequente, também, a citação do Recife enquanto referência mercantil.

Conseguimos, com olhar atento e acurado, enxergar nas entrelinhas desses complexos de transações comerciais determinadas frestas pelas quais a população negra poderia se inserir visando amealhar algum recurso. Algo sugestivo aparece no rol das dívidas deixadas por Diogo Pereira. Na listagem das dívidas da terça¹⁷⁵ há o valor de quinze mil, cento e vinte réis (15\$125) devidos à “Mulata Sebastiana Escrava do capitão mor Nicolau Mendes de Vasconcelos”. De acordo com o documento, o testador “mandou” um certo [Peri?] Lopo Curado dar o dinheiro a Sebastiana. Vemos, dessa forma, uma situação aparentemente simples, mas que envolve três senhores de escravos e uma cativa num negócio de valor relativamente baixo, isto é, o dono da escravizada, seu devedor e mais um terceiro, encarregado de fazer o pagamento.

Seria um tanto inverossímil supor que Sebastiana fosse credora de Diogo Pereira, está muito claro que ele dispunha de cabedal suficiente para isentá-lo de tal situação. Também não se trata de doação, como era costume na época. O testador, zeloso por seu prestígio social, sentindo a chegada do suspiro derradeiro e temeroso pela salvação de sua alma, despiu-se de toda avaréza que pudesse ter e não deixou que passasse sem destaque as esmolas que fez, algumas delas em valor alto, como os 200\$000 (duzentos mil réis) dados a Francisca, filha de Maria Ignacia, moradora no Varadouro da Cidade da Paraíba; legou mais dez mil réis (10\$000) a “uma rapariga que casou com ventura”, doou para N. S. das Neves cinco mil oitocentos e quarenta réis (5\$840) e determinou que mandassem dizer dezesseis capelas de missa pela sua alma, resultando numa despesa de cento e noventa e dois mil réis (192\$000).

¹⁷⁵ Diogo Pereira foi um dos poucos sujeitos que deixou testamento no Seridó setecentista. Em seu inventário, suas vontades expressas na “verba” do testamento são frequentemente lembradas. Mas, infelizmente, aquele registro não foi incluso quando da feitura dos autos de inventário ou, o que é mais provável, ele foi retirado e acabou se perdendo. Com certeza a leitura do mesmo traria informações sobre a relação do testador com seus cativos e a respeito das possibilidades de agência desses últimos.

O Mulatinho Francisco também foi agraciado com um quinhão da terça de seu senhor, que “o deixou forro e liberto em seu testamento”. O preço do pequeno escravizado importou em 100\$000 (cem mil réis), que foram deduzidos do monte. Diante desse quadro de certa opulência do fazendeiro, existe maior plausibilidade na ideia de que a Mulata Sebastiana recebia do seu senhor autorização para, nos momentos em que não estivesse a seu serviço, desenvolver alguma atividade especializada mediante remuneração. Assim sendo, poderia ela trabalhar em diferentes fazendas cujos donos realizassem negócios entre si, isso explica o fato de a trabalhadora ter recebido das mãos de outra pessoa o pagamento que era devido por Diogo Pereira.

Com efeito, os inventários não fazem referência às lavouras de subsistência, todavia, a despeito de não serem contempladas pela finalidade dos documentos¹⁷⁶, elas são um dado real e de existência óbvia e imprescindível para a consecução da vida em todos os segmentos sociais. Mesmo não sendo diretamente referidas nas fontes, a análise das relações sociais que ali aparecem revela, nas entrelinhas, a existência dessa lavoura como elemento de possível monetarização dos escravizados e demais trabalhadores pobres.

Vale ressaltar que, no Seridó, não obstante o pastoreio fosse o *leitmotiv*, era comum a divisão das terras em duas categorias, as “de criar gados” e as “de criar lavouras”. As primeiras seriam ideais se tivessem águas correntes e/ou vertentes¹⁷⁷; nas últimas se plantavam gêneros para o consumo cotidiano. Nessa atividade acessória ao criatório trabalhavam pessoas diversas, trabalhadores pobres livres, libertos e escravizados, que poderiam produzir excedentes que seriam comercializados com vistas à composição de pecúlio que poderia subsidiar a compra de alforrias¹⁷⁸. Entendemos que essa fresta no sistema escravista era bastante discreta, mas não a ponto de ser descartada por cativos atentos às chances de mobilidade social.

Ainda com a atenção fixada na vida dos escravizados presentes no inventário de Diogo Pereira, notamos que um grupo de quatro cativos, já que pela sua tenra idade o “mulatinho” Manoel não estava apto ao trabalho, dificilmente daria conta das muitas atividades insinuadas pelo rol dos produtos inventariados e ainda do cultivo de víveres,

¹⁷⁶ Aqui nos referimos ao fato de que os inventários *post-mortem* têm a finalidade de informar aquilo que tem valor comercial. Todavia, não deixamos de reconhecer a importância dessa tipologia documental, na medida em que traz múltiplas possibilidades de análise. Na perspectiva de Faria (1998, p. 175), eles muito informam sobre o modo de viver da população colonial, no aspecto individual, tanto quanto no coletivo.

¹⁷⁷ MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981, p. 369.

¹⁷⁸ MACÊDO, Muirakytan K. **Rústicos Cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – séc. XVIII). Natal: Sol Negro, 2021., p. 120.

mesmo que o senhor e seus herdeiros atuassem em parceria com os escravos. Vemos, na observação dessa realidade, pontos comuns entre o Seridó e outros espaços da América Portuguesa. Entendemos a este respeito que, não obstante o hiato espacial que separa a região por nós estudada de outras áreas produtivas, a realidade das relações escravos-senhor comum àquelas áreas reverberava e se fazia sentir nestas terras sertanejas, até porque era das praças do Recife e da Paraíba que se abasteciam as escravarias do Seridó. cremos, deste modo, que aqui também ocorreu a prática de se conceder aos cativos alguns dias para desenvolverem trabalhos próprios, conforme reclamaram os escravos da Bahia colonial estudados por Reis¹⁷⁹.

Com efeito, alguns fazendeiros radicados no Seridó tiveram declarados, em seus inventários, bens de raiz localizados em Pernambuco e Paraíba, como Pedro de Andrade Bezerra¹⁸⁰, que possuía “um sítio de terras na Praia de Cabo Branco” e outro nas Salinas de Pernambuco. Por outro lado, em 1763, o negro Anastácio Coelho havia fugido da fazenda de seu senhor, no Sítio da Batalha, Ribeira do Piranhas, para Goiana¹⁸¹. São evidências de que o escravismo seridoense não estava desvinculado do vivenciado em outras regiões.

Outro aspecto de grande interesse percebido nesses cinco primeiros inventários estudados é a diversidade de africanos que chegavam ao Seridó. Conquanto a região, por suas características socioeconômicas, apresentasse grupos com baixo número de escravos, grosso modo, menos de uma dezena, notamos a presença de distintas culturas e localidades da África. Se já vimos um pouco das possibilidades de inserção dos cativos na sociedade regional e de como era o cotidiano laboral, resta-nos procurar entender quem eram os negros do Seridó, como desenvolveram padrões de sociabilidades e que contribuições deram no âmbito cultural e político.

Região de integração relativamente tardia ao âmbito colonial, o Seridó vivia sua expansão e configuração em moldes coloniais nas primeiras décadas dos setecentos, de maneira que esse é um momento em que muitos fazendeiros são atraídos ao local, uns já experientes nas lides pastoris, outros dando os primeiros passos na aventura do criatório, havendo também aqueles que ali chegavam depois de terem enviado representantes que desbravaram as propriedades requeridas e concedidas e deram a elas condições para a

¹⁷⁹ REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês** (1835). São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁸⁰ LABORDOC, Fundo da Comarca de Caicó, Grupo do 1º Cartório Judiciário, Caixa 321.

¹⁸¹ Inventário de Domingos Duarte de Carvalho, LABORDOC, Fundo da Comarca de Caicó, Grupo do 1º Cartório Judiciário, Caixa 321.

fixação das famílias colonizadoras. Não obstante os colonizadores que se fixaram no Seridó depois das guerras dos bárbaros tenham sido descritos por José Augusto Bezerra de Medeiros¹⁸² como “muitos, e dos da melhor estirpe”, definitivamente não se trata de gente oriunda dos extratos sociais mais elevados no Brasil e muito menos em Portugal¹⁸³. De fato, a maioria desses fazendeiros era de aventureiros desprovidos de posses e de prestígio, que viam na atividade pastorícia uma oportunidade de auferir algum cabedal e mesmo de ascender socialmente.

Bastava, para dar início a uma fazenda de gado, um touro e três novilha, portanto, até aqueles com ínfimos recursos econômicos se viam em condições de entrarem no negócio; soma-se a isso a oferta de terras a serem distribuídas na forma de sesmarias. Estudando o tema, o historiador Muirakytan Macêdo¹⁸⁴ se deu conta de que a maioria dos requerentes de sesmarias da ribeira do Seridó e adjacências era de pessoas sem nenhum título honorífico, ao contrário disso, eram pobres, forros e vadios que serviram ao governo português em eventos bélicos e que interessavam à coroa enquanto potenciais povoadores dos sertões. Por outro lado, na vastidão sertaneja, distante dos grandes centros e, pelo prisma da mentalidade dominante, carente de civilização, as pessoas identificadas como brancas acabavam compondo uma elite regional, especialmente se fossem portuguesas ou quando alegavam serem filhos e netos de portugueses.

A isso podemos acrescentar que o espaço aqui estudado é parte do que no contexto colonial chamavam-se as capitanias do norte¹⁸⁵, que compreende uma área cuja extensão vai do baixo São Francisco ao Ceará. Na perspectiva de Mateus Guimarães¹⁸⁶, pensadas em conjunto, as capitanias do norte formavam uma unidade sob influência e direção da capitania de Pernambuco e é justamente essa influência que dá um caráter de unidade a tal espaço. Logo, não se deve buscar a apreensão das dinâmicas sociais e políticas dessas capitanias sem que sejam levadas em conta as conexões que as ligavam

¹⁸² MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980., p. 24.

¹⁸³ MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense**. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

¹⁸⁴ *Id.*, 2021, p. 68-72.

¹⁸⁵ Uma abordagem conceitual do tema encontra-se em Alveal e Dias (2020). Os autores entendem que as capitanias do norte compreendem os contextos que vão de 1654 a 1817, isto é, desde a Restauração até os movimentos políticos e econômicos do início do século XIX. ALVEAL, Carmen; DIAS, Thiago A. Por uma história das capitanias do norte: questões conceituais e historiográficas sobre uma região colonial no Brasil. **História Unicap**, Recife, v. 7, n. 13, p. 10-32, jan./jun. 2020.

¹⁸⁶ GUIMARÃES, Mateus Silveira. **Dos escravos que vão por mar e por terra: o comércio Atlântico de escravos para as Capitanias do Norte e sua dinâmica interna (c1654-c1760)**. 2022. 361 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

entre si. Ademais, num contexto mais amplo, elas estão inseridas nos processos históricos inerentes ao mundo atlântico.

Da mesma forma, se pensarmos na perspectiva de centro e periferia anunciada por Russel-Wood¹⁸⁷ ao analisar a questão das relações entre metrópoles e colônias, conceberemos o centro como fonte de poder político e econômico, onde se concentra “um grande fluxo econômico/comercial, tinham funções políticas, militares e religiosas, tornando-se referências nas relações econômicas e de poder¹⁸⁸”. Ao nosso ver, essa concepção pode ser aplicada à análise da conjuntura histórica das capitanias do norte, de maneira que Pernambuco seria o centro, dotado de grande pujança comercial e econômica, ao mesmo tempo em que tinha a prerrogativa da direção política e religiosa. Era, portanto, o núcleo irradiador e atraente dos fluxos sociais, políticos e econômicos, inclusive no que se refere às migrações destinadas à ocupação dos sertões. Asseveramos, ainda, com base na documentação analisada, que a cidade da Paraíba tinha certo poder sobre o sertão do Seridó, embora estivesse longe de sobrepujar o domínio exercido por Pernambuco. Neste sentido, a Bahia era a zona de maior influência fora do recorte denominado de capitanias do norte, sem, mais uma vez, ultrapassar a influência de Pernambuco¹⁸⁹.

Com efeito, ao migrar para o Seridó, boa parte desses fazendeiros trazia, além de uma “semente de gado”, alguns cativos fundamentais para a instalação e funcionamento das unidades produtivas. Ademais, no século XVIII a afluência migratória parte sobretudo de Pernambuco, Paraíba e, em menor proporção, da Bahia. A par dessas informações, podemos nos dedicar a entender a procedência dos sujeitos de ascendência africana que chegavam ao Seridó, com atenção especial ao tráfico atlântico.

¹⁸⁷ RUSSELL-WOOD, Anthony John R. Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 11-50, 2001.

¹⁸⁸ GUIMARÃES, *op. cit.*, p. 49.

¹⁸⁹ Ao tratar de um contexto expansionista destinado à ocupação da porção norte da América portuguesa, Capistrano de Abreu destaca Pernambuco e Bahia como pontos de partida. Para tanto, usa as expressões “sertões de fora” e “sertões de dentro” para designar as rotas de deslocamento. A primeira se refere à expansão pernambucana, responsável pela conquista do litoral da Paraíba e do Rio Grande do Norte, chegando ao interior do Ceará. A segunda, isto é, “sertões de dentro”, diz respeito à expansão baiana, que povoou a margem esquerda do Rio São Francisco, atingindo o Rio Parnaíba, chegando aos atuais estados do Piauí, Maranhão e Ceará. ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Brasília: Editora da UNB, 1982.

Do sertão e do mar: vinculações entre o Seridó e o mundo atlântico

A África não era, no contexto da colonização do Brasil, apenas a fonte de mão de obra escravizada. Geradora de grandes riquezas e importante mercado consumidor dos produtos coloniais, o continente despertava o interesse lusitano desde os primórdios da expansão marítima. Não por acaso o escritor Gomes Eanes Zurara¹⁹⁰, em suas *Crônicas dos Feitos Notáveis que se Passaram na Conquista de Guiné por Mandado do Infante D. Henrique*, louva as atitudes do príncipe por fomentar a conquista de Guiné, tendo cinco razões principais para aquele feito: “buscar a verdade sobre as terras; realizar comércio; conhecer a extensão do poder dos mouros; localizar príncipes cristãos; e proceder à salvação das almas”.

Esse intrincado conjunto de motivos que direcionavam o interesse à África fez com que houvesse, no século XVII, uma espécie de “co-gestão” do tráfico, implicando, assim, a participação de reinóis, agentes diretos da administração metropolitana e súditos residentes no Brasil. Todavia, o maior acesso a produtos de baixo custo, com grande demanda por parte dos africanos, possibilitou que, no derradeiro quartel daquele centênio, mercadores pernambucanos e baianos sobrepujassem a concorrência lisboeta e dominassem o comércio, especialmente com a exportação de cachaça (jeribita) e de tabaco e com a importação de cativos¹⁹¹. Esta é uma informação crucial para nossa pesquisa, uma vez que nosso objeto de estudo tem fortes vinculações a Pernambuco, além do que o tráfico de mão de obra africana estava intimamente ligado ao contexto comercial e político mais amplo¹⁹².

Estando a região aqui enfocada intrinsecamente conectada a Pernambuco, a origem dos africanos que chegavam era uma expressão da oferta de cativos estrangeiros na praça recifense e esta, por sua vez, refletia as circunstâncias do comércio colonial com os mercados de África. Ressaltemos, ainda, que as guerras ocorridas entre os povos daquele continente tinham influência direta em tais mercados e, por conseguinte, no

¹⁹⁰ Cf. ZURARA, Gomes. E. **Crônicas dos Feitos Notáveis que se Passaram na Conquista de Guiné por Mandado do Infante D. Henrique**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1977.

¹⁹¹ Para um contraponto a essa tese cf. LOPES, Gustavo Acioli.; MENZ, Maximiliano. M. Resgate e mercadorias: uma análise comparada do tráfico luso-brasileiro de escravos (Angola e Costa da Mina, século XVIII). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 37, p. 43-73, 2008.

¹⁹² LOPES, Gustavo Acioli. **Negócio da Costa da Mina e comércio atlântico - tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos**: Pernambuco (1654 – 1760). 2008. 264 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 29-30.

tráfico negreiro para o Brasil¹⁹³. É fato que entre os produtos que deram vantagem aos mercadores radicados no Brasil frente aos lisboetas estavam a cachaça (jeribita) e, num mesmo patamar de importância, tabaco e ouro, o que oportunizou vultoso comércio com a Costa da Mina. Isto entre a última quadra do século XVII e a década de 1760, conforme demonstra Gustavo Acioli Lopes¹⁹⁴.

Em metade desse tempo, o Seridó viveu sua fase embrionária e se estabeleceu enquanto espaço colonial. Porém, sua participação nesse cenário de trocas comerciais foi quase nula, ela se deu não como fornecedor de produtos exportáveis, mas como discreto receptor de cativos oriundos daquela costa africana. Afinal, a documentação compulsada aponta que, ao longo do século XVIII, pelo menos três pessoas identificadas como do “Gentio da Cota da Mina”, ou simplesmente do “Gentio da Costa” viveram na região. Achamos importante colocar em evidência os nomes dessas pessoas, bem como os fragmentos de suas trajetórias que nos são possíveis visualizar através das fontes, haja vista que tiveram suas vidas marcadas pelas agruras da diáspora forçada, passando pelo cativeiro e pela experiência da adaptação à uma sociedade culturalmente distinta daquela em que nasceram. Eram elas:

Quitéria, mulher considerada adulta e que chegou ao Brasil, certamente, no ano de 1749, na condição de cativa, tendo sido batizada na sexta-feira, 20 de junho daquele ano, na Fazenda do Paulista, em casa de Marianna Vieira da Sylva Baptista¹⁹⁵; Antônio, Costa da Mina, cuja idade presumida era de 25 anos. Foi arrolado nos bens do inventário de Luiz Pinheiro de Abreu, lavrado no ano de 1765. Certamente vivia na companhia de seu senhor, residia na “Freguesia de Nossa Senhora de Santa Anna do Caicó, termo da cidade do Rio Grande do Norte”. Aparentemente, Antônio não exercia ofício especializado, seu valor estimado foi 100\$000 (cem mil réis)¹⁹⁶; Ritta, da Costa da [Mina?]. Mulher adulta, que só aparece na documentação por ter sido madrinha de

¹⁹³ SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da Cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 81.

¹⁹⁴ O referido autor esclarece detalhadamente como a acirrada disputa entre comerciantes reinóis e “brasileiros” pela primazia no mercado africano foi marcada por questões políticas inerentes ao reino de Portugal, envolvendo o interesse na mão de obra escrava (além dos produtos citados) e perpassada por questões referentes ao “giro triangular do tráfico”, isto é, a determinação de que as embarcações partissem de Lisboa rumo à África e de lá rumassem para o Brasil. Esta última questão, cogita Lopes, pode ter sido um fator de desvantagem para os mercadores do reino. Para uma compreensão mais aprofundada do assunto *vide* LOPES, *op. cit.*, p. 29-50.

¹⁹⁵ Livro 1 de batizados da Paróquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, folha com número ilegível.

¹⁹⁶ LABORDOC, Fundo da Comarca de Caicó, Grupo do 1º Cartório Judiciário, Caixa 321.

Quitéria, no mês de setembro de 1750. Não a primeira Quitéria a que nos referimos, mas uma segunda, também adulta, com naturalidade incógnita¹⁹⁷.

É possível que esta segunda Quitéria também seja da “Costa da Mina”. Infelizmente, o documento está muito corroído e com muitos trechos ilegíveis, isso dificulta bastante a investigação, mas abre margem para pensarmos que outras pessoas de semelhante procedência viveram na região e, por não aparecerem na documentação a que temos acesso, não têm suas experiências recuperadas por nós. Chama-nos atenção o fato de Ritta, uma mulher “do Gentio da Costa”, sem condição jurídica declarada, o que nos permite pensar que seria forra, estar apadrinhando outra adulta e, com certeza, recém-chegada de algum ponto da África. Podemos cogitar que seja também da Costa da Mina, questão que dificilmente será respondida, uma vez que no Seridó, como de resto em toda a colônia, era grande a mobilidade espacial das pessoas, dificultando o rastreamento dos indivíduos por meio do cruzamento de fontes. Todavia, vemos no batismo de Quitéria, sob a proteção de Ritta, a efetivação de um laço de solidariedade, certamente impulsionado por um sentimento de pertença e fundamental para a consecução da vida.

Tendo em vista que, entre os chamados gentios e nações africanas com presença no Sertão do Seridó, os angolanos são o grupo que mais marcou presença desde os primórdios da colonização, é provável que os primeiros sujeitos “do Gentio de Angola” que chegaram à região acompanhando seus senhores na montagem das pioneiras fazendas de gado, ou mesmo enviados para desbravarem o sertão, tenham sido traficados durante aqueles governos ou na senda diaspórica por eles aberta. Temos notado, com efeito, que alguns dos africanos chegados à região tinham sido traficados muitos anos antes de terem sua presença referendada nos documentos que acessamos. Um exemplo disso são as figuras de Manoel e Sebastião, ambos “do Gentio de Arda”, mas que aparecem na documentação da década de 1750, em 1755 e 1757, respectivamente. Manoel consta no inventário *post-mortem* de Antonio Garcia de Sá, descrito como “arda já velho” e avaliado em 20\$000 (vinte mil réis).

A presença de Manoel e Sebastião abre margem para pensarmos como, de fato, os conflitos deflagrados entre os povos de África tinham influência direta no tráfico de escravizados para o Brasil. O reino de Arda, também chamado “Ardra”, ficava na Costa Ocidental africana, situado numa porção mais interior, longe da costa e a leste do conhecido Castelo de São Jorge da Mina, um dos marcos fundamentais da presença

¹⁹⁷ Livro 1 de batizados... – folha 26 (verso).

portuguesa e europeia no continente. O ingresso daquele reino nas dinâmicas do tráfico de escravizados ocorre na década de 1670, assim, temos as três principais rotas do tráfico de cativos naquela costa, isto é, o Reino de Arda, a Costa do Ouro e do Reino de Ajudá¹⁹⁸.

Ajudá foi, por muito tempo, tributário dos ardas, porém, com a expansão do Reino do Daomé sobre os ardas, estes deixam a condição de remetentes de cativos para serem eles mesmos remetidos enquanto escravizados¹⁹⁹. É importante ressaltar que os traficados que chegavam ao Brasil sob a designação de arda não eram necessariamente os habitantes daquele reino, na maioria dos casos eram pessoas traficadas a partir dali, dada sua proeminência frente aos povos adjacentes e a importância do seu porto como embarcadouro de escravizados para a América Portuguesa. Havia, no entanto, um pequeno número de habitantes do reino que acabavam sendo rebaixados à condição servil e traficados, geralmente em decorrência de alguma infração cometida.

É fato que, na década de 1720, Arda sucumbe diante da expansão daomeana, assegura Filipe Marinho de Melo²⁰⁰. Com isto, as pessoas traficadas a partir daquela região passam a ser identificadas como minas ao mesmo passo em que a denominação arda se torna cada vez mais rara. De maneira que os dois ardas por nós identificados sofreram as consequências das disputas políticas e militares em torno daquele reino. A observação dessas questões também ajuda a corroborar nossa percepção do Seridó enquanto ramificação do mundo atlântico. Com efeito, a presença de indivíduos identificados como “mina” se faz notar no Seridó setecentista, embora seja um vulto pouco expressivo na paisagem social do lugar. Não sabemos se tal presença decorre do movimento expansionista do Daomé, mas, em caso positivo, teríamos outro contexto, no qual Ritta e Quitéria poderiam ter sido identificadas como arda, bem como Antônio²⁰¹, o outro sujeito da Costa da Mina que encontramos na documentação do século XVIII. Ao lado de Sebastião e de Manoel, estes declarados como “do Gentio de Arda”, considerando que os mesmos foram contemporâneos na região e as possibilidades de circulação entre as unidades produtivas, não é inverossímil que uma pequena rede de solidariedades matizada no pertencimento étnico tenha se formado entre eles.

Analisemos a questão com base em nossas fontes de pesquisa.

¹⁹⁸ SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da Cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 70-81.

¹⁹⁹ *Ibid.*, p. 81.

²⁰⁰ MELO, Filipe M. Marinho de. **“Que negros somos nós?”**: africanos no Recife, século XVIII. 2021. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021, p. 101.

²⁰¹ LABORDOC, Fundo da Comarca de Caicó, Grupo do 1º Cartório Judiciário, Caixa 321. Inventário de Luiz Pinheiro de Abreu.

Quadro 1 – Presença de Ardas e Minas nos inventários *post-mortem* e nos registros de batismos e óbitos

Seridó – Século XVIII				
Nome	Identificação/Procedência	Idade presumida	Condição	Localidade
Manoel	Arda	“Já velho”	Cativo	1755 – Acari ^{202?}
Sebastião	Arda	Ignorada ²⁰³	Cativo	1757 – Fazenda do Cais
Quitéria	Gentio da Costa	Adulta?	Cativa	1749 – Ribeira do Piranhas
Ritta	Gentio da Costa	Ignorada	Não consta no documento	1750 – Fazenda do Paulista

Fontes: LABORDOC. FCC. 1ºCJ. Inventários post-mortem; PSC. CPSJ. Livro de Batismos nº 1. 1803-1806; FGSSAS, Livro de Óbitos nº 1 (1788-1811); FGSSAS, Livro de Óbitos nº 2 (1812-1835)

Elaborado pelo autor (2024)

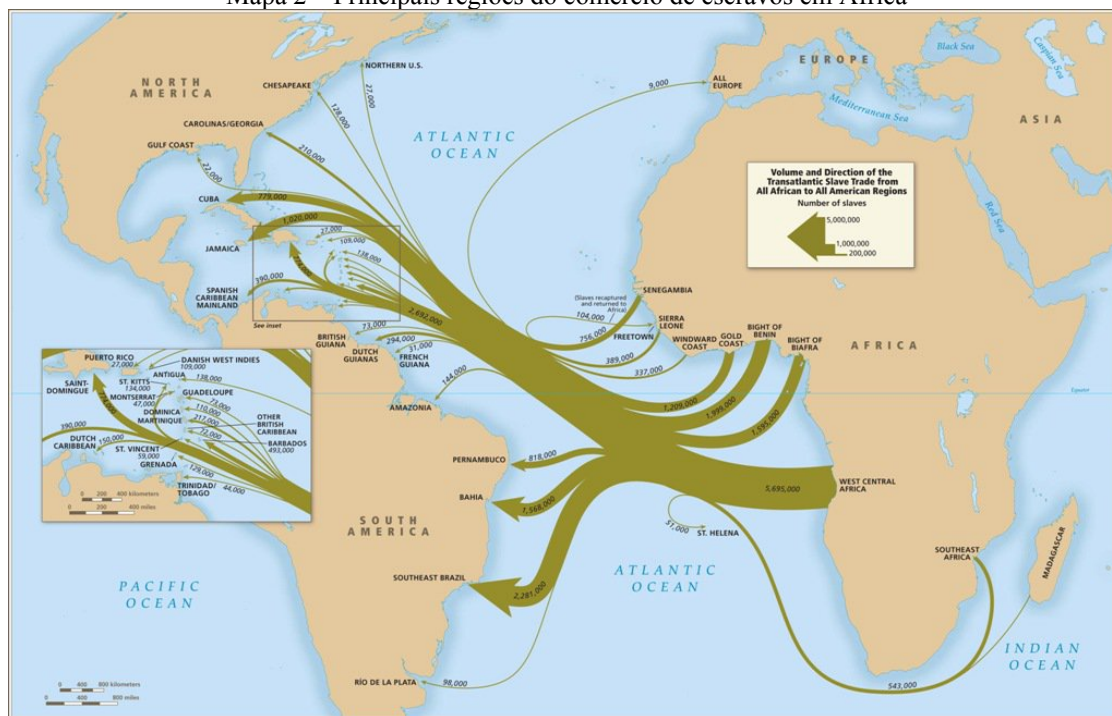
Se estamos procurando demonstrar que o Seridó colonial foi palco de certa diversidade de etnias e origens africanas, é importante detalhar algumas circunstâncias do tráfico atlântico de escravizados sob a égide das condições inerentes à África e à chegada de africanos no Brasil. É *mister* frisar, embora de maneira sucinta e simplificada, uma vez que nosso intento não é aprofundar a discussão e sim lançar luzes sobre as origens dos cativos que chegaram ao Seridó, que os estudiosos costumam dividir a África em pelo menos três grandes regiões comercialmente ligadas ao Brasil, são elas: a África Ocidental, África Centro-Ocidental e África Oriental. Nesse sentido, os comerciantes das praças do Recife e do Rio de Janeiro estabeleceram relações comerciais na África Centro-Ocidental, onde se destacavam Congo e Angola, de maneira que os cativos traficados para aquelas praças eram geralmente embarcados naquela zona africana. Por sua vez, a Bahia recebia cativos geralmente embarcados na África Ocidental, com maior relevância

²⁰² O estado de deterioração do documento não possibilita identificar o lugar em que Manoel vivia, porém, no ano de 1757 seu senhor era Antônio Garcia de Sá. Encontramos, no livro de enterros da paróquia da Gloriosa S. Santa Ana do Seridó (1788–1811), o registro de óbito do Coronel Antônio de Sá Barroso, que foi sepultado na Capela do Acari, em 20/05/1793. Trata-se, seguramente, de um descendente homônimo do proprietário de Sebastião, já o lugar do sepultamento pode ser uma pista da localidade em que viveu o escravizado.

²⁰³ O estado de deterioração do documento não possibilita identificar a idade de Sebastião.

para Senegal, Nigéria e Camarões, dado que eram essas as regiões onde os comerciantes de Salvador comercializavam frequentemente²⁰⁴.

Mapa 2 – Principais regiões do comércio de escravos em África



Fonte: <https://www.slavevoyages.org/blog/all-intro-maps> (2024).

No que diz respeito ao desembarque de africanos escravizados em solo brasileiro no contexto colonial, três portos principais do Brasil concentravam a maior parte do ingresso de africanos traficados, a saber, o porto do Rio de Janeiro, o porto do Recife e o porto de Salvador. Consequentemente, era no entorno desses portos que se localizavam as maiores praças de negociação de mercadoria humana da colônia. Vale ressaltar, ainda, que o tráfico negreiro tinha origem em diferentes pontos da África e que os comerciantes de cada uma das referidas praças mantinham relações comerciais em regiões específicas daquele continente²⁰⁵.

As pesquisas historiográficas têm apontado variadas formas de identificação dos negros estrangeiros que viveram no Brasil desde a estruturação da empresa colonial até

²⁰⁴ LOVEJOY, Paul. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Trad. Regina A. R. F. Bhering e Luiz Guilherme B. Chaves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.; GUIMARÃES, Mateus Silveira. **Dos escravos que vão por mar e por terra: o comércio Atlântico de escravos para as Capitanias do Norte e sua dinâmica interna (c1654-c1760)**. 2022. 361 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

²⁰⁵ FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: UNESP, 2014; GUIMARÃES, Mateus Silveira. O comércio atlântico na diáspora africana: Paraíba, África, e Minas Gerais. In: ROCHA, Solange Pereira; GUIMARÃES, Mateus Silveira. (Orgs.). **Experiências históricas da gente negra na diáspora africana: Paraíba colonial e imperial**. João Pessoa: Editora UFPB, 2018.

o século XIX. Trata-se, como se sabe, de identidades coletivas, a *priori*, formas de designar os sujeitos conforme os grupos a que pertenciam ou ao porto em que foram embarcados no continente de origem. Assim, são correntes as identificações como jejes, congo, mina, guiné, nagô, angola e outras mais. Neste sentido, as pesquisas se encontram num estágio que consideramos bastante avançado, tanto no conhecimento dos meandros do tráfico atlântico em sua complexidade, quanto no que se refere às formas de vida dessas populações na África e como elas puderam (re)construir laços de solidariedades no Brasil²⁰⁶.

Se um olhar pouco acurado pode entender como uniforme a grande massa de africanos introduzidos no Brasil ao longo dos mais de trezentos anos em que a diáspora africana esteve em curso, cabe chamar a atenção para as diferenças. Como afirma Mariza Soares²⁰⁷, “tornar ‘dessemelhante’ o que um olhar desavisado assemelha”. É importante lembrar que toda uma conjuntura de distinções étnicas, com nuances de aproximações e distanciamentos, fazia parte da vida das sociedades africanas enredadas na teia de interações do Mundo Atlântico.

Num contexto diaspórico, em que se viam forçados a adaptarem-se à vida na sociedade da América Portuguesa, os sujeitos o faziam sem perder de vista seu passado e seu lugar de origem. Portanto, ligavam-se movidos pelo sentimento de pertença e acabavam por reproduzir as antigas, ou produziam novas, solidariedades e rivalidades. Aliás, a literatura especializada no tema é riquíssima em evidências dessas distinções. À guisa de exemplo, podemos citar algumas passagens, como a apresentada por Reis²⁰⁸ quando, em 1808, no Recôncavo baiano, na celebração do Natal, os cativos de vários engenhos se reuniram de acordo com as suas nações, “os geges, no sítio do Sergimirim, os Angolas, por detrás da Capela do Rosário, e os nagôs e uças na rua de detrás junto ao alambique que tem de renda Thomé Correa de Mattos²⁰⁹”.

²⁰⁶ Para o entendimento pormenorizado das questões referentes ao tráfico atlântico de escravizados *vide* FLORENTINO, 2014.; LOPES, 2008.; OLIVEIRA, Luanna Maria Ventura dos Santos. **A tributação sobre os escravizados no Porto do Recife e suas conexões no Império Português (1699-1750)**. 2021. 390 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Já os modos como os sujeitos e grupos de ascendência africana (re)construíram suas identidades no Brasil aparecem em SOARES, 2000.; FARIA, 2011.; SANTOS, 2021.

²⁰⁷ SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 28.

²⁰⁸ REIS, João José. Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Tempo**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996a, p. 7.

²⁰⁹ O trecho citado faz parte de um documento apresentado por João Reis. Trata-se de um relato feito por um capitão de milícias de Santo Amaro ao seu capitão-mor.

A forma como se organizavam as chamadas irmandades de pretos no Brasil também reflete o caráter distintivo das questões étnicas. Investigando semelhante questão entre os cativos urbanos do Rio de Janeiro no século XVIII, Mariza Soares²¹⁰ notou que na irmandade de São Domingos se congregavam crioulos e pretos de Guiné, os pretos de Angola participavam das irmandades de São Benedito e do Rosário. Por outro lado, os pretos identificados nas minas se dividiram em pelo menos quatro irmandades religiosas leigas e dentre elas a autora destaca a de Santo Elesbão e Santa Efigênia, organizada em 1740 por uma “elite” de negros minas forros. A rivalidade entre esses e os angola fica evidente no próprio estatuto da confraria, onde se veta o ingresso destes últimos, salvo mediante o pagamento de vultosa soma de dinheiro.

Aliás, a referida historiadora explicita ainda mais o modo arredo como os oriundos de Angola eram vistos pelos minas quando traz a público a fala de um de seus membros, Francisco Alves de Souza, que se escusa de reger seus nacionais do Reino Makii afirmando que, apesar de os minas “serem briosos e tementes a Deus”, existem entre eles alguns angolas, que costumam “com indecência tomar os cadáveres que vão na tumba da Santa Casa de Misericórdia, para os pôr nas portas das freguesias, a tirar esmolas dos fiéis para os enterrar com cantigas gentílicas e supersticiosas”²¹¹. Souza deixa clara a sua intenção de não se relacionar com os angolas, haja vista que suas “indecências e gentilismos” fazem com que os senhores brancos entendessem que “todos os pretos usaram do mesmo”.

Está claro que os nacionais africanos ansiavam se encontrar no Brasil com o fito de construir a vida, refazer antigos laços e desenvolver expectativas de modo coletivo. Não deixamos de reconhecer, diga-se de passagem, que foi também muito comum a existência de irmandades que não faziam distinção entre as nações. Deve-se notar, porém, que em certa medida os grupos africanos receberam designações que refletiam os meandros do comércio de escravos e a necessidade de inserção dos africanos na sociedade do Brasil. Eram, por assim dizer, identidades impostas no contexto do tráfico atlântico, ou identidades diaspóricas. Ao passo em que essas identidades são aceitas e os grupos se reconhecem enquanto tais, eles passam a desenvolver modos próprios de interação e até mesmo de resistir à escravidão.

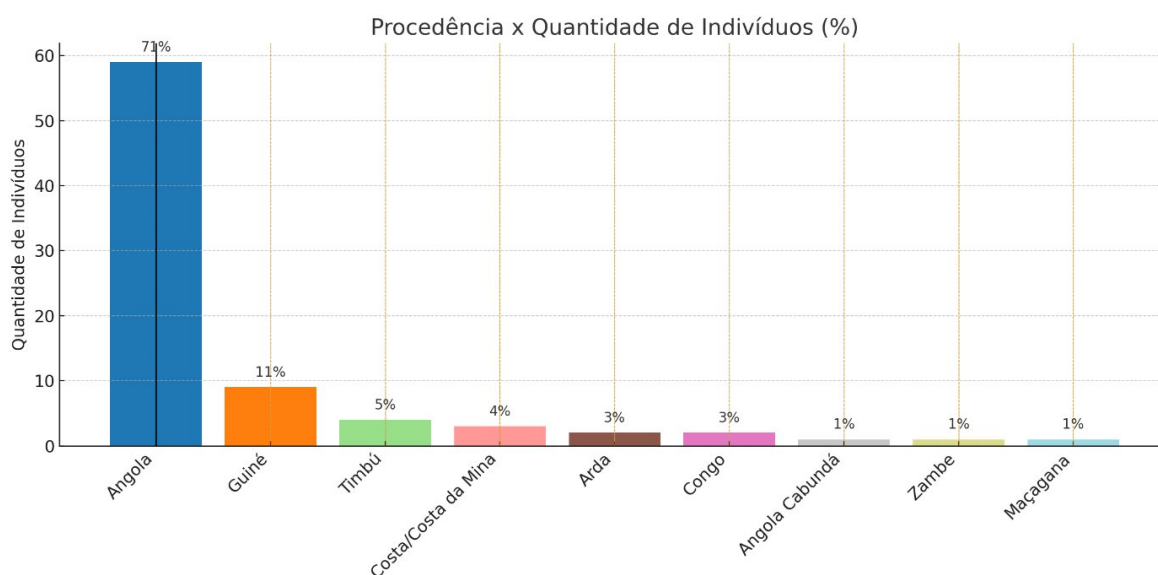
²¹⁰ SOARES, *op. cit.*, p. 88-89.

²¹¹ SOARES, Mariza de Carvalho. **Diálogos makii de Francisco Alves de Souza**: manuscrito de uma congregação católica de africanos mina, 1786. São Paulo: Chão Editora, 2019, p. 20 e p. 40.

As africanas e africanos recém-chegados ao Brasil têm enorme dificuldade de se adaptar e se estabelecer, de forma que esse processo de (re)incorporação de uma identidade coletiva é determinante para a consecução de sua trajetória de vida. Assim, por exemplo, nem todas as pessoas identificadas como originárias do “Gentio de Angola” de fato nasceram naquele lugar, muitas delas ali receberam o batismo católico e foram embarcadas com destino ao Brasil. Uma vez aqui chegando, é a partir dessa identificação que elas vão buscar inserção por meio de sociabilidades comuns aos identificados como angola.

Como visto, para essa primeira fase da pesquisa, optamos por mapear a presença africana no Seridó entre os anos de 1737 e 1810²¹², isso com base em variadas tipologias documentais, isto é, inventários *post-mortem*, registros de óbitos, registros de batismos, cartas de alforria e documentos de compra, venda e doação de escravizados. Assim, nos deparamos com a identificação de diferentes grupos de procedência, comumente divididos em duas categorias na documentação, a saber: gentios e nações. Assim, nos deparamos com Gentio de Angola, Angola Cabundá, Gentio de Arda, Gentio da Guiné, Gentio Costa da Mina, Maçaganna, Zambe, nação Congo e apenas nação sem outras especificações, conforme sistematizado no gráfico abaixo.

Gráfico1–População africana no Seridó entre 1737 e 1810



Fontes: LABORDOC. FCC. 1ºCJ. Inventários post-mortem; PSC. CPSJ. Livro de Batismos nº 1. 1803-1806; FGSSAS, Livro de Óbitos nº 1 (1788-1811); CC. Livro de Notas nº 2. Vila Nova do Príncipe, 1792 - 1799; CC. Livro de Notas nº 2. Vila Nova do Príncipe, 1799 - 1892.

²¹² Respectivamente, a data do documento mais antigo a que tivemos acesso e do registro documental mais recente que analisamos nesta etapa da pesquisa.

Construímos o gráfico acima com base na documentação com que trabalhamos, a qual permite notabilizar os negros estrangeiros que viveram no Seridó entre 1737 e 1810. As cifras apresentadas tendem a se tornar mais vultosas na medida em que a pesquisa avançar para a consulta nos assentos de enlaces matrimoniais. Todavia, os números presentes no gráfico, embora não representem a completude da presença africana²¹³, possibilitam visualizar as circunstâncias em que se dava a inserção de negros estrangeiros no Seridó. Como afirmamos anteriormente, essas formas de identificação refletem muito mais o contexto do tráfico e do comércio negreiro do que as questões étnicas de África. Todavia, é importante detalhar as formas como os sujeitos e grupos que se viram forçados a migrar para o Brasil lidavam com essas identidades impostas.

O gráfico é bastante revelador da diversidade africana presente na região à época colonial. Embora aqueles identificados como zambe, maçagana, congo e arda sejam um contingente pouco expressivo, eles evidenciam que ali a diversidade era um aspecto comum. Já o caso do “angola cabundá” merece atenção especial e será tratado adiante. Fica claro, no entanto, o domínio angolano no contingente africano do lugar. A análise da documentação revela que esse é, também, o grupo com presença mais constante; aliás, a referida diversidade vai se desfazendo com o passar do tempo e a presença dos angolas vai se acentuando cada vez mais, sobretudo a partir da década de 1760.

É importante, por outro lado, que tenhamos uma maior nitidez no que se refere à realidade demográfica com que lidamos. Em pesquisa dedicada ao tema, Dayane Dias e Carmen Alveal²¹⁴ concluíram que, em 1801, a Capitania do Rio Grande do Norte apresentava a situação demonstrada na tabela a seguir: _____

²¹³ Temos, neste sentido, como certa a prática do sub-registro, bem como levamos em consideração o fato de que o estado de deterioração em que se encontra boa parte das fontes dificulta, quando não impede, a identificação de muitos africanos.

²¹⁴ Dias, D. J. C., & Alveal, C. M. O. (2017). Um estudo preliminar da demografia do Rio Grande do Norte colonial: fontes, métodos e resultados. **Revista Brasileira De Estudos De População**, 34(3), 485–507. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0032>.

**População observada e estimada, por condição jurídica e cor/etnia, segundo sexo e grupos de idade
Rio Grande do Norte – 1801**

Sexo e grupos de idade	Livres						Escravos			
	População observada			População estimada			População observada		População estimada	
	Brancos	Pardos	Pretos	Brancos	Pardos	Pretos	Pardos	Pretos	Pardos	Pretos
Homens										
0 a 4 anos	687	858	130	1.224	1.095	309	106	231	455	557
5 a 9 anos	624	350	176	922	753	152	100	213	320	305
10 a 19 anos	894	1.079	274	2.009	1.624	393	122	530	788	632
20 a 29 anos	669	651	174	2.084	1.776	448	119	458	719	772
30 a 39 anos	459	617	164	1.177	867	294	48	323	365	443
40 a 49 anos	929	409	79	960	688	270	48	189	288	392
50 a 59 anos	234	217	83	666	466	166	9	94	214	228
60 a 69 anos	117	121	42	385	288	93	3	48	119	110
70 a 79 anos	53	59	29	115	110	48	4	14	61	56
80 a 89 anos	19	19	5	40	56	19	1	11	30	31
90 anos e mais	0	2	1	22	33	14	0	2	12	15
Total	4.685	4.382	1.157	9.604	7.756	2.207	560	2.113	3.371	3.541
Mulheres										
0 a 4 anos	642	812	145	1.203	1.151	322	113	190	488	500
5 a 9 anos	626	816	132	917	765	150	110	201	356	311
10 a 19 anos	813	1.146	306	1.996	1.694	396	112	406	718	698
20 a 29 anos	744	1.319	247	1.997	1.691	440	145	457	713	770
30 a 39 anos	573	644	134	1.051	868	230	53	282	402	415
40 a 49 anos	333	372	108	890	704	216	38	133	319	310
50 a 59 anos	234	193	90	563	431	133	27	61	189	210
60 a 69 anos	88	115	58	318	255	86	7	33	108	172
70 a 79 anos	51	71	23	73	99	43	1	12	46	55
80 a 89 anos	18	27	12	34	33	14	1	6	12	21
90 anos e mais	2	3	1	15	19	7	0	0	5	6
Total	4.124	5.518	1.256	9.056	7.708	2.036	607	1.781	3.357	3.470

Trata-se de pesquisa realizada em dados disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Notemos que as autoras buscaram estabelecer um paralelo entre o que chamaram de população observada e população estimada. Ademais, a tabela é rica em detalhes, na medida em que distingue os grupos sociais por idade, sexo, qualificação étnica e condição jurídica. Temos aí um traço bastante definido do perfil demográfico da capitania e, portanto, do contexto mais amplo em que o Seridó estava inserido. Não se pode esquecer, entretanto, a situação geográfica e social, que também implicava seu pertencimento à Capitania da Paraíba, de maneira que é importante que tenhamos uma ideia da conjuntura populacional paraibana nos anos finais do século XVIII e início do oitocentos. A este respeito, com foco no contingente escravo em relação à população total, Solange Rocha²¹⁵ faz a seguinte demonstração:

Ano	População total	População escrava/%
1798	39.894	8.897 (22,3%)
1802	50.835	10.677 (21,0%)
1811	122.407	17.633 (14,4%)

Esclarecido o contexto demográfico de que o Seridó fazia parte, podemos voltar à discussão ao problema da presença africana no Seridó, agora buscando entender os fatores que motivaram a diminuição dessa diversidade africana no Seridó tivemos que investigar o ingresso de negros estrangeiros na região. Assim, fizemos uma lista nominal dos senhores de todos aqueles escravizados africanos que aparecem na documentação como distintos dos angolas. Ao rastreamos os nomes nos livros de notas, registros de batismos, registros de óbitos e nas cartas de doação de sesmarias²¹⁶, notamos que, grosso modo, os não-angolanos chegavam ao Seridó acompanhando seus senhores na migração para a região ou por eles foram enviados para tomarem conta de possessões alcançadas.

Portanto, a diversidade devia-se a fluxos migratórios convergentes de regiões distintas onde o tráfico atlântico apresentava diferentes circunstâncias. Além de Paraíba e Pernambuco, de onde emanaram os maiores contingentes de migrantes, encontramos, por exemplo, sesmeiros vindos do Ceará. Assim, com o passar do tempo, a fixação dos

²¹⁵ ROCHA, Solange Pereira. **Gente negra na paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 107.

²¹⁶ O rastreamento dos sujeitos nas cartas de Concessão de Sesmarias foi feito através da Plataforma Sesmarias do Império Luso Brasileiro, acessado pelo endereço eletrônico <http://www.silb.cchla.ufrn.br/>, doravante SILB. Tendo em vista o contexto de migrações comum à realidade colonial, buscamos as pessoas referidas nas Capitanias do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Ceará e Bahia, entre os anos de 1700 e 1800.

colonos e a diminuição das migrações, a presença majoritária dos negros “do Gentio de Angola” reflete o pertencimento comercial, político e cultural da região a Pernambuco e Paraíba, onde eram reinantes as ligações com a costa centro-ocidental africana.

Ao que nos parece, outro aspecto concernente ao Gráfico 1 que precisa ser analisado é a distinção entre os termos “gentio” e “nação”. Porque, nos registros, algumas partes da África são apresentadas como nações e outras como gentio. Por exemplo, “Gentio de Angola” ou “Gentio da Guiné”, “Nação Mina ou Nação Congo”? Mariza de Carvalho Soares²¹⁷, ao investigar as etnias africanas na Cidade do Rio de Janeiro setecentista, tomando “como porta de entrada”, para usar as palavras da autora, a questão religiosa, apresenta resposta satisfatória à questão. Na percepção daquela historiadora, o termo “nação” faz referência a uma unidade política, enquanto “gentio” tem caráter sociocultural. Assim, com “nação” se designa qualquer povo, infiel ou cristão, com que os portugueses se relacionavam, na paz ou na guerra e, como “gentios” eram apontados os grupos alvo da catequese missionária²¹⁸.

A compreensão desses detalhes é importante, pois são eles que determinavam a forma como aqueles povos eram enxergados no âmbito colonial, direcionavam e, simultaneamente, refletiam o posicionamento político da coroa portuguesa e de seus agentes frente a tais povos. Tudo isso poderia ter implicações diretas nas possibilidades de agência e de construção da vida das pessoas traficadas.

Nos registros, sejam eles de natureza paroquial ou cartorária, é flagrante o cuidado em destacar a procedência dos negros estrangeiros, deixando claro que a sociedade colonial entendia a África de modo fragmentado e não como um dado homogêneo. Nisso estão incluídas as questões políticas e culturais dos povos africanos, bem como os níveis de interação dos agentes coloniais com cada um daqueles povos. Conforme demonstramos no Gráfico 1, ao longo do século XVIII a população africana situada no espaço aqui estudada era majoritariamente identificada como sendo do “Gentio de Angola”.

Isso reflete o fato de que a região era parte de um grande complexo político, econômico e cultural que punha em perene conexão as duas margens do Atlântico, especificamente Rio de Janeiro, Pernambuco/Paraíba e a grande quantidade de territórios e etnias guardadas num imenso leque de variações chamado Angola. É importante deixar

²¹⁷ SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da Cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 53-103.

²¹⁸ Para Soares o termo “gentio” é, grosso modo, sinônimo de pagão ou infiel.

claro, diga-se de passagem, que não há um exclusivismo de Angola; a despeito de ser menos expressiva, a presença de outras “identidades” africanas revela as múltiplas faces daquelas conexões políticas, econômicas e culturais. Contudo, concentremos, momentaneamente, a atenção em Angola.

Angola, já afirmamos, é região de grande destaque no contexto da África Centro-Ocidental, dado o grande volume de negócios praticados entre os comerciantes locais e aqueles vindos de Portugal e do Brasil. Ali, como de resto em todo centro-ocidente africano, os cativos eram batizados em grupo antes de serem embarcados com destino ao Brasil²¹⁹. Já investidos de uma nova identidade proclamada pelo nome cristão e pelo sacramento das águas, mulheres, crianças e homens desembarcavam nos portos brasileiros com algum nível de assimilação que os punha em vantagem frente aos demais grupos de origem africana.

Em 03 de maio de 1750, a adulta Joanna, do Gentio da Guiné, teve selado o seu ingresso no mundo cristão por meio do batismo. O sacramento, ritual de passagem da esfera pagã à vida católica, é um tanto revelador de sua malograda sorte e das circunstâncias em que se iniciava a nova fase de sua trajetória. O primeiro aspecto a ser notado é que, possivelmente, seu desembarque em solo brasileiro acontecera a pouco tempo, uma vez que os ditames legais do império português impunham aos senhores de cativos africanos a determinação de levá-los à pia batismal no prazo máximo de seis meses, caso o rito não tivesse sido dispensado no porto de embarque em África²²⁰.

Da mesma forma, o documento revela que Joanna estava apta a contribuir nos processos laborais da unidade produtiva em que foi inserida, pois a descreve como adulta. A aparentemente vaga descrição da fase de vida em que se encontrava a cativa é indicativo da forma como a sociedade colonial a enxergava. É importante lembrar, como assevera Sheila de Castro Faria²²¹ que, no contexto colonial, a partir dos 13 anos os cativos passavam a ser cobrados no trabalho e deixavam de ser identificados como filhos de alguém, ou seja, ganhavam identidade própria e eram considerados pessoas adultas.

Nestas circunstâncias, caberia a Joanna ter o olhar apurado no sentido de apreender as lógicas de conduta e relacionamentos pertinentes ao universo social em que se via forçada a viver, ponderar sobre o modo de vida, adaptar-se ao trabalho, buscar inserir-se na teia de relacionamentos cabível à pessoas de sua condição e criar novas

²¹⁹ SOARES, *op. cit.*, p. 111-2.

²²⁰ SOARES, *op. cit.*

²²¹ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

expectativas, enxergar horizontes que poderiam ser atingidos se fosse suficientemente hábil e pudesse contar com ventos favoráveis na maré das circunstâncias. Um aspecto que poderia jogar a seu favor é o fato de estar em idade produtiva; mais do que interessar à sua senhora, Leonor Fragosa, isso poderia ser também do interesse de algum cativo solteiro e ávido por uma união estável que lhe conferisse maior reconhecimento social e que fosse, materialmente falando, capaz de alavancar a conquista de objetivos previamente concebidos, como melhores condições alimentares, constituição de família e até amealhar pecúlio que pudesse fomentar o sonho da liberdade. Aliás, as possibilidades de alguém se estabelecer ou mesmo sobreviver isoladamente no Brasil colonial eram praticamente nulas, reiteramos aqui a afirmação de que a inserção era primordial e o casamento²²², “um ideal a ser alcançado”²²³.

O batismo aconteceu no lugar chamado Rio do Peixe e foi celebrado pelo padre Francisco Barbosa Leal, tendo como padrinhos o casal Ignacio de Lyra e Joanna da Silva. Nos parece sugestivo o fato de que a africana em questão tenha se tornado homônima de sua madrinha. Teria a cativa caído nas graças de uma madrinha ansiosa por prestígio social, que lhe legou o nome e dispôs-se a apoiar a afilhada nas vicissitudes da vida no cativeiro? Somente o cruzamento de fontes poderia nos dar a condição de responder essa pergunta e, para nossa desventura, não encontramos mais nenhum documento que nos faça ir adiante no desvelar da trajetória de vida de Joanna. Mas, é fato que seu assento de batismo nos ajuda a desvelar um pouco da realidade experienciada por ela e por seus pares. Não se pode deixar de entender, contudo, que enquanto não houvesse tempo suficiente para a compreensão do *modus vivendi* da sociedade e para o entendimento das possibilidades de inserção social, a vida era perpassada de sofrimento, medo e incertezas.

Quase dois meses antes de Joanna ser batizada, outro batismo de africano adulto aconteceu na região, desta vez tratava-se de um homem, e Francisco foi o nome que lhe deram em substituição ao epíteto com que era conhecido no seu lugar de origem. Apesar

²²² Evidentemente o casamento é uma das muitas esferas e possibilidades de inserção e mobilidade social, estamos de fato pensando num amplo contexto de interações, em que as redes de solidariedade se efetivam de diferentes maneiras, seja no parentesco biológico ou ritual, nas identidades matizadas pela procedência, no sentimento de pertença comum aos escravos de um mesmo senhor ou entre aqueles que vivem em unidades produtivas próximas e daí por diante. Aliás, a historiografia tem posto em evidência situações exemplares de mulheres que conquistaram liberdade e até amealharam fortunas sem que tivessem realizado união reconhecida pela igreja, mas que estiveram inseridas em teias de interação e solidariedade. A exemplo das pretas minas estudadas por Sheila Faria - FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás pretas, damas mercadoras**: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del-Rei (1700 – 1850). Tese (Professor Titular em História do Brasil) – UFF, Niterói, 2004.

²²³ FARIA, *op. cit.*; VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

de a cerimônia revelar situação em muito semelhante à de Joanna, a fonte traz ainda menos informações a respeito da pessoa em questão. É, porém, na indagação dos silêncios das fontes que podemos depreender algo da sociedade colonial. O padre escriba, no exercício de sua profissão de fé, deu clara demonstração do desdém com que pessoas na condição de Francisco eram tratadas pelos grupos dominantes, pois nada além do que era estritamente necessário foi posto no assento, aliás, algumas informações importantes não foram apostas, como a nação ou gentio de onde viera o cativo, o nome dos padrinhos e o local de moradia de seu senhor, João Barbosa.

A pouca atenção dada a Francisco pelo escrivão é uma amostra de que a presença cativa era necessária, ao mesmo tempo em que o cativo, sobretudo aquele de origem africana, era digno de pouquíssima estima por parte de quem estava situado no centro do poder. No mais, Francisco enfrentaria os mesmos obstáculos que Joanna e, caso houvesse desequilíbrio na razão homem – mulher no circuito casamenteiro da região, seriam ainda maiores as dificuldades de inserção e aceitação social. Os dois batismos de africanos acima referidos nos servem como porta de entrada para a realidade do lugar em pauta por nossa investigação, onde, ao contrário do que asseveram as afirmações apressadas que por tanto tempo foram acriticamente aceitas, a presença africana não era algo estranho. Isso ficará ainda mais evidente com a análise de outras situações reais vislumbradas a partir da documentação.

É *mister* frisar que até a década de 1830 pairou sobre o espaço em foco uma indefinição jurídica quanto ao pertencimento à Paraíba ou ao Rio Grande do Norte. É somente com uma lei imperial de 1831, mediante requerimento do Padre Francisco de Brito Guerra, deputado geral pela Província do Rio Grande do Norte²²⁴, que a situação se define em favor desta província, todavia, parte do que entendemos como Seridó, permanece como território paraibano. Logo, a documentação com que lidamos no presente capítulo é anterior àquela separação, por isso tem origem na Paróquia de N. S. do Bonsucesso do Piancó, sediada na atual cidade de Pombal/PB. Todavia, o distante arraial do Caicó, situado à grande distância da referida paróquia, já se mostrava como potencial candidato ao *status* de sede administrativa. Assim, torna-se povoação em 1735, freguesia em 1748 (com o nome de freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó) e vila em 1788²²⁵. Desta forma, utilizamos a documentação sem considerar o

²²⁴ Para um melhor entendimento da questão *vide* MEDEIROS, 1980, p. 61-74; MACÊDO, 2005, p. 77-81.

²²⁵ MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense**. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

pertencimento a uma ou a outra província, até porque acreditamos que, mesmo após a separação legal, os fluxos interativos que envolviam as pessoas de nosso interesse não foram totalmente interrompidos.

Gentios, nações e grupos de procedência

Estando o Seridó intimamente ligado à Paraíba e esta, por sua vez, como atesta Mateus Guimarães²²⁶, se manteve intimamente ligada a Pernambuco²²⁷, era desses pontos que vinham os cativos seridoenses. Parte deles acompanhando os senhores que migravam para aquela área em expansão, ou mesmo eram enviados como representantes daqueles na posse e desbravamento de suas possessões sertanejas²²⁸; outra parte era comprada por senhores já estabelecidos na região e havia ainda os filhos das cativas ali residentes.

Neste cenário em que as capitanias se viam imbricadas no aspecto social, político e econômico, às zonas de produção açucareira coube a primazia; para elas foram canalizados os maiores investimentos, aliás, elas eram mais propensas a rentabilidade do que os sertões estéreis no quesito cana-de-açúcar. Assim, por uma lógica simples, as áreas de *plantation* absorviam a maior parte da mão de obra escrava recém-chegada da África. Às paragens interioranas, como é o caso do espaço por nós estudado, restava uma posição secundária enquanto *locus* produtor das mercadorias que os engenhos não se destinavam a prover, como carnes, queijos, couro e bois vivos (força motriz para o funcionamento dos engenhos).

Desta forma, uma diminuta fração dos africanos desembarcados nos portos do Recife e da Paraíba era encaminhada para as unidades produtivas além-zona açucareira. Tratando especificamente da realidade seridoense, onde o esteio econômico foi inicialmente a pecuária, não se pode esquecer que o modo extensivo como a atividade foi praticada ao longo do século XVIII implicava um número baixo de trabalhadores. Discorrendo sobre o tema, Muirakytan Macêdo²²⁹ informa a proporção de um vaqueiro

²²⁶ Na discussão historiográfica feita pelo autor aparecem os motivos elencados por diversos estudiosos para a anexação da Paraíba a Pernambuco. Ele, inclusive, relata que a ligação das duas capitanias tornou-se mais forte com a criação da Companhia de Comércio Pernambuco e Paraíba, a partir de 1759 (GUIMARÃES, 2018).

²²⁷ Segundo José Augusto Bezerra de Medeiros (1980), a própria cidade do Natal não dispunha de autonomia jurídica, ficando dependente da Paraíba até 1818. Já Mateus da Silveira Guimarães (2018) afirma que, em 1755, a Paraíba foi anexada a Pernambuco por determinação do próprio rei D. José, por considerar sua ínfima capacidade “para sustentar um governo separado”.

²²⁸ MACÊDO, Muirakytan K. **Rústicos Cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – séc. XVIII). Natal: Sol Negro, 2021.

²²⁹ MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó**: uma história do regionalismo seridoense.

para 250 reses. Semelhantemente, Sheila de Castro Faria²³⁰, a respeito do criatório na região dos Campos dos Goytacazes, se deparou com a prática de um escravo vaqueiro e sua mulher para o trato de um rebanho também composto de 250 bovinos. Outrossim, foi comum na capitania do Rio Grande do Norte a conjunção do trabalho escravo com o uso de mão de obra livre, conforme asseveram Dayane Dias e Carmen Alveal²³¹. As mesmas autoras conseguiram perceber, na documentação por elas consultada, que entre 1801 e 1805 a população preta e parda superava, em termos numéricos, os brancos.

Estas circunstâncias, portanto, caracterizam o Seridó como espaço integrado ao modo de produção escravista. E mais, o lugar não é alheio à diversidade cultural e étnica inerente aos grupos africanos trasladados para o Brasil, podemos assegurar com a análise da documentação compulsada. Assim como no capítulo anterior mencionamos Maria e Custódio, o casal de africanos do “gentio da Guiné” presente no inventário *post-mortem* de Crispim de Andrade (1737), aqui tratamos de Anna, também oriunda da Guiné, adiante demonstraremos a presença de africanos identificados como “angolas”, “timbus” e “arda”.

É crucial o reconhecimento de que a população africana a que se impunha de modo compulsório a vida na sociedade colonial era portadora de muitíssimas diferenças, e uma vez alocados no novo ambiente, ela não formava um grupo homogêneo, nem incorporava passivamente a cultura das camadas dominantes. Trata-se, portanto, de diferentes povos, diferentes línguas, diferentes hábitos e, possivelmente, “diferentes caminhos adotados para suportar o cativo”²³². Na interação com os crioulos, as diversas etnias de africanos forjavam modos próprios de sociabilidades, constituições identitárias e hierarquizações, conforme o contexto local, as quais vão ser determinantes no modo de vida, na construção de expectativas de vida e no agenciamento dos abjetivos estipulados²³³.

Natal: Sebo Vermelho, 2005.

²³⁰ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

²³¹ DIAS, Dayane. J. C.; ALVEAL, Carmem. M. O. Um estudo sobre a população da Capitania do Rio Grande com ênfase na escravidão negra e indígena no contexto da Guerra dos Bárbaros (1681-1714). **Resgate**: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, v. 25, n. 2, p. 57–80, 2017.

²³² SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da Cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 31.

²³³ REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês (1835). São Paulo: Brasiliense, 1986.; SOARES, Mariza de Carvalho. **Diálogos makii de Francisco Alves de Souza**: manuscrito de uma congregação católica de africanos mina, 1786. São Paulo: Chão Editora, 2019; MAIA, Moacir R. de Castro. Reforçar a identidade e a autoridade: as casas de courás libertos em Vila Rica e Mariana no século XVIII. **Afro-Ásia**, n. 62, p. 9-45, 2020.

Angola Cabundá, liberdade que não tem preço, mas vale uma vida: uma micro-história

A expressão “Angola Cabundá” consta no Gráfico 1 como marca de uma identidade africana. Com efeito, a excentricidade da palavra “Cabundá” nos chamou a atenção, tanto quanto as circunstâncias em que ela aparece na documentação. A palavra, encontrada na carta de alforria e liberdade conquistada por um certo Antonio “do Gentio de Angola” e oficializada no Sítio do Salão, em 12 de março do ano de 1800. O documento é profundamente revelador da capacidade que tinham os cativos para traçar metas e agenciar a realização das mesmas. Vejamos a situação:

Antonio foi cativo de Francisco Mendes de Oliveira que, ao morrer, o deixou como herança para sua viúva D. Anna Maria do Espírito Santo. Diante disso, Antonio manifesta o interesse de comprar sua liberdade e passa a negociá-la com a senhora; esta, por sua vez, demonstra não ter interesse no valor que receberia com sua venda²³⁴. Trata-se, portanto, de uma negociação difícil, em que a negação da venda poderia ser motivada pela necessidade de ter um cativo a prestar serviços ou pelo simples fato de ter no cabedal a posse do escravizado.

Os inventários de Francisco Mendes de Oliveira não constam no rol de documentação do Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC). Aliás, as referências documentais a essas pessoas são um tanto parcas e incertas. Encontramos um Francisco Mendes de Araújo, casado com Maria Manuela, sepultando um filho de 6 anos na Capela do Cuité, filial da Matriz do Seridó, em 08 de janeiro de 1793²³⁵, bem como uma Anna Maria recebendo 111\$000 (cento e onze mil réis) em 1798 para alforriar uma mulata chamada Maria Tereza. Certamente o documento foi feito na Vila Nova do Príncipe, já que o tabelião não explicita o lugar.

É possível que em ambos os casos se trate de homônimos aos antigos senhores de Antonio. Mas, caso o Francisco Mendes da Serra do Cuité seja o mesmo do Sítio do Salão, é razoável pensar que ele tenha enviuvado, mudado de logradouro e contraído núpcias com a Anna Maria do Espírito Santo, que deixou viúva. Seria o caso de uma

²³⁴ A discussão em torno do processo de Manumissão de Antonio é baseada na sua Carta de Alforria e Liberdade, passada em cartório na data de 12 de março de 1800. Livro de Notas 3, folhas 39 e 40, doravante LN3.

²³⁵ Livro 1 de óbitos.

mudança de lugar, mas não de ambiente produtivo, uma vez que o Sítio do Salão se localiza na Serra do Teixeira que, assim como o Cuité, era espaço dedicado a lavouras e pouco empregado no criatório.

Saber o ramo a que se dedicava o antigo senhor do alforriando em questão é uma pista importante para a apreensão das possibilidades que o mesmo tinha para amealhar pecúlio. Logo, depreende-se que, em qualquer das serras em questão, no Teixeira ou no Cuité, Antonio teve a lavoura (produção de alimentos) como fonte de recursos²³⁶. De fato, a carta de liberdade passada por D. Anna Maria do Espírito Santo revela que o “angola” em pauta tinha recursos, pois lhe é conferida a “liberdade com todos os bens que forem seus”.

Voltando à negociação, diante da negativa de sua senhora em receber pagamento em dinheiro pela concessão da alforria, Antonio se viu forçado a negociar em outros termos, isto é, trouxe de uma das praças frequentadas pelos seridoenses, Recife ou da Cidade da Paraíba, um africano que tivesse presumivelmente sua idade e suas capacidades laborais. Ou seja, a liberdade foi alcançada por meio de uma substituição. É *mister* lembrar que, ao contrário do que possa parecer, a conquista poderia ocorrer mediante várias formas de compensação, conforme as circunstâncias do lugar, da época e os interesses em questão. Ao tratar do tema, João Reis afirma que:

Eram diversas as modalidades de alforria praticadas no Brasil. Podiam ser gratuitas ou onerosas, com ou sem condições, pagas em dinheiro ou espécie, em ouro, prata, gado, colheita e até... escravos. Quando um cativo era usado como moeda de troca num pleito de alforria, tem-se a alforria por substituição²³⁷.

Entre as várias modalidades elencadas pelo autor, a alforria por substituição foi uma das menos corriqueiras, muito embora tenha sido difundida por diversas regiões do Brasil, conforme evidenciam muitas pesquisas referenciadas pelo próprio Reis²³⁸. A existência de semelhante situação no espaço sobre o qual nos debruçamos aqui mostra o quanto eram complexas as relações sociais vivenciadas no lugar, e mais, que a vida aqui experienciada não destoava do que era comum no restante da América Portuguesa e, depois, no Brasil imperial.

²³⁶ No próximo capítulo discutiremos mais detalhadamente os vetores de obtenção de recursos dos cativos e trabalhadores pobres livres e forros no Seridó.

²³⁷ REIS, João José. “Por sua liberdade me oferece uma escrava”: alforrias por substituição na Bahia, 1800-1850. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 63, 2021, p. 233.

²³⁸ O autor cita trabalhos que têm como foco distintas regiões do Brasil como Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais.

No contexto dessas relações, vê-se, nas entrelinhas da negociação travada entre Antonio e Anna Maria do Espírito Santo que, possivelmente, uma rede de solidariedades foi acionada pelo alforriando, uma vez que a substituição dependia da compra de um cativo numa das praças acima referidas. Queremos crer que tal aquisição tenha se efetivado no Recife, lugar sistematicamente frequentado por fazendeiros juntamente com seus passadores contratados (tangerinos), escravos de confiança e demais homens de negócios do Seridó que ali vendiam os produtos da terra e se abasteciam dos gêneros que não eram encontrados no sertão²³⁹.

Se não eram incomuns as idas e vindas de escravizados que rumavam do sertão às feiras e delas regressavam ao ponto de partida, fosse na companhia dos senhores ou por eles enviados, causaria espécie ter ali um cativo comprando outro, por conta própria. Portanto, Antonio precisaria ser reconhecido como pessoa legitimamente capacitada para a compra, ou ter o respaldo de alguém para asseverar sua idoneidade ou, ainda, solicitar que um terceiro fizesse a compra sem que ele tivesse que ir pessoalmente ao Recife ou à Cidade da Paraíba. Em todas essas possibilidades vê-se a complexidade da situação, os obstáculos a serem superados e os riscos enfrentados, uma manobra errada ou mal arquitetada poderia pôr em risco ou mesmo impedir a realização do projeto de liberdade.

Antonio foi feliz em seu intento. Sua senhora aceitou a substituição mediante a apresentação de outro escravizado que representasse “o seu justo valor”. A pessoa em questão chamava-se Manoel, “do Gentio de Angola Cabundá”, o qual foi recebido por Anna Maria, que declarou que deu-se por “paga e satisfeita” no momento em que passou a carta de liberdade de Antonio, que ficou forro “para todo o sempre como que forrado nascesse do ventre de sua mãe”.

Não bastasse o complicado processo que culminou na manumissão de Antonio, seu substituto é identificado como “do Gentio de Angola Cabundá”. Considerando a importância que tem as formas de identificação dos africanos no Brasil, interessamo-nos pelos possíveis significados do termo “cabundá”. Uma busca rápida e simples nos dicionários Michaelis e Priberam revelou que a expressão significa “escravo, ladrão e fugitivo”. Tão logo nos deparamos com tal significado, nossa desconfiança foi suscitada, haja vista que lidamos com uma negociação difícil, em que Anna Maria do Espírito Santo

²³⁹ MACÊDO, Muirakytan K. **Rústicos Cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – séc. XVIII). Natal: Sol Negro, 2021, p. 152-153; MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981., 1981, p. 51-53.

não se mostrava ávida por auferir algum recurso com a venda de Antonio. A “Donna²⁴⁰”, talvez, até fosse indiferente à sorte do escravizado. Aliás, o negócio se efetivou não em termos de compensação monetária, mas “pelo justo valor” do cativo a ser substituído, desta forma, seria paradoxal a aceitação de um substituto sabidamente ladrão e fugitivo.

Afirmamos anteriormente, e aqui reiteramos, que a alforria nunca deve ser concebida como fruto da pura benevolência de uma senhora ou senhor de escravizados, ela é sempre uma conquista, que geralmente demanda muito trabalho, sofrimento, perseverança e capacidade de articulação, como o mostra o caso de Antonio. Todavia, os senhores de cativos não tinham o dever de alforriar aqueles que lhes pertenciam, salvo em situações específicas, isto é, alforriar ou deixar de fazê-lo era prerrogativa daquele a quem o escravizado pertencia. Diante disso, a concessão da carta de liberdade poderia ser percebida, pelos que alforriavam, como a outorga de um prêmio, tanto que boa parte daqueles senhores forravam seus cativos “pelos bons serviços” que lhes haviam prestado.

Essa justificativa é apresentada mesmo nos casos em que os senhores, mergulhados num mar de dívidas e outras agonias financeiras, recebiam altos valores pela liberdade de alguém, mas há que se considerar as possibilidades de venda para outrem, privando a pessoa vendida da sonhada libertação. Assim, pensamos que, para um senhor de escravizados, a concessão de alforria gera um sentimento de que se está recompensando o cativo. Por isso, é difícil acreditar que um “cabundá” fosse aceito pela senhora de Antonio, de maneira que tivemos que voltar ao documento, fazer diversas releituras do mesmo e buscar outros possíveis significados para o termo.

Notamos, ao reler a carta de liberdade, que o termo não é ali empregado como referência ao indivíduo, no caso, Manoel, mas ao gentio com o qual é identificado. Não é Manoel Cabundá, mas Manoel do Gentio de Angola Cabundá. Logo, a palavra em questão deve ser lida por outro prisma; ao nosso ver, ela diz respeito à construção de identidade e não à adjetivação de um sujeito mediante seu comportamento. Conhecendo a documentação do Seridó colonial, sabemos que, por vezes, os escrivães locais utilizam a letra “u” no lugar da vogal “i”, dando a entender que vez por outra, a maneira de grafar correspondia ao modo como se falava cotidianamente. Assim, por exemplo, o lugar chamado Quipauá aparece em alguns documentos como Cupuá; temos visto também situações em que Angola aparece como “Ingola”.

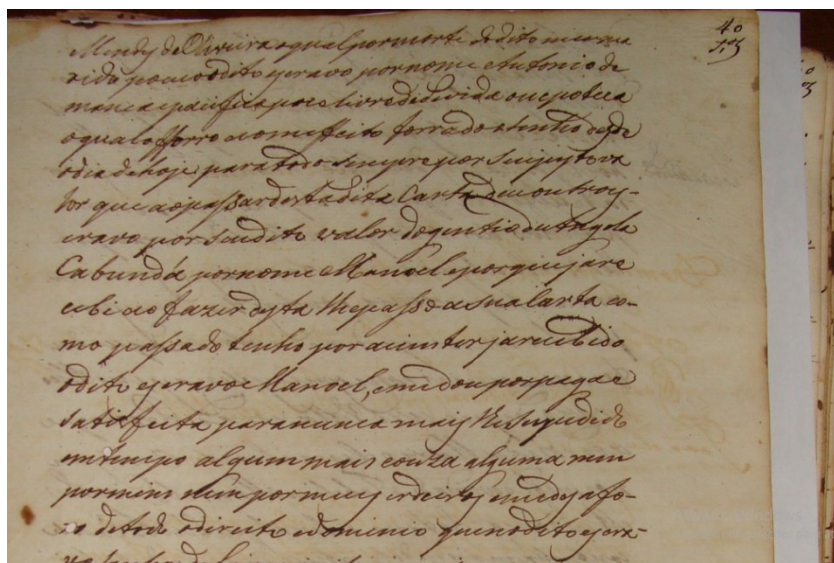
²⁴⁰ No documento, a senhora de Antonio é identificada como “Donna Anna Maria do Espírito Santo”. No contexto colonial “dona” ou “donna” era um termo honorífico, cuja utilização servia como forma de marcar a distinção social de uma mulher, geralmente branca e de família proeminente (MACÊDO, 2021, p. 72).

Outra possibilidade é que “Cabundá” seja uma deturpação de Cabinda, localidade africana adjacente a Angola e que, no contexto do tráfico atlântico de escravizados, foi um dos pontos responsáveis pelo envio de cativos ao Brasil. Sendo assim, a identificação de cabinda depois de angola chama atenção para os modos como as regiões de África eram percebidas no contexto colonial e aponta para oportunidades de (re)construção da vida na América Portuguesa, num intrincado jogo de relações, em que pesavam as distinções étnicas e culturais e onde era crucial encontrar pares com os quais se pudesse viver na prática o ideal de destino compartilhado. Porém, Russel-Wood²⁴¹ nos traz aquelas que nos parecem ser as respostas mais acertadas para a questão, ao explicitar as complexidades em torno das identificações dos cativos que desembarcavam no Brasil. Lembrando que a África centro-ocidental incluía do atual Gabão até o sul de Angola, o autor assevera que as pessoas traficadas eram identificadas nas alfândegas de acordo com suas regiões de origem, mas que também as filiações étnicas poderiam determinar as identificações, este é o caso, ainda na perspectiva daquele historiador, do grupo cabundá. Aliás, cabundá não é termo designativo apenas de um grupo étnico, mas de um grupo étnico-linguístico, falante de kimbundu. Tal grupo também é conhecido como mbundu, mas no Brasil ficou conhecido como cabundá. Trata-se, portanto, de um grupo oriundo de Angola, porém dotado de especificidades, do ponto de vista cultural. Assim, fica mais uma vez evidente a diversidade e a importância das distinções étnicas no contexto seridoense.

Até aqui procuramos elucidar as particularidades do Seridó e os pontos em comum com as demais regiões do Brasil, bem como seu pertencimento ao amplo contexto social, econômico e político do mundo atlântico. Da mesma forma que buscamos lançar luzes sobre a diversidade social da região e do quanto a diversidade africana se fez notar, tendo aqueles identificados como do Gentio de Angola como grupo majoritário. A metodologia da micro-história, empregada no presente capítulo, nos ajudou a deslindar questões importantes sobre a escravidão, a economia, o contexto social seridoense e as formas encontradas pelos cativos que ali viviam para atingirem seus objetivos

²⁴¹ RUSSEL-WOOD, Anthony John R. Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.12, p. 11-50, 2001. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018164002>. Acesso em: 29 dez. 2023.

Imagem 2 - Trecho da Carta de Alforria e Liberdade de Antonio, do “Gentio de Angola”



Fonte: Livro de notas nº 3, fs. 39-40 (1800)

Nossa intenção é aprofundar a análise em mais dois capítulos, num dos quais serão investigadas as possibilidades de ascensão ou mobilidade social, no âmbito individual e/ou coletivo. Até aqui a documentação tem indicado que as oportunidades dependem, fundamentalmente, do contexto das interações sociais, isoladamente o sujeito tem como praticamente nulas as chances de ascender. Já no capítulo final, teremos como pauta a Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos, com vistas à pujança artístico-cultural nela encontrada, além dos aspectos filantrópicos e de hierarquização social oportunizado pela mesma no seio da população negra. Incluiremos, em ambos, as negras e negros nascidos no Brasil em nossa discussão para, assim, debruçarmo-nos sobre a tecitura das redes de solidariedades envolvendo sujeitos situados em diferentes lugares sociais, bem como as oportunidades e conquistas feitas por diferentes grupos e sujeitos com vistas à mobilidade social.

CAPÍTULO 3 – ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DA VIDA

Como dois e dois são quatro
 Sei que vida vale a pena
 Embora o pão seja caro
 E a liberdade pequena
 (Ferreira Gullar – Dois e dois são quatro)

No capítulo anterior pusemos em evidência a presença africana no Seridó, enfatizando seu pertencimento ao mundo atlântico e, tendo em vista as conexões da região com Pernambuco e Paraíba, buscamos deixar claro que a realidade aqui encontrada reflete as nuances do tráfico atlântico referente àquelas províncias. Nesse sentido, é perceptível certa variedade de etnias africanas, mas, com majoritária presença angolana, conforme aponta Marcus Carvalho²⁴² que, ao pesquisar a escravidão na cidade do Recife nos primeiros decênios do século XIX, constatou não somente uma superioridade numérica dos africanos entre os cativos que ali viviam, mas, também, que no conjunto desse grupo majoritário predominavam os sujeitos oriundos da África Centro-Occidental, isto é, Congo e Angola²⁴³.

No caso específico do Seridó, buscamos frisar, diferentemente do que se passava no Recife, que as pessoas traficadas via Atlântico foram inseridas num contexto social em que, entre os sujeitos identificados como de ascendência africana, a presença de crioulos era dominante; é isso que se percebe claramente na análise das diversas tipologias documentais com que lidamos. Os registros de óbito e de batismo possibilitam uma compreensão aproximada do que era a realidade social do Seridó. Para a compreensão desse panorama, tomamos como base o livro 1 de óbitos da Freguesia do Seridó, cujos registros se deram no decurso do intervalo que se estende de 1788 a 1811, conforme veremos em seguida.

Ali foram registrados 980 enterramentos. A redação desses registros, a exemplo do que ocorria com os assentos de batismo e de casamentos, seguia um texto padrão definido no Livro IV das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, por meio do qual se pode identificar o nome da pessoa morta, sua idade, data da morte e do enterro, causa *mortis*, local em que esta ocorreu e lugar de enterramento, material e cor do hábito mortuário, sacramentos recebidos e clérigo incumbido pela dispensação dos mesmos, além do escriba responsável por fazer o registro em livro oficial, cujo teor é o seguinte:

²⁴² CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife (1822–1850). Recife: Cepe, 2022, p. 76-77.

²⁴³ Carvalho é enfático ao explicitar um complexo de relações econômicas e políticas no qual se envolviam Luanda, Benguela, Brasil e Portugal, sob o signo do tráfico de escravizados (*Ibid.*, p. 84).

Aos tantos dias de tal mez, e de tal anno falleceo da vida presente N. marido ou mulher de N. ou viuvo ou, viuva de N., ou filho, ou filha de N., de lugar N., freguez desta ou de tal igreja, ou forasteiro, de idade de tantos annos, (se comodamente se puder saber) com todos, ou tal sacramento, ou sem eles: foi sepultado nesta, ou em tal igreja: fez testamento em que deixou se dissessem tantas Missas por sua alma, e que se fizessem tantos officios, ou morreo ab instetado, ou era notoriamente pobre, e por tanto se lhe fez o enterro sem lhe levar esmola²⁴⁴.

Notadamente, o modelo de redação proposto pelas Ordenações não foi seguido ao pé da risca pelos escribas que estiveram em atividade na região em pauta, uma vez que algumas variações no modo redigir foram comuns, sem, todavia, que as informações cruciais deixassem de ser inscritas.

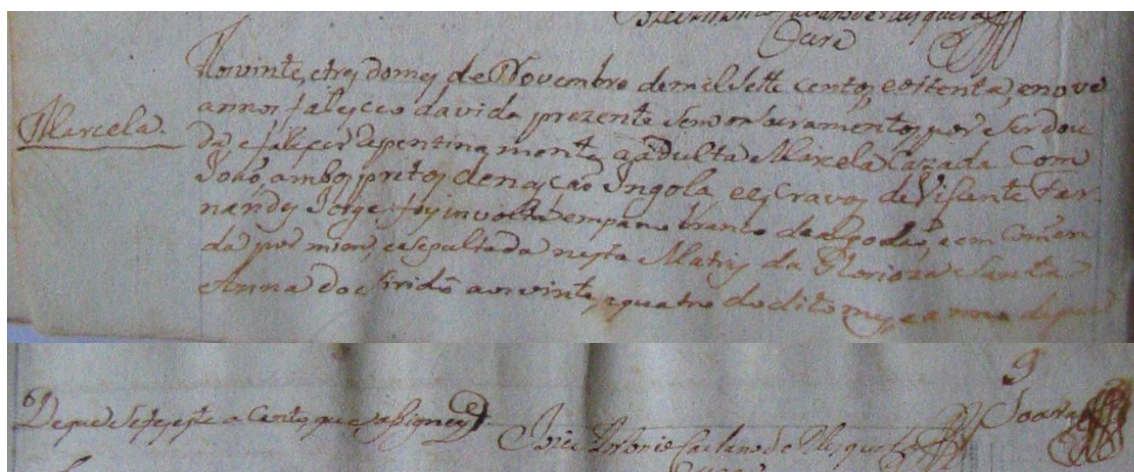
No Seridó destaca-se, entre outros aspectos, a atuação do padre Francisco de Brito Guerra²⁴⁵ como principal escriba, isto é, responsável pelo maior número de assentos em todos os livros destinados aos registros eclesiásticos da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Anna do Seridó, de 1802, momento em que assumiu o posto de vigário daquela freguesia, até o início da década de 1830, quando ingressou na política, inicialmente por meio do cargo de deputado, permanecendo, contudo, como vigário do Seridó até 1845, ano de sua morte²⁴⁶.

²⁴⁴ **CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia Feitas, e Ordenadas pelo Illustríssimo e Reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide, 5o Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Magestade; propostas e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de Junho do anno de 1707.** São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853, p. 202.

²⁴⁵ O clérigo em questão teve significativa atuação nas esferas política e educacional do Seridó, notadamente por sua atuação como senador do império, responsável pelo definitivo pertencimento da freguesia ao Rio Grande do Norte, satisfazendo os anseios da população local, bem como pela criação da primeira escola de latim na Vila Nova do Príncipe, atual cidade de Caicó, então sede da circunscrição em pauta. Ademais, nas memórias seridoenses, são recorrentes as narrativas que dão conta de Brito Guerra como um padre galã, cujas peripécias se faziam notar na calada da noite pelas adjacências da igreja matriz e do sobrado em que vivia. Destarte, ao redigir seu testamento, o senador confessou o que já não era segredo. Como num brado retumbante, papel e tinta apregoaram os rumores que à boca-miúda eram comentados ao longo do século XIX, ao confessar que: por fragilidade humana tive seis filhos; a saber Manoel Daniel, de Joanna da Rocha, em tempo que ela era solteira, o qual já faleceu, mas existe um filho dele do mesmo nome, havido na constância do matrimônio com Thereza, minha Sobrinha; Izabel, Theodora, Alexandrina, Jacinto, e Francisco, filhos de Maria José, aos quais todos reconheço pelo presente Testamento por meus filhos, e os instituo, únicos e universais herdeiros de minha fazenda. (TESTAMENTO DE FRANCISCO DE BRITO GUERRA *apud* MEDEIROS FILHO, 2002, p. 286).

²⁴⁶ Para mais informações sobre a atuação do padre Brito Guerra e demais clérigos seridoenses cf. MEDEIROS, Isac Alisson Viana de. **Matriz, capelas e desobrigas: um olhar sobre a cristianização do espaço da Freguesia do Seridó (1788-1838).** 2020. 289 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.; MEDEIROS, 2022; MEDEIROS FILHO, 2002.; MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. Francisco de Brito Guerra e a Vila do Príncipe (Rio Grande do Norte, século XIX). In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. **Anais [...]** Fortaleza, 2009, p. 1-11.

Imagem 3 – Registro de enterramento da Preta Marcela, do Gentio de Ingola



Fonte: FGSSAS Livro nº 1 de Óbitos (1788–1811), fs. 8-9

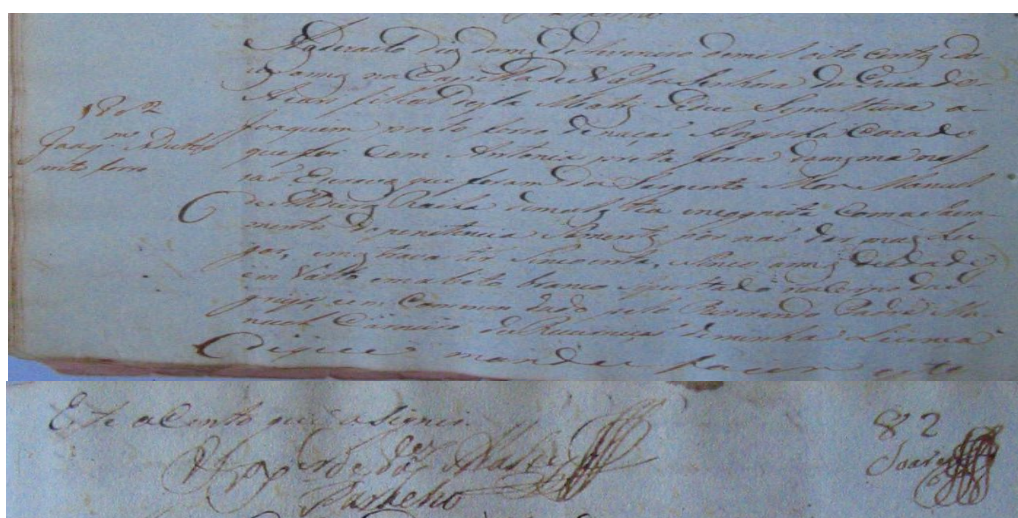
Nota: Imagem editada pelo autor

Aos vinte, e trez do mez de Novembro de mil e sette centos anos, e oitenta, e nove annos, faleceo da vida presente Sem os Sacramento, por ser douda, e falecer Repentinamente, a adulta Marcela cazada com João, ambos pretos de nação Ingola, escravos de Vicente Fernandes Jorge foy involta em pano branco de algodão, em encomenda[da] por mim, e Sepultafa nesta Matris da Gloriosa Santa Anna do Siridó aos vinte, e quatro do dito mês e anno De que Se fez este acento, que assigney

José Antonio Caetano de Mesquita

Cura

Imagem 4 - Registro de enterramento do Preto Forro Joaquim, de Nação Angola



Fonte: FGSSAS Livro nº 1 de Óbitos (1788–1811), fs. 81-82.

Nota: Imagem editada pelo autor.

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de mil oito centos e dois annos na Capela de Nossa Senhora da Guia do Acari filial desta Matriz se deu sepultura a Joaquim Preto forro de Nação Angola casado que foi com Antonia forra da mesma nação Escravos que foram do Sargento Mor Manuel de Medeiros Rocha de molestia incognita com Sacramento de penitencia somente por não dar mais lugar, mostrava ter Sincoenta, e Sinco annos de idade em volto em abito branco Sepultado no corpo da igreja, e em comendado pelo Reverendo Padre Manuel Carneiro da Ressurreição de minha licença de que mandei fazer este acento que assignei

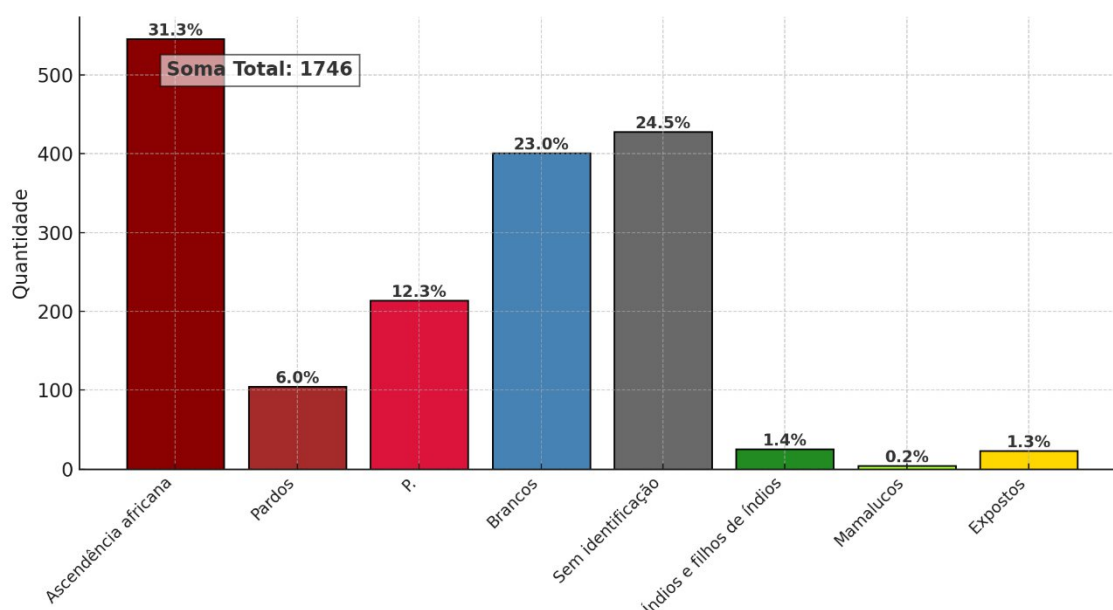
Francisco Xavier Maltez

Parocho

As Imagens 3 e 4, com suas respectivas transcrições, também mostram que os cativos e os forros têm informações adicionais referentes à condição jurídica, o que já possibilita a percepção da ascendência africana. Além dos detalhes citados, frequentemente são feitas referências ao grupo social a que pertencia a pessoa em questão, isto é, tais como branco, índio, pardo, preto e, no caso dos estrangeiros, o lugar de procedência (que, aliás, como já aludimos anteriormente, não designa com exatidão o local em que viviam as pessoas traficadas; trata-se, em muitos, casos do porto de embarque de onde essas pessoas partiram no contexto do tráfico atlântico).

Mediante o exposto, fica claro o quanto os registros de óbitos efetuados no Seridó são reveladores da grande diversidade de tipos humanos que aí viveu. De 1746 mortes registradas entre 25 de agosto de 1789 e 05 de setembro de 1822²⁴⁷, notamos que 546 assentos (31,3%) se referiam a pessoas que, indubitavelmente, tinham matriz africana, ali identificados como pretos, negros, cabras, crioulos, mulatos, ou como de origem estrangeira: Angola, Guiné, Arda. Há também os casos em que a ascendência africana pode ser depreendida pela condição jurídica das pessoas em questão, quando os documentos as apresentam como cativas, escravas, forras, libertas ou como filhas de alguém que portasse uma dessas condições. Ademais, contabilizamos 25 sujeitos identificados como índios ou filhos de índios (1,4%), 4 mamalucos (0,2%), 401 brancos (23%), 23 expostos sem qualificação declarada (1,3%) e 428 registros sem qualificação expressa e sem possibilidade de depreensão (24,5%), além de 105 pardos (6%), 214 pessoas mortas cujas qualificações foram apresentadas somente pela letra P. (12,3%), que pode ser uma abreviação de pardo ou de preto.

²⁴⁷ CPSJ. Livro de Óbitos nº 1 e nº 2.

Gráfico 2 – Composição social do Seridó a partir dos registros de enterramentos (1789–1822)²⁴⁸

Fonte: Fonte: FGSSAS Livros nº 1 e nº 2 de Óbitos (1788–1822) - Elaborado pelo autor (2025)

Os assentos de pardos e P. demandam um olhar mais acurado, afinal, eles apontam um leque de possibilidades. Acreditamos que os chamados pardos são, na verdade, pessoas de tez negra que, num contexto de ascensão social, na medida em que conseguem galgar os patamares da liberdade e adquirirem algum poder de fala ou representatividade, têm em tal qualificação, “pardo/a”, uma forma de se desvencilharem de um passado de escravização a que estiveram submetidos, eles ou seus ancestrais próximos. Todavia, a expressão também pode ser uma referência direta à mestiçagem, ou seja, hibridações biológicas, sem a participação de elementos de matriz africana. Assim, por prudência, não incluímos os pardos no percentual de pessoas com ascendência africana, muito embora não duvidemos que um significativo número dos pardos ali registrados, se não a totalidade deles, compunha-se de pessoas negras. Aliás, são frequentes os casos de pessoas, num dado momento de suas vidas, identificadas na documentação como pretas ou negras e, num momento posterior, aparecem na documentação como pardas. Lidando com o mesmo *corpus* documental sobre o qual estamos debruçados, a historiadora Alda Medeiros²⁴⁹ chegou à conclusão semelhante à

²⁴⁸ Na construção do gráfico optamos por colocar os percentuais de “pardos” e “P.” como grupos distintos, somente como forma de chamar atenção para as complexidades das formas de identificação e dos significados que esses termos podem ter. É certo porém, que sendo eles contabilizados junto aos demais sujeitos de ascendência africana a porcentagem destes somaria 49,6%.

²⁴⁹ MEDEIROS, Maria Alda Jana Dantas de. **Vastas e ermas: mulheres não brancas no sertão do Rio Grande (Seridó, séculos XVIII e XIX).** 2022. 279 f. Dissertação (Mestrado em História dos Sertões) – Programa Pós-Graduação em História do CERES, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2022., p. 200.

nossa, isto é, também percebeu a incorporação da qualidade parda como esfera de mobilidade social. Isto significa dizer que a presença de pessoas negras no Seridó colonial era, em termos práticos, superior aos 31,5% que aparecem no gráfico acima, até porque é preciso considerar os assentos marcados com “P.” como sendo, em alguma medida referentes à gente reconhecida como preta. É preciso considerar, todavia, que os rigores a que estavam relegadas as pessoas negras, especialmente as péssimas condições de trabalho, alimentação, moradia e vestuário, implicava uma mortandade maior que a dos grupos que dispunham de vida menos precária, notadamente os brancos. Por outro lado, a investigação dos assentos de batismos deixa claro (como demonstraremos a seguir) que, não obstante os fatores acima elencados, as pessoas de tez negra eram presença elevada no conjunto populacional do Seridó.

Deveras, a questão das mestiçagens merece aqui uma atenção especial. Aliás, os hibridismos biológicos é que davam o tom da polifonia étnico-racial seridoense. *A priori*, o termo “parda/o”, bastante comum na documentação compulsada, pode ser compreendido como sinônimo de mulato, pois refere-se, mormente, à gente de tez negra, em sua maioria fruto dos amálgamas entre negros e brancos²⁵⁰. Com efeito, expressões como “mulato” (a nosso ver, utilizada quase sempre como sinônimo de pardo) ou “cabra” aparecem com frequência relativamente baixa nos registros analisados; da mesma forma, o termo “negro” poucas vezes é encontrado naqueles manuscritos²⁵¹. Assim, compreendemos a palavra pardo como um guarda-chuva sob o qual pode se abrigar toda uma gama de situações, sobretudo relacionadas à ancestralidade africana. Deste modo, sua utilização deve ser sempre compreendida, também, a partir de suas implicações sociais. Além do trabalho de Alda Medeiros, mencionado acima, nossa perspectiva fundamenta-se no estudo a respeito do processo de “pardialização” desenvolvido por Gian Silva²⁵², abordando a Freguesia do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do

²⁵⁰ Segundo VAINFAS, Ronaldo (dir.). **Dicionário do Brasil Colonial** (1500-1822). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 294, o termo “mulato”, herdado do castelhano, já estava em curso no vocabulário português em meados do século XVII. Primeiro, como forma de referenciar os filhos de negra/os e branco/as, dizia, portanto, respeito à ascendência enquanto resultado de um hibridismo e não a cor, mas com o passar do tempo começou a ser utilizado como designativo da cor situado entre o negro e branco. Como decorrência disso, o vocábulo “pardo” tornou-se recorrente, comumente tomado como sinônimo de “mulato”.

²⁵¹ Nos 980 registros em questão, 14 pessoas são identificadas como negras, todas escravizadas, o que significa que há, na concepção da época, uma associação entre a condição servil e o *status* da pessoa enquanto negra. Ao conquistar a liberdade, aquelas mulheres e homens passam a ser qualificadas(os) como pardas(os) forras(os) ou crioulas(os) forras(os). A designação “cabra” foi atribuída à 4 das pessoas enterradas, e “mulata” somente a uma. 17 pessoas foram apresentadas como crioulas, já os ditos “pretos” somaram 29 e os “pardos”, conforme anunciamos acima, 143.

²⁵² SILVA, Gian Carlo de Melo. **Na cor da pele, o negro: conceitos, regras, compadrio e sociedade escravista na Vila do Recife (1790-1810)**. 2014. 236 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de

Recife entre a década de 1790 e 1810. Trata-se, para o autor, de um *constructo* social; a condição de pardo, “estimulada e almejada pela gente de cor”, se relaciona à estratégias visando o alcance de melhores condições de vida, garantia de sobrevivência, aceitação social e estabelecimento de vínculos com pessoas livres.

Hebe Mattos, por sua vez, ao abordar a questão semântica do termo pardo em seu emprego no sudeste escravista, especificamente no município de Campos, Rio de Janeiro, no século XVIII, problematiza o uso desse qualificativo, deixando claro tratar-se mais de que seu uso tem significações que vão além da simples referência à “pela mais clara (ou menos escura) do mestiço”, da mesma forma que não se reduz a um mero sinônimo de mulato. Na percepção da autora, além de referência ao aspecto fenotípico: “A designação ‘pardo’ era usada, antes, como forma de uma diferenciação social, variável, conforme o caso na condição de não branco²⁵³”. Em outras palavras, para Mattos, o termo extrapola a questão fenotípica, na medida em que serve como elemento de inserção social numa sociedade profundamente marcada pelas hierarquizações.

Em nossa perspectiva, há forte correspondência entre o que aquela historiadora constatou para o município de Campos e a realidade vivida no Seridó colonial. Aqui, como demonstra Helder Macedo²⁵⁴ ao estudar genealogias mestiças, foram vários os sujeitos que, sendo inicialmente identificados na documentação como pretos ou crioulos, depois de alcançarem certa ascensão passaram a ser apresentados como pardos. Todavia, as variações nas formas de classificação das pessoas também podiam se dar segundo o olhar e a concepção de quem redigia os documentos. É preciso lembrar que tratamos de sujeitos que estavam, em sua grande maioria, alheios aos processos de escrita e leitura e que, em alguns casos, a mobilidade social atingida nem sempre era percebida ou levada em consideração por determinados escribas. Aliás, se pensarmos na perspectiva de Michel Trouillot veremos que, ao redigir determinada fonte, o redator tem o poder de silenciar, segundo seu interesse, essa suposta mobilidade²⁵⁵.

Neste sentido, Josélio dos Santos²⁵⁶ chama atenção para a flexibilidade que poderia ter o “uso das categorias no Brasil colônia”, apontando, inclusive, para os

Pernambuco, Recife, 2014, p. 220.

²⁵³ MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Campinas: EDUNICAMP, 2013, p. 41-42.

²⁵⁴ MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó**: genealogias mestiças nos sertões do Rio Grande do Norte (Séculos XVIII-XIX). Curitiba: CRV, 2020.

²⁵⁵ TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Trad. Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.

²⁵⁶ SANTOS, Josélio. T. dos. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. **Afro-Asia**, Salvador, n. 32, 2005, p. 117-118.

diversos significados que determinados vocábulos poderiam ter. Apoiando-se no Dicionário Moraes e Silva, o referido autor dá como exemplo a palavra “crioulo”, que poderia ser o “escravo que nascia em casa do senhor; significando também o animal, cria, que nascia em nosso poder”. Por outro lado, ainda segundo Josélio Santos, em termos práticos nem sempre a alternância nos termos classificatórios trazia uma alteração de sentidos. Assim, ele faz referência a um testamento registrado em 1632 onde as “escravas Leonor e Britey, descritas inicialmente mulatas, serão logo em seguida mencionadas como negras”.

A maneira como as informações colocadas nos livros de registro tem interferência direta nos percentuais de população contabilizados pelo historiador, conforme demonstra o Gráfico 2: o expressivo número de 24,5% dos óbitos registrados no Seridó entre 1789 e 1822 não possibilitaram determinar a qualificação dos indivíduos. Certamente aquele gráfico teria outro desenho se todos os sujeitos tivessem sido expressamente qualificados e se pudéssemos distinguir, entre os assinalados com “P.”, os pretos e os pardos. Contudo, a partir do dia 30 de julho de 1798, um detalhe a mais começa a existir na forma de identificar dos assentos de boa parte das pessoas que recebiam sepultura eclesiástica, para usar a linguagem dos documentos. Isto porque na averbação, isto é, na inscrição adicional posta ao lado de diversos registros, passa a ser anotada a designação dos sujeitos conforme o grupo de que faziam parte. Daquela data até o final de 1811 foram feitos os registros de 580 enterramentos. Tendo em vista que, a partir de então, os indivíduos socialmente percebidos como brancos podem ser contabilizados com maior precisão, assim como os demais grupos sociais, temos uma sensível reconfiguração nos percentuais expressos acima.

Analizados os 580 registros, ficou clara a superioridade numérica do grupo dos pardos, no qual pudemos contabilizar 171 membros. Constatamos, também, a presença de 3 expostos, 10 “índios”, 2 “mamalucos”, além de 136 pessoas cujos grupos não são mencionados. O grupo dos africanos e descendentes de africanos, expresso pelos termos mulata, cabra, crioulo, preto, negro e escravo, também representa uma parcela significativa, somando no conjunto o total de 97 pessoas. Estamos certos, todavia, de que a maior parte dos 136 não identificados pertence a este último grupo, haja vista que notamos, na lida com as fontes, certo pouco caso na redação de muitos documentos que versam sobre pessoas negras. São comuns as ausências de detalhes como idade, data de morte ou local de moradia, não sendo, portanto, impossível que a mesma despreocupação tenha ocorrido no que se refere à afirmação do grupo social de alguém socialmente pouco

estimado. Já a condição de pessoa branca, que em grande medida corresponde a um distintivo social, induz a que dificilmente o escriba deixe de frisar tal emblema de prestígio, especialmente quando se trata de sujeitos portadores de títulos honoríficos ou membros das famílias de maior distinção.

Nossa experiência com os assentos de batismos, casamentos e óbitos do Seridó nos fez perceber que, do ponto de vista eclesiástico, a região estava sob a responsabilidade de um padre principal que, na função de “cura”, era assessorado por reverendos auxiliares. Os últimos, mediante licença dada por aquele prior, dispensavam os serviços sacros nas capelas, sítios e fazendas distantes da igreja matriz, anotando todos os serviços realizados e, de tempo em tempo, levando ou remetendo aquelas anotações ao pároco. Este, por sua vez, se encarregava de, nos momentos propícios, lançar em livro oficial os muitos registros que recebia. Desta forma, é possível que em determinadas ocasiões as vultosas quantidades de registros com lançamento pendente e a efervescência da vida social, política e religiosa fossem determinantes para que se fizessem apressadamente alguns assentamentos, do que decorre a não colocação de um ou outro detalhe, ou mesmo que alguns registros deixassem de ser feitos. Encontramos, por exemplo, no meio de registros de um determinado mês e ano, outros que datam de dois ou três anos anteriores.

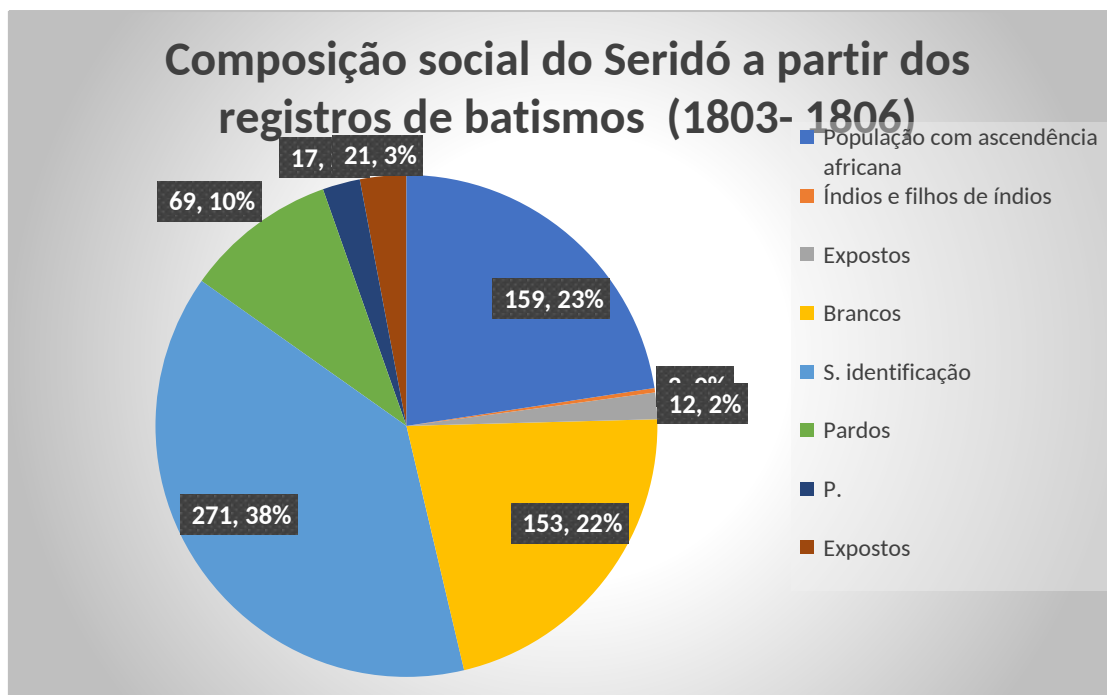
O retrato multicolorido da população seridoense colonial fica ainda mais nítido quando às informações acima relatadas somam-se os dados provenientes da análise de outras séries de registros documentais. Observemos então, o que pudemos depreender das inquirições no livro nº 1 de Batismos da Freguesia do Seridó (1803–1806)²⁵⁷. Constatamos ali que, entre 24 de fevereiro de 1803 e 13 de outubro de 1806, foram batizadas 700 pessoas, entre crianças nascidas no Seridó e adultos estrangeiros recém-chegados ao Brasil nas malhas do tráfico atlântico de escravizados.

Notamos que, dentre a gente batizada, 124 indivíduos foram identificados como brancos, o que corresponde a 17,71%. Ademais, 12 crianças, 1,71%, não tiveram a identificação do grupo a que pertenciam, por serem expostas. Havia também 5 indígenas, correspondendo a 0,71% e 321, isto é, 45, 86% sujeitos cujo grupo não foi explicitado ou que não pudemos identificar, dada a impossibilidade de leitura de determinados registros.

²⁵⁷ Pode parecer um tanto estranho que numa freguesia criada em 1748, como é caso do Seridó, mediante o desmembramento da Freguesia do Piancó em 15 de abril do ano em questão, o livro de batismos mais antigo date de 1803. Com efeito, é provável que houvesse livros de registros eclesiásticos mais antigos do que aqueles com que aqui lidamos. Para nossa desventura, no entanto, tais livros perderam-se ou sucumbiram à voracidade de traças inimigas da ciência histórica, ou mediante a não menos insensata estupidez humana. Também é possível que mesmo após os registros continuassem a ser lançados em livro oficial da Paróquia do Bom Sucesso do Piancó. O fato é que o livro mais antigo a que temos acesso é aquele iniciado no ano de 1803. A mesma realidade é observada com relação aos registros de óbitos.

Já os sujeitos nascidos na África e os descendentes de africanos, compreendidos aqui entre negros, pretos, crioulos, mulatos e, sobretudo, pardos equivalem a 34%, uma vez que formam um conjunto de 238 pessoas.

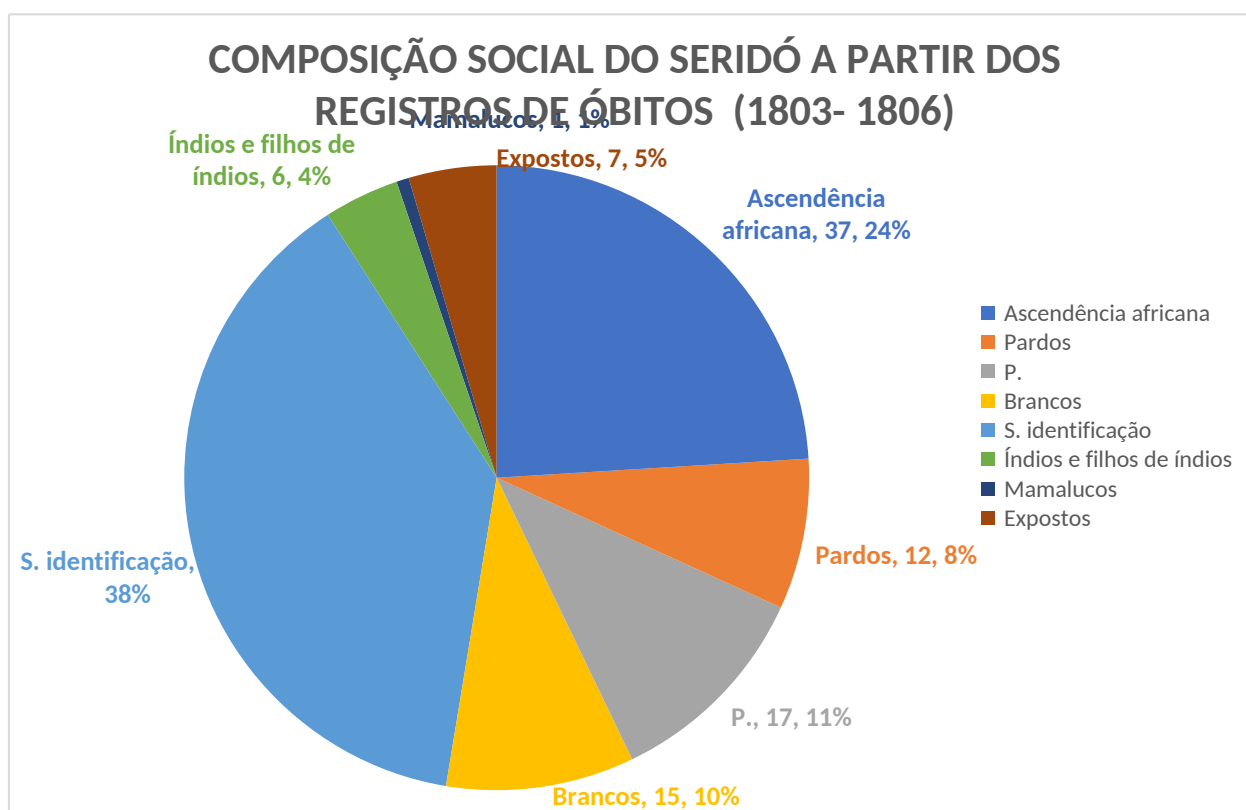
Gráfico 3 – Composição social do Seridó a partir dos registros de batismos (1803–1806)



Fonte: Livro 1 de Batismos (1803 – 1806) - Elaborado pelo autor (2025)

Comparando os gráficos que elaboramos a partir dos registros de óbitos e de batismos, notamos algumas diferenças que nos propomos a explicar. Uma ressalva precisa ser feita, todavia: no livro de batismos, certamente por tratar-se de registros feitos após 1798, é mais nítida a distinção entre a gente identificada como branca e os demais grupos sociais. Porém, o expressivo número de vezes em que os escribas deixaram de anotar o grupo social dos batizados é revelador, em ambos os casos, de que tal identificação nem sempre era preocupação premente. Pareceu-nos razoável, com o fito de visualizar com maior clareza o quadro social em questão, elaborar um gráfico em que sejam evidenciados os registros de enterramentos eclesiais referentes somente à quadra temporal compreendida entre 1803 e 1806, já que esse é o intervalo de tempo a que se restringe aquele dos batismos.

Gráfico 4 – Composição social do Seridó a partir dos registros de óbitos (1803–1806)



Fonte: FGSSAS, Livro de Óbitos nº 1 1788-1811- Elaborado pelo autor (2025)

A comparação nos fez notar que, no intervalo enfocado, as discrepâncias se dão no grupo dos sujeitos identificados como índios ou filhos de índios, haja vista que a natalidade expressa por meio dos registros de batismos ficou na casa de 1%, enquanto a mortalidade desse grupo foi em torno de 6%. Para nós isso é revelador de que o Seridó, enquanto área em expansão, foi deveras atrativo para nativos de regiões circunvizinhas que, na condição de adventícios, somavam-se aos remanescentes indígenas locais, de maneira que o resultado dessa soma tornasse mais notória a sua presença nos registros referentes à mortalidade. Da mesma forma, acreditamos que os fluxos migratórios sejam a causa de, no grupo dos expostos, batismos e óbitos corresponderem, respectivamente, a 2% e 7%. Já entre os brancos a dessemelhança, 22% nos registros de batismos e 15% nos de óbito, é devida ao fato de que, frente aos demais segmentos sociais, os brancos desfrutavam de melhores condições de vida e, portanto, tinham uma mortalidade mais baixa. Finalmente, a divergência nos percentuais de morte e batizados dos assinalados com “P.” nos parece refletir muito mais ao modo de redigir os assentos, isto é, na redação dos óbitos era mais comum anotar de forma abreviada a qualificação dos pretos e dos pardos. Os registros dos pardos (anotados sem abreviação) e os registros sem

identificação de qualidade se deram praticamente em níveis empatados de batismos e óbitos. A tabela a seguir evidencia essas diferenças e similitudes.

Tabela 2 – Composição social do Seridó com base nos registros de batismos e de óbitos

Registros de batismos (1803–1806) 671 registros analisados²⁵⁸	Registros de óbitos (1803–1806) 154 registros analisados
Ascendência africana à 23%	Ascendência africana à 24%
Índios e filhos de índios à 1%	Índios e filhos de índios à 6,4%
Expostos à 2%	Expostos à 7%
Pardos à 10%	Pardos à 12%
P. à 2%	P. à 11%
Branços à 22%	Branços à 15%
Sem identificação à 38%	Sem identificação à 38%

Fontes: Livro 1 de Batismos (1803 – 1806); FGSSAS, Livro de Óbitos nº 1 1788-1811; - Elaborado pelo autor (2025)

Por outro lado, e como não poderia deixar de ser, a questão do direito de propriedade é tratada naquela documentação com zelo austero. Dizemos isso a respeito das pessoas que pertencem a outrem, essas têm, indubitavelmente, o termo “escravo de...” posto quase como um sufixo de seus nomes. Da mesma forma, a condição de pessoa forra aparece comumente na identificação de pais e padrinhos libertos, vemos nisso uma maneira de determinar o lugar dos sujeitos em questão na escala das hierarquias sociais. Esses são pontos sobre os quais nos debruçaremos mais detidamente adiante, cabe-nos agora refletir sobre o que há de comum entre os referidos gráficos.

Entendemos que ambas as situações explicitam o quanto a configuração social do Seridó colonial era diversa. O grupo dos chamados brancos não compõe uma massa populacional capaz de superar os demais em termos numéricos. Estamos cientes, vale repetir, que o quadro populacional vislumbrado por meio das tipologias documentais aqui analisadas não retrata com precisão total o que era a sociedade da época, inclusive o primeiro livro que esteve sob nossa análise dá conta, justamente, das pessoas que estavam saindo de cena, ou melhor dizendo, os mortos. O segundo, ao tratar dos batizados, em sua maioria recém-nascidos, elenca as que tinham chances de entrar para a convivência social,

²⁵⁸ Os registros analisados encontram-se no Livro número de batismos da Freguesia do Seridó, há entre eles 16 assentos cuja leitura nos foi impossibilitada pela tinta praticamente apagada em algumas folhas.

tendo em vista o elevado índice de mortalidade infantil e o contexto das mobilidades espaciais comuns à colônia. Ainda assim, vemos uma aproximação bastante razoável do que era o Seridó na última quadra do século XVIII e na primeira do século XIX, isto é, trata-se de um lugar profundamente marcado pelos contatos cotidianos entre grupos muito diversos do ponto de vista étnico-racial, e que assistia o crescimento vertiginoso dos qualificados como mulatos ou pardos, resultantes dos intercursos entre luso-brasílicos e pessoas negras.

A dinâmica das mestiçagens e, sobretudo, o lugar ocupado pelos pardos no Seridó colonial são temas amplamente discutidos e elucidados por Helder Macedo²⁵⁹. Nossa intenção, ao procurar contribuir com a discussão expressando em termos quantitativos as relativas proporções de cada um dos grupos sociais mencionados na documentação, é simplesmente oferecer uma visão mais aproximada da configuração social da região. É de suma importância frisar que não concebemos aqueles grupos como homogêneos; utilizamos as formas de identificação encontradas nas fontes, mas não de modo acrítico. Entendemos que nem sempre os sujeitos tidos como membros de um determinado grupo se viam de fato como pertencentes a tal, e mais, no jogo das mobilidades sociais um sujeito podia passar de um grupo a outro, mediante as alianças forjadas e as conquistas pessoais e familiares²⁶⁰.

A documentação traz com certa recorrência casos em que sujeitos identificados como pretos forros aparecem noutra momento como pardos, deixando claro que os vocábulos utilizados para a identificação, mais do que indicar a cor de alguém, servem como marcadores do lugar ocupado por esse alguém no quadro das hierarquias sociais. A propósito, a forma como um sujeito é apresentado numa fonte histórica reflete, em grande medida, a maneira como a pessoa que produz tal fonte e/ou a entidade produtora dessa fonte concebe aquele sujeito²⁶¹.

Com isso, contribuímos também para a desconstrução da ideia do Seridó enquanto região produzida quase que exclusivamente pelo elemento luso-brasílico ou de origem portuguesa, conforme propagandeado em boa parte dos discursos e das produções bibliográficas oriundas dos grupos elitistas, sobretudo no decurso do século XX. Ao que nos parece, todo o contexto de gestação do Seridó, na esteira do qual compõe-se uma

²⁵⁹ MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças nos sertões do Rio Grande do Norte (Séculos XVIII-XIX)**. Curitiba: CRV, 2020.

²⁶⁰ A este respeito ver a trajetória de Feliciano da Rocha e sua prole, no Seridó, bem como dos membros da família Mendes da Cruz. *Ibid.*

²⁶¹ TROUILLOT, 2016, p. 173; MACEDO, 2020, p. 13; LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão, *et al.* 5 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003, p. 9-10.

sociedade sertaneja, aproxima-se muito mais dos modelos notados por estudiosos como Kalina Vanderlei Silva²⁶² e Helder Macedo²⁶³, isto é, ocidentalizada, mas que tem os hibridismos biológicos e culturais como elemento básico e cuja formação ocorre em decorrência dos conflitos bélicos conhecidos como “Guerra dos Bárbaros”.

Na perspectiva de Kalina Silva²⁶⁴, os rincões sertanejos do Brasil são o cenário de formação de uma sociedade *sui generis*, composta por:

pobres produtivos, trabalhadores mecânicos livres, e os vadios, elementos à margem da estrutura produtiva colonial, desempregados, mendigos e criminosos. Pobres e vadios estes – entre os quais existe uma elevada incidência de negros e pardos livres – que são, por sua vez, a partir de meados do século XVII, recrutados pelas tropas institucionais utilizadas pela Coroa como instrumento de repressão e controle social. Durante a guerra dos bárbaros, essas tropas são deslocadas maciçamente de seu meio social de origem para esse território que lhes é, até então, desconhecido, participando, assim, da formação de uma nova sociedade colonial.

Em consonância às afirmações da historiadora supracitada, Muirakytan Macêdo, tratando especificamente da gênese de formação do Seridó, atesta a “baixa qualidade” dos colonizadores que aí se fixaram, inclusive aqueles que foram agraciados com a concessão de sesmarias. Mormente, eram, na visão do autor, pessoas carentes de títulos honoríficos, com pouco ou nenhum recurso financeiro e inadequadas à vida nos engenhos, mas que tinham cumprido um importante expediente em favor da Coroa ao lutarem nas refregas contra indígenas revoltosos e contra o Quilombo dos Palmares. Tinham, portanto, um crédito aberto junto à administração colonial, daí as petições de sesmarias no sertão do Seridó, que também poderiam justificar com a tese da garantia de que assim a região ficaria livre da ameaça que representavam os grupos nativos. Ademais, sua presença enquanto ocupante das terras conquistadas era a garantia de que havia efetivo domínio real sobre as mesmas.

Manter a defesa e as conquistas de novos territórios era uma tarefa impossível para que somente o exército profissional português desse conta. Daí o recrutamento, nem sempre pacífico, dos desclassificados dos núcleos urbanos do litoral. Era uma questão de gerir e realocar o contingente populacional que não se adequava à zona do açúcar. O selo do deslocamento recaía, por conseguinte, sobre aqueles que estavam à margem do sistema colonial da região exportadora, [...] donde se depreende que a convocação da arraia-miúda era uma válvula de escape [...]. Não se trata somente de degredar aqueles que

²⁶² SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras**: os pobres do açúcar na conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. 2003. 361 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

²⁶³ MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Ocidentalização, territórios e populações indígenas no sertão da Capitania do Rio Grande**. 2007. 311 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

²⁶⁴ SILVA, *op. cit.*, p. 11.

poderiam importunar a ordem do universo açucareiro. Era uma maneira de dotar-lhes de uma função social de povoamento produtivo²⁶⁵.

Além disso, como atesta Sheila de Castro Faria²⁶⁶, no decurso do período colonial as regiões em expansão foram bastante convidativas para pessoas situadas em diferentes lugares sociais, inclusive os egressos da condição de cativos, que viam em paragens distantes das que experienciaram a escravidão possibilidades de (re)construção da vida. Como afirma a autora, a decisão de migrar não se dava ao sabor do acaso, quase sempre se rumava para lugares onde já havia pessoas conhecidas e que, portanto, algum nível de apoio e solidariedade poderia se estabelecer²⁶⁷. Nossa pesquisa, conforme expressam os gráficos analisados, também aponta uma composição social calcada nos hibridismos. Contudo, a presença de pessoas brancas, algumas delas nascidas em Portugal, se faz perceber nitidamente na documentação compulsada.

Seria ingênuo deixar de reconhecer que, a despeito da baixa qualidade da maior parte desses sujeitos brancos que chegaram ao Seridó, uma vez instalados no lugar eles passariam à outra situação e, no contexto local, representavam²⁶⁸ uma espécie de elite sertaneja, uma vez que aí não havia a pomposa elite dos engenhos e núcleos urbanos do litoral. Essa foi, em nossa visão, a forma pela qual a região pôde adaptar seus sujeitos sociais ao contexto colonial para manter-se concatenada ao império ultramarino português. Assim, nesse complexo, embora relativamente diminuto²⁶⁹ contexto social, as funções diretoras concentravam-se nas mãos de uma minoria de sujeitos identificados como brancos. Significativa parte desses brancos pobres eram, nas áreas açucareiras, diga-se de passagem, parte de uma massa social economicamente situada à margem da base econômica, juntamente com vadios, negros forros e pardos livres²⁷⁰. Uma vez

²⁶⁵ MACÊDO, Muirakytan K. **Rústicos Cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – séc. XVIII). Natal: Sol Negro, 2021, p. 69.

²⁶⁶ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998., p. 108-110.

²⁶⁷ *Ibid.*, p. 163.

²⁶⁸ Aqui concebemos representação a partir da perspectiva de Roger Chartier, isto é, como esquemas intelectuais que dão sentido ao presente enquanto realidade e tornam os sujeitos inteligíveis para si e para os outros. CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.

²⁶⁹ Aqui nos referimos a “diminuto” como referência ao fato de que a região contava com um baixo número de população. Vale lembrar que, no recorte temporal abarcado nesta pesquisa, o Seridó é um espaço profundamente rural, marcado por atividades pastoris cuja demanda por mão de obra é muito mais baixa do que a *plantation* canvieira e do que a mineração. Logo, a região aqui enfocada tem menos gente do que aquelas em que se praticavam tais atividades. Basta lembrar que a Povoação do Caicó, único vulto urbano da região, só atinge a condição de vila em 1788 (Macêdo, 2005, p. 75). Aliás, na década de 1770 Natal era, de fato, a única cidade existente na Capitania do Rio Grande (Macêdo, 2021, p. 280).

²⁷⁰ MACÊDO, *op. cit.*; SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras**: os pobres do açúcar na conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. 2003. 361 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

instalados nos sertões da pecuária, eles teriam chances de alcançar distinção e serem alçados ao centro do poder econômico, político e social. O contexto regional abria novos horizontes aos de “baixa qualidade” tanto quanto àqueles de índole duvidosa ou mesmo devedores à justiça régia²⁷¹.

Devemos, contudo, voltar a atenção para o nosso ponto de partida analítico, isto é, o contingente da população de matriz africana que experienciou a vida, ou pelo menos parte de sua trajetória, na região em pauta. Não resta dúvidas de que essa parcela da população compunha um percentual muito significativo do todo social seridoense. Aliás, como procuramos esclarecer, as quantificações aqui apresentadas, com base nos registros de batizados e óbitos, dão uma ideia um tanto aproximada do que representava em termos numéricos a gente de tez negra, haja vista que as fontes nem sempre explicitam se os sujeitos registrados eram negros, índios, mestiços ou brancos.

Há diversos pontos em comum na vida das pessoas de ascendência africana, mas nem por isso se deve pensar que trata-se de um grupo homogêneo, isso é algo que vimos destacando desde o início da presente tese. Outro fator de crucial importância para a compreensão da conjuntura social sobre o qual aqui nos debruçamos é o reconhecimento de que os africanos e descendentes de africanos do Seridó, assim como dos demais espaços do Brasil colonial e imperial, não aceitaram passivamente as imposições da vida num contexto em que ocupavam os patamares mais baixos na escala das hierarquias

²⁷¹ Caso recorrente neste sentido é o dos irmãos Sebastião e Rodrigo Medeiros, que chegaram ao Seridó pelos idos de 1739. Por falta de maiores informações, ou por pura conveniência, nunca se soube a verdadeira razão pela qual ambos fugiram do reino e fixaram residência na Fazenda Preás, no atual Município de Parelhas/RN. O certo é que deviam à justiça do Reino e acharam refúgio nos ermos sertões do Rio Grande. “[...] ao tempo em que estiveram morando nos Preás, dedicaram-se a trabalhos de natureza jurídica, cuidando de questões de terras, por serem pessoas letradas. Certo dia, chegou-lhes um convite formulado pelo Capitão-mor Geraldo Ferreira das Neves Sobrinho, desejoso de que os dois irmãos comparecessem à fazenda Picotes, em Santa Luzia, a fim de tratarem de uma questão de terras em que se achava envolvida aquela autoridade. Comparecendo aos Picotes, foram os dois irmãos informados de que teriam de viajar à ribeira do Piancó, no trato do caso litigioso, região essa que se encontrava sem segurança para os eventuais viajantes, em virtude de ali ter surgido um levante dos indígenas.

Recusaram a incumbência, o que despertou a ira do Capitão-mor. Este deu-lhes conhecimento de que havia chegado um mandado judicial, pedindo providências no sentido de serem presos dois fugitivos da Justiça cuja descrição coincidia com as pessoas de Rodrigo e Sebastião de Medeiros. Após a ceia, em um quarto fechado, conferenciaram, longamente Rodrigo e Sebastião, para discutirem a situação: ou viajariam ao Piancó, ou seriam entregues à Justiça pelo Capitão-mor. Conta a tradição que Geraldo conseguiu ouvir, arditamente, a conversa dos dois irmãos. Rodrigo já se mostrava disposto a enfrentar o perigo representado pelos indígenas, viajando ao Piancó, no que hesitava Sebastião em apoiá-lo. Dizia Rodrigo: Mas, Sebastião, nós não temos condições de regressarmos ao Remo! ...

Finalmente, o Capitão-mor propôs uma terceira opção: os dois irmãos se casariam com duas irmãs, ambas sobrinhas de Geraldo, no que a contragosto, concordaram Rodrigo e Sebastião. Casaram-se, finalmente Sebastião com Antônia e Rodrigo com Apolônia, sob o patrocínio do Capitão-mor, tio das nubentes!...” MEDEIROS FILHO, **Velhas famílias...**, p. 28. Há também o exemplo de Luis Gomês, exilado, devedor à justiça de Portugal e do Reino Unido. Chegando ao Seridó, como era de costume, as autoridades fizeram vista grossa às suas culpas e, ao invés de o encaminharem a um tribunal, lhe concederam 30 léguas de terra dos “brabos” canindés, na eminência do Sítio do Acary. MACÊDO, *op. cit.*, p. 40-50.

sociais. Nossa perspectiva, baseada nos pressupostos de E. P. Thompson²⁷², induz à percepção de que os sujeitos da pesquisa são agentes políticos submetidos a um jogo assimétrico de poder em que, mesmo na condição de subalternizados, têm no horizonte a vida emancipada, acesso a espaços físicos e simbólicos em que possam exercer alguma autonomia e até mesmo uma certa ascensão social. Portanto, são capazes de negociar melhores condições para a vida no cativeiro e de agenciar a conquista de objetivos estabelecidos, num nível individual e/ou coletivo.

A percepção do elemento negro como vítima absoluta dos infortúnios a que foi submetido dentro e fora do cativeiro pode, *a priori*, soar um tanto condescendente. Aliás, concepções de natureza semelhante tiveram bastante aceitação na historiografia brasileira enquanto a questão não foi observada pelo prisma thompsoniano²⁷³, segundo o qual os sujeitos e grupos remetidos à condição subalterna são conscientes da própria situação, bem como do que lhes é devido e mais, têm claros objetivos e metas a conquistar, de forma que, dentro das circunstâncias vivenciadas, eles buscam espaços culturais próprios e criam formas de resistir, abertamente ou por meio de sutilezas, ao ambiente opressivo. Tinham, portanto, “atividade própria” e “noções próprias do que estavam fazendo²⁷⁴”. No caso da população negra do Brasil, os recentes estudos deixam claro que seus membros buscavam constantemente os meios para a obtenção de melhores condições de existência ou mesmo de ascensão social²⁷⁵.

Mais do que pôr em xeque os estereótipos relacionados à população de matriz africana, tais como promiscuidade sexual, passividade e aculturação²⁷⁶, o olhar apurado de muitas historiadoras e historiadores, voltado para o cotidiano da sociedade escravista brasileira, sem deixar de reconhecer o desprestígio social que recai sobre aquela população, possibilita que seus membros sejam percebidos enquanto construtores de suas próprias trajetórias. Trata-se, por assim dizer, de uma visão em que os sujeitos pesquisados são concebidos como agentes históricos plenamente ativos na construção da

²⁷² THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981; THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 346.

²⁷³ THOMPSON, *Id.*; THOMPSON *Ibid.*

²⁷⁴ THOMPSON, **Costumes em comum...**, p. 382.

²⁷⁵ ROCHA, Solange Pereira. **Gente negra na paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Editora Unesp, 2009.; SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.; ARAÚJO, Marília Lima de. **Famílias e relações de parentesco de escravizados**: Água Branca/Alto Sertão da província de Alagoas (1850–1888). Curitiba: CRV, 2023.

²⁷⁶ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

vida em sociedade, inclusive no que concerne às relações de trabalho no âmbito da escravidão, deixando claro que não há aí uma unilateralidade onde a vontade do senhor impõe-se de modo irrestrito.

Dentro dos limites impostos pelas circunstâncias, os cativos dispunham de alguma autonomia e nem todas as suas ações eram necessariamente controladas ou vigiadas por seus respectivos senhores. Neste sentido, Flávio dos Santos Gomes preconiza o conceito de “espaços de autonomia”, que seriam justamente aqueles em que a população negra desenvolvia suas vivências sem a interferência branca²⁷⁷. Sheila de Castro Faria²⁷⁸ argumenta que os escravizados comportavam-se segundo lógicas coletivas e individuais que possibilitavam responder ativamente ao cativo. Nossa concepção, fortemente inspirada na premissa daquela historiadora, nos leva a notar que as referidas lógicas de ação e formas de respostas ativas extrapolam o âmbito do cativo e contemplam todos os aspectos das relações sociais em que os africanos e seus descendentes de quaisquer condições jurídicas estivessem enredados, tendo em vista o contexto opressivo a que eram constantemente submetidos.

A recorrência com que utilizamos o termo “circunstâncias” diz respeito ao fato de que pensamos, a partir do conceito de experiência em Thompson²⁷⁹, que é nas vivências cotidianas integradas a um contexto social, econômico e político que os sujeitos da pesquisa tomam consciência de si e desenvolvem maneiras de agir individual e coletivamente. A experiência diz respeito à “influência do ser social sobre a consciência social²⁸⁰”. Para o autor, a experiência surge espontaneamente no ser social, mas ela não é carente de racionalidade, pelo contrário, ela surge porque as pessoas raciocinam sobre o que acontece a elas e ao seu mundo²⁸¹. É isso que enxergamos quando, a partir da pesquisa documental, buscamos entender como os sujeitos da presente pesquisa construíam suas vidas conforme as análises realizadas nos capítulos anteriores e as que virão a seguir.

Antes, porém, de prosseguirmos com a investigação, convém lembrar que, a despeito de ser o criatório o grande catalisador social e econômico da região, o mesmo não poderia desenvolver-se sem o concurso de atividades que, embora não fossem

²⁷⁷ GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

²⁷⁸ FARIA, *Op. cit.*, p. 289-292.

²⁷⁹ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

²⁸⁰ *Ibid.*, p. 12.

²⁸¹ *Ibid.*, p. 16.

consideradas de maior importância e não conferissem, no nível regional, o mesmo *status* que o trato pastoril, eram fundamentais para a manutenção da vida. Nos referimos especialmente aos trabalhos de cunho doméstico e à produção de víveres. Seria, portanto, um erro supor que porque a vida no Seridó girava em torno da pecuária, a mão de obra aí situada não desempenhava funções diversas²⁸². Aliás, a necessidade da realização de atividades variadas está entre os elementos que propiciaram a demanda do braço escravo na região e atraiu trabalhadores negros livres e libertos. Era a estes últimos, aos brancos e mestiços pobres e às cativas e cativos que se destinavam as tarefas de menor prestígio.

A literatura regional apresenta algumas situações em que se pode vislumbrar várias funções desempenhadas pelos trabalhadores do Seridó, para além das lides pastorícias, a exemplo do negro Gaspar, cativo pertencente a Caetano Dantas Correia, a quem servia como cozinheiro. Olavo de Medeiros Filho recuperou um episódio contumaz na tradição oral em que, na intenção de pôr em relevo a virilidade e a distinção social do fazendeiro e patriarca dos Dantas Correia, deixa transparecer, nas entrelinhas, um pouco do cotidiano do Seridó escravista.

Certo dia, Caetano foi servido de um prato de coalhada, da qual o negro Gaspar havia retirado a nata formada. Caetano, que gostava imensamente de nata, quebrou o prato cheio de coalhada, na cabeça do escravo que, filosoficamente, aconselhou o patrão a arranjar um casamento, para ter uma mulher que lhe fizesse os gostos. Desse episódio surgiu o casamento do solteirão Caetano Dantas com Josefa de Araújo Pereira.

[...]

Num desses anos de inverno, levou de sua fazenda Picos para o Riacho Fundo, o material doméstico necessário à instalação da família naquele logradouro. Ali chegados, notaram que havia ficado nos Picos de Cima algum objeto de necessidade. O negro Gaspar seguiu para aquela fazenda, com a determinação de trazer o objeto esquecido. Eram seis horas da manhã, quando o escravo partiu do Riacho Fundo. Passada uma meia hora, alguém reclamou a falta de um certo tacho de cozinhar o requeijão.

Caetano, para não enviar um segundo portador aos Picos de Cima, e confiante no seu volume de voz potentíssimo, famoso em todo o sertão, resolveu o caso à sua maneira; subiu ao alto da serra, e lançou o seu grito imenso: ÔÔÔÔÔÔ GASPARGASPAR, TRAGAÂA ÔÔÔ TAACHOOOI"... Ficaram todos na expectativa, aguardando o resultado de tão fenomenal grito...

Depois de algumas horas, eis que surge a figura de Gaspar, conduzindo consigo o tacho pedido, explicando que, quando já estava à distância de légua e meia de viagem, ouviu o clamor proferido pelo patrão Caetano²⁸³.

²⁸² Com relação ao emprego de mão de obra no Seridó colonial Muirakytan Macêdo afirma que esta era um contingente formado por pessoas livres pobres e escravizados. *Vide* MACÊDO, 2005, p. 40.

²⁸³ MEDEIROS FILHO, Olavo de. Velhas famílias do Seridó. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

As anedotas a respeito da figura de Caetano Dantas Correia revelam um cotidiano em que o escravizado Gaspar é empregado em funções alheias ao trato do gado. Também demonstram, no contexto da relação entre este e seu senhor, a prática da violência e como o cativo pôde aproveitar-se da situação para, “filosoficamente”, desvencilhar-se dos maus tratos do senhor e ao mesmo agenciar uma possível realocação dos seus serviços no trabalho junto aos vaqueiros, posto mais prestigiado e certamente mais almejado que as tarefas domésticas²⁸⁴.

Entre as atividades desenvolvidas em concomitância com o criatório estavam as lavouras para subsistência, a produção de tecidos grosseiros a partir do algodão nativo e, entre outras, a construção e manutenção de casas e utensílios domésticos. Se o trato com o gado, com toda a importância e representatividade que tinha, poderia dar à gente de tez negra, cativa, livre e liberta, as chances de acumular algum cabedal ou mesmo de obter certos ganhos em termos de reconhecimento social, os outros ramos de atuação têm, ao nosso ver, um nível de relevância que merece ser mensurado, e também eram vias pelas quais se podia alcançar determinados objetivos.

Vejamos o caso da produção de víveres. Ao analisar os pedidos e concessões de sesmarias no Seridó, bem como o uso de fato das terras, Macêdo²⁸⁵ constatou que a instituição das fazendas de gado era realmente o principal destino das terras, aliás, somente “seis propriedades foram declaradas como para uso exclusivo de lavouras”. É certo, porém, deixa claro o autor, que dentro dos limites territoriais das fazendas, pequenos sítios, localizados nos baixios e lugares de maior fertilidade, eram reservados para as lavouras que, enquanto atividade acessória ao criatório, tinham caráter de subsistência. Nela eram empregadas pessoas diversas como brancos pobres e negros de quaisquer condições jurídicas.

É importante ressaltar que algumas sesmarias requeridas em solo seridoense, o foram sob a alegação de que nelas se havia de plantar lavouras e criar gados²⁸⁶. Apresentando a questão em números exatos, Macêdo²⁸⁷ assevera que, das ditas requisições, 0,4% foram pedidas sob a alegação de que era preciso povoar; 3,5% para plantar lavouras; 5,7% para plantar lavouras e criar gados; 60,4% para criar gados e

²⁸⁴ Uma análise da relação do personagem Gaspar com seu senhor, Caetano Dantas Correia, também é feita pela historiadora Maria Alda de Medeiros, com vistas ao casamento daquele fazendeiro com Josefa de Araújo Pereira e a construção de sua figura como elemento fundamental no processo de colonização do Seridó e como patriarca de uma das principais linhagens genealógicas da região. *Vide* MEDEIROS, 2022.

²⁸⁵ MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó**: uma história do regionalismo seridoense. Natal: Sebo Vermelho, 2005. p. 119 -121.

²⁸⁶ MEDEIROS, *op. cit.*, MEDEIROS FILHO, 1981.

²⁸⁷ MACÊDO, *op. cit.*, p. 80.

30,0% “para uso não declarado”. Não obstante a função subsidiária desempenhada por aquelas plantações, comumente os trabalhadores pobres e escravizados obtinham excedentes que negociavam com os donos da terra visando amealhar algum pecúlio que, no caso dos cativos, manteria acesa a esperança de conquistar a liberdade.

Ao pesquisarmos os livros de notas e procurações da Vila Nova do Príncipe²⁸⁸ chegamos a conclusões que corroboram o asseverado pelo autor citado acima, isto é, à época do nosso recorte, as terras do Seridó eram dedicadas ao criatório. Constatamos que, entre 11 de junho de 1792 e 01 de abril de 1799, 112 possessões de terras foram transacionadas, entre vendas, hipotecas e doações. Desse total, 68 propriedades foram declaradas como terras de “criar gados”; 33 serviam para “criar lavouras”; 10 não tiveram sua finalidade declarada e 1 servia para “criar gados e lavouras”. Nesse contexto, o número de 33 “partes de terras” destinadas à lavoura pode parecer alto, porém, em sua quase totalidade, essas terras agricultáveis situavam-se no Planalto da Borborema, mais especificamente na Serra do Teixeira, lugar em que, dadas as condições climáticas e meteorológicas, se fazia ideal para as práticas agrícolas. Ali, a produção tinha um caráter um tanto comercial, na medida em que o gênero de maior monta era a mandioca com vistas à fabricação de farinha, elemento basilar na dieta da população sertaneja.

Vale lembrar que não se deve confundir as sesmarias do Seridó com as fazendas aí instaladas. Trata-se, no caso dessas últimas, de células produtivas surgidas umas no interior das sesmarias concedidas, outras pela simples ocupação de terras sem consentimento régio. Com efeito, muitos requerimentos de sesmarias eram feitos sob a necessidade de dar um caráter legal às possessões não referendadas pelas vias legais. Há também as situações em que mulheres viúvas requereram sesmarias como forma de assegurarem os domínios legados por seus falecidos maridos²⁸⁹.

Ao traçarmos aqui o panorama social, econômico e político do Seridó abrimos margem para que se possa vislumbrar, considerando também o que foi apresentado nos capítulos anteriores, as possibilidades de inserção da população de matriz africana, bem como as chances que tinham os membros de tal população de construir metas e traçarem expectativas mediante o contexto em que estavam inseridos. Resta, porém, que façamos alguma elucidação a respeito dos espaços de convivência e interação, especialmente no que se refere ao cotidiano doméstico.

²⁸⁸ CJC. CC Livros de Notas nº 02 (1792 – 1799) e nº 03 (1799-1802).

²⁸⁹ MEDEIROS, Maria Alda Jana Dantas de. *Vastas e ermas: mulheres não brancas no sertão do Rio Grande (Seridó, séculos XVIII e XIX)*. 2022. 279 f. Dissertação (Mestrado em História dos Sertões) – Programa Pós-Graduação em História do CERES, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2022.

Interações sociais, compadrios e apadrinhamentos

No âmbito das interações, os espaços de convivência doméstica destacam-se como uma das áreas privilegiadas para a observação de como davam-se as relações sociais²⁹⁰. Isto porque era na esfera doméstica que pessoas situadas em diferentes patamares da hierarquia social conviviam. Basta lembrarmos que temos em foco uma região profundamente rural onde, em grande medida, as fazendas e a igreja são os vetores de sociabilidades. Neste sentido, Muirakytan Macêdo dá-nos grande esclarecimento dessas relações ao enfatizar o caráter de coabitação²⁹¹. As casas, é importante ressaltar, tinham, à época colonial, funções múltiplas. Sheila Faria²⁹² as descreve como “Lugar de viver e de produzir, as ‘casas de vivenda ou de morada’ eram também lugar de articulações políticas, administrativas e sociais”.

Aliás, a coabitação de pessoas sem vínculo genético foi muito comum no Brasil colonial. Por outro lado, nos espaços dedicados ao criatório, a ausência quase total de senzalas foi uma constante, conforme asseveram os autores citados acima²⁹³. Tendo em vista as particularidades seridoenses, Macêdo afirma que as senzalas não se faziam necessárias por serem pouco numerosos os grupos de escravos em cada unidade produtiva. Nos arriscamos a elencar outras razões que somam-se à apresentada pelo autor para que não fosse prática comum a construção de um espaço exclusivo para os cativos. Ao que parece-nos, a relativa instabilidade da vida nos sertões, marcados pelas dinâmicas de seca e inverno, levavam a que os bens de raiz fossem construídos somente na medida do essencial. Assim, caso uma longa estiagem forçasse uma inevitável arribada, não haveria dificuldades e nem sentimento de pesar ao deixar para traz o que fora construído. Convém, ainda, não esquecer que a montagem das primeiras fazendas se deu pela fixação de trabalhadores desacompanhados de suas famílias. É possível, desta forma, que à medida em que as famílias foram se estabelecendo na região, elas tenham ocupado os antigos locais de moradia daqueles trabalhadores, sem que houvesse preocupação de construir novos espaços. Talvez fosse suficiente o alargamento dos que já existiam, de maneira que o hábito da coabitação se fez um elemento cultural.

²⁹⁰ FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

²⁹¹ MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó**: uma história do regionalismo seridoense. Natal: Sebo Vermelho, 2005. p. 193.

²⁹² FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 285.

²⁹³ MACÊDO, *op. cit.*, p. 23; FARIA, *op. cit.*

A coabitação não eliminava nem dirimia as diferenciações sociais. No lugar em que viviam senhores de terras, mestiços e negros livres e forros, cativos e trabalhadores brancos pobres, as hierarquias, notadamente, faziam-se perceber. Como assevera Macêdo²⁹⁴: “Quanto mais elevado e sozinho em uma cadeira estivesse um indivíduo, mais honrado e superior era ele. A grande parte da população pobre se sentava no chão para conversar ou cear junto, ou se acorava sobre os calcanhares com hábil desenvoltura que até hoje é observável”. A despeito de toda a dinâmica social que punha as pessoas de ascendência africana em acentuado grau de inferiorização e desprestígio, a convivência cotidiana era a esfera através da qual eles podiam ler a realidade, compreender as circunstâncias, ponderar sobre as oportunidades e traçar metas plausíveis e de possível realização.

Ao nosso ver, é no campo das interações que definem-se as possibilidades de construção da vida em todos os segmentos sociais. Com efeito, nos ensina Georges Duby, enquanto procura compreender o mundo medieval através da trajetória de vida do conde Guilherme Marechal, “a ordem do mundo exige que cada qual esteja envolvido num tecido de solidariedades, amizades – num corpo²⁹⁵”. Se o lugar de moradia e vivenda já colocava em conexão sujeitos oriundos de diversos lugares sociais, é certo que esses sujeitos também estiveram constantemente ligados àqueles com quem partilhavam traços identitários e com quem poderiam compartilhar sonhos e expectativas. A propósito, é fundamental que os indivíduos estivessem ligados à redes de solidariedades, haja vista ser praticamente impossível a sobrevivência de modo isolado na colônia²⁹⁶.

Vejamos como se dava a exploração do contexto relacional em diferentes situações:

A documentação nos traz exemplos claros de como essas redes de solidariedades eram acionadas e das conquistas por elas possibilitadas. A seguir, demonstraremos seu funcionamento por meio de algumas situações exemplo.

²⁹⁴ MACÊDO, Muirakytan K. **Rústicos Cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – séc. XVIII). Natal: Sol Negro, 2021, p. 207.

²⁹⁵ DUBY, Georges. **Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo**. 3. reimp. Trad. Renato Janine Ribeiro, Rio de Janeiro: Graal, 1987, p. 8.

²⁹⁶ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Luiz, “do Gentio da Angola” – um africano em liberdade no Seridó

Carta de alforria e liberdade conquistada por Luiz, “do Gentio de Angola”²⁹⁷:

Digo eu abaixo assinado Antonio Pereira Monteiro que entre os mais Escravos que possuo em mansa e pacífica posse há bem assim um Escravo por nome Luiz do Gentio de Angola cujo houve por herança de meu sogro o Capitão Manoel Ferreira da Silva, o qual Escravo representa ter cinquenta anos pouco mais ou menos, cujo Escravo de minha livre vontade o forro como com efeito forro fica de hoje em diante para todo sempre pelo preço e quantia de noventa mil réis Logo ao fazer desta o recebi do Reverendo Vigário de sua mão própria ao Senhor José Antonio Caetano de Mesquita setenta mil réis em dinheiro de contado e já estavam em minha mão e poder em dinheiro de contado, cujos vinte mil réis lhos tinha deixado meu sogro, o Capitão Manoel Ferreira da Silva, ao tal Escravo, que por tudo foi cumprido noventa mil réis, poderá lograr de sua liberdade como se nascesse do ventre forro só lhe imponho a condição e obrigação ao dito escravo de acompanhar e servir ao Reverendo Padre José Antonio acima declarado enquanto o dito Reverendo andar pelos sertões e não obrando como digo [expor?] cativo como de antes e retirando-se o dito Reverendo acima declarado ponto na sua casa poderá o tal Escravo ir, para onde lhe parecer, e peço e rogo a justiça de Sua Majestade Fidelíssima assim o façam cumprir e guardar e por verdade passei esta de minha letra e sinal [??] Antonio Pereira.

Trata-se de um caso bastante emblemático em que, objetivando alcançar a liberdade, o cativo Luiz demonstrou, ao interagir com dois diferentes senhores e um padre que, aparentemente, participou das negociações, que foi depositário do pecúlio amealhado pelo libertando e ainda se beneficiou de seus serviços pelo tempo em que dispensou as funções clericais pelos sertões. O primeiro senhor mencionado no documento, Capitão Manoel Ferreira da Silva, entregou diretamente a seu genro e herdeiro (além de futuro senhor de Luiz) a quantia de 20 mil réis, com vistas à alforria do cativo em questão. Vemos, para isso, duas possibilidades: a primeira é que, tendo alguma afeição, estima, ou mesmo gratidão, o capitão, consciente de que seu escravizado buscava a liberdade, mas que sua posse seria legada a Antonio Pereira Monteiro, procurou ajudá-lo na realização de seu sonho, antecipando parte do pagamento. E por que, pode-se questionar, o Capitão Manoel Ferreira da Silva não cedeu liberdade sem ônus a Luiz, ao invés de legá-lo a um herdeiro que poderia simplesmente negar-se a conceder a manumissão? Porque não quis, ou porque lhe faltava cabedal suficiente para isso, tendo em vista a necessidade de deixar algo de grande valor para seus herdeiros, ou talvez porque os próprios herdeiros, ciosos por receber a herança mais rica possível, fizessem pressão para que o capitão, na eminência do suspiro derradeiro, não deixasse escapar, por meio de uma manumissão não onerosa, a considerável soma que valia aquele escravizado. A segunda possibilidade que vemos é que Manoel Ferreira da Silva poderia estar devendo

²⁹⁷ CC. Livro de Notas nº 2. Vila Nova do Príncipe, 1792 1799, f. 46-7.

os vinte mil réis a seu cativo e, sabendo que o mesmo tinha a intenção de pagar por sua liberdade, passou a quantia (pagamento) diretamente para seu herdeiro, que seria o dono do escravizado.

De forma estratégica, Luiz optou por deixar a maior parte do dinheiro que serviria ao pagamento de sua carta de liberdade, 70 mil réis, aos cuidados do Reverendo Padre José Antonio Caetano de Mesquita, então vigário da freguesia do Seridó. Isto é, suas economias ficariam sob a custódia de alguém jovem e aparentemente saudável²⁹⁸, que portava grande legitimidade e representatividade social, cuja palavra poderia ter peso favorável na balança das negociações, sem falar na presumida idoneidade que cabia ao representante de Deus e pastor das interesseiras ovelhas do Seridó. Seria mais seguro manter a poupança em sua guarda do que deixá-la à mercê de um senhor com quem pouco se tinha convivido, ou mesmo de pessoas que não inspiravam tanta confiança quanto o sacerdote.

Mas, ao que parece, não foi somente por bondade cristã e sentimento pio que o reverendo dispôs-se a guardar as economias do cativo Luiz. Com efeito, Antonio Caetano de Mesquita era, além de curador de almas, um homem de negócios. Naquela década de 1790 ele investiu o montante de 365\$000 (trezentos e sessenta e cinco mil réis)²⁹⁹ na compra de quatro propriedades, “terras de criar gados”, todas nas proximidades da Vila Nova do Príncipe, sede da Freguesia do Seridó, além de ter doado “para composição de patrimônio” um sítio de terras, também de criar gados, localizadas no Sítio da Volta, Ribeira da Espinharas, ao menor Manoel, que tinha idade de seis para sete anos³⁰⁰. Ou seja, é possível que o padre se beneficiasse ao guardar os recursos pertencentes a outrem, como é aqui o caso de Luiz, na medida em que isso lhe dava condições de manter-se em atividade comercial, dilatando seu patrimônio próprio, extraindo alguma margem de lucro das importâncias que lhe eram confiadas.

Vê-se, portanto, que a compra da liberdade do cativo em questão insere-se num contexto de interações em que diferentes sujeitos, movidos por diversos interesses, estiveram enredados. Neste sentido, era fundamental que o libertando tivesse plena consciência da realidade e fosse suficientemente arguto no trato com as muitas pessoas

²⁹⁸ Era importante que o pecúlio estivesse sob a custódia de alguém cuja morte não parecia estar próxima, afinal, em caso de falecimento do depositário das finanças amealhadas pelo escravizado, aqueles recursos passariam à posse dos herdeiros do falecido e dificilmente seriam reavidos pelo consignatário. Em 1793, José Antonio Caetano de Mesquita contava 45 anos e estava em plena atividade clerical, enquanto curava as almas na igreja matriz do Seridó e nas viagens pelos sítios e fazendas da região.

²⁹⁹ Comarca de Caicó (CC). Livro de Notas nº 2. Vila Nova do Príncipe, 1792 1799, f. 66-7, 146-7, 163-4, 294-5.

³⁰⁰ Comarca de Caicó (CC). Livro de Notas nº 2. Vila Nova do Príncipe, 1792 1799, f. 95.

com que precisava lidar. Um passo em falso poderia comprometer seu projeto de liberdade. A natureza de semelhante jogo de interações nada tem de extraordinário, é razoável considerar que elas refletem muito bem o que era a realidade do Antigo Regime, no qual havia, como assevera Fragoso, uma face um tanto “nebulosa”, por não estar escrita nos ditames dos “pergaminhos régios”³⁰¹.

Trata-se das práticas costumeiras, construídas pela regularidade das sociabilidades locais. [...]. Estou me referindo à hierarquia social costumeira, construída pela interação de potentados, escravos, forros, índios, ministros da coroa, clérigos, etc. Ou seja, sujeitos portadores de orientações valorativas próprias conforme o grupo, vindos da escravidão africana e da sociedade rural do Velho Mundo) [...]. A materialidade dessas práticas adquiriu a forma de relações de clientela e de parentesco consanguíneo e fictício e, entre outros fenômenos, sob a tutela da monarquia, organizou a sociedade americana³⁰².

O afirmado por Fragoso aplica-se a todo o conjunto das relações sociais analisadas nesta tese, inclusive das que virão a seguir, tanto no âmbito das circunstâncias que propiciam as ligações entre sujeitos e grupos diversos, quanto no aspecto da formação de hierarquias sociais.

Voltando à carta de liberdade conquistada por Luiz, vemos que mesmo depois da alforria paga e lançada em notas cartorárias, ele se viu sob a “condição e obrigação” de servir a Antonio Mesquita enquanto durasse sua atividade eclesiástica. Dois fatores nos impedem de afirmar com precisão o quanto demorou para que se encerrasse essa nova etapa de sua vida servil, primeiro porque, estranhamente, o documento não tem data; talvez, por um lapso, o tabelião tenha deixado de anotar dia, mês e ano, por outro lado, não nos é possível saber o momento exato em que o padre pôs fim às suas andanças. Todavia, podemos apontar um momento que se aproxima daquele em que, finalmente, Luiz pôde viver sua liberdade. Vejamos: sua alforria foi lançada em notas a partir da folha 46 do segundo livro de notas do Seridó, o documento que a antecede é uma procuração bastante, ali também não é feita menção a dia e mês, porém cita-se o ano, 1793. Imediatamente após a carta de alforria em questão, o livro traz mais uma procuração bastante, esta com data precisa, 6 de maio de 1793.

A despeito de não sabermos exatamente até quando o padre Mesquita exerceu seu ofício, o livro número 1 de óbitos da Freguesia do Seridó dá conta de que no dia 18 do mês de agosto de 1808 ele estava distante da igreja matriz, na capela da Serra Negra,

³⁰¹ FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 243-294.

³⁰² *Ibid.*, p. 249.

onde encomendou o corpo do párvulo José, de dois meses³⁰³. No entanto, sua morte já estava bem próxima, pois ocorreu em 17 de novembro daquele mesmo ano³⁰⁴, causada por hidropisia. Assim, considerando que Luiz, nosso personagem, pagou por sua liberdade em 1793, podemos afirmar que passaram-se mais de quinze anos para que ele pudesse ter pleno gozo da liberdade.

Algumas outras questões podem ser postas em torno da figura de Luiz e do quanto sua experiência ajuda-nos a entender o modo como vivia a população de matriz africana no Seridó. Um ponto que nos chama atenção é o valor relativamente alto que pagou por sua liberdade, tendo em vista a idade avançada para os padrões da época, especialmente para alguém de sua condição, que “representava ter” 50 anos³⁰⁵. À guisa de comparação: no ano em que Luiz pagou 90\$00 (noventa mil réis) por sua alforria, foi lavrado o inventário *post-mortem* de João Marques de Souza. Na declaração dos escravos ali foram elencados, João Angola, de 30 anos, 100\$000 (cem mil réis); João Congo, de 18 anos, 80\$000 (oitenta mil réis); João Maçagana, de 18 anos, 80\$000 (oitenta mil réis); José Angola, de 30 anos, 40\$000 (quarenta mil réis); Valentim Crioulo, de 18 anos, 80\$000 (oitenta mil réis); um molequinho Gonçalo Crioulo, de 9 anos, 40\$000 (quarenta mil réis); Mariazinha Cabra, de 35 anos, 80\$000 (oitenta mil réis); Romana Crioula, de 30 anos, 80\$500 (oitenta mil e quinhentos réis); Catherina Crioula, de 9 anos, 50\$000 (cinquenta mil réis); Gonçala Crioulinha, de 4 anos, 30\$000 (trinta mil réis); Francisca Crioula, de 11 anos, 55\$000 (cinquenta e cinco mil réis).

Em determinadas ocasiões, ao fazerem a avaliação de bens inventariados, os louvados, visando favorecer um ou outro herdeiro, estipulavam, para determinados bens (inclusive os escravos) um valor inferior aos preços praticados no mercado. Isso pode ter sido uma das causas da disparidade de preços entre os cativos arrolados no inventário de João Marques de Souza e o que foi pago por Luiz. Da mesma forma, é possível que, ao negociar o preço que Luiz pagaria por sua liberdade, o Capitão Manoel Ferreira da Silva tenha barganhado superestimando o valor do cativo. Ainda assim, mesmo que ambas as hipóteses estejam corretas, o valor negociado continua muito acima da média de alguém com a sua idade na região. Logo, é possível que se tratasse de um portador de algum ofício especializado, como pedreiro, ferreiro ou carpinteiro etc. Procuramos, sem sucesso, na documentação pistas que pudessem trazer maiores esclarecimentos sobre o primeiro

³⁰³ CPSJ. Livro de Óbitos n° 02, f. 126.

³⁰⁴ CPSJ. Livro de Óbitos n° 02, f. 127.

³⁰⁵ LABORDOC. FCC. 1° C.J. Inventário *post-mortem* de João Marques de Souza (1793).

senhor de Luiz, e assim desvelar os possíveis trabalhos atribuídos a seu cativo. Para nossa desventura, a única referência encontrada foi um certo Capitão Manoel Ferreira da Silva Granjeiros que, em 14 de dezembro de 1792, sepultou um filho anônimo, com um ano de idade, no corpo da “Matriz de Sant’anna do Seridó”. Não sabemos se é o mesmo e, ainda que fosse, nada seria esclarecido por essa informação.

Por outro lado, as fontes nos apresentam alguns rastros da trajetória de vida de Antonio Pereira Monteiro, que também tinha patente militar, era sargento mor e, em 31 de outubro de 1761, quando estava casado com D. Anna Maria de Jesus³⁰⁶, foi contemplado com uma data de sesmaria na Serra do Teixeira, onde era morador³⁰⁷. Era senhor de escravos e as terras que lhe foram concedidas destinavam-se a plantar lavouras e tinham a medida padrão³⁰⁸ de “uma légua de largo, por três de comprido³⁰⁹”. Trata-se, certamente, de um ex-combatente que lutou a favor da Coroa nas guerras de repressão à resistência indígena nos sertões³¹⁰. Seu falecimento ocorreu aos 73 anos, em 26 de outubro de 1801. Já era viúvo e, provavelmente, havia mudado seu local de residência, haja vista que morreu na Fazenda do Irapuá³¹¹ e foi sepultado na Capela da Serra Negra³¹². Considerando que a Serra Negra é local componente do que por vezes é descrito na documentação como Sertão do Caicó, onde tradicionalmente as terras se destinavam ao criatório, infere-se que o sargento mor havia deixado os plantios para se dedicar ao trato pastorício, ou atuava nos dois ramos concomitantemente.

³⁰⁶ A utilização do termo “Dona”, aqui usado na forma abreviada “D.”, não se dá por acaso. No contexto colonial a expressão serve como vetor de distinção social. No dicionário Moraes e Silva, de 1789, seu significado relaciona-se à relevância “Título de mulher nobre, que tanto vale como senhora. [...] Dona de Honor: Senhora nobre viuva, que serve no Paço a Rainha, Princesa, Infantas. Donas de Honra: O mesmo [grifos nossos]. Cf. SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da língua portuguesa**. 4. ed. rev. e aumentada. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1823, p. 651. Temos notado, no trato com a documentação compulsada que, de fato, a identificação de alguém como dona é um modo de ressaltar sua honradez, o que muito raramente pode ser atribuído a mulheres não brancas. Nossa percepção está em consonância com a conclusão tirada por Macêdo (2005 p. 72), para quem “Dona era um termo honorífico, de distinção social e, presumivelmente, remetia-se a [mulheres de] pele branca.” Uma discussão pormenorizada da utilização do termo e suas implicações sociais é tecida por MEDEIROS, 2022, p. 25, p. 66.

³⁰⁷ Comarca de Caicó (CC). Livro de Notas nº 2. Vila Nova do Príncipe, 1792 1799, f. 25-6

³⁰⁸ MACÊDO, Muirakytan K. **Rústicos Cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – séc. XVIII). Natal: Sol Negro, 2021.

³⁰⁹ Comarca de Caicó (CC). Livro de Notas nº 2. Vila Nova do Príncipe, 1792 1799, f. 66-7

³¹⁰ SILVA, Kalina Vanderlei. Nas solidões vastas e assustadoras: os pobres do açúcar na conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. 2003. 361 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003; MACÊDO, *op. cit.*; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó**: genealogias mestiças nos sertões do Rio Grande do Norte (Séculos XVIII-XIX). Curitiba: CRV, 2020.

³¹¹ CPSJ. Livro de Óbitos nº 02, f. 70.

³¹² Em junho de 1795, Antonio Pereira Monteiro já estava no Irapuá onde, junto a Antonio Gabriel Cavalcante, foi testemunha do matrimônio de Gabriel Fernandes de Andrade e Josefa Ferreira. CPSJ. Livro de Casamentos nº 1. 1788-1809, f. 25.

Diante de tudo isso, fica muito claro que a alforria do cativo Luiz se deu em meio a uma teia de interações cujos membros, à exceção dele próprio, eram componentes da elite social da região e que, pode se pensar *a priori*, dispunham de recursos, de maneira que a venda de um cativo não era necessidade urgente. Não se pode esquecer, entretanto, que estamos debruçados sobre uma região em que a circulação monetária era relativamente baixa, notadamente por tratar-se de uma sociedade dedicada ao criatório, onde eram raras as figuras detentoras de grandes cabedais econômicos. A isso soma-se um fator que nos parece determinante nas estratégias elaboradas pelos cativos ciosos por conquistarem a liberdade, isto é, tomar os momentos de fragilidade econômica dos senhores para forçar a compra de alforrias, o que ocorria, sobremaneira, no decurso das grandes estiagens. Este é um tema a que nos voltaremos mais detidamente adiante, mas já ressaltamos, conforme elucida Macêdo³¹³, que o gado e os cativos eram os bens de maior valor no Seridó setecentista. Aliás, a venda dos escravizados era a válvula de escape nos momentos de maiores dificuldades financeiras.

A ascensão de Luiz à condição de liberto foi, portanto, resultado de um complexo jogo de negociações nas quais diferentes sujeitos estiveram envolvidos. Para além da habilidade que lhe foi necessária ao agenciar sua liberdade em meio a essa intrincada rede de relacionamentos, foi determinante o fato de ter reunido quantia suficiente para, no momento oportuno, realizar o pagamento que lhe era exigido. O exercício de uma profissão especializada pode ter sido a fonte dos rendimentos que alimentaram o seu mealheiro, assim como também a venda de excedentes em alguma lavoura de subsistência, ou mesmo os frutos do trabalho no pastoreio ao lado dos vaqueiros, por meio de gratificações e pequenos pagamentos, sem contar as benesses e esmolas legadas às pessoas com quem se tinha alguma ligação afetiva ou por compromisso firmado na pia de batismo. Tratam-se, todos, de elementos presentes no escopo cultural do Seridó colonial.

Luiza e Rita – mãe e filha em busca de liberdade

Em 1764 a parda Luiza e sua filha Rita, cativas pertencentes a Vicencia Payva da Cunha, viviam certamente nas proximidades da fazenda dos Currais Novos, Ribeira do Seridó. Ali também vivia o casal José Gomes Nobre e D. Thereza José de Jesus, compadres da parda supracitada, fazendeiros brancos e ligados ao centro de poder

³¹³ MACÊDO, *op. cit.*, p. 112.

regional. Aquele momento, todavia, foi um determinante na vida de José Gomes Nobre³¹⁴ e das pessoas com que tinha ligações, aurora e crepúsculo se encontraram para selar o destino do fazendeiro que, mal começara o ano, já se via enfermo e acamado. Os documentos lavrados em decorrência dos eventos relacionados às suas mazelas demonstram um pouco da sua trajetória de vida e servem como amostra do cenário social do Seridó e das possibilidades de construção da vida para a população de ascendência africana. Uma vez que, na data de 7 de fevereiro, “temendo-se da morte e desejando por sua alma no caminho da salvação, por não saber o que lhe queria fazer”, optou por, em testamento, narrar parte de sua vida, demonstrar os negócios em que estava envolvido, firmar sua proteção sob todos os santos da corte celestial e elencar suas últimas vontades. No mesmo ano, finda a vida de José Nobre, tendo ficado herdeiros, dívidas e bens inventariáveis, foi realizado o auto de inventário.

É importante lembrar que o historiador Muirakytan Macêdo³¹⁵ também analisou o testamento/inventário em pauta, todavia, o fez para demonstrar o quanto as relações comerciais se davam numa dinâmica peculiar à região, onde, por vezes, as trocas de mercadorias sobrepujavam os pagamentos em dinheiro e como eram diminutos os cabedais acumulados pelos fazendeiros aí alocados. Da mesma forma, o autor utiliza os documentos referidos como exemplo elucidativo das teias comerciais de modo amplo, ao passo em que o fazemos com vistas à participação da população de matriz africana. Nossas interrogações às fontes giram sempre em torno de questões específicas: como viveram as pessoas de ascendência africana no tempo e no espaço que compõem os quadros de nossa pesquisa e como essa população pôde criar horizontes e construir expectativas de futuro. Continuamos acreditando que as fontes falam de acordo com os questionamentos propostos pelo historiador, aliás, novos questionamentos surgem e novas percepções se fazem sempre que revisitamos as fontes com que lidamos. Como afirma Georges Duby³¹⁶, “os historiadores não são detectores inertes, leem sempre com os olhos renovados os mesmos documentos”.

Juntos, testamento e inventário desvelam toda uma rede comercial que envolve escravizados e pessoas não brancas. Aqui, assim como no caso de Luiz, abordado acima, desponta a crucial participação da população de matriz africana na economia regional, não somente em termos produtivos, mas também na esfera comercial. Chama atenção, no

³¹⁴ LABORDOC. FCC. 1º C.J. Inventário *post-mortem* de José Gomes Nobre (174).

³¹⁵ MACÊDO, *op. cit.*, p. 163-164.

³¹⁶ DUBY, Georges. **A história continua**. Trad. Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Jorge Zahar / EDUFRRJ, 1993, p. 58.

conjunto dessas interações, o fato de que José Nobre tinha, em sua teia de relações comerciais, cativos que não eram de sua posse, ou seja, pertenciam a outros senhores. Mais do que evidenciar os moldes em que se davam as tramas comerciais no Seridó setecentista, ali se desvela toda uma rede de solidariedades por meio da qual o fazendeiro estava ligado a pessoas de condição subalterna. Há um claro imbricamento das questões de natureza financeira com as de cunho solidário, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 3 – Síntese da rede comércio e solidariedade de José Gomes Nobre³¹⁷

Esmolas/dádivas	Dívidas passivas	Dívidas ativas
Rita, sobrinha e afilhada – 5\$000 em gado de criar	Luiza, parda escrava, mãe de Rita – 7\$320	D. Vicencia Payva da Cunha – 2\$400
Matildes, afilhada pobre - 5\$000 em gado de criar	Luiza, parda escrava, mãe de Rita – 4\$000 dois boíotes	Domingos, escravo - \$480
Maria, afilhada pobre - 5\$000 em gado de criar	Padre Marcos Ferreira de Moraes Castro – 2\$000 um boi	
Rita, mulatinha escrava – 4\$000 um poldro	Manuel Mendes, mamaluco – 1\$600	
Religiosos ³¹⁸ – 2\$000		

Fonte: LABORDOC. FCC. 1ºCJ. Testamento e Inventário *post-mortem* de José Gomes Nobre (1764) - Elaborada pelo autor (2025)

A vida de José Gomes Nobre constitui um verdadeiro exemplo de como as intersecções entre pessoas de diversos lugares sociais foi a tônica da vida em sociedade no Seridó colonial. Nas malhas de sua teia de interações faz-se notar a significativa participação de negros e mestiços na economia regional. Numa conjuntura em que a circulação de dinheiro em espécie era relativamente diminuta, essa participação se dá à base de negócios com animais e outras mercadorias.

Filho, irmão e genro de sujeitos que ocuparam o posto de capitão mor, casado com mulher portadora do título de dona³¹⁹, o inventariado era membro nato do círculo elitista de sua época. Amplamente integrado ao circuito comercial do gado e das fazendas, tinha entre seus credores e devedores pessoas de situações diversas, como explicitado na

³¹⁷ A tabela mostra todos os compromissos assumidos pelo testador/inventariado no campo da solidariedade (esmolas e dádivas), mas não elenca todas as dívidas passivas e ativas que tinha o mesmo.

³¹⁸ O documento não menciona o nome desses religiosos nem a que confraria eles pertenciam, somente afirma tratar-se de uma esmola.

³¹⁹ LABORDOC. FCC. 1º C.J. Inventário *post-mortem* de José Gomes Nobre (174). O sujeito em questão era filho do Capitão mor Ignacio Mendes da Camara, posto que também coube a um de seus irmãos, homônimo do pai. Sua mulher, Thereza José de Jesus, era filha do Capitão mor Matheus Bezerra da Costa.

tabela acima. Contudo, nosso interesse maior está em seus vínculos com a cativa Luiza, parda, e sua filha Rita, crioulinha. Ao ditar seu testamento, o fazendeiro frisa o compadrio que o liga à primeira; conquanto, na esteira desse parentesco ritual, viesse uma série de compromissos comumente assumidos pelos padrinhos, lê-se nas entrelinhas de seu texto nuances de uma efetiva estima por sua comadre. Isto porque, ao que parece, a filha ou filho de Luiza que fora apadrinhado(o) por José Nobre faleceu, uma vez que ao citar suas afilhadas pobres àquela não é feita menção. Ainda assim, o testador, em solidariedade ao anseio de liberdade vivido por sua comadre, agradeceu sua filha Rita com um poldro, visando “adjutório para sua alforria”.

Atitude corriqueira, diga-se de passagem, entretanto, o fazendeiro não dispunha de um montante vultoso, capaz de bancar gastos não essenciais. Ao contrário, depois de satisfeitas as despesas e pagas as dívidas passivas, pouco sobraria para a viúva e o filho José. Uma evidência da exiguidade financeira vivida por Nobre é que a soma das dívidas que deixou superava em muito o total do que tinha a receber³²⁰. Ademais, se a concessão de esmolas tinha, entre outras, como acertadamente demonstra Eduardo França Paiva³²¹, a função de “tornar pública a caridade, a boa vontade, a boa alma cristã do(a) testador(a)”, esse gosto, esse afago no próprio ego, já havia se cumprido com os legados em favor de dois religiosos cujos nomes não são citados e das três afilhadas, além do que foi doado a confrarias religiosas e das muitas capelas de missas pelas almas de familiares e do purgatório.

O fato é que José Nobre não tinha muito o que deixar e, ao nosso ver, o poldro, no valor de 4\$000, dado à filha de uma comadre parda e escravizada é revelador da consideração que tinha pela mesma. Se pensarmos pela ótica da Comadre Luiza, podemos dizer que ela mesma soube enxergar, no meio a que estava submetida, possibilidades de alguma ascensão social e econômica. Ao estabelecer um laço de compadrio com o testador referido e despertar-lhe algum nível de simpatia, ela obteve certo apoio para seus empreendimentos futuros. É plausível supor que Luiza tinha no horizonte algum nível de mobilidade para ela e/ou para sua prole. Além da fagulha de esperança acesa pelo recebimento do poldro legado à sua filha Rita, havia, no montante deixado por seu compadre, o valor de 4\$000 referente a dois boiotes que este lhe devia, mais 7\$320,

³²⁰ Analisando a questão, Macêdo constatou que as contas a pagar somavam 121\$280, já as que ficaram por receber davam somente 20\$560. MACÊDO, *op. cit.*, p. 163.

³²¹ Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia**: Minas Gerais, 1716–1789. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

certamente de empréstimo feito em dinheiro, o que demonstra a reunião de um pecúlio, resultado de uma vida economicamente ativa e operante em diferentes segmentos.

Como o demonstra Karine Damasceno

A construção das condições para uma perspectiva de serem donas de si mesmas a todo o momento precisava contar com uma ampla rede de solidariedade e muitos são os casos em que foi possível notar a capacidade das mulheres em reunir pessoas em torno desses projetos³²².

Ainda na perspectiva da autora³²³, a mulher de ascendência africana é um núcleo, em torno do qual orbitam diversos elementos sociais e, ao seguirmos suas trajetórias nos deparamos sempre com a família. É exatamente o que vemos ao nos voltarmos para Luiza e Rita. Mais ainda, a história das duas personagens demonstra a ação da mãe refletindo diretamente na construção do futuro de sua filha, corroborando o afirmado pela historiadora mencionada.

É também interessante o fato de que a senhora de Rita e Luiza, Vicencia Payva da Cunha, foi listada no rol dos devedores a José Nobre, com a quantia de 2\$400. Ou seja, o defunto era compadre, benfeitor e devedor às duas cativas, ao mesmo tempo em que era credor da senhora daquelas. Da mesma forma, Domingos, escravo do Capitão Francisco Cardoso, devia \$320 ao testador e este deixou em aberta a conta de 1\$600 que devia ao mamaluco Manuel Mendes. Aqui, como na Tabela 3, não listamos todas as dívidas ativas e passivas do testamento/inventário em pauta, somente elencamos o que nos pareceu necessário para lançar luzes sobre a complexidade das relações sociais e econômicas da região e, especialmente para o agenciamento de mobilidade econômica e social da população de matriz africana.

Nas tramas de uma rede

Em 14 de fevereiro de 1791, João de Souza Silva, tabelião da freguesia do Seridó, esteve no lugar chamado Totoró de Baixo, onde lançou em notas a carta de alforria da “crioula Paula”. A julgar pelo texto do documento, a concessão da liberdade se deu sem que houvesse ônus, isto é, pagamento em dinheiro ou bens, todavia foi imposta pelo senhor, José de Freitas Leitão, a condição de assisti-lo até o fim de sua vida³²⁴. Contudo,

³²² DAMASCENO, Karine Teixeira. **Para serem donas de si**: mulheres negras lutando em família (Feira de Santana, Bahia, 1871-1888) 2019. 244 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019, p. 139.

³²³ *Op. cit.*

³²⁴ Não encontramos registro da morte de José de Freitas Leitão (ou “Leitam” conforme a grafia constante na

é preciso que sejamos prudentes ao depararmos-nos com documentos em que fica subentendida a ausência de ônus nos processos³²⁵ de manumissão; analisando testamentos deixados por pretas minas forras, das cidades de São João del Rei e do Rio de Janeiro, Sheila Faria³²⁶ constatou que a omissão do pagamento feito pela liberdade daquelas mulheres era, por vezes, uma “armadilha” arquitetada por determinados senhores que, maliciosamente, pretendiam requerer na justiça os bens adquiridos por aqueles que foram seus escravos, caso morressem sem deixar herdeiros, alegando tê-los libertado por amor e bondade.

A documentação nos permitiu seguir parte do fio de vida de Paula, dada a condição de assistir ao senhor enquanto este vivesse. Depois de forra ela permaneceu no Totoró e as fontes mostram o quanto a forma como a mesma se identificava e/ou era vista pela sociedade foi sofrendo alterações ao longo do tempo. Encontramos, num assento de óbito datado de 08 de outubro de 1797, uma certa Paula Maria, casada com Francisco Pereira e, aparentemente, sem as amarras que a prendiam a seu antigo senhor, sepultando um filho anônimo, certamente recém-nascido, na capela do Acari. Acreditamos tratar-se da mesma pessoa, já que é apresentada moradora no Totoró.

Em 1804, o casal Paula Maria e Francisco Pereira levam à pia de batismo sua filha Anna. Diferentemente da carta de alforria, em que fora qualificada como crioula escrava, aqui ela é apresentada como preta, de condição forra. Ao observarmos as pessoas escolhidas para apadrinharem a criança, nos deparamos com as figuras de Diogo de Mello e sua mulher, Hilaria Maria. Trata-se de um casal cuja qualidade e condição são idênticas as de Paula, isto é, são pretos forros. Sabemos que a escolha dos padrinhos não é um ato aleatório, também não se escolhem os compadres simplesmente por simpatia ou amizade. Diferentemente do que ocorre na esfera biológica, onde, obviamente, a pessoa não pode escolher quem serão seus pais, irmãos, avós e tios, o parentesco ritual firmado por meio dos batismos e dos enlaces matrimoniais implica em escolhas, as quais são, do ponto de vista sociológico, reveladores das expectativas familiares de alguém³²⁷.

carta de alforria em análise), portanto, não podemos saber até quando Paula o teve que servir.

³²⁵ Aqui o termo processo não é empregado com sentido de litígio travado nas vias judiciais, mas designa o desenrolar de uma série de acontecimentos que se sucedem até que se chegue a uma definição.

³²⁶ FARIA, Sheila de Castro. Mulheres negras, família e pecúlio no Brasil escravista: contribuição para a história da família brasileira. In: FARIA, Sheila de Castro; REIS, Adriana Dantas. (Orgs.). **Mulheres negras em perspectiva: identidades e experiência de escravidão e liberdade no espaço atlântico** (séculos XVII–XIX). Feira de Santana: UEFS Editora; Cantagalo/Rio de Janeiro, 2021, p. 223-266.

³²⁷ ROCHA, Cristiany Miranda. **Histórias de famílias escravas**: Campinas, século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2004; SANTOS, Sebastião Genicarlo dos. **O cachimbo de Imbém**: estratégias de resistência dos quilombolas da Boa Vista dos Negros. Natal: DEI, 2022.

Num ambiente em que negros cativos, libertos e livres estavam constantemente buscando sobreviver, encontrar melhores condições de vida e alguma mobilidade social, era imprescindível que se estabelecesse relações com sujeitos e grupos que pudessem, de alguma forma, contribuir ou pelo menos compartilhar esses objetivos. Nesse sentido, o compadrio é, indubitavelmente, um grande trunfo. Voltamos a um ponto discutido anteriormente, com nas assertivas de Sheila Faria³²⁸, ou seja, isoladamente as chances que tinha um sujeito de se estabelecer enquanto membro de uma sociedade e quiçá de ascender na escala das hierarquias sociais eram praticamente nulas.

O batismo é a porta de entrada do sujeito para o mundo católico, sem a qual a pessoa estaria oficialmente impedida de viver em uma sociedade cujas bases ideológicas assentavam-se no pensamento cristão. Logo, receber o sacramento era condição indispensável, mesmo que não houvesse uma adesão ou conversão de fato aos preceitos católicos³²⁹. A documentação traz algumas situações em que determinadas pessoas parecem querer driblar a vigilância clerical por meio de uma adesão fingida aos dogmas da igreja, como os pais que afirmam terem batizado os filhos sem a presença de um padre sob a justificativa de estarem em perigo de vida. O que por vezes suscitava a desconfiança dos sacerdotes, que se sentiam no dever de realizar novo batismo, foi o caso de:

Maria, filha legítima de Antonio Cordeiro Nunes, e de Brigida Maria, naturais e moradores nesta Freguesia [do Seridó], nasceu aos doze de abril de mil oitocentos e seis, e foi batizada *subconditione* pelo padre Ignacio Gonsalves Mello de minha licença aos cinco de maio do dito ano, e lhe pôs os santos óleos, tendo duvidado do batismo que lhe administrou em perigo de vida Vicente Marques, foram padrinhos Vicente Marques e sua mulher, de que fiz este assento que assino.

O vigário Francisco de Brito Guerra³³⁰.

Da mesma forma

Rita, filha legítima de Manoel Francisco e de Francisca Ribeiro, moradores no Jucurutu, foi batizada *subconditione* por duvidar o padre Ignacio Gonsalves de licença minha do batismo que lhe havia feito em perigo de vida José Pereira aos doze de outubro de mil oitocentos e seis ... (grifos nossos)³³¹.

Vale destacar que, entre 1804 e 1806, o padre Ignacio Gonsalves Mello, responsável pelos dois casos citados, fez diversas incursões pelo sertão do Seridó, andando em desobriga. Os registros dos serviços religiosos ministrados nessas andanças

³²⁸ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

³²⁹ Neste ponto nos referimos aos negros estrangeiros que chegavam ao Brasil na condição de escravizados e ainda sem que houvessem recebido a unção com os “santos óleos”.

³³⁰ PSC. CPSJ. Livro de Batismos n° 1. 1803-1806, f. 105.

³³¹ PSC. CPSJ. Livro de Batismos n° 1. 1803-1806, f. 144.

revelam o quanto situações como as referendadas acima foram recorrentes na região. Se tudo isso nos chama atenção por revelar os meandros da cultura religiosa aí vivenciada, interessam-nos mais ainda os aspectos políticos e sociais desencadeados pelo batismo, pensado aqui na perspectiva de Marcel Mauss³³², isto é, como parte de um universo cultural marcado por obrigações morais (dádivas) recíprocas, entre as partes envolvidas num complexo de interações sociais.

Aliás, as relações de compadrio guardam traços bastante particulares no âmbito das interações sociais. Primeiro, porque, num contexto em que dominavam os valores barrocos, mormente a avidez por distinção social³³³, as figuras ligadas aos centros de poder econômico, político e social tinham seu prestígio realçado na medida em que se avultava o número de seus afilhados, mesmo que estes fossem negros e até cativos. Do ponto de vista das famílias negras, o compadrio era a chance de associar-se, dadas as devidas ressalvas, a pessoas detentoras de poder e prestígio.

Entendemos, inclusive, que o ato de apadrinhar significa o estabelecimento de compromisso moral e religioso multidirecionado e, ao mesmo tempo, a incumbência do dever de partilhar com os pais os cuidados e o zelo pelo bem-estar da(o) afilhada(o). Os padrinhos têm reforçados ou instituídos certos vínculos com os compadres e mesmo com suas famílias³³⁴. Essa aproximação permite a abertura de algumas brechas na estrutura social, através das quais os subalternizados conseguem, em alguns momentos, aproveitarem-se do poder de que estão investidos os seus compadres, além de almejarem as tradicionais esmolas e doações. Com efeito, ao analisar o papel desempenhado pelo compadrio na família brasileira, Stuart Schwartz chegou à conclusão semelhante à nossa; dando atenção privilegiada à família escrava, o autor percebeu que:

Tais laços também tinham uma dimensão social fora da estrutura da igreja. Podiam ser usados para reforçar laços de parentesco já existentes, ou solidificar relações com pessoas de classe social semelhante, ou estabelecer laços verticais entre indivíduos socialmente desiguais. Podiam-se estabelecer relações de compadrio de diversas maneiras: por intermédio de casamento, crisma, ou mesmo em certas festividades, como a do dia de São João, quando, ao dar as mãos e pular a fogueira juntos, os indivíduos podiam tornar-se “compadres da fogueira”³³⁵.

³³² MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva, forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: CosacNaif, 2003

³³³ Para uma análise de como o imaginário barroco foi moldado aos padrões ibéricos e reinterpretado à luz da sociedade “mestiça” que se formou na América Portuguesa *vide* SILVA, 2003.

³³⁴ SANTOS, Sebastião Genicarlo dos. **O cachimbo de Imbém**: estratégias de resistência dos quilombolas da Boa Vista dos Negros. Natal: DEL, 2022.

³³⁵ SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Trad. Jussara Simões. Bauru: EDUSC, 2001., p. 266.

Nossa leitura, baseada nas fontes e concordante com a perspectiva de Schwartz, expressa em termos numéricos, deixa mais claras as evidências do que acabamos de afirmar e que, notadamente, a escolha dos padrinhos/compadres não se dava ao sabor do acaso, seguia critérios muito bem definidos e visava objetivos previamente traçados: 176 pessoas de ascendência africana foram batizadas no Seridó entre os anos de 1803 e 1806, incluindo 2 adultos recém-chegados de África. Das 174 mães e pais que levaram seus rebentos à pia, 17 escolheram convidar mulheres com título de “dona” para madrinhas de seus filhos, 5 convidaram capitães como compadres, 2 optaram por tomarem moças filhas de capitães para comadres. No mais, são frequentes os membros de famílias elitistas, como Dantas Correia, Fernandes Jorge e Souza Forte, entre outras. No quadro dessa realidade, nenhuma criança filha de libertos ou livres foi apadrinhada por cativos, em outras palavras, somente os escravizados fizeram a opção de tornarem-se compadres de pessoas da mesma condição.

No Seridó, as cativas mães de filhos naturais, isto é, frutos de uniões não referendadas pela igreja, é que convidavam forros e escravizados para apadrinharem suas crianças. Num total de 14 batizados de crianças negras afilhadas de cativos e forros (entre 1803 e 1806), 10 eram filhas de mães solteiras, ou que tinham algum tipo de união estável não corroborada pelo matrimônio católico, e somente 4 eram frutos de matrimônios celebrados *in facie ecclesiae*. A questão das hierarquias sociais no interior da população negra também faz-se notar na análise dos batizados, haja vista que os próprios escravos que se tornaram padrinhos eram portadores de certas distinções, em sua maioria pertenciam a dignatários de títulos honoríficos; 5 capitães, 1 dona, 3 tenentes-coronéis e 1 sargento mor. O exame das qualificações dos padrinhos seria de grande valia para uma melhor compreensão dessas hierarquias, porém, raramente elas são colocadas nos registros, assim como outras questões, por vezes, deixam de ser expressas, como os padrinhos da menina Anna, filha da forra Paula, personagens que abriram a discussão desse tópico e a quem voltaremos a seguir. No batismo de Anna, seus padrinhos, Diogo de Mello e Hilária, não têm sua condição declarada. dois meses depois é a vez desse último casal levar um filho à pia batismal e, no documento que registra o evento, eles são descritos como pretos forros³³⁶.

Todavia, entre aqueles 14 batismos em que a condição dos padrinhos como forros e cativas está explícita nas fontes, temos as seguintes situações: 3 duplas de

³³⁶ O batismo de Anna, em que Diogo de Mello e Hilária foram os padrinhos, aconteceu em 12/04/1804. Já o de João, filho daquele casal, ocorreu em 15/06/1804.

padrinhos compostas por forra e cativo; 2 por um membro forro e o outro sem declaração de condição jurídica; 3 por ambos escravos, só que pertencentes a senhores diferentes; 5 por escravos do mesmo senhor e 1 por ambos forros. É importante que os historiadores estejam atentos a esses detalhes, uma vez que por meio deles elucidam-se aspectos importantes do escravismo seridoense, como as interações entre escravos de propriedades diferentes, não obstante fosse comum o baixo número de membros nas escravarias da região e que, portanto, as escravas e escravos tinham certa liberdade de trânsito.

Tabela 4 – Síntese dos batismos de pessoas com ascendência africana

Seridó (1803 – 1806)		
Categoria	Quantidade	Observações
Total de batizados com ascendência africana	176	Inclui 2 (dois) adultos africanos
Mães/pais que levaram filhos à pia	174	
Mães/pais que escolheram mulheres com título de “donas” como madrinhas/comadres	17	Mulheres de elevada estima
Mães/pais que escolheram “capitães” como padrinhos/compadres	5	
Mães/pais que escolheram moças filhas de capitães como madrinhas/comadres	2	
Mães/pais que escolheram cativos e/ou forros como padrinhos/compadres	14	Entre elas 10 (dez) mães naturais e 4 (quatro) em uniões formalizadas
Duplas de padrinhos compostas por forra e cativo	3	
Duplas de padrinhos compostas por forro e condição não declarada	2	
Duplas de padrinhos compostas por escravos de senhores diferentes	3	
Duplas de padrinhos compostas por escravos do mesmo senhor	5	
Duplas de padrinhos compostas por ambos forros	1	
Padrinhos com distinção social	10	5 capitães, tenentes-coronéis, 1 dona, 1 sargento-mor
Filhos de libertos ou livres apadrinhados por cativos	0	Não ocorreram

Exemplos de padrinhos cuja condição só aparece em outro batismo	2	Diogo de Mello e Hilária – condição não declarada no batismo de Anna, mas declarada em outro registro
---	---	---

Fonte: PSC. CPSJ. Livro de Batismos nº 01- Elaborada pelo autor (2025)

Além do maior grau de respeitabilidade que poderiam ter nos limites dos grupos de que faziam parte os negros convidados a apadrinhar crianças, é possível que a realização de tais convites fizesse parte de um contexto em que, estando em semelhantes condições de sobrevivência, partilhando o mesmo *status* social ou estando muito próximos, socialmente falando, os membros de um mesmo grupo optassem por tomar seus iguais como compadres, uma vez que, na América Portuguesa, existiu certa convergência entre cor e *status*, como assevera Macêdo: “Para a sistematização social, a raça era uma variável que cada um conduzia indelevelmente no corpo e poderia ser um índice diferencial da posição do indivíduo na sociedade³³⁷”.

É certo que as mestiçagens trouxeram um caráter degradê ao hiato que separava pretos e brancos, assim como a alforria o fazia no caso dos cativos e livres. Ainda assim, um mestiço está mais próximo de um preto do que de um branco, como um liberto está mais perto de um negro cativo do que de um branco livre. Como nos lembra Mariza Soares, “Páscoa, dita ‘preta-mina forra’, antes de ser ‘mina’ é ‘preta’ e, mesmo sendo ‘forra’, não a deixam esquecer que é ‘preta’ e ‘mina’³³⁸”. Enfim, portando elementos em comum e partilhando as vivências do cotidiano, é possível que os grupos tenham criado modos próprios de sociabilidades a partir de um senso de comunidade baseada num sentimento de pertença da qual resulta uma consciência de destino compartilhado que, embora não seja verbalizada, direciona ações e comportamentos.

É por essa ótica que lemos as ações da forra Paula e das pessoas do seu círculo de convivência. Notemos que, ao se fazer egressa da condição cativa, ela adotou um acréscimo ao seu nome, isto é, “Maria”, que, em embora singelo, marca uma significativa mudança em sua identidade. Notamos, no caso, que o uso do sobrenome é uma das formas encontradas para afirmar sua condição de sujeito estabelecido na sociedade e dissipar, o mais que fosse possível, as marcas de um passado de escravização. Num contexto opressor, como o era a sociedade criada na forja do mundo atlântico (da qual entendemos que o Seridó fazia parte), era preciso encontrar mecanismos de resistência e ascender

³³⁷ MACÊDO, Muirakytan K. **Rústicos Cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – séc. XVIII). Natal: Sol Negro, 2021, p. 254.

³³⁸ SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da Cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 29.

socialmente era, portanto, uma forma de resistir. As variações na forma como uma mesma pessoa é qualificada em diferentes momentos de sua vida traduzem o quanto essas qualificações são postas a serviço das hierarquias sociais, tanto quanto refletem a mobilidade social alcançada por determinada pessoa³³⁹. Concernente a Paula Maria, a encontramos, primeiramente, sob a designação de crioula escrava, em sua carta de alforria³⁴⁰; depois, como preta forra, quando do batismo de sua filha Anna³⁴¹ e, finalmente, sem designação alguma, quando ela e seu marido Francisco (moradores no Totoró), deram sepultura a um filho anônimo na capela do Acari em 1797³⁴².

As personagens e situações aqui tomadas como exemplo refletem um pouco do que foi a realidade experienciada pela população de matriz africana. Tornam possível vislumbrarmos as particularidades do espaço em foco e, ao mesmo tempo, notarmos o quanto aí permaneceram vivas as conexões com o mudo atlântico. Ademais, fica evidente, na reconstituição de pequenos fragmentos de vida e de interações sociais, o quanto as mulheres e homens identificados como negros foram protagonistas na construção da vida em sociedade, não obstante estivessem em situação desfavorável.

³³⁹ A este respeito Cf. MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó**: genealogias mestiças nos sertões do Rio Grande do Norte (Séculos XVIII-XIX). Curitiba: CRV, 2020.; MEDEIROS, Maria Alda Jana Dantas de. **Vastas e ermas**: mulheres não brancas no sertão do Rio Grande (Seridó, séculos XVIII e XIX). 2022. 279 f. Dissertação (Mestrado em História dos Sertões) – Programa Pós-Graduação em História do CERES, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2022.

³⁴⁰ CC. Livro de Notas nº 2. Vila Nova do Príncipe, 1792-1799, f. 51.

³⁴¹ PSC. CPSJ. Livro de Batismos nº 1. 1803-1806, f. 37.

³⁴² CPSJ. Livro de Óbitos nº 02, f. 62.

CAPÍTULO 4 – HIERARQUIAS, ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DA LIBERDADE

Agora eu caminho diante da vida sem medo
 E parto pra cima das coisas, inteiro
 Pois hoje eu trago no peito a simples certeza
 De que amar nunca foi conjugar só o verbo sofrer
 Tira essa dor do caminho que eu vou sair por aí
 É primavera no meu coração e eu nem quero saber se sofri
 É como se, então, de repente, luz do sol, novo dia
 E desta vez vou chorar toda a minha alegria
 (Gonzaguinha - Agora)

Tratar mal de palavras ou ação alguma a qualquer vassalo de sua Majestade Cristianíssima, sendo preto ou mulato cativo ou forro, seja levado à Galés para trabalhar nas Fortalezas de Sua Majestade Fidelíssima; e sendo branco, preso na Casa Forte da Ilha das Cobras, até o mesmo Senhor determinar o que há de obrar mais com os que faltarem à observância deste Bando³⁴³.

Transcrito e publicado pela historiadora Maria Fernanda Baptista Bicalho, o excerto acima é parte de um “bando”, isto é, documento lançado em 17 de agosto de 1757

³⁴³ BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império**: o Rio de Janeiro no século XVIII. Niterói: Editora Proprietas, 2023, p. 78.

por José Antonio Freire de Andrade, governador interino da Capitania do Rio de Janeiro. Atualmente sob a chancela do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)³⁴⁴, o documento é uma resposta daquela autoridade diante do frenesi causado pelos moradores do Rio de Janeiro, desde que ali aportou uma esquadra francesa conduzida pelo Conde Aché. Temendo mais uma invasão francesa à cidade, sua população, em polvorosa, perpetrou contra os estrangeiros uns tantos “atentados e insultos”. Neste sentido, o bando lançado por Freire de Andrade parece lembrar as condições de hospitalidade anteriormente assumidas pela coroa portuguesa frente aos “amigos” estrangeiros³⁴⁵.

A despeito das questões de ordem política que culminaram na produção do documento lançado pelo então governador do Rio de Janeiro, salta aos nossos olhos a distinção que recai sobre brancos e não brancos na redação do texto. Separados também na desgraça, negros e brancos na condição de infratores da ordem régia estavam sujeitos a punições diferentes; aos primeiros, como era de se esperar, cabiam os castigos mais humilhantes e perversos (as galés e os trabalhos nas fortalezas régias), enquanto os corretivos dirigidos aos demais seriam perpassados por alguma dose de amenidade.

Nada de novo ou estranho havia nessa forma de marcar os lugares atinentes a cada grupo social³⁴⁶. Destarte, a sociedade estamental, com elementos de classe, característica do Antigo Regime tem suas raízes na Idade Média e é sustentada por uma base ideológica em que o arquétipo elementar consiste numa estrutura social hierárquica, de maneira que vetores da distinção social, tais como o ato de mandar e ser obedecido, eram tidos como naturais, demonstra João Fragoso³⁴⁷. Do mesmo modo, ainda segundo aquele estudioso, a configuração desigual da sociedade era concebida como efetivação da vontade divina. Portanto, a sociedade seria perfeita, na medida em que seus membros estivessem situados em diferentes extratos³⁴⁸.

No Brasil, o Antigo Regime, com seus predicados fundamentais, foi moldado ou remodelado de modo a corresponder às particularidades da sociedade que aqui se formava. Fatores como escravidão e concentração fundiária tornaram possível essa remodelagem. Aqui, a sociedade perfeita resultava da combinação entre tráfico atlântico

³⁴⁴ Cat.C.A., doc. 20363.

³⁴⁵ Para uma melhor compreensão do caso aqui mencionado *vide* BICALHO, *op. cit.*, p. 72-83.

³⁴⁶ Aqui recorreremos à concepção de grupo social de Kalina Vanderlei Silva, que o entende “como uma categoria constituída por personagens que compartilham o mesmo conjunto de condições sociais de existência. Categoria pensada em função dos papéis sociais e *status* social de seus integrantes”. SILVA, 2003, p. 14.

³⁴⁷ FRAGOSO, João. **A sociedade perfeita**: as origens da desigualdade social no Brasil. São Paulo: Contexto, 2024.

³⁴⁸ *Ibid.*

de cativos, alforrias e a transformação de uma parte dos forros em senhores de escravos³⁴⁹. Logo, a participação da população de matriz africana constitui ponto fulcral para o funcionamento dessa sociedade. No caso seridoense, consideradas as particularidades regionais (assim como precisam ser considerados os localismos de quaisquer regiões coloniais), a população negra deve ser considerada a partir de sua atuação num jogo de interações que se dá nos meandros de uma disposição hierárquica, sendo portadora da concepção de mundo dominante e capaz de ler a realidade de que era parte essa população tornando possível, por meio da observação de sua inserção e das lógicas que guiavam sua conduta, enxergar a região como um exemplo do modelo de sociedade percebido e anunciado por Fragoso.

Assim, ao flagrarmos a movimentação de determinados sujeitos, ou mesmo de grupos de ascendência africana no sentido de galgarem patamares acima dos que se encontravam, estamos conscientes de que tudo ocorria conforme os moldes da concepção de que cada um ocupava o lugar que lhe foi permitido por Deus. Por consequência, a busca pela conquista da liberdade, no caso dos escravizados e das pessoas a eles ligadas, o acesso à terra, a aquisição de cativos e qualquer outra forma de mobilidade social são claramente comuns naquela conjuntura social.

Diante disso, convém pensar como instituíam-se as hierarquias no seio da sociedade seridoense e, em particular, entre a população negra aí situada. Quando, no capítulo 3, procuramos quantificar os contingentes de população não branca da região, nosso propósito era trazer à tona a diversidade de tipos humanos que viviam no lugar. A apreciação dos dados que compilamos deixa claro que o Seridó é um cenário mestiço e que essa mestiçagem forma-se com preponderante participação do elemento de matriz africana; em outras palavras, a gente de tez negra marcava indelevelmente a paisagem social do lugar. Embora não dispusesse de prestígio, a presença dessa gente influenciava todos os campos da vida social, política e cultural. Ao investigar os percursos de mulheres não brancas que experienciaram a vida no Seridó pré-republicano, a historiadora Alda Medeiros chamou a atenção para hierarquias que se cruzavam e se sobrepunham na vida de suas personagens. Concernente às especificidades regionais, a autora afirma que:

Somados a esses marcadores sociais da diferença, acreditamos que as mulheres não brancas do Seridó tiveram suas trajetórias atingidas também pelas particularidades decorrentes de uma região predominantemente singularizada pela pobreza e instabilidade resultantes das condições climáticas de sertão semiárido. Tendo a pecuária como sustentáculo econômico, o Seridó enfrentava desafios como a rusticidade do criatório, a pobreza dos pastos das

³⁴⁹ *Ibid.*, FRAGOSO, 2010.

caatingas e a irregularidade das chuvas, cuja estiagem se prolongava pelos meses de agosto a dezembro³⁵⁰.

Tendo em vista as particularidades regionais mencionadas pela historiadora, utilizamos a documentação como porta de entrada para o universo das interações sociais e, dentro do recorte cronológico pertinente à nossa abordagem, perscrutar as hierarquias com vistas ao entendimento de como elas se estabelecem e como, no seio das mesmas, se movimentam os sujeitos alocados em diferentes extratos, buscando ascender ou assegurar um lugar de prestígio e dominação. Se a desigualdade é o elemento marcante da vida em sociedade, as elites regionais que, no Seridó, acreditamos, também podem ser chamadas de nobreza da terra, por estarem imbuídas das funções administrativas, deterem a posse da terra, serem identificadas como brancas e, em alguns casos, deterem poderio econômico superior aos demais segmentos, assumem postura um tanto paternalista como forma de confirmar e pôr em evidência o prestígio de que dispunham.

Testemunhar/apadrinhar casamentos de gente negra, por quê?

Enquanto depositária das dádivas dispensadas pela coroa, a sobredita nobreza redistribui benesses aos grupos situados nos patamares de baixo da escala social através de alianças e proteção, como procuramos demonstrar no capítulo anterior, quando abordamos a feitura dos compadrios/apadrinhamentos. Aliás, os especialistas no estudo desse parentesco ritual têm demonstrado com grande clareza o quanto se pode mensurar o prestígio social de alguém através da análise quantitativa dos afilhados/compadres que esse alguém foi capaz de angariar.

Neste sentido a pesquisa documental nos levou a um aspecto interessante ao analisarmos os registros dos enlaces matrimoniais da gente negra do Seridó entre 1788 e 1822. Nosso interesse era compreender as lógicas que determinavam os comportamentos matrimoniais da população de ascendência africana. Causou-nos certo estranhamento, todavia, o fato de alguns sujeitos serem citados como testemunhas em dezenas de casamentos. Desconfiando de que a recorrência dessas pessoas enquanto fiadores de tantos nubentes significava algo mais do que o puro e simples sentimento pio, nos dedicamos a rastrear alguns daqueles nomes na busca de pistas a respeito de suas trajetórias e informações que pudessem desvelar suas condutas e lançar luzes sobre as razões que os levavam a assistir tantos enlaces matrimoniais, fosse por iniciativa própria

³⁵⁰ MEDEIROS, Maria Alda Jana Dantas de. **Vastas e ermas**: mulheres não brancas no sertão do Rio Grande (Seridó, séculos XVIII e XIX). 2022. 279 f. Dissertação (Mestrado em História dos Sertões) – Programa Pós-Graduação em História do CERES, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2022, p. 118.

ou mediante convite. Se, para nós, a questão transcende o aspecto religioso, sua explicação pode ser encontrada no âmbito das relações sociais e há alguma semelhança entre o apadrinhamento/compadrio e a assistência das uniões conjugais seladas *in facie ecclesiae*.

Há, notadamente, uma intencionalidade por parte da população sobre a qual nos debruçamos na escolha das testemunhas de casamento, de maneira que não é por acaso que figuras eminentes como Antonio da Silva e Souza, português e dignatário do título de coronel, apareceu como testemunha em pelo menos 41 casamentos de pessoas com ascendência africana entre 1794 e 1819. Maior destaque na esfera das interações sociais matizadas pelos casamentos merece a figura de Caetano Soares Pereira de Santiago, a quem nos detivemos com maior afinco.

Caetano Soares Pereira de Santiago: um crioulo forro em ascensão, uma testemunha do Seridó

A frequência com o que o nome de Caetano Soares Pereira de Santiago aparece nos registros de casamento nos surpreendeu, tanto quanto o fora com o coronel Antonio da Silva e Souza. Todavia, mais impactados ficamos quando, buscando conhecer o mais que fosse possível de sua biografia, nos deparamos com figura bem diferente daquele reinol rico e portador de título honorífico. Trata-se agora de Caetano Soares Pereira de Santiago que, a despeito de sua qualificação não ser mencionada na maioria dos registros de casamento em que é citado, em outras fontes ele aparece sob a identificação de preto, preto forro, crioulo forro e, também, pardo³⁵¹.

Seja como for, não restam dúvidas de que era alguém com ascendência africana, com vida pretérita marcada pela condição de cativo e, enquanto liberto, vivendo trajetória ascendente em termos de reconhecimento social. Apesar de situação tão dispar em relação ao coronel Antonio da Silva e Souza, notamos que além de aspectos comuns relacionados a comportamento e interesse por figurarem como testemunhas em cerimônias de casamento, havia mesmo certa parceria entre ambos em eventos de natureza eclesiástica e cível. Como demonstra Helder Macedo, “encontramos Caetano Soares, junto com o coronel Antonio da Silva e Souza, atuando como ‘louvados’ (avaliadores) do rol de bens

³⁵¹ MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Olhando a vila por dentro: mestiços na Vila Nova do Príncipe (1788-1835). In: XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, 2010, Campina Grande. *Anais* [...], Campina Grande, 2010, p. 1-24.

deixados pelo coronel Caetano Dantas Corrêa, num inventário processado na Vila Nova do Príncipe em 1798³⁵²”.

Caetano Soares Pereira de Santiago aparece como testemunha em 90 dos 525 registros que pudemos observar, número bastante elevado, correspondendo a 17,14% de todos os matrimônios sacramentados entre 27 de julho de 1788 e 19 de agosto de 1822. Considerando apenas os anos em que seu nome é citado naqueles documentos, isto é, 08 de outubro de 1797 e 01 de outubro de 1821, contabilizamos um total de 499 registros. Logo, sua presença nos registros se faz notar de modo ainda mais vivaz, atingindo o percentual de 18,04%. Desta forma, a repetição tão frequente de seu nome acendeu nossa curiosidade. Por que pessoas que viveram no Seridó entre o último quartel do século XVIII e o primeiro quartel do centênio seguinte tinham tanto interesse em testemunhar os casamentos de gente de matriz africana? Da mesma forma, por que tanta gente de cor tinha interesse em tê-lo como testemunha de seus enlaces matrimoniais?

Levantamos, inicialmente, a hipótese de que tratava-se de sujeito branco, influente e que, conforme procuramos demonstrar nos parágrafos anteriores, em circunstâncias paternalistas, era procurado por aqueles que, enquanto menos favorecidos, buscavam com ele o estabelecimento de algum vínculo para colocarem-se, por assim dizer, nas abas de sua proteção.

Colocada à prova, nossa hipótese mostrou-se insustentável, haja vista que, na busca por seguir o rastro de suas vivências na região, encontramos em Alda Medeiros³⁵³ a informação de que era, na verdade, um indivíduo negro e egresso, ele ou pelo menos os seus progenitores, do cativeiro³⁵⁴. Foi, entretanto, num texto de Helder Macedo³⁵⁵ que encontramos mais detalhes da biografia do sujeito em pauta. Intrigado com a constante presença de Caetano Soares nos livros de notas da Freguesia do Seridó, o autor também supôs ser ele um sujeito branco e aquinhado, todavia, sua pesquisa em documentação de natureza eclesial e judiciária, especialmente nos inventários *post-mortem*, revelou tratar-se de um homem de cor, nascido Vila de Santo Antonio do Recife e que, ainda solteiro, migrou para o Seridó, não se sabe se na condição de cativo ou forro.

³⁵² *Ibid.*, p. 18.

³⁵³ MEDEIROS, *op. cit.*, p. 113.

³⁵⁴ Estamos considerando aqui o fato de que foi comum na documentação do Brasil Colonial os filhos de libertos também serem identificados como forros.

³⁵⁵ MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Olhando a vila por dentro: mestiços na Vila Nova do Príncipe (1788-1835). In: XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, 2010, Campina Grande. *Anais [...]*, Campina Grande, 2010, p. 1-24.

O trabalho de Macedo reforça nossa ideia de que Caetano de Santiago via nos eventos formais um meio de adquirir distinção social. O historiador identifica sua atuação como testemunha de escrituração de negociações envolvendo cativos e terras desde 1792 até 1805³⁵⁶. Da mesma forma, é flagrante a sua presença como avaliador e como responsável pela partilha dos bens arrolados em diversos inventários *post-mortem*, nisso sobressai a sua distinção, uma vez que, para atuar em ambas as funções (avaliador e partidor), era necessário ter o domínio das operações matemáticas, bem como saber ler e escrever³⁵⁷, habilidades possuídas somente por um seleto grupo de moradores da região. Ainda segundo o autor referendado, Caetano de Santiago era mão de obra refinada, vivia de sua arte de pintar, o que lhe permitiu o acúmulo de cabedal suficiente para possuir terras e escravos.

É, não resta dúvidas, um claro exemplo de personificação do elemento típico da sociedade perfeita a que se refere Frágoso, o sujeito que sai, provavelmente, da condição de cativo e consegue atingir os patamares elevados da estratificação social, chegando à condição de senhor de escravos. Aliás, não é de se estranhar que Caetano Soares possuísse escravos, pelo contrário, esse aspecto revela o quanto o Seridó estava integrado aos processos sociais inerentes ao Mundo Atlântico, afinal, testifica Mariza Soares³⁵⁸, “o primeiro bem a ser adquirido por qualquer homem livre ou forro em ascensão” era justamente um escravo de pequeno valor

Dessa forma, entendemos que o comportamento de Caetano Soares, enquanto praticante da vida em sociedade no Seridó colonial, direcionava-se no sentido de agenciar a própria escalada rumo aos degraus mais elevados possíveis das hierarquias sociais. Acreditamos que seu envolvimento com os trâmites da burocracia cível e eclesiástica fazia parte de um projeto de vida, cujo fim era manter-se vinculado às pessoas de mais elevada estima e, conseqüentemente, fazer-se superior à arraia miúda, com a qual permanece ligado como uma espécie de padrinho/protetor, não obstante a sua cor e seu passado marcado pela escravização fossem gritantes delatores de sua origem. Ao que nos parece, ele articulou o quanto pôde o silenciamento desses detalhes ou, pelo menos, se valeu da simpatia dos escrevões que não sentiram a necessidade de sacramentá-los nos seus registros eclesiais. Se nas fontes de natureza cartorária sua atuação faz-se notória, conforme demonstrado por Macedo, é nos assentos de casamentos que ela desponta com

³⁵⁶ *Ibid.*, p. 19.

³⁵⁷ *Ibid.*, p. 21.

³⁵⁸ SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da Cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000., p. 141.

maior efusão. Certamente, o fato de morar na própria Vila Nova do Príncipe e ter ocupado, por algum tempo, o cargo de sacristão favoreceram sua participação como testemunha em tantos matrimônios³⁵⁹.

No que se refere ao apadrinhamento batismal no âmbito dos Freguesia do Seridó, a atuação de Caetano Soares é bem mais discreta, haja vista que seu nome é referendado em somente seis assentos de pessoas com ascendência africana. Em 05 de junho de 1806, ele, juntamente com Francisca Maria Sebastiana, foi o padrinho do menino Christovão, filho legítimo de Cosme e Maria, ambos do Gentio de Angola, escravos de Francisco da Fonte Barbosa. Na data de 14 de setembro de 1814, nosso personagem esteve ao lado de Monica Francisca da Encarnação, solteira, junto a quem tornou-se compadre de Francisca Ignacia da Silva, mulher solteira, natural do “Cratiú” e moradora na Vila Nova do Príncipe, onde lhe nascera o filho Joaquim. No dia 16 do mês seguinte, foi a vez de Caetano Soares apadrinhar José, identificado como negro cativo, filho da “Preta Maria”, que pertencia a Anselmo Ribeiro Pessôa (morador na Fazenda da Barra). Destaca-se, neste caso, o fato de que a madrinha comungava com o batizando e sua mãe, na condição de escravizada, tratava-se de Joanna, escrava de Joaquim Ferreira das Neves. Em 1816, no dia 30 do mês de março, Caetano Soares esteve na companhia de Maria Bernarda da Conceição para serem os padrinhos de Gonsalo, cujos pais eram Venceslao Gomes e Mariana de Jesus. Estes, assim como Francisca Ignacia da Silva, não tiveram sua condição explicitada. Ademais, vimos que Caetano Soares apresentou-se como procurador de José Pereira da Costa, em 27 de junho de 1816, para apadrinhar o menino Joaquim, filho de Joaquim Francisco Mendes e Domingas Mendes. “José Pereira da Costa e sua filha Maria José da Silva, por seus procuradores Caetano Soares Pereira de Santiago e Monica Francisca”, diz o documento³⁶⁰.

É inegável, todavia, uma certa preferência da população de cor por ter seus casamentos apadrinhados por Caetano³⁶¹. Os 90 casamentos por ele testemunhados distribuíram-se da seguinte maneira: 25 de escravo com escravo; 5 de liberto com escravo; 2 de livre com liberto; 2 de livre com escravo; 3 de liberto com liberto; 51 de livre com livre. É possível que o expressivo número de casais livres apadrinhados por ele seja reflexo de que tinham em sua pessoa um apoio na busca pela sobrevivência e numa

³⁵⁹ PSC. CPSJ. Livro de Batismos nº 01. FGSSAS, 1803-1806, f. 100; PSC. CPSJ. Livro de Batismos nº 02. FGSSAS, 1814-1818, f. 11v; f. 14v; f. 86v; f. 93v.

³⁶⁰ PSC. CPSJ. Livro de Batismos nº 01. FGSSAS, 1803-1806, f. 31v

³⁶¹ Mais uma vez lembramos que aqui o nosso foco são os registros de casamentos da população de matriz africana averbados no Seridó entre 1788 e 1822.

possível mobilidade social, ou mesmo que o tivessem como fonte de estima e inspiração. Da mesma forma, os 25 casais de cativos que o tiveram como testemunha em suas núpcias poderiam tê-lo como um possível apoio na realização de empreendimentos futuros. Aliás, nossa crença de que os enlaces matrimoniais possibilitavam o estabelecimento de vínculos que extrapolavam a relação firmada entre os nubentes e seus familiares é reforçada pela observação do rol das pessoas que, no decurso do período aqui enfocado, testemunharam os matrimônios da gente de cor seridoense.

Num universo de 525 registros, 40 foram testemunhados por possuidores do título de coronel, 44 por capitães, 11 por sargentos mores e 2 por capitães mores. Foram comuns, também, as situações em que duas figuras eminentes assinaram como testemunhas no mesmo casamento, conforme aconteceu em 12 de maio de 1817, quando, na Matriz de Santa Ana, o casal Feliciano da Rocha Vasconcellos e Joanna Maria contraiu núpcias sob a dispensação de bênçãos feita pelo padre Francisco de Brito Guerra, vigário do Seridó. Lá estiveram presentes e assinaram como testemunhas o coronel Antonio da Silva Souza e o capitão Thomaz de Araujo Pereira. Ressaltemos, ainda, que fazem parte do elenco de testemunhas dos matrimônios da região à época muitos homens que, embora não portassem títulos honoríficos, são destacados representantes das famílias tidas como principais da terra. São recorrentes, portanto, sobrenomes como Medeiros, Dantas, Vasconcellos, Balcon (ou Balcão), Bulhões, Galvam (ou Galvão), entre outros.

A propósito, um dado que não podemos deixar de ter em conta é que, a despeito das conquistas que conseguiu realizar em termos financeiros e sociais, chegando a colocar-se como intermediário entre as camadas mais elevadas e os grupos subalternizados, a trajetória de Caetano Soares mostra como oscila a forma com que era retratado na documentação de maneira que, em dados momentos, ele parece (ou consegue) desvencilhar-se do estigma da escravidão e subir à qualidade de pardo, outrora volta à qualificação mais ignóbil no escalão das hierarquias, isto é, “preto”, como se pode conferir no quadro elaborado por Helder Macedo.

Quadro 2 – Qualificações de Caetano Soares Pereira de Santiago em justificações de dívida da Comarca de Caicó

Ano	Cor ou lugar social	Estado	Residência	Idade	Ofício
1791	Pardo	-	-	-	-
1798	Crioulo forro	Casado	Vila do Príncipe	54	Vive de sua arte de pintor
1798	Pardo	Casado	Vila do Príncipe	43	Vive de suas artes
1801	Preto forro	-	Vila do Príncipe	42	De pintor
1816	Crioulo	-	-	-	Pintor
1818	-	-	-	-	Que vive da arte de pintar
1819	Pardo	Casado	Vila do Príncipe	61	Vive da arte de pintar
1819	Pardo	Casado	Vila do Príncipe	-	Vive de sua arte de pintar
1821	Preto	Casado	Vila do Príncipe	-	Vive de sua arte

Fonte: Macedo, 2010, p. 20

O quadro permite visualizar as oscilações a que se submeteu a qualificação de Caetano ao longo do tempo e conforme as circunstâncias. Notadamente, o olhar de quem produzia as fontes fazia-se notar na identificação atribuída àquele sujeito. Cabe ressaltar, porém, que esse olhar traduz, em alguma medida, a maneira como a sociedade da época enxergava a ele e a seus pares. Seria de grande proveito se pudéssemos mensurar o quanto essas pessoas podiam influenciar favoravelmente esses olhares, mas é certo que tinham, por vezes, certa capacidade de influência. A historiografia tem demonstrado, porém, que as mestiçagens, biológicas ou culturais, sabidamente, são tomadas por pessoas em situações como a de Caetano como meio de alavancar uma escalada social.

Em tudo isso fica clara a complexidade das interações sociais no Seridó colonial. O Coronel Antonio da Silva e Souza e o crioulo Caetano Soares Pereira de Santiago, enquanto leitores atentos da realidade e cientes das possibilidades de ascensão social, procuraram, estrategicamente, garimpar, no âmago dessas relações, chances de mobilidade ou de manutenção do prestígio já conquistado. Nisso, não obstante estivessem em lugares sociais tão distintos, suas vidas por vezes se cruzam, e os dois acabam atuando juntos, como ocorreu em 1798, quando foram louvados dos bens deixados pelo coronel Caetano Dantas Correa³⁶², ou na ocasião em que foram testemunhas no casamento do índio Elias da Cunha com a negra Maria dos Prazeres, celebrado na Matriz do Seridó em 09 de janeiro de 1813³⁶³.

A liberdade, tenha sido ela conquistada antes ou depois de sua chegada ao Seridó, foi condição *sine qua non* para que Caetano pudesse colocar-se em determinadas

³⁶² MACEDO, *op. cit.*, p. 18.

³⁶³ PSC. CPSJ. Livro de Casamentos n° 1. FGSSAS, 1788-1809, f. 28-9.

situações, alocar-se entre a gente ilustre da terra e conseguir distinguir-se em relação à população de cor. Mas, como se dava o trânsito da condição de cativo à de forro na região? Quem eram e como viviam os negros não escravos aí situados? São questões não menos inquietantes e as quais nos dedicaremos a seguir.

Senhores de sua liberdade: alforrias e significados da liberdade

Um primeiro passo para que se possa entender o lugar dos negros livres e libertos no Seridó colonial é seguir, por meio da documentação, o rastro de suas vidas procurando identificar as oportunidades a que tinham acesso, as barreiras e impedimentos que lhes eram impostos como decorrência de suas origens e as atribuições que mormente lhes eram dirigidas.

A liberdade, diz-nos a bibliografia especializada no tema e demonstra a análise das fontes, é indubitavelmente uma conquista ou um conjunto de conquistas³⁶⁴. Objeto sonhado, resulta de um projeto arquitetado e posto em prática geralmente no contexto de uma coletividade. Com isso não nos referimos necessariamente às alforrias coletivas, mas ao fato de que frequentemente diversas pessoas tomavam parte na construção e efetivação dos projetos de liberdade, que poderiam envolver além dos parentes em primeiro grau e da família extensa, todo um círculo social em que estavam inclusas pessoas de todas as condições jurídicas, inclusive gente branca, vinculadas aos libertandos e seus familiares por meio do parentesco ritual, por relações de trabalho ou por outras formas de afinidades. Isto é, a libertação tinha como base uma extensa teia de solidariedades. Vale ressaltar que semelhantes redes de interação não se restringiam ao contexto das emancipações, elas se faziam notar em praticamente todos os campos da vida social da colônia³⁶⁵.

No que se refere estritamente ao aspecto da libertação, uma contraposição à corrente historiográfica pautada na percepção da ação coletiva enquanto meio de conquista da liberdade (à qual nos filiamos, conforme demonstrado acima) pode ser encontrada em Marquese, para quem o século XVIII se caracteriza como um momento em que as alforrias se tornaram mais acessíveis, passando a ser, desta forma, uma

³⁶⁴ GRAÇA FILHO, Afonso de A.; LIBBY, Douglas Cole. As diversas fontes documentais das alforrias: as alforrias batismais, as alforrias notariais, as alforrias em sisas e as testamentais em São João del Rei, séculos XVIII e XIX. In: GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João. **História social em registros paroquiais**: (sul – Sudeste do Brasil, séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 11-38; CARVALHO, 2022.

³⁶⁵ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

alternativa às revoltas e às fugas. Assim, a busca da liberdade tornou-se algo individualizado, correspondendo a uma oposição à ação coletiva³⁶⁶.

Por meio da documentação compulsada, percebemos nuances de aproximações e distanciamentos entre as experiências de conquista da liberdade no Seridó colonial e em outras áreas do Brasil. A título de exemplo, podemos citar as alforrias na pia de batismo. Se em outras regiões escravistas esse foi um hábito recorrente³⁶⁷, aqui ele não se fez notar de modo expressivo. O *corpus* documental que subsidia nossa pesquisa inclui um total de 500 registros de batismos de pessoas de matriz africana e a observação daquelas fontes nos dá a certeza de que pelo menos 158 daqueles batizados eram filhos de mães escravas, dos quais apenas 1 teve sua libertação sacramentada na pia batismal³⁶⁸. Ou seja, a obtenção da liberdade no ato do batismo não era um filão costumeiramente aberto no contexto do Seridó colonial. Logo, se esse não era um procedimento habitual, cabia à população cativa da região explorar outros meios de obtenção da liberdade, no que vemos uma perfeita sintonia com o afirmado por Flávio Gomes quando põe em evidência a capacidade de articulação dos cativos na busca pela liberdade e na efetivação da vida no cativo. Para ele, os escravizados estavam o tempo todo “levando em conta o que julgavam ser seus direitos, reelaborando permanentemente os sentidos que conferiam à liberdade, escravidão, governo dos senhores e autonomia escrava”³⁶⁹.

Tabela 5 – População de matriz africana nos assentos de batismo do Seridó (1803-1816)

Filhos de pais livres ou sem	Masc.	Fem.	Total
indicação de condição	158	156	314
jurídica			
Filhos de libertos	Masc.	Fem.	Total
	7	3	10

³⁶⁶ MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 74, p. 107-120, mar. 2006.

³⁶⁷ BATISTA, Juliana. **Batizar e casar**: Os sacramentos no cativo na freguesia rural de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu c.1750 - c. 1815. 2025. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.; ARAÚJO, 2023.; ROCHA, 2004.; GRAÇA FILHO; LIBBY, 2016.

³⁶⁸ Trata-se do batismo de Simão, filho de Maria, crioula, escrava de Isabel da Silva. O menino veio ao mundo em 15 de abril de 1816 e seu batismo aconteceu na Vila Nova do Príncipe, no dia 16 de junho do mesmo, quando o reverendo cura Francisco de Brito Guerra lhe administrou os santos óleos com a assistência do padrinho Antonio Pinheiro de Andrade e sua mulher Gertrudes Maria. CPSJ. Livro de Batismos n° 02. FGSSAS, 1814-1818, f. 90.

³⁶⁹ GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006., p. 269.

Filhos de pais cativos	Masc.	Fem.	Total
	83	64	147
Filhos de pai cativo e mãe	Masc.	Fem.	Total
liberta	3	1	4
Filhos de pai liberto e mãe	Masc.	Fem.	Total
cativa	4	3	7
Libertos na pia batismal	Masc.	Fem.	Total
	1	0	1
Adultos	Masc.	Fem.	Total
	2	1	3

Fonte: CPSJ. Livro de Batismos nº 01. 1803-1806; PSC. CPSJ. Livro de Batismos nº 02. 1814-1818. – Elaborada pelo autor (2025)

Como afirmado acima, e demonstrado na Tabela 5, num universo de 500³⁷⁰ batismos de pessoas negras ao longo de 13 anos, 158 o foram de pessoas submetidos à condição de cativas, sendo que apenas 1 conseguiu a alforria na pia batismal. Assim, reiteramos nossa afirmação de que as alforrias no batismo não foram uma *praxe* no Seridó colonial. Entretanto, uma senda muito promissora foi aberta por Muirakytan Macêdo quando asseverou a existência de uma relação entre secas/descapitalização dos senhores e alforrias.

De certo que as crises, fossem climáticas ou de demanda do produto bovino, levaram a uma descapitalização dos proprietários rurais e nestes momentos eles foram obrigados a vendê-los a terceiros ou permitir que os escravos comprassem sua alforria, para contornarem as dificuldades financeiras³⁷¹.

Sigamos o filão aberto por Macêdo. Neste sentido, o procedimento inicial consiste em observar os anos em que ocorreram grandes estiagens, mensurando o impacto social das mesmas na população seridoense para, em seguida, apurar sua relação com os processos de compra e venda das cartas de alforria e liberdade.

Cronistas, viajantes e estudiosos dedicaram-se a noticiar as secas mais drásticas do período colonial. À guisa de exemplo, podemos citar os escritos de Henry Koster, viajante inglês que, no afã de livrar-se dos agravos que o clima de sua terra natal lhe causava à saúde, veio para o Brasil em 1809, fixou residência na cidade do Recife e, no

³⁷⁰ Somados, os registros constantes na tabela resultam em quatrocentos e oitenta e seis, os catorze que ali não aparecem correspondem àqueles que não apresentaram condições de leitura paleográfica, por deterioração do documento ou letra apagada.

³⁷¹ MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense**. Natal: Sebo Vermelho, 2005, p. 44.

ano seguinte, fez prolongada incursão pelas aragens sertanejas do Rio Grande do Norte e do Ceará. A viagem possibilitou ao inglês a chance de experienciar as agonias causadas pela demorada falta de chuvas na população sertaneja e, da mesma forma, testemunhar o quanto mesmo a população abastada era afetada pelo fenômeno, como fora o caso de um sujeito com quem fizera amizade:

Era filho de um proprietário residente às margens do Assú. E possuindo muitas fazendas de gado nessa região. O velho era coronel de Milícias e com quem eu palestrava era major no mesmo regimento. A seca era tão terrível que ameaçava fome e ele viera ao litoral comprar farinha para a família, conduzindo o carregamento nos sacos, com exceção de uma carga que continha milho para seus animais. Depois de haver adquirido a farinha, soube da respectiva proibição do Governador e também que uma patrulha de soldados marcharia para a lagoa a fim de retomar suas compras. O major adiantara a jornada e, para que ninguém suspeitasse, deixou atrás todos os seus servos, inclusive sua bagagem, trazendo apenas um escravo. Seu próprio cavalo de sela vinha pesadamente carregado, e saíra antes do dia escolhido³⁷².

Notadamente, a fome não deixaria de fustigar a abonada família caso seus membros não tivessem economias para remediar os efeitos da seca. Houve, no entanto, situações em que mesmo em semelhantes famílias os recursos acumulados esvaíram-se ou estiveram a ponto de esgotarem-se, conforme aconteceu no Seridó, como demonstrado por Manoel Dantas Correia, cronista a quem já nos referimos nesta tese, segundo o qual a seca de 1792-1793 causou grande morrinha nos gados e nas gentes, além de ter levado grandes fazendeiros à situação de despossuídos.

mas como seguindo-se o anno de [17]92 em que faltou a chuva geralmente por todos os sertões, a morrinha em gados foi geral, de sorte que os que tinham botado seus gados para os sertões visinhos, voltaram sem cousa nenhuma, deixando o que tinham conduzido, o que era de folego, morto, e mesmo o trem que haviam levado por não ter em que o carregar³⁷³.

Uma cronologia das secas que assolaram os sertões do que agora é compreendido como Nordeste do Brasil aparece em Joaquim Alves. Sua obra aponta que no atual estado do Rio Grande do Norte as estiagens mais severas ocorridas à era colonial foram, no século XVIII, as de 1710 – 1711, 1721, 1723 – 1727, 1766, 1777-1778, 1784, e corroborando Manoel Dantas Correia, a de 1791- 1793³⁷⁴. Ainda de acordo com o escritor, no século XIX houve secas calamitosas em 1808 e em 1814³⁷⁵. Estranhamente, Alves não faz menção aos efeitos da seca de 1810 na província do Rio Grande do Norte, limitando-se a referi-la como causadora de grandes danos no Ceará, embora tenha

³⁷² KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Trad. Luís da Câmara Cascudo. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 2003 [1942], p. 121.

³⁷³ CORREIA *apud* GUERRA, *s/d*, p. 16.

³⁷⁴ ALVES, Joaquim. **História das secas (séculos XVIII a XIX)**. Fortaleza: Fundação Valdemar Alcântara, 2003, p. 30.

³⁷⁵ *Ibid.*, p. 240.

conhecimento da obra de Henry Koster e da narrativa das aventuras do inglês pelos sertões norte-rio-grandenses. Todavia, as obras aqui referendadas deixam suficientemente claros os anos em que a falta de chuvas causou flagelos nos sertões. Cabe, a partir daqui, buscarmos um elo entre tais calamidades e as emancipações de cativos no Seridó.

Com efeito, o decurso temporal que se estende de 1791 a 1793 figura entre os momentos de mais notáveis calamidades climáticas que afetaram a zona atualmente conhecida como semiárida. Referências àquela “grande seca” aparecem na tradição e nos escritos dos memorialistas, tanto quanto na historiografia. A propósito, Mariely Mello Felipe chama atenção para o resultado catastrófico daquela longa estiagem em que grassou devastação e fome na Capitania de Pernambuco e em suas anexas, com extraordinária mortandade nos gados e total prejuízo nas plantações³⁷⁶.

A execução da tarefa acima referida (investigar a relação secas-alforrias), implica uma investigação nos registros notariais, onde são registradas as cartas de alforria que são, evidentemente, as fontes mais propícias ao estudo das conquistas de liberdade. Concernente à região aqui enfocada, os registros notariais mais remotos ainda existentes estão inscritos no Livro número 2 da Vila Nova do Príncipe, cujo termo de abertura se dá em 6 de junho de 1792 e o de encerramento data de 30 de maio de 1799. Em 15 de abril daquele ano, mesmo que o Livro Número 2 ainda estivesse em uso, foi aberto um terceiro (último a que tivemos acesso) que abarca os registros notariais até o ano de 1802, em data que não pudemos precisar, uma vez que faltam as folhas finais.

Buscamos as cartas de alforria e liberdade contidas em cada um daqueles conjuntos notariais, de maneira que chegamos a um total de vinte e oito liberdades alcançadas e registradas. A formalização de liberdade de uma cativa ou cativo ocorria mediante um processo que, embora fosse relativamente simples, poderia estender-se por alguns dias e demandava o envolvimento de pessoas além dos libetandos e libertantes. Invariavelmente, contava-se com a atuação de juiz, tabelião e testemunhas que legitimavam a alforria e lhe davam um caráter formal. No campo da informalidade outras pessoas participavam de trâmites que envolviam formação de pecúlio, relação cativos-senhores, acertos e negociações referentes à concessão da alforria, condições e valores a serem pagos. Estas são nuances mais difíceis de serem notadas, mas que

³⁷⁶ FELIPE, Mariely de Albuquerque Mello. “E a natureza os entregou ao jogo dos tempos”: a seca de 1791 e na Capitania de Pernambuco e suas anexas. 2020. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

podem, em alguma medida, serem percebidas pelo olhar atento do historiador às entrelinhas das fontes.

Por outro lado, é importante que estejamos concentrados nas datas em que esses processos de conquistas das alforrias são iniciados e encerrados, haja vista o nosso intento de conferir a relação que tiveram com as estiagens e consequente descapitalização dos senhores que viviam no Seridó. Aqui nos referimos, principalmente, às manumissões que ocorreram com ônus, isto é, mediante um pagamento em dinheiro e/ou bens já que, ao nosso ver, não há concessão gratuita de alforrias, como esclarece Eisenberg: “Mesmo sem ter de pagar dinheiro ou prestar serviços para receber a alforria, o indivíduo durante sua vida de escravo já entregava valores para o senhor, sem que tivesse havido uma contrapartida de valores iguais entregues ao escravo”³⁷⁷. Apesar disso, as manumissões podem ser pensadas a partir de duas categorias: as que eram pagas em dinheiro, bens ou serviços, e as realizadas sem a exigência de alguma forma de pagamento.

Seguindo o exemplo deixado por Solange Rocha³⁷⁸, optamos por chamá-las de onerosas e não-onerosas, entendendo o termo ônus como sinônimo de obrigação assumida, ou seja, o mancípio, ou alguém do seu círculo, incumbia-se do pagamento. Cabe, ainda, uma ressalva a este respeito, a não referência a algum tipo de pagamento nem sempre é indicativo de que não houve ônus; é possível que em determinados casos, por razões diversas, tenham-se optado por não o mencionar causando, inclusive, a impressão de que a liberdade alcançada por alguém foi decorrência da bondade do senhor.

O vocabulário empregado nas cartas de alforria é um tanto revelador das circunstâncias em que se dava determinada emancipação. Como o demonstra aquela referente à liberdade de Joana, “mulatinha” de dois anos, filha de Francisca, preta do Gentio de Angola, cujos senhores eram “José da Costa Marinho e sua mulher Maria da Cruz”. No dia 23 de agosto do ano de 1800, os senhores concederam, sem ônus e sem condição, a liberdade da pequena Joana. Os motivos alegados, por terem-na criado, “pelo muito amor que lhe tinham como filha e pelos bons serviços que lhes tem feito a dita sua mãe e pelo amor de Deos³⁷⁹”. Nota-se que a atuação da mãe enquanto prestadora de bons serviços foi crucial para que a Joana galgasse a condição de liberta. É exatamente a isto que se refere Sampaio ao afirmar que “o estabelecimento, pelos pais, de relacionamentos

³⁷⁷ EISENBERG, Peter. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. In.: EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos**. Campinas. Editora da Unicamp, 1989, p. 297.

³⁷⁸ ROCHA, Solange Pereira. **Gente negra na paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

³⁷⁹ PCCC, LN3, f. 79 v., 80.

sociais proveitosos também era de grande utilidade na conquista da liberdade. Exemplo disso são as escrituras em que a liberdade do(s) filho(s) é creditada aos bons serviços prestados pela mãe”³⁸⁰.

Na primeira segunda-feira daquele ano de 1800, Francisco Taveira da Conceição redigiu, “de sua letra e sinal”, a carta de liberdade de Antonio, um menino pardo, de 2 meses, filho de uma de suas escravas a cujo nome não faz menção. Afirmando que já o tinha feito na pia de batismo³⁸¹, Francisco alforriou Antonio também sem ônus e sem condição, soba a alegação de que o fazia como modo de retribuir “os bons serviços” da mãe, semelhantemente ao caso relatado acima e, com um motivo adicional, “por ser meu filho”. Aqui o reconhecimento da paternidade lança luzes sobre mais um aspecto em comum das relações sociais vivenciadas no Seridó com outros pontos do Brasil colonial.

Ao proceder investigação nas cartas de alforria encontradas em dois Livros de Notas da Paraíba, Solange Rocha encontrou, como padrão, as seguintes informações:

- a) Dados como nome, cor ou origem, idade, (eventualmente) filiação, proprietário; b) o motivo pelo qual se alforriava o indivíduo; o tipo de alforria: se onerosa ou gratuita ou a combinação de ambas, com ou sem ônus; c) como a carta foi obtida pelo cativo, se por compra doação, herança ou outras formas; d) data em que se concedeu a alforria e a do seu registro em cartório no Livro de Notas, e nomes das testemunhas³⁸².

Este é exatamente o padrão com que nos deparamos ao pesquisar as cartas de alforria e liberdade lançadas nos Livros de Notas do Seridó, com pequenas variações em um ou outro registro, como por exemplo, a colocação da idade, que nem sempre foi anotada.

A fim de propiciarmos uma visão ainda mais detalhada das alforrias conquistadas no Seridó, no escopo de nosso recorte temporal, elaboramos o quadro a seguir.

³⁸⁰ SAMPAIO, Antonio C. J. A produção da liberdade: padrões gerais das manumissões no Rio de Janeiro colonial, 1650–1750. In.: FLORENTINO, Manolo. (Org.). **Tráfico, cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII–XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 209.

³⁸¹ Livro de notas nº 3, fls. 64-65.

³⁸² ROCHA, 2009, p. 265-266.

Quadro 3 – Alforrias conquistadas no Seridó colonial

Libertanda/o	Idade	Procedência/Q ualificação	Data(s)	Ônus?	Motivo alegado - Valor pago	Condições	Libertante
Feliciano e um filho cujo nome não foi mencionado	+/-20 anos (mãe), meses (filho)	Mulata	28/05/1792 – 09/06/1792	Sim	Sem motivo - 150\$000 ³⁸³ , em moeda corrente	Nenhuma	Alferes Antonio Dantas Correia de Gois
Thereza de Oliveira	Não consta	Gentio de Angola	08/04/1790	Sim	Sem motivo - 90\$000, em moeda corrente	Nenhuma	Francisco Souza de Oliveira
Gonçalo Lopes Carneiro	Não consta	Cabra	12/07/1792	Sim	Sem motivo - 110\$000, em moeda corrente	Nenhuma	Luiz de Barros [Cavalcante?]
Gertrudes Maria da Conceição	+/- 30 anos	Mestiça de pardo e preta	15/07/1792	Sim	“por me ter feito bons serviços e a ter criado pelo amor de Deus” - 90\$000, em moeda corrente	Nenhuma	D. Cosma Thereza de Jesus
José Antonio	Não consta	Nação Angola	19/09/1792	Sim	Sem motivo - 100\$000 em moeda corrente	Nenhuma	Alexandre Manoel de Medeiros
Antonia	Não consta	Cabra	26/11/1794	Sim	“por haver criado, e amor que lhe tinha pelo amor de Deus e por haver recebido por ela cento e vinte cinco mil réis” – 125\$000 em moeda corrente	Nenhuma	D. Izabel Maria de Macedo
Antonia	20 anos	Não consta	1792 ³⁸⁴	Sim	Sem motivo - 120\$000, em moeda corrente	Nenhuma	José Alves de Oliveira
Gonçalo ³⁸⁵							Antonio Correia
Gonçalo Silvetre	Não consta	Mulato	07/02/1793	Sim	Sem motivo - 80\$000	Nenhuma	Antonio Carvalho Aguiar
Luíza	+/- 45 anos	Mulata	25/04/1793	Não	“pelo amor de Deus pelos serviços que me tem feito	Servir e obedecer a senhora enquanto esta for viva, sob pena de ficar “cativa como dantes”	Antonia Correia de Barros

³⁸³ 120 mil réis pela mãe e 30 mil réis pelo filho.

³⁸⁴ No documento não há menção a data, mas acreditamos que tenha sido feito em novembro de 1792, considerando que os registros imediatamente anterior e posterior datam de 13/11/1792 e 27/11/1792, respectivamente.

³⁸⁵ A folha 40 do Livro de Notas Número 2, que continha a continuação da carta de alforria de Gonçalo, não foi encontrada.

Pedro	+/- 11 anoa	Mulato	27/04/1793	Não	“pelo amor de Deus”	Servir a senhora enquanto esta viva fosse, voltando a ser cativo se a desobedecesse	Antonia Correia de Barros
Luiz	+/- 50 anos	Gentio de Angola	1793	Sim	Sem motivo - 90\$000 em moeda corrente	Acompanhar o Reverendo José Antonio Caetano de Mesquita enquanto este andasse em atividade pastorícia, sob pena de voltar a ser cativo.	Sargento mor Antonio Pereira Monteiro
Paula	Não consta	Crioula	14/02/1791	Não	Nenhum	Iria para onde quisesse após a morte do senhor	José de Freitas Leitão
Miguel Siqueira	+/- 34 anos	Mulato	09/12/1793	Sim	Sem motivo - 1000\$000 em moeda corrente	Nenhum	Cipriano Lopes Galvão, Miguel Pinheiro e José de Freitas Leitão
Dionizia	+/- 16 anos	Preta	14/06/1791 – 16/04/1794	Sim	Sem motivo - 120\$000 em moeda corrente	Nenhum	Janoario Pereira da Silva e D. Antonia Moreira do Nascimento
Florencia Roiz do Sacramento	Não consta	Parda	28/09/1794 - 26/11/1794	Sim	Sem motivo - 100\$000 em moeda corrente	Nenhum	José Antonio Coelho Lima
João	Não consta	Gentio de Angola	09/08/1795	Não	“pelos bons serviços que me tem feito e me faz”	Servir à senhora enquanto esta vivesse e, depois de morta mandar dizer meia capela de missa por sua alma e meia capela de missa pela alma de seu defunto marido	Lorença de Moraes
Gaspar	+/- 54 anos	Crioulo	17/09/1788 – 27/09/1795	Sim	“pelos bons serviços que me tem dado e porque me apresenta a quantia de sessenta mil réis” - 60\$000 em moeda corrente	Nenhuma	Manoel Alberto de Siqueira
Josefa de Albuquerque	Não consta	Gentio de Angola	05/07/1796 – 27/09/1796	Sim	“pelos bons serviços que dela tenho recebido”	Nenhuma	Afonso Pedro de Albuquerque
Josefa	Não consta	Gentio de Angola	18/10/1795 – 023/10/1796	Não	“pelos bons serviços que me tem dado”	Servir ao senhor por maios dois anos – 1796 e 1797	Mestre de Campos Antonio Fernandes Salles

Antonio	Não consta	Gentio de Angola	12/03/1800	Sim	Pagou a alforria, “por seu justo valor” com um escravo Angola Cabundá, por nome Manoel.	Nenhuma	D. Anna Maria do Espírito Santo
Maria	Não consta	Preta do Gentio de Angola	16/06/1800 – 25/06/1800	Não	“pelos bons serviços que me tem feito, a haver criado e me ter sempre sido grata, e por amor de Deos Nosso Senhor”	Servir ao senhor que este vivesse	Francisco Xavier de Freitas Vasconcellos
Aleixo	40 anos	Mulato	19/06/1800	Sim	“pelos bons serviços que me tem dado e se ter criado junto comigo” – 110\$000 em moeda corrente	Nenhuma	Luiz Fontes Rangel
Feliz (Félix)	Não consta	Crioulo	15/05/1800	Não	“pelo amor que lhe tenho e pela felicidade com que me servia e por não ter [filhos?] nem legítimos herdeiros”	Acompanhar e servir ao senhor enquanto este vivesse	Capitão Manoel da Costa
Antonio	2 meses	Pardo	06/01/1800 – 26/01/1800 - 26/07/1800	Não	pelos bons serviços da dita minha Escrava [sua mãe], e por ser meu filho	Nenhuma	Francisco Taveira da Conceição
Rosa	+/- 6 anos	Parda/mulata	26/07/1800	Sim	Sem motivo alegado – 70\$000 em moeda corrente, pagos pela mãe da libertanda	Nenhuma	Capitão mor Cipriano Lopes Galvão
Joanna (filha da escrava Francisca do Gentio de Angola)	2 anos	Mulatinha	23/08/1800	Não	“pelo aver criado e pelo muito amor que lhe tinham como filha e pelos bons serviços que lhes tem feito a dita sua mãe e pelo amor de Deos”	Estar na companhia dos libertantes e acompanha-los até o fim de suas vidas	José da Costa Marinho e sua mulher Maria da Cruz
Manoel Luiz do Nascimento	+/- 40 e tantos anos	Gentio da Guiné	30/08/1800	Sim	Sem motivo alegado - 100\$000	Nenhuma	Manoel da Costa Soares de Andrade

Fonte: CC. Livros de Notas nº 2 e nº 3 (1792 – 1800) Elaborado pelo autor (2025)

O Quadro 3 traz dados que evidenciam algumas das particularidades da escravidão vivenciada no Seridó colonial. A consideração das informações ali constantes revela que havia paridade entre o contingente de mulheres e de homens que conquistaram alforria, diferentemente de outras regiões do Brasil, onde as mulheres tiveram mais chances de conseguir emancipação. São exatamente 12 mulheres e 12 homens, além das crianças alforriadas. No quesito origem, cor ou qualificação, vemos que os nascidos no Brasil, aparentemente, tiveram mais possibilidades de conseguirem a libertação, o que tem sido demonstrado também para outras áreas da colônia. Dos 29 registros com que lidamos, 21 são de pessoas identificadas como mulatas, cabras, mestiças, crioulas, pretas, pardas ou que não tiveram suas qualificações anotadas. Contudo, o termo preta pode ser um indicativo de que se trata de pessoa nascida em África. No que se refere aos estrangeiros, percebemos que aqueles descritos como de Nação Angola ou do Gentio de Angola tiveram maiores oportunidades que os de outros grupos de procedência, foram 7 de Angola e apenas 1 “do Gentio da Guiné”. Isso pode ser também decorrência do fato de que o contingente de “negros da Guiné” era muito menor que o de “angolanos”³⁸⁶, assim como, no geral, o número de negros estrangeiros era bem menor que o daqueles nascidos na colônia. De qualquer forma, vemos que o estabelecimento, construção da vida e acesso à liberdade eram mais difíceis para os estrangeiros do que para os nacionais, mais ainda se o estrangeiro não era procedente do “Gentio de Angola”.

As designações “Gentio da Guiné” ou “negro(s) da Guiné” devem ser vistas com certo cuidado pelo historiador, uma vez que podem ser apenas rótulos para identificação de procedência, não dando margem para que se possa pensar alguma forma de organização social baseada na identidade, conforme a explanação de Mariza Soares. Contudo, num contexto social em que a variedade de procedências africanas é um tanto diminuta, como o fora o Seridó a partir dos decênios finais do século XVIII, pode-se trazer a questão para o campo das identidades, na medida em que faz-se necessário tornar dessemelhante aquilo que o olhar pouco acurado assemelha. Assim, enxergamos a questão pelo prisma da construção de identidades contrastivas, numa asserção objetiva: nem todo africano que viveu no Seridó identificava-se e portava-se da mesma forma, diferentes povos, oriundos de diferentes procedências, adequaram-se de formas diversas às situações às quais eram submetidos e encontraram modos próprios de resistência e

³⁸⁶ Essa é uma questão que remete às dinâmicas do tráfico atlântico, no contexto do qual o Seridó é tributário de Pernambuco e Paraíba.

sociabilidades³⁸⁷. Assim, encontramos na ideia de identidade contrastiva a chave para compreendermos a construção de identidades africanas na região. Trata-se de um conceito trabalhado por Roberto Cardoso de Oliveira, que afirma: “A identidade contrastiva parece se constituir na essência da identidade étnica, i. e., à base da qual esta se define. Implica a afirmação do nós diante dos outros³⁸⁸”. Diante do exposto, a compreensão desse contexto identitário tem como ponto de partida o pertencimento ou não ao grupo dito de Angola.

A questão etária também é interessante: notemos que entre os alforriados que tiveram a idade mencionada, todos eram bastante jovens ou estavam em idade produtiva. Luíza e Luiz, de 45 e 50 anos, respectivamente, foram os mais velhos a conseguirem alforria, idades já bem avançadas para pessoas que viviam na condição de cativos, o que nos leva a crer que, se a esperança da libertação era algo sempre tênue, após a entrada na casa dos 40 anos ela se tornava um sonho praticamente impossível, considerando as idades em que morriam, em média, as escravas e os escravos.

Uma digressão necessária: a morte e o morrer da população de cor no Seridó colonial

Entre 25 de agosto de 1789 e 15 de setembro de 1822 foram registrados 1491 assentos de óbitos na Freguesia do Seridó. A análise que fizemos desses registros levou-nos à conclusão de que, daquele total, 651 pessoas tinham, indubitavelmente, ascendência africana. Muitos documentos, porém, não trazem nenhuma referência a respeito da qualificação dos sujeitos, de maneira que temos, certamente, contabilizado um contingente inferior à realidade social da região. Um exemplo: no assento de enterramento de Inacia, de 20 anos, não há menção à sua qualificação, no entanto, seus pais, citados na fonte, são justamente o crioulo forro Feliciano da Rocha Vasconcelos e Paula Maria. A ciência de quem são os pais nos permitiu incluir a personagem em nossa contagem, no entanto, muitos outros casos não permitem a identificação. Considerando a segurança dos números certos a que chegamos podemos afirmar que aquelas seiscentas e cinquenta e uma (651) pessoas correspondem a 43% do total de enterramentos assistidos pela igreja.

³⁸⁷ A este respeito nossa concepção é baseada no trabalho de Mariza Soares, “Devotos da cor”, especialmente o capítulo 3. *Vide* SOARES, 2000.

³⁸⁸ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976, p. 5.

Trabalhando apenas com o universo das seiscentas e cinquenta e uma (651) pessoas com ascendência africana, identificamos que duzentos e setenta e duas (272) eram cativas e trezentos e setenta e nove (379) eram livres ou libertas. Depreende-se, portanto, que o Seridó foi colonizado também por uma considerável massa de pessoas de tez preta, que não estava diretamente submetida ao julgo da escravidão, conforme atestamos acima, ao tratarmos dos batizados. Como forma de avaliar o quanto as possibilidades de sobrevivência eram desiguais para os negros escravos e não-escravos, investigamos as principais causas de morte e a média de idade em que aquelas pessoas morriam. Entre os cativos, demonstra nossa pesquisa, a maior mortandade afetava as crianças na primeira e segunda infâncias, isto é, entre 0 e 6 anos. Neste sentido, 115 crianças morreram, 41% dos falecidos, principalmente nos primeiros meses de vida. Os escribas não se viam na necessidade de anotar sistematicamente as causas de morte, porém, entre as que foram apontadas, as que mais vitimaram as filhas e filhos de escravos foram maligna (possivelmente febre amarela, genericamente chamada de febre maligna ou simplesmente maligna), feridas nas faces, sarnas e espasmos. Estes últimos também eram usualmente chamados de mal-de-sete-dias ou convulsões e afetavam principalmente os recém-nascidos³⁸⁹. Entre os trezentos e setenta e nove (379) mortos não-escravos cento e sessenta e seis (166) eram crianças naquela faixa de idade entre 0 e 6 anos, o que corresponde a 43,8%, mormente, foram vitimadas pelas mesmas mazelas que afetavam os cativos.

Tabela 6 – Mortalidade da população de cor no Seridó (1789–1822)

Categoria	Cativos	Livres ou libertos	Total geral
Total de batizados	272	379	651
% do total	41,78%	58,22	100%
Mortes infantis (0 a 6 anos)	115	166	281
% de mortes infantis	42,28%	43,80%	-----
Principais causa de morte	Maligna (febre amarela), feridas nas faces, sarnas, espasmos (mal-de-sete-dias)	Mesma dos cativos	-----

Fonte: FGSSAS, Livro de Óbitos nº 1 (1788-1811); Livro de Óbitos nº 2 (1812-1835) - Elaborada pelo autor (2025)

³⁸⁹ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808–1850)**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 216.

Dos 7 aos 13 anos morria-se menos. Para essa faixa, identificamos apenas 14 mortes, sendo 8 de cativos e 6 de livres e libertos. Neste caso, apenas três registros alegam a causa, a saber, duas por mordida de cobra e uma por estupor. Chama-nos atenção, nesse sentido, que dois registros de enterramentos, de Maria e Francisco, com 12 e 8 anos respectivamente, ambos são “do Gentio de Angola”, ou seja, aspectos do tráfico atlântico de escravizados se revelam aqui. Embora não possamos saber em que momento as duas crianças desembarcaram no Brasil e foram encaminhadas para o Seridó, é certo que não se traficava exclusivamente pessoas em idade que equivalesse à plenitude da capacidade produtiva, nem o elemento masculino era objeto exclusivo do tráfico. Este aspecto reforça nossa percepção do tráfico de escravizados como um dos elementos que mantiveram o Seridó integrado ao Mundo Atlântico, do mesmo modo que corrobora as pesquisas que demonstram a inclusão de mulheres e crianças entre as pessoas traficadas como escravizadas para o Brasil.

Outrossim, as mordeduras de cobra tornam-se consideravelmente frequentes entre as causas de morte na primeira década do século XIX. Acreditamos que isso se deve ao alargamento das zonas agrícolas e a consequente ocupação humana de espaços da fauna nativa (inclusive, houve mortes ocasionadas também por ataques de onça), com vistas à produção de víveres e ao cultivo de algodão, mudanças que marcariam significativamente o *modus vivendi* do Seridó.

Em média, as cativas do Seridó morriam com 33 anos vitimadas, principalmente, por estupor³⁹⁰ (25%) e por causas variadas que ocasionavam morte súbita, dentre as quais, certamente, estavam os acidentes de trabalhos e os efeitos de trabalhos extenuantes (19%). Também foram comuns as mortes por mordidas de cobra, complicações de parto, hidropisia e afogamentos que correspondem a 12,5% do total de mortalidade das cativas. Os escravos morriam mais velhos, em média com 38 anos, por causas muito variadas, mas, principalmente, por picadas de cobras (33%), por hidropisia (17%) e tísica (8%). No rol das causas de morte para mulheres e homens submetidos ao cativeiro também são frequentes tumores, bexigas, lepra e inchação, problemas decorrentes de condições sanitárias inadequadas, nutrição deficitária e esforço físico exacerbado. Há, neste sentido, similaridades entre as condições impostas aos cativos no Seridó e em outras áreas do

³⁹⁰ No Dicionário de Silva (1789, p. 809), o termo “estupor” significa “falta de sentido, e de ação em algum membro, ou parte do corpo por doença”.

Brasil escravista. Aliás, a constatação dessa realidade é um dos elementos que levam muitos historiadores a questionarem abertamente a tese freyreana da escravidão suave³⁹¹.

No que se refere aos negros não-escravos, constatamos que as mulheres morriam, em sua maioria, por volta dos 39 anos, isto é, 6 anos a mais que as que viviam sob o jugo da escravidão, sendo que o registro de falecimento da mulher mais jovem indica a idade de 16 anos, com três mortes ocorridas aos 18 anos, uma delas por queda de cavalo ou gota, outra por tísica e outra por hidropisia. Entre aquelas mulheres, a maioria das mortes foi causada por tísica³⁹² (14%), parto (12%) e hidropisia (9%). Já os homens libertos e livres (com ascendência africana) morriam, em média, aos 48 anos, ou seja, 10 anos a mais que os cativos. O mais jovem teve sua morte aos 14 anos em decorrência de uma picada de cobra, enquanto o mais velho faleceu aos 125 anos por quebra-dura. Nesse grupo, as maiores causas de morte foram hidropisia (24%), moléstia interior (11%) e mordida de cobra (9%).

A análise dos aspectos referentes à morte da população de cor, cativa e não-cativa, é importante na medida em que nos dá elementos para apreendermos um pouco mais da realidade vivenciada por ambos os grupos, da mesma forma que torna possível uma visão mais ampla dos significados da liberdade. Se já era notório que a conquista das alforrias significava a liberdade de ir e vir e a chance de viver sem a submissão direta à vontade de outrem, e é isso que percebemos na investigação das cartas de liberdade, agora está claro também que ser livre é ter a esperança de uma vida mais longa, para as mulheres, tanto quanto para os homens.

O número relativamente diminuto de alforrias reconhecidas em cartório já é uma evidência dessas peculiaridades. É certo, aliás, que algumas emancipações ocorreram sem o crivo do juiz e do tabelião, assim como o demonstram Graça Filho e Libby, deixando claro que, em termos de reconhecimento, os registros paroquiais em que estavam incluídas as libertações “possuíam a mesma força de lei que as autenticações de atos e transações elaborados por escrivães públicos”³⁹³.

Mais do que pôr em evidência as datas em que as alforrias foram conquistadas, o Quadro 3 demonstra aspectos elementares e circunstanciais das manumissões, conforme

³⁹¹ KARASCH, op. cit., p. 33.

³⁹² Certamente tuberculose, também chamada usualmente de tísica pulmonar ou moléstia do peito. *Ibid.*, p. 209.

³⁹³ GRAÇA FILHO, Afonso de A.; LIBBY, Douglas Cole. As diversas fontes documentais das alforrias: as alforrias batismais, as alforrias notariais, as alforrias em sisas e as testamentais em São João del Rei, séculos XVIII e XIX. In: GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João. (Org.). **História social em registros paroquiais**: (sul – Sudeste do Brasil, séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 11-12.

exposto nos campos dedicados às condições muitas vezes impostas pelos libertantes àqueles que recebiam as alforrias e o quadro dos motivos alegados por aqueles senhores ao libertarem seus cativos. Aliás, a prática de alforriar foi costume corrente no decurso do período colonial, especialmente no setecentos, quando se torna mais comum³⁹⁴. Na esteira dessa prática, é também flagrante o costume de impor determinadas condições aos libertos, inclusive com a contundente ameaça de reescravização em caso de não obediência àquelas condições³⁹⁵, o que deixa entrever que a alforria dá liberdade ao cativo, mas não parece impedir que seu ex-proprietário continue a sentir que tem ainda autoridade sobre ele³⁹⁶. A escrita das cartas de alforria se dava, grosso modo, conforme um padrão que, embora não precisasse ser seguido ao pé da risca, trazia elementos que tornam possível aferir os significados da liberdade.

pelo que assim a forro assim a dita mulata com a criança que tem em seu ventre tudo pelo dito preço acima declarado em virtude de que poderá a dita mulata e seu fruto ficarem sendo senhores de sua liberdade, de hoje em diante livres, isentos do cativo e irem para onde quiserem viver sob si, que por esta lhe dou toda a liberdade para poderem o fazer [...] ³⁹⁷

Com efeito, a análise das cartas de alforria conquistadas pelos cativos seridoenses no decurso do recorte cronológico abarcado nesta tese confirma o anunciado por Macêdo sobre a relação secas-alforrias. Como demonstram os dados do Quadro 3, das vinte e oito cartas de alforria e liberdade sobre as quais deitamos nosso olhar, treze foram alcançadas no decurso da grande estiagem que devastou os sertões entre 1791 e 1793, dez com ônus e quatro não-onerosas. Destas últimas, duas foram de pessoas pertencentes a Antonia Correia de Barros, que concedeu liberdade a Luíza, mulata com idade presumida de 45 anos e Pedro, também mulato, com idade em torno de 11 anos, possivelmente mãe e filho.

As alforrias de Luíza e Pedro foram alcançadas em datas muito próximas, respectivamente, 25 e 27 de abril de 1793. O argumento apresentado pela senhora para alforriá-los sem um pagamento em espécie ou algum bem equivalente a seus justos valores, para fazermos uso da linguagem corrente naqueles documentos, foi simplesmente que o fazia pelo amor de Deus e, no caso de Luíza, pelos bons serviços realizados. Acreditamos que Antonia Correia de Barros poderia estar prestes a migrar, assim como

³⁹⁴ MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 74, p. 107-120, mar. 2006.

³⁹⁵ SAMPAIO, Antonio C. J. A produção da liberdade: padrões gerais das manumissões no Rio de Janeiro colonial, 1650 – 1750. In.: FLORENTINO, Manolo: **Tráfico, cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII – XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 289.

³⁹⁶ SOARES, 2000, p. 153.

³⁹⁷ Carta de Alforria lançada em notas da Escrava Preta Dionizia que foi de Janoario Pereira da Silva e de D. Antonia Moreira do Nascimento. PCCC, LN2, f. 85 v.

muitas outras pessoas que se viram forçadas a deixar o Seridó em virtude da escassez e dificuldades decorrentes daquela seca, pois não a encontramos em outras tipologias documentais dali em diante. Em todo caso, a senhora teria a seu dispor os serviços dos alforriandos em questão, mudando-se ou não, já que impôs a ambos a condição de servirem-na e acompanharem-na pelo resto de sua vida, podendo revogar a liberdade, em caso de desobediência.

A outra alforria conquistada sem ônus foi a de Paula, oficializada em 14 de fevereiro de 1791. A compreensão da realidade em que vivia nos possibilita a apreensão do porquê sua libertação ocorreu daquela forma. A crioula Paula era, no momento de sua emancipação, pertencente a José de Freitas Leitão, fazendeiro aderente à abastada e eminente família Lopes Galvão, por meio de seu casamento com Francisca Xavier de Moura, filha de Cipriano Lopes Galvão e de D. Adriana de Holanda e Vasconcelos, como demonstra Matheus Santos³⁹⁸. Pois bem, é na morte desta última que se pode encontrar a chave para o entendimento da questão. A consorte do senhor de Paula, portanto sua senhora também, havia morrido há três anos, mais precisamente em 11/06/1789³⁹⁹. No inventário dos bens deixados por Francisca Xavier, informa-nos Matheus Santos⁴⁰⁰, Paula aparece no arrolamento dos bens. Era, portanto, propriedade sua e fora legada ao seu marido quando da partilha. Ali, a crioula foi descrita como tendo vinte e três anos, sem moléstia, nem habilidade e foi avaliada em 100\$000 (cem mil réis). Esse conjunto de informações já é o suficiente para que possamos tecer algumas considerações a respeito da alforria em pauta. Vejamos:

Ao falecer, Francisca Xavier contava 40 anos⁴⁰¹. No mesmo ano seus bens foram levados a inventário e Paula, como vimos, foi arrolada com a idade de 23 anos, ou seja, era aproximadamente 17 anos mais jovem que a senhora. É possível que a mesma a tivesse em sua companhia desde a tenra idade até que fossem separadas pela morte. Desta forma, a libertação de Paula pode ter sido determinada por Francisca, que estava perto de findar-se ou, simplesmente, uma forma de compensação e cumprimento de um dever

³⁹⁸ SANTOS, Matheus Barbosa. **Neste mesmo chão, outros passos**: indivíduos não-brancos nos sertões do Rio Grande (Ribeira do Acauã, Totoró, séculos XVIII e XIX). 2022. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do CERES, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caicó, 2022., p. 68.

³⁹⁹ FGSSAS, Livro de Óbitos nº 1 (1788-1811), f. 5.

⁴⁰⁰ SANTOS, *op. cit.*, p. 92.

⁴⁰¹ FGSSAS, Livro de Óbitos nº 1 (1788-1811), f. 5.

moral do viúvo para com a cativa estimada. Vale lembrar que, no arrolamento dos bens deixados pela falecida, havia cinco escravos⁴⁰², mas só Paula foi liberta.

Do mesmo modo, é importante considerar a condição imposta por José de Freitas Leitão ao declarar a liberdade da crioula, ou seja, que ela iria para onde quisesse após a morte de seu senhor. Lê-se, nas entrelinhas dessa afirmação, que ela continuaria a servi-lo pelo resto de seus dias. Logo, a alforria pode ter sido também um meio de evitar que a cativa tivesse uma vida marcada pelo sofrimento ao tornar-se propriedade de outros senhores. cremos, em vista disso, que a liberdade não-onerosa conquistada por Paula foi motivada por certa dose de afeição da parte de seus senhores.

Pareceu-nos importante, na construção do Quadro 3, incluímos, no campo destinado aos valores pagos pelas cartas de alforria e liberdade, uma informação adicional, referente aos possíveis motivos alegados pelos senhores ao alforriarem seus cativos. Esse é um aspecto bastante melindroso, que exige cuidadosa reflexão do historiador, já que diversos elementos podem contribuir para que a busca da liberdade seja um sucesso ou uma completa frustração. Vemos que a alforria é uma concessão dos senhores na medida em que eles podem negar aos cativos a oportunidade de comprarem suas próprias liberdades ou de seus entes queridos.

Mesmo em momentos de dificuldades financeiras, quando a escravaria era tomada como válvula de escape para a crise, podia-se vender um ou mais escravos a outrem, desde que houvesse possibilidades mercadológicas para isso. Mas é interessante notar que as compras de liberdade sobre as quais nos pautamos aqui se dão justamente num momento de demasiada agonia em que, numa região onde a circulação monetária já era relativamente diminuta, esgotaram-se quase por completo as chances de comercialização e/ou monetização. Não há mercado possível, nem mesmo para a venda de escravos, uma vez que os próprios senhores tiveram seus recursos esvaídos e a sobrevivência é a questão principal.

Trata-se, portanto, de um momento estratégico para os cativos, que puderam e que foram providentes a ponto de amealhar recursos visando a liberdade há muito sonhada, habilmente oferecendo aos senhores a oportunidades de livrarem-se da miséria. Embora os valores pagos sejam os considerados justos pela idade e as capacidades de cada alforriando, ou algo próximo disso, para eles o que conta é o estarem definitivamente livres do julgo do cativo. Tracemos alguns paralelos com o fito de mensurar os preços

⁴⁰² SANTOS, *op. cit.*

pagos pelas alforrias em circunstâncias de calamidades econômicas decorrentes de longas estiagens e em tempos de estabilidades ou normalidades financeiras

No que se refere às demais alforrias passadas no período de 1791–1793 vemos que todas ocorreram de modo oneroso, deixando clara a capacidade que tiveram os cativos de agenciar, no momento oportuno, a aquisição de suas liberdades, acenando aos senhores, exauridos do ponto de vista econômico, com a irrecusável proposta de sair da crise ou dirimir seus efeitos mediante a concessão da alforria.

Outrossim, a leitura atenta das cartas de manumissão permite a identificação da atividade coletiva com vistas à libertação de uma pessoa, embora o acesso a muitos detalhes seja quase impossível. Vimos anteriormente o forro Luiz⁴⁰³, “Gentio de Angola” que teve parte de sua alforria paga pelo Capitão Manoel Ferreira da Silva (de quem tinha sido escravo), e o restante do seu valor a ser pago estava nas mãos do Reverendo José Antonio Caetano de Mesquita. Vemos aí a nítida efetivação de projeto traçado e realizado em conjunto. Manoel Ferreira da Silva, certo de que já não teria muito tempo de vida, deixou seu genro e herdeiro, o Sargento Antonio Pereira Monteiro, ciente de que Luiz vinha amealhando o pecúlio necessário para a aquisição de sua liberdade e que ele (Manoel Ferreira) se punha a favor da emancipação do cativo; inclusive, antecipou de seu próprio quinhão parte da importância a ser paga. A porção maior do supracitado valor estava nas mãos do Padre Caetano de Mesquita, pessoa que poderia contribuir em favor do cativo nas futuras negociações.

O trabalho coletivo resultou favoravelmente. Ao se ver legalmente na posse de Luiz, Antonio Monteiro passou-lhe a carta de liberdade e recebeu do padre o dinheiro que lhe havia sido confiado. É possível que até mesmo a condição imposta ao mancipio, isto é, acompanhar Caetano de Mesquita enquanto ele pastoreasse as almas do Seridó, tenha sido há muito combinada entre as partes envolvidas. Havia, está claro, gratidão, estima, consideração, amizade, ou algo de semelhante natureza da parte de Manoel Ferreira da Silva para com Luiz. Não se pode negar que a escravidão, tal como foi praticada no Seridó colonial, era, em grande medida, perpassada por aspectos de proximidade entre cativos e senhores, especialmente no que se refere às lides pastorícias. Ao frisarmos este aspecto não pretendemos, nem um pouco, uma aproximação com abordagem freyreana⁴⁰⁴. Nos referimos à constatação, presente em diversas pesquisas, de

⁴⁰³ Carta de Alforria lançada em notas do Escravo por nome Luiz do Gentio de Angola que foi do Sargento Antonio Pereira Monteiro PCCC, LN2, f.46 v e 47.

⁴⁰⁴ Para uma compreensão detalhada da abordagem e das concepções freyreanas cf. FREYRE, 2006.

que as circunstâncias laborais e as condições de vida material eram determinantes para que cativos e senhores atuassem juntos e, em alguma medida, dividissem espaços domésticos, mas sem que houvesse “docilidade” no trato escravista ou qualquer afrouxamento⁴⁰⁵.

Num momento anterior, citando Macêdo, nos referimos à coabitação; agora fazemos menção à proximidade cativo-senhor pelo prisma das atividades laborais, chamamos atenção para o dia a dia das vivências compartilhadas que forçavam uma interação constante e mesmo um contexto de uma confiança recíproca e necessária. O autor referido, tratando do Seridó, bem como Sheila Faria, tratando dos Campos dos Goitacazes, trazem informações caras a este respeito. Enquanto o primeiro afirma que “O envolvimento com as atividades pastoris era uma rotina tão próxima do senhor quanto dos escravos e vaqueiros livres [...] Estas razões levaram a um engajamento mano a mano”⁴⁰⁶. A historiadora diz que, além dos locais de moradias, compartilhava-se também o cotidiano de “transformação e beneficiamento da produção”⁴⁰⁷. Logicamente, isso não colocava senhores e cativos em pé de igualdade, não eximia estes últimos das tarefas mais grosseiras e indesejadas, nem dava à escravidão seridoense um caráter menos cruel do que o fora em outras regiões. Mas, trata-se de uma abertura interessante e que foi oportunamente utilizada por Luiz e por muitos outros escravizados que aí viveram. Neste caso, por que a libertação não ocorreu sem ônus? Talvez pelo simples fato de que os herdeiros do velho capitão, irrequietos pela herança que estava prestes a lhes ser entregue, não aceitassem que dela fosse subtraída parcela tão significativa.

Outras cartas de alforria também permitem a depreensão do agir dessas redes de apoio em torno da libertação de alguém, justamente pela forma como os pagamentos são realizados. Enquanto algumas daquelas cartas deixam dúvidas se o próprio mancipio

⁴⁰⁵ A respeito da escravidão no Seridó cf. LOPES, Michele Soares. **Escravidão na Vila do Príncipe**: Província do Rio Grande do Norte (1850/1888). 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011; MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó**: uma história do regionalismo seridoense. Natal: Sebo Vermelho, 2005; SANTOS, Matheus Barbosa. **Neste mesmo chão, outros passos**: indivíduos não-brancos nos sertões do Rio Grande (Ribeira do Acauã, Totoró, séculos XVIII e XIX). 2022. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do CERES, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caicó, 2022.; MEDEIROS, Maria Alda Jana Dantas de. **Vastas e ermas**: mulheres não brancas no sertão do Rio Grande (Seridó, séculos XVIII e XIX). 2022. 279 f. Dissertação (Mestrado em História dos Sertões) – Programa Pós-Graduação em História do CERES, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2022.

⁴⁰⁶ MACÊDO, *op. cit.*, p. 42.

⁴⁰⁷ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.p. 366.

passou a quantia acordada às mãos do vendedor, outras deixam claro que, a exemplo do caso de Luiz, referendado acima, havia terceiros participando das negociações.

Digo eu abaixo assinado D. Izabel Maria de Macedo entre os mais bens que possuo de mansa e pacífica posse é bem assim uma Escrava por nome Antonia Mulata a qual mulata por haver criado, e amor que lhe tinha pelo amor de Deus e por haver recebido por ela cento e vinte cinco mil réis em dinheiro de contado em moeda corrente de nosso Reino pelo que assim a forro [...] ⁴⁰⁸.

A lida com semelhantes fontes nos fez notar que, a despeito, de haver um padrão preestabelecido para suas redações, o emprego de determinados termos se dá conforme as particularidades de cada situação. Geralmente, nos casos em que o pagamento é feito pela própria pessoa que está conquistando a liberdade, a parte do texto referente a este aspecto é expressa com dizeres como: “que de sua mão recebi ao passar desta”, ou seja, o alforriante narra, em primeira pessoa, o acontecimento, recebeu o valor acordado da mão da própria libertanda ou libertando no mesmo momento em que lhe passou a carta de manumissão. Na transcrição acima o trecho “por haver recebido por ela cento e vinte cinco mil réis” dá a entender que o pagamento foi realizado por uma terceira pessoa.

O mesmo pode ser pensado em situações como a da mulata Feliciano e seu filho de poucos meses, que alcançaram alforria em 1792.

Digo eu abaixo asinado que entre os mais bens que possuo de mansa e pacífica posse he bem assim huma molata de nome Felicianna de idade pouco mais ou menos de vinte anos e hum filho de idade de [parte corroída] meses pouco mais ou menos ainda pagão os quais houve por erança de meos pais [parte corroída] forrado os tenho de hoje e para todo sempre por preço e coantia de cento e cinquenta mil res a saber pela may cento e vinte mil res e pelo filho trinta mil res cujo valor recebi ao fazer desta em moeda corente do Nosso Reino de Portugal ⁴⁰⁹

Diante de tudo, reiteramos nossa concordância com Sheila Faria ⁴¹⁰, a respeito do quão difícil seria, na colônia, construir a vida e atingir isoladamente determinadas metas. Casos como os de Feliciano, que conseguiu desvencilhar-se do cativo levando uma criança de meses, sugerem mesmo a existência de um grupo familiar trabalhando com vistas à libertação ⁴¹¹.

Buscando compreender melhor as circunstâncias que tornaram possíveis a libertação de Feliciano e do seu rebento, procuramos seguir, na documentação de natureza paroquial, pistas de sua trajetória pelo Seridó. Contudo, a questão onomástica mostrou-

⁴⁰⁸ Carta de Alforria lançada a Escrava Cabra por nome Antonia que foi de Izabel Maria de Macedo. PCCC, LN2, f. 31v.

⁴⁰⁹ Carta de Alforria lançada a molata Felicianna escrava que foi do Alferes Antonio de Antas Correia de Gois. PCCC, LN2, f. 2.

⁴¹⁰ FARIA, *op. cit.*, p. 134.

⁴¹¹ *Ibid.*,

se um problema incontornável; depois de cuidadosa filtragem dos nomes encontrados, restaram duas possibilidades. A primeira, dá conta de que certa Feliciano Tavares, parda forra e solteira, levou à sepultura, no corpo de igreja Matriz do Seridó em 11/04/1798, uma filha chamada Maria. Na aparente pequenez do documento, muita coisa se revela. Nossa personagem teria assumido um sobrenome, sua mudança de condição fez com que sua qualificação também fosse mudada, haja vista que passou a ser descrita como parda, tendo permanecido no Seridó e mantido a condição de pessoa solteira, ou vivia união estável sem o endosso da igreja. Essa foi, diga-se de passagem, a realidade de muitos casais que viveram à época colonial. A segunda possibilidade informa-nos sobre uma mesma Feliciano que, em diferentes documentos, apresenta variações no nome, ou seja, Feliciano Maria, Maria Feliciano, Feliciano Maria da Conceição e Feliciano Maria de Moraes. Sabemos tratar-se da mesma pessoa por estar sempre relacionada ao cônjuge Sebastião, que é identificado como Sebastião José, Sebastião Dias ou como Sebastião José Dias. O casal, qualificado como pardo e sem nenhuma menção à condição jurídica, batizou dois filhos, sepultaram quatro, foram padrinhos de um e, sem a companhia do consorte, Feliciano foi madrinha de um⁴¹².

Não dispomos, todavia, de elementos para assegurar que uma das duas é de fato aquela que conquistou alforria em 1792. É plausível considerar, também, que no Seridó escravista, como de resto em todo Brasil, a mobilidade espacial era algo muito comum, especialmente nos casos de pessoas alforriadas. A propósito do tema, Hebe Mattos afirma que:

O recurso à mobilidade espacial era comum a “ricos” e “pobres”, mesmo considerando-se as expressivas diferenças que a posse de alguns escravos ou outros bens móveis podia representar nas oportunidades abertas de reinserção social. Era um recurso da liberdade, primeira e fundamental marca de seu exercício⁴¹³.

A tendência à migração era impulsionada, inclusive, pelo espectro da reescravização, que se fazia notar de modo contundente nas frequentes condições impostas àqueles que se emancipavam, bem como pela suposta submissão que deviam ter estes frente a seus antigos senhores que como relatamos acima, continuavam a sentirem-se em posição de domínio sobre seus ex-escravos. Partir era, por conseguinte, seguir uma lógica de comportamento atrelado aos significados da liberdade. Seria

⁴¹² PSC. CPSJ. Livro de Batismos nº 01. FGSSAS (1803-1806), f. 111; PSC. CPSJ. Livro de Batismos nº 02. FGSSAS, 1814-1818, f. 54v; f. 90; f. 95v. FGSSAS, Livro de Óbitos nº 1 (1788-1811), f. 54 v; f. 79; f. 99; f. 106 v; FGSSAS, Livro de Óbitos nº 2 (1812-1838), f. 25.

⁴¹³ MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 41.

ingênuo, todavia, crer que essas mudanças se faziam a esmo; geralmente, elas eram planejadas previamente e se dirigiam para áreas onde pessoas conhecidas já haviam se estabelecido. Assim, o forasteiro tinha a oportunidade de refazer antigos laços de convivência e solidariedade⁴¹⁴.

Havia, por outro lado, significativa ação da pessoa interessada em libertar-se. Gertrudes Maria da Conceição⁴¹⁵, “mistíça de pardo com preta”, estava na Vila Nova do Príncipe em 15 de julho de 1792, onde dirigiu-se à presença de João de Souza Silva, tabelião do lugar, a fim de lançar em notas a carta de alforria que alcançara de sua senhora, Cosma Thereza de Jesus. O documento, redigido por Caetano Soares Pereira de Santiago, a pedido da alforriante, embora tenha sido feito em primeira pessoa, traz afirmação interessante: “a qual forro como com efeito fica forra de hoje em diante para sempre por preço e quantia de noventa mil réis e os quais recebi em dinheiro de contado em moeda corrente deste Reino ao fazer desta e de sua mão no que neste lhe dou quitação de paga”. A fonte diz claramente que Gertrudes pagou “de sua mão”, o valor de sua libertação, embora não possamos saber se angariou sozinha ou não aquela quantia.

A agência dos cativos não se resume à capacidade que tiveram alguns deles, uma minoria, para sermos mais pragmáticos, de juntar pecúlio e negociar alforrias. Na escalada rumo à liberdade, por vezes, foi preciso percorrer, em litígio, os meandros da lei para assegurar o direito de ser livre. Um documento deveras revelador é capaz de exemplificar muito do que vimos demonstrando. Trata-se da carta de alforria conquistada por Antonia, que teve como senhor a figura de José Alves de Oliveira.

Carta de Alforria lançada em notas por nome Antonia Escrava que foi de José Alves de Oliveira

Digo abaixo assinado que entre os mais bens que possui José Alves de Oliveira de que sou procurador do mesmo por ser obrigado por despacho do juiz ordinário para lhe passar carta de sua alforria a Escrava por nome Antonia pelo valor e quantia de que foi avaliada no Inventário que se procedeu neste juízo na Villa Nova do Príncipe sendo avaliada pela quantia referida de cento e vinte mil réis por este dito se ter ocultado [só?] a fim de não lhe passar sua Carta de Liberdade e por as Leis do Reino favorecer e por esta fui obrigado como procurador, a passar a dita recebendo o valor da mesma escrava acima nomeada de idade de vinte anos, de cujo dinheiro recebi ao fazer desta em moeda corrente de nosso Reino de Portugal, e não poderão os meus herdeiros ascendentes [e] descendentes contender com a dita escrava acima nomeada em juízo ou fora dele para o que como procurador me desposso de todo o poder, e domínio que na dita Escrava tinha de que poderá gozar sua liberdade como se fora nascida pelo que peço e rogo a justiça de Sua Majestade Fidelíssima hajam por bem firme e valiosa esta Carta de Liberdade a qual

⁴¹⁴ FARIA, *op. cit.*, p. 170.

⁴¹⁵ Carta de Alforria de Gertrudes Mistíça de Preto Escrava que foi de Cosma Thereza de Jesus. PCCC, LN2, f. 18.

poderá lançar em notas do que mandou por citado como procurador do dito efeito para firmeza do dito efeito e de tudo passei a dita Carta⁴¹⁶.

É uma situação bastante peculiar, haja vista que no período em que escravidão esteve em vigor o acesso às formalidades judiciais era dificultado para pessoas pobres, pouco instruídas e relegadas a situação marginal. As barreiras eram ainda maiores para uma mulher negra e escravizada⁴¹⁷. Entretanto, o caso evidencia o quanto as pessoas de tez negra estiveram empenhadas na realização de seus intentos e como elas foram capazes de encontrar, na estrutura social e nas circunstâncias vivenciadas, frestas que poderiam ser efetivamente exploradas para que seus objetivos se tornassem realidade.

Antonia dispunha de vultosa quantia, cento e vinte mil réis⁴¹⁸, para custear o pagamento de sua liberdade, porém, não era suficiente. Aparentemente, a questão não se resumia à negociação de pagamento e acerto de possíveis condições a que estaria submetida depois de liberta, algo mais era necessário. Embora a fonte não explicita as razões que contavam em favor da cativa, está claro que seu senhor fora obrigado a emancipá-la, uma vez que, por alguma razão, as leis do Reino de Portugal assim o determinavam. Desta forma, munida do pecúlio correspondente ao preço de sua avaliação, Antonia revolveu diversas barreiras e empreendeu um feito espetacular, haja vista que ao acionar os dispositivos legais ela, por um instante, provocou uma espécie de inversão na ordem social, posto que, sem deixar a condição de pessoa marginalizada, e atuando no interior de uma estrutura social cujo fim era atender as vontades dos sujeitos e grupos privilegiados, fez com que as engrenagens do poder girassem no sentido oposto aos interesses de quem comumente estaria mais próximo aos centros de poder.

Possivelmente contando com apoio e orientação de terceiros, Antonia agenciou a própria libertação ao requerer judicialmente aquilo que entendia como um direito seu, fazendo com que o licenciado Pascoal Correia da Silva, diante do fato de que José Alves

⁴¹⁶ Livro de notas nº 2, fls. 35-36.

⁴¹⁷ DAMASCENO, Karine Teixeira. **Para serem donas de si: mulheres negras lutando em família** (Feira de Santana, Bahia, 1871-1888) 2019. 244 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

⁴¹⁸ Como forma de obtermos uma dimensão mais clara do quanto significava a quantia em questão, estabelecemos algumas comparações. Porém, tendo em vista que a carta de alforria de Antonia não teve a data explicitada, optamos por traçar comparações com valores e negociações que datam dos anos finais do século XVIII e iniciais do centênio subsequente, momentos que certamente se aproximam de quando aquela emancipação foi alcançada. Vejamos: no Livro 2 de Notas da Freguesia do Seridó consta, às páginas 229 e 230, que “uma porção de terras de plantar lavours”, citas na Serra do Teixeira foi vendida por preço e quantia de 150\$000 (cento e cinquenta mil réis). Já em 1803, uma égua adulta era avaliada em 4\$000 (quatro mil réis), conforme conta do inventário *post-mortem* de Antonio Pereira da Silva, isto é, 120\$000 (cento e vinte mil réis) era o suficiente para a compra de 30 (trinta) daqueles animais. No mesmo inventário foi arrolado “um pedaço de terras de plantar, também na Serra do Teixeira, por 33\$000 (trinta e três mil réis) e 50 (cinquenta) cabeças de gado *vacum* por 125\$000 (cento e vinte cinco mil réis).

de Oliveira preferiu fugir a cumprir a imposição legal de conceder a liberdade, fosse “obrigado por despacho do juiz ordinário” a atuar como procurador do fugitivo, libertando-a à revelia de seu possuidor. O caso envolveu, além do capitão José Alves dos Santos, que ocupava o cargo de juiz ordinário, e dos já referidos senhor e procurador, as figuras de Eugenio Dias Antunes, João Manoel Pereira, alferes José Ignacio de Mattos, sargento Mor Manoel de Medeiros Roxa, Gonçalo Correia da Silva e José Ignacio de Mattos, que assinaram como testemunhas.

Foquemos, entretanto, no fato de que trata-se, inicialmente, de uma herança havida por meio da partilha de bens inventariados. Infelizmente, a fonte não menciona maiores detalhes, nem mesmo o nome de que legou aqueles bens. Antonia fazia parte do rol das peças inventariadas e, na partilha, sua posse foi direcionada ao herdeiro José Alves de Oliveira; este, na impossibilidade de mantê-la em seu poder, talvez por não concordar com a forma como aconteceram a distribuição e/ou os valores, e se vendo forçado a permitir que a cativa adquirisse a liberdade mediante pagamento, preferiu fugir. Antonia não ficou passiva e recorreu à lei desencadeando os eventos referidos acima. Saiu exitosa para “gozar sua liberdade como se [livre] fora nascida”. Certamente, situações como essas tinham desdobramentos importantes. Seria interessante se pudéssemos rastrear a trajetória dessas duas pessoas no tocante ao rumo que deram às suas vidas depois daquela emancipação. Infelizmente, não pudemos avançar nesse sentido uma vez que, investigando documentos cíveis e eclesiásticos, na intenção de realizarmos o cruzamento de fontes, não encontramos mais nenhuma referência a José Alves de Oliveira. Por outro lado, é impossível identificarmos a Antonia em questão na miríade de homônimas constantes naquela documentação, tendo em vista que sua carta de alforria não apresenta sobrenome e nem característica ou elemento que contribua para sua identificação. Teria ela migrado depois de liberta? É possível que sim. Como referido anteriormente, a migração era atitude costumeira em semelhantes casos, principalmente entre os homens forros, no entanto, as circunstâncias que propiciaram a liberdade aqui enfocada não favoreciam uma convivência amistosa e nem mesmo pacífica entre as partes envolvidas, caso ambas permanecessem vivendo no Seridó. Portanto, não seria de se estranhar que, por questão de segurança física e para evitar qualquer forma de opressão ou ameaça por parte de seu antigo senhor, a jovem⁴¹⁹ tivesse ido viver em outro lugar.

⁴¹⁹ A carta de alforria aponta que Antonia tinha 20 (vinte) anos.

A liberdade, como vimos até aqui, era alcançada por poucos no contexto do escravismo seridoense. Mormente, sua conquista se dava mediante um ônus, especialmente nos momentos em que os senhores de escravos viam-se fustigados por alguma crise financeira. Também se conseguia liberdade como forma de recompensa por bons serviços prestados e mesmo por questões de ordem moral e sentimental, é isso que se pode inferir da retórica empregada nas cartas de alforria e liberdade. Outra forma obtenção do autogoverno pode ser notada na documentação de origem paroquial; trata-se do abandono de cativos senis por senhores que, ao notarem que um outro cativo, pela idade avançada e pela consequente fragilidade, não teria mais capacidade produtiva, tornando-se fontes de despesa com alimentação e cuidados com a saúde.

Assim, não foi incomum que escravizados em avançada idade fossem “isentados” do cativeiro ou, em outras palavras, abandonados por seus senhores, ou mesmo doados a instituições filantrópicas como, no caso do Rio de Janeiro, a Santa Casa de Misericórdia⁴²⁰. Grosso modo, essa prática é observada pelo prisma da insensatez daqueles que abandonam ou doam os cativos velhos e debilitados e, na maioria das vezes, sem ter quem possa lhes dar um funeral digno. A suposta libertação ou doação de pessoas em semelhantes condições é vista com certa desconfiança, haja vista que o ato nada tem de caridoso, aliás, partilhamos dessa desconfiança. Todavia, uma situação documentada no Livro 1 de Enterramentos da Freguesia do Seridó nos leva a pensar a questão a partir do ponto de vista de um cativo que, embora em elevada idade, dispunha ainda de alguma vitalidade. Vejamos.

O escravizado João, do Gentio de Angola, com idade de 80 anos, pertencia ao capitão morador no Paudalho, Capitania de Pernambuco, “que o depôs de si segundo há notícia pelos anos e por moléstia⁴²¹”. A palavra “depôs”, no contexto dos séculos XVIII e XIX, é uma flexão do verbo “depor”, cujo significado é “pôr de parte, deixar, apartar de si alguma coisa, abdicar⁴²²”. Conforme ensina Marcus Carvalho, a linguagem dos contemporâneos tem grande importância, na medida em que revela muito da forma como

⁴²⁰ SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da Cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. ; KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro** (1808–1850). Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁴²¹ FGSSAS, Livro de Óbitos nº 1 (1788 - 1811), p. 64.

⁴²² BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino**: aulico, anatomico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. v.1, p. 526.

agiam e pensavam as pessoas. Assim, trabalhar com essa linguagem é ter “maior margem de interpretação dos episódios⁴²³”.

Logo, não há dúvida de que o capitão tinha como intento livrar-se de João que, apesar de velho e doente, partiu rumo ao Seridó. A liberdade, cara e preciosa, finalmente se fez acessível. Depois de percorrer longa distância, certamente buscando retomar laços de convivência e certo de encontrar uma rede de amparo e solidariedade, João chegou ao Seridó⁴²⁴, onde foi assistente em casa de Antonio Cavalcante de Albuquerque.

O documento não traz informações a respeito de quando João chegou ao Seridó, porém, considerando a situação de pobreza e fragilidade, é provável que tenha aí vivido por pouco tempo. Sua morte decorreu de uma moléstia não especificada em 25 de janeiro de 1800, teve o corpo envolto em hábito branco de algodão e conduzido à capela de Santa Luzia, onde o padre Fabrício da Porciúncula Gameiro lhe dispensou encomendação. O cativo viveu até os 80 anos e, desde que fora submetido ao cativo, teve que encontrar formas de resistir e sobreviver ao tráfico e à escravidão. Se as circunstâncias tornaram impossível a conquista da alforria, certamente o sonho da liberdade não morreu. Teria feito a travessia rumo ao Seridó por não achar acolhida na região em que viveu como escravo, ou partiu buscando experimentar a liberdade, mesmo que por curtíssimo tempo, em aragens distantes de onde sofreu os dissabores do cativo? Difícil responder. Um dos significados da liberdade, lembremos, era ser senhor de si e poder partir para onde quisesse, sem que ninguém pudesse impedir. Ademais, o que podemos afirmar com segurança é que, mesmo que por tão pouco tempo, o sonho da emancipação se fez realidade.

Depois de vislumbradas as possibilidades de libertação no espaço em voga, resta elucidarmos as oportunidades que tiveram os cativos aí presentes de angariar os recursos suficientes para bancarem as custas de suas alforrias.

⁴²³ CARVALHO, 2022, p. 15.

⁴²⁴ Não sabemos por que caminhos João fez o deslocamento. Ao que tudo indica, havia um tráfego relativamente rotineiro de pessoas e mercadorias ligando a região a lugares como Campina Grande e Mamanguape, no atual estado de Paraíba, e à cidade pernambucana de Igarassu. É possível que nosso personagem tenha se integrado a algum grupo de comerciantes ou tangerinos de gado que faziam o caminho de volta ao Seridó. Uma busca rápida no *Google Maps* aponta que, atualmente, a menor distância possível entre Paudalho/PB e Caicó/RN é de 361,2 kms, passando justamente por Campina Grande.

Amealhando pecúlio: possibilidades econômicas para a população de cor

É certo que o Seridó colonial foi espaço de circulação monetária relativamente baixa, a despeito de estar integrada a complexos comerciais que o conectava com diferentes pontos localizados à distância, como os sertões do Piauí e do Ceará, bem como às praças comerciais de Campina Grande, Mamanguape, Goiana, Igarassu e Recife. Macêdo explicita essas redes comerciais da seguinte forma:

O comércio de gado encarregava-se de atingir outros centros mercantis que não os do Rio Grande. Para refazer o plantel que fora comercializado no ano anterior, os fazendeiros do Seridó compravam gado no Piauí e no seu retorno, abasteciam com a farinha e a rapadura do Cariri e com o sal cearenses. Passada a fase de engorda do gado, eles vendiam-no nas feiras da Paraíba e Pernambuco, voltando, principalmente dos brejos paraibanos, com outros gêneros que supriam as necessidades da fazenda⁴²⁵.

Enquanto região cuja economia tinha como base o criatório, no Seridó a mão de obra tida como de maior importância estava empregada justamente no trato pastoril. Da mesma forma, as pessoas e famílias dotadas de maior preponderância eram, em sua maioria, fazendeiros de gados, senhores de terras e de gente.

O criatório, na qualidade de principal ramo econômico, recebia e recebe atenção privilegiada. É evidente, porém, que havia necessidades de primeira ordem que demandavam o concurso de braços trabalhadores, especialmente a produção de víveres, de vestuário e setores que exigiam habilidades mais acuradas como as dos ferreiros, pedreiros e carpinteiros. Ao que nos parece, e a historiografia corrobora nossa percepção, havia, mesmo nas fazendas de gado, como já mencionamos anteriormente, espaços destinados à produção de alimentos, os quais eram cedidos a trabalhadores cativos e não-cativos que proviam a subsistência, além de algum excedente com vistas à comercialização, fonte de recursos que poderiam subsidiar a compra de alforrias⁴²⁶. Vemos, a propósito da questão, certa mobilidade ocupacional e certa autonomia dos cativos que, depois de atendidas as exigências e determinações dos senhores, podiam dedicar-se a outras atividades, conforme seus interesses⁴²⁷. Temos aqui a explicação para uma forma de aquisição de recursos, outra forma estava diretamente relacionada à pastorícia.

⁴²⁵ MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó**: uma história do regionalismo seridoense. Natal: Sebo Vermelho, 2005, p. 74.

⁴²⁶ MACÊDO, Muirakytan K. **Rústicos Cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – séc. XVIII). Natal: Sol Negro, 2021, p.120.

⁴²⁷ GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife (1822–1850). Recife: Cepe, 2022.

Basta lembrar que, nas fazendas de gado seridoenses, pelo menos três categorias de trabalhadores poderiam atuar em conjunto, a saber, os vaqueiros, que eram “encarregados diretos pela administração das fazendas⁴²⁸”, os fábricas, que auxiliavam os vaqueiros e finalmente os escravos. Comumente, o vaqueiro ambicionava a posse de sua própria fazenda e os fábricas, o posto de vaqueiros. Geralmente, o vaqueiro não trabalhava por dinheiro, mas por uma forma de remuneração chamada de apartação, sistema no qual um quarto das cabeças que nascessem a cada ano lhe era devido. Assim, era do seu interesse, tanto quanto do fazendeiro, que o rebanho estivesse nas melhores condições possíveis. O pagamento ocorria a cada três, quatro ou cinco anos, conforme fosse previamente acertado⁴²⁹.

Não era vedada aos cativos a chance de tornar-se vaqueiro e, caso chegassem a tal posição, poderiam sonhar com a liberdade e, quiçá, com a montagem de sua própria fazenda. Exemplo recorrente neste sentido é o crioulo forro Feliciano da Rocha⁴³⁰, que foi escravo-vaqueiro e, conseguindo a liberdade, tornou-se fazendeiro, proprietário da Fazenda Barrentas, na Ribeira do Seridó. Contudo, a possibilidade que tinha o cativo de aquinhoar recursos ocupado no pastoreio não se restringia à ocupação do cargo de vaqueiro; mesmo atuando como auxiliar, pequenas compensações poderiam lhes serem feitas, especialmente quando o fazendeiro e senhor fazia as funções de vaqueiro e com ele, cativo, vivenciava cotidianamente a lida nos campos.

Pequenas compensações⁴³¹ como uma bezerra aleijada já poderiam ser o primeiro elemento concreto de um projeto de libertação, mais ainda se fosse um animal saudável. A esses cativos também era possível a criação dos rebanhos de animais de pequeno porte como cabras e ovelhas, cuja reprodução era mais rápida e a comercialização se dava com maior facilidade que o gado *vacum*, dado o preço mais acessível e por sua presença regular na dieta alimentar da população regional.

Às mulheres escravizadas também era reservado um quinhão no campo das possibilidades econômicas, já que poderiam atuar lado a lado com os homens no trato das

⁴²⁸ MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó**: uma história do regionalismo seridoense. Natal: Sebo Vermelho, 2005, p. 34.

⁴²⁹ *Ibid.*, p. 33.

⁴³⁰ Para uma melhor compreensão da trajetória de vida do crioulo forro Feliciano da Rocha *vide* MACEDO, 2020.

⁴³¹ Vemos na concessão desse tipo de recompensa aos cativos a prática do que Luna e Klein chamam de “incentivos positivos”, num modelo interpretativo em que estes (os incentivos positivos) se coadunam e se distinguem da vigilância rígida e da violência, que são, em tal perspectiva, os “incentivos negativos”. LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 133.

lavouras de subsistência. Também poderiam se dedicar à criação de animais de pequeno porte e, ainda, se empenharem nos serviços ligados ao algodão, desde as pequenas plantações, à fiação e a produção de tecidos grosseiros. Todas essas atividades poderiam ser desenvolvidas nos momentos de folga e deles se poderia resultar alguma vantagem econômica.

A exploração de cada uma das possibilidades aqui elencadas deve ser vista como uma conquista das cativas e cativos que conseguiram se mover com alguma autonomia no interior de um conjunto de regras e normas a que estiveram submetidos. Seja dito de passagem que não vemos por que não falar da mobilidade ocupacional, que contava a favor das trabalhadoras e trabalhadores de quaisquer condições, no Seridó, como em outras regiões brasileiras⁴³². De maneira que poderiam, elas e eles, desenvolverem atividades diversas, entre as aqui elencadas e outras circunstancialmente possíveis, visando sempre a obtenção de melhores condições de existência e, no caso dos submetidos ao cativeiro, a formação do pecúlio destinado à compra da emancipação. A liberdade é, portanto, um conjunto de conquistas obtidas nos vai e vens da vida real e na superação dos percalços com que se deparavam aquelas pessoas⁴³³.

É importante ressaltar que a liberdade, enquanto conquista realizada, é, por vezes, o empreendimento de uma vida, no qual se emprega tudo o que é necessário e possível. Assim, foram raras as pessoas que, ao deixarem a condição de cativas, continuaram a possuir algo de seu. Como afirma Raiza Canuta da Hora, ao lidar com a questão das mulheres pretas e da mobilidade social na Bahia do século XVIII, ao se verem egressas do cativeiro, muitas forras sobreviviam em precárias condições de saúde, alimentação e moradia⁴³⁴.

A este respeito, a investigação das experiências de conquista da liberdade no Seridó revela que diferentes circunstâncias exigiram que se engendrassem diferentes formas de se buscar a realização do objetivo, e que os libertos saíram em condições diferentes do cativeiro. A exemplo das mulheres estudadas por Canuta da Hora, e do velho João, a quem nos referimos acima, “tido pelo amor de Deus por pobre”, assim como Eugenia, parda forra e residente no Seridó, que morreu aos 30 anos, de “achques na

⁴³² CARVALHO, *op. cit.*; KARCSH, *op. cit.*

⁴³³ CARVALHO, *op. cit.*

⁴³⁴ CANUTA DA HORA, Raiza C. Mãe preta, filhos mulatos, netos pardos: mulheres, uniões consensuais e mobilidade social na América Portuguesa escravista (Salvador, segunda metade do século XVIII). In: FARIA, Sheila de Castro; REIS, Adriana Dantas. (Orgs.). **Mulheres negras em perspectiva: identidades e experiência de escravidão e liberdade no espaço atlântico (séculos XVII–XIX)**. Feira de Santana: UEFS Editora; Cantagalo/Rio de Janeiro, 2021, p. 132.

barriga”; o reverendo Manoel Teixeira da Fonseca a encomendou, pelo amor de Deus, em 02 de fevereiro de 1800, em seguida seu corpo foi sepultado na Capela do Acari, “no corpo da igreja por ser pobre necessitada”.

Divergente foi o caso de Antonio preto do Gentio da Guiné⁴³⁵ (que também é descrito no mesmo documento como do Gentio de Angola), a quem já nos referimos nesta tese, quando tratamos de sua alforria realizada por substituição. Além de detalhar a forma de pagamento empregada na aquisição de sua liberdade, a carta em questão, redigida pelo capitão mor Manoel Gonçalves de Mello, a rogo da senhora D. Ana Maria do Espírito Santo, deixa entrever que o libertando possuía mais do que o necessário para custear a própria liberdade. O documento o isenta do cativeiro “com todos os bens que forem seus”. Antonio, possuidor de bens, certamente estaria em melhores condições do que a maioria dos egressos do cativeiro para construir a vida em nova situação.

Não poderíamos pôr um ponto final neste capítulo sem chamar atenção para os aspectos que marcam aproximações e distanciamentos entre as experiências vivenciadas pelo que, ao longo desta tese, vimos chamando de gente de tez preta, em relação às outras áreas do Brasil escravista. Isto é, se as particularidades sociais e econômicas de um espaço predominantemente rural e marcado pela pecuária como motivo econômico determina o distanciamento referido, por outro lado vemos, no que se refere à população em pauta, a capacidade de ler constantemente a realidade e, a partir dessa leitura, desenvolver adequadas lógicas de sociabilidades, comportamentos e formas de aproveitar as oportunidades contidas nas frestas da estrutura social, a exemplo do ocorrido em outros pontos da América Portuguesa.

⁴³⁵ LN3, f. 39 – 40.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, nesta tese, desvelar os modos como viveram as diversas pessoas e grupos identificados como negros no sertão do Seridó à época colonial. Por muito tempo os discursos tornados hegemônicos estabeleceram na mentalidade regional a ideia de que, no aspecto quantitativo, era ínfima a presença de gente de tez negra na região e que, houve aí uma escravidão branda, calcada em relações amistosas entre os senhores e seus poucos cativos. Tal concepção, fixada no imaginário popular e legitimada na medida em que emanava dos grupos elitistas ligados aos centros de poder, detentores dos meios de produção e do saber formal, serviu como portal de acesso ao passado, de maneira que ficavam inviabilizadas quaisquer possibilidades de se pensar a história regional sem esse viés de “branquitude” (em termos de contingente) e brandura (no tocante às relações escravistas). Embora a demografia regional revele, na atualidade, uma vultosa soma de população negra.

Assim, para os profissionais das ciências humanas, notadamente antropólogos e historiadores, preocupados em problematizar a história da população regional, têm se dedicado a reconstituir o passado ou, sendo mais sensatos, de fragmentos do passado e, ao se debruçarem sobre as memórias regionais, especialmente dos grupos subalternizados⁴³⁶, vêm trazendo à tona versões da história passam ao largo das narrativas que acima chamamos de hegemônicas. Da mesma forma, ao desenvolverem pesquisas com base em registros documentais escritos, aqueles pesquisadores têm vêm lançando luzes sobre aspectos que *a priori*, permaneciam na penumbra, no aspecto referente a presença de gente negra no Seridó, tanto quanto no que se refere às interações sociais e sua participação na construção política e cultural do lugar. Foi justamente nas fontes manuscritas do século XVIII e primeiras décadas do XIX que nos apoiamos, com o fito de trazer para o centro das atenções aspectos relativos às formas de viver da população de tez negra.

⁴³⁶ Em trabalho anterior, unindo as perspectivas da história e da antropologia, estudamos nossa comunidade de origem, isto é, a Comunidade Quilombola de Boa Vista dos Negros, localizada no atual município seridoense de Parelhas/RN. SANTOS, 2022.

Como ensinam as historiadoras e historiadores em que nos inspiramos⁴³⁷, há no horizonte desses agentes históricos, que tiveram suas vidas afetadas pela escravidão, metas e expectativas que desejam alcançar. Diante disso, nossa tarefa consistiu, principalmente, em estudar as formas como a gente de tez negra viveu no período estudado, lançando luzes sobre sua inserção na sociedade aí estabelecida, procurando entender as lógicas que direcionavam seus comportamentos e como a leitura do ambiente social tornava possível a formulação de estratégias visando o aproveitamento das circunstâncias que viabilizavam a realização de objetivos preestabelecidos, fosse em nível individual ou coletivo.

Neste sentido pensamos dar contribuição à historiografia que versa sobre a sociedade seridoense, especialmente no tocante à população não branca. Não por acaso insistimos em voltar os holofotes de nossa atenção para um segmento específico do conjunto populacional que constitui nosso objeto, a saber, as mulheres e homens nascidos em África e num dado momento de suas vidas fixados no Seridó, por estarem submetidos às vontades de outrem, ou por vontade própria, como atesta a curto fragmento de vida de João angola, que pudemos recuperar e trazer para a discussão⁴³⁸. Entendemos que ao dar certo destaque aos negros estrangeiros que estiveram no Seridó, abrimos uma senda importante para que se possa compreender o pertencimento do lugar ao Mundo Atlântico, possibilitando enxergar com maior nitidez como o tráfico de escravizados efetivado por mercadores da Paraíba e de Pernambuco reverberava na realidade seridoense, ter mais clareza do escravismo vivenciado no Seridó e da diversidade de tipos humanos que povoou o lugar desde os tempos coloniais.

É certo que não se pode pensar acriticamente as diferentes etnias e grupos de procedência africana identificados na região. Procuramos deixar claro que a designação angola, embora seja mais reveladora dos portos de embarque do que mesmo dos lugares em que nasceram as pessoas traficadas⁴³⁹, serviu como elemento de pertencimento identitário e pode ter sido esfera relevante na obtenção de ganhos importantes. Não podemos, contudo, tratar o tema com a profundidade que ele requer, uma vez que isso implicava um desvio significativo na pesquisa que vimos desenvolvendo. Pretendemos, oportunamente, estudá-lo mais detidamente. Do mesmo modo, esperamos que outros

⁴³⁷ Dentre muitas referências que nos influenciam podemos citar ROCHA, 2009.; SOARES, 2000.; PAIVA, 2001.; FARIA, 1998.; FLORENTINO, Manolo (*Org.*): **Tráfico, Cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII–XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.; KARASCH, 2000.; CARVALHO, 2022.

⁴³⁸ FGSSAS, Livro de Óbitos nº 1 (1788 - 1811), p. 64

⁴³⁹ SOARES, 2000.

estudiosos também o façam. Existem, ainda, dois outros aspectos a que gostaríamos de ter nos dedicado nesta tese, mas que em razão de fatores alheios à nossa vontade não pudemos proceder: abordar a Irmandade do Rosário⁴⁴⁰, visando compreender seu papel enquanto espaço filantrópico e de hierarquias e mobilidade social, e realizar uma inserção micro-histórica⁴⁴¹ do casal Tereza Fernandes e Domingos Fernandes, nossos ancestrais (de quem somos a nona geração), pessoas negras e pobres que deixaram vestígios de suas estadias no Seridó entre a última quadra do século XVIII e os dois primeiros decênios do XIX, e a quem atribui-se a fundação da Boa Vista dos Negros, comunidade a que nos referimos acima. Esse também é um assunto que devemos visitar em pesquisas futuras.

O fio condutor da investigação foi, em grande medida, a questão da mobilidade, especialmente a mobilidade social. Não necessariamente por opção nossa, a pesquisa nos apontou esse caminho na medida em que investigávamos as circunstâncias em que as agências dos sujeitos pesquisados eram acionadas, com vistas à realização de determinadas conquistas, e íamos notando que muitas dessas conquistas almejadas indicavam algum nível de ascensão social. Buscava-se ascender da situação de pessoa isolada a membro de um grupo, de solitário a casado, de pessoa posta nas raias mais distantes do centro do poder a compadre/afilhado de pessoas eminentes e, aquela que ao nosso ver foi a conquista de maior monta, isto é, de cativo a liberto.

O contexto das interações também ocupou espaço importante em nosso trabalho. Inclusive, as conclusões a que chegamos corroboram o que há muito fora anunciado por Sheila de Castro Faria, que na colônia ninguém se estabelece sozinho, ou seja, muito raramente uma realização era feita por alguém que se mantivesse no isolamento. Portanto, a efetivação de laços era fundamental, com destaque para o parentesco biológico e ritual e das amplas redes parentais e sociais. Notadamente, a efetivação de muitos desses laços fazia-se mediante estratégias, a exemplo dos casamentos e compadrios/apadrinhamentos.

Aliás, casar-se perante a igreja foi, grosso modo, um meio eficaz no sentido de se lograr aceitação e mobilidade social, não somente no Seridó colonial. Ao analisar os registros matrimoniais das Freguesias de N. S. da Penha de Itapagipe e de N. S. do Ó de Paripe, na cidade de Salvador, entre 1760 e 1830, Adriana Reis chegou à conclusão

⁴⁴⁰ A confraria foi instaurada na Freguesia do Seridó em 1771.

⁴⁴¹ Os historiadores Helder Macedo, Matheus Barbosa Santos e Maria Alda Medeiros, em seus respectivos trabalhos, aos quais fizemos diversas referências no decorrer desta tese, trouxeram contribuições importantes à historiografia do Seridó ao se debruçarem sobre os fios de vida de pessoas não brancas que viveram na região.

semelhante às que chegamos aqui, ou seja, os enlaces matrimônios como importante elemento nas estratégias de pessoas negras que estavam em ascensão social⁴⁴².

Para além desses aspectos, os localismos e as particularidades de uma configuração social estabelecida em torno do pastoreio deram ao lugar estudado características próprias, inclusive no que se refere ao cotidiano das relações cativo-senhor. Nem por isso o Seridó entrou em contradição com a realidade escravista comum à uma sociedade escravista, uma vez que aqui se mantiveram efetivos os elementos básicos do escravismo: houve opressão e resistência, violência e sutilezas. Como nas outras regiões escravistas, aqui somente uma minoria dos escravizados conseguiu galgar o patamar de pessoa livre e uns poucos puderam, por meio de diferentes manobras, dirimir os efeitos dos males que afetavam a gente de tez negra.

Em alguma medida, ou talvez em medida de proporção gigantesca, esta tese é a continuação da resistência perpetrada por aquela população traficada, escravizada, oprimida e invisibilizada. Conforme frisamos acima, somos a nona geração de Tereza e Domingos. Num elo mais próximo de nós, na contagem dos encadeamentos geracionais, está Miguel Angelo da Cruz, pai do nosso bisavô (Cosme Fernandes), que foi cativo em Alagoa Nova/PB, possivelmente foi libertado pela Lei Áurea e viveu seus últimos dias entre a Boa Vista dos Negros e a Serra do Cuité/PB.

Portanto, além de uma contribuição historiográfica, a presente tese constitui uma forma de resistir, evitando que as contribuições da gente negra fiquem ainda na penumbra, no que se refere à história do Brasil. O que significa muito quando, em pleno século XXI e num país de maioria negra, são gritantes as separações entre brancos e negros e onde a presença de pessoas negras nos lugares ou posições que não indiquem subalternidade é vista com desconfiança. Igualmente, são correntes os discursos que negam a discriminação racial e que retiram a credibilidade de qualquer movimento tendente à equidade social e racial e, mais absurdo e preocupante, trata-se de um país onde as realizações feitas por pessoas negras ou a presença destas em situações e cargos díspares da subalternidade incomodam muito mais do que as situações de miséria e vulnerabilidade que afetam milhões de outros negros.

⁴⁴² REIS, Adriana Dantas. Pardos na Bahia: casamento, cor e mobilidade social, 1760-1830. In: **Perspectivas, Portuguese Journal of Political Science and International Relations**. N. 10, June 2013.

REFERÊNCIAS

Fontes

MANUSCRITAS

PARÓQUIA DE SANTANA DE CAICÓ PSC – Casa Paroquial São Joaquim Caicó-RN

Livros de registros paroquiais, Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (1788-1857)

Livro de Batismos nº 1, 1803-1806

Livro de Batismos nº 2, 1814-1818

Livro de Batismos nº 3, 1818-1822

Livro de Batismos nº 4, 1825-1831

Livro de Casamentos nº 1, 1788-1809

Livro de Casamentos nº 2, 1809-1821

Livro de Óbitos nº 1, 1788-1811

Livro de Óbitos nº 2, 1812-1838

LABORATÓRIO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA – (LABORDOC)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó, Campus de Caicó Caicó-RN

Fundo da Comarca de Caicó, 1º Cartório Judiciário

Inventários post-mortem.

Cx. 321. Inventário de Crispim de Andrade. 1737.

Cx. 321. Inventário de Diogo Pereira da Silva. 1754.

Cx. 321. Inventário de Antônio Garcia de Sá. 1754.

Cx. 321. Inventário de Inês Maria da Conceição. 1755.

Cx. sem numeração. Inventário de Rodrigo de Medeiros Rocha. 1757.

Cx. 410. Inventário de Pedro da Costa Soares. 1758.

Cx. 410. Inventário de Domingos Dias Antunes. 1759.

- Cx. 321. Inventário de Izabel Maria de Jesus. 1761.
- Cx. 410. Inventário de Manoel Gonçalves Rabelo. 1763.
- Cx. 321. Inventário de Domingos Duarte de Carvalho. 1763. 244
- Cx. 321. Inventário de José Gomes Nobre. 1764. Cx. 321. Inventário de Luiz Pinheiro de Abreu. 1765.
- Cx. 322. Inventário de José Carneiro Machado. 1774.
- Cx. 322. Inventário de Martinho dos Santos Marinho. 1776.
- Cx. 322. Inventário de Cosma Rodrigues da Conceição. 1778.
- Cx. 410. Inventário de Joana Paes Bezerra. 1781.
- Cx. 322. Inventário de Mariana dos Santos Corrêa. 1783.
- Cx. 410. Inventário de Guilherme Nunes Pimentel. 1783.
- Cx. 410. Inventário de Vicência Lins de Vasconcelos. 1786.
- Cx. 410. Inventário de Maria Manoela Clemência do Amparo. 1787.
- Cx. 410. Inventário de Francisco Dias de Pinho. 1787.
- Cx. 410. Inventário de Antônio de Medeiros Cortez. 1787.
- Cx. 322. Inventário de Euzébio da Costa Torres. 1790. Cx. 322. Inventário de Faustino de Moraes Rocha. 1791.
- Cx. 322. Inventário de João Álvares de Oliveira. 1791.
- Cx. 322. Inventário de Domingos Alves dos Santos. 1793.
- Cx. 322. Inventário de João Marques de Souza. 1793.

Bibliografia

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Brasília: Editora da UNB, 1982.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALVEAL, Carmen. **Senhorios coloniais**: direitos e chicanas forenses na formação da propriedade na América portuguesa. Niterói: Editora Proprietas, 2022.

ALVEAL, Carmen; DIAS, Thiago A. Por uma história das capitanias do norte: questões conceituais e historiográficas sobre uma região colonial no Brasil. **História Unicap**, Recife, v. 7, n. 13, p. 10-32, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/1704>. Acesso em: 20 fev. 2025.

ALVES, Joaquim. **História das secas (séculos XVIII a XIX)**. Fortaleza: Fundação Valdemar Alcântara, 2003.

AMADO, Janaína. Apresentação – História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. da. (Coord.). **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 7-15.

ARAÚJO, Marília Lima de. **Famílias e relações de parentesco de escravizados**: Água Branca/Alto Sertão da província de Alagoas (1850–1888). Curitiba: CRV, 2023.

BATISTA, Juliana. **Batizar e Casar**: Os sacramentos no cativeiro na freguesia rural de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu c.1750 - c. 1815. 2025. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império**: o Rio de Janeiro no século XVIII. Niterói: Editora Proprietas, 2023.

BORGES, Cláudia C. do Lago. **Cativos do sertão**: um estudo da escravidão no Seridó – Rio Grande do Norte. 2000. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2000.

BORGES, Fabio Mafra. **Os sítios arqueológicos Fumaça do Umbuzeiro e Baixa do Umbuzeiro**: caracterização de um padrão de assentamento na Área Arqueológica do Seridó – Carnaúba dos Dantas - RN, Brasil. 2010. 322 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

CANUTA DA HORA, Raiza C. Mãe preta, filhos mulatos, netos pardos: mulheres, uniões consensuais e mobilidade social na América Portuguesa escravista (Salvador, segunda metade do século XVIII). In: FARIA, Sheila de Castro; REIS, Adriana Dantas.

(Orgs.). **Mulheres negras em perspectiva**: identidades e experiência de escravidão e liberdade no espaço atlântico (séculos XVII–XIX). Feira de Santana: UEFS Editora; Cantagalo/Rio de Janeiro, 2021, p. 119-136.

CARDOSO, Ciro Flamarion. A brecha camponesa no sistema escravista. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 133-154.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife (1822–1850). Recife: Cepe, 2022.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé; Natal: Fundação José Augusto, 1984.

CASTRO, Hebe. História Social. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59.

CAVIGNAC, Julie A. A Etnicidade encoberta: índios e negros no Rio Grande do Norte. **MNEME**: Revista de Humanidades, Caicó, v. 5, n. 8, p. 1-63, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/167>. Acesso em: 3 mar. 2025.

CAVIGNAC, Julie A. Os filhos de Tereza: narrativas e religiosidade na Boa Vista dos Negros. **Tomo**, São Cristóvão, n. 1, p. 77-102, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/448>. Acesso em: 3 mar. 2025.

CAVIGNAC, Julie A.; MACÊDO, Muirakytan. K. (Orgs.). **Tronco, ramos e raízes**: história e patrimônio cultural no Seridó negro. Brasília: ABA; Natal Flor do Sal; EDUFRN, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Trad. Enid Abreu Dobranszky. Campinas: Papirus, 1995.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CONSTITUIÇÕES primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Illustríssimo e Reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide, 5o Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Magestade; propostas e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de Junho do anno de 1707. São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA., 1982.

DAMASCENO, Karine Teixeira. **Para serem donas de si**: mulheres negras lutando em família (Feira de Santana, Bahia, 1871-1888) 2019. 244 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

DANTAS, José Adelino. **Homens e fatos do Seridó antigo**. Garanhuns: O Monitor, 1962.

DANTAS, Manoel. **Homens de outr’ora**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1941.

DIAS, Dayane. J. C.; ALVEAL, Carmem. M. O. Um estudo sobre a população da Capitania do Rio Grande com ênfase na escravidão negra e indígena no contexto da Guerra dos Bárbaros (1681-1714). **Resgate**: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, v. 25, n. 2, p. 57–80, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8649611>. Acesso em: 20 jan. 2022.

Dias, D. J. C., & Alveal, C. M. O. (2017). Um estudo preliminar da demografia do Rio Grande do Norte colonial: fontes, métodos e resultados. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 34(3), 485–507. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0032>. Acesso em 22 jan.2022.

DUBY, Georges. **Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo**. 3. reimp. Trad. Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

EISENBERG, Peter. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. *In*. EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos**. Campinas. Editora da Unicamp, 1989, p. 255-302.

FARIA, Juvenal Lamartine. **Velhos costumes do meu sertão**. Natal: Fundação José Augusto, 1965.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARIA, Sheila de Castro. Damas mercadoras – as pretas minas no Rio de Janeiro (século XVIII a 1850). *In*: SOARES, Mariza de Carvalho. (Org.). **Rotas Atlânticas da Diáspora africana**: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro. 2. ed. rev. atual. Niterói: EdUFF, 2011, p. 96-130.

FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás pretas, damas mercadoras**: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rey (1700 – 1850). Tese (Professor Titular em História do Brasil) – UFF, Niterói, 2004.

FARIA, Sheila de Castro. Mulheres negras, família e pecúlio no Brasil escravista: contribuição para a história da família brasileira. *In*: FARIA, Sheila de Castro; REIS, Adriana Dantas (Orgs.). **Mulheres negras em perspectiva**: identidades e experiência de escravidão e liberdade no espaço atlântico (séculos XVII – XIX). Feira de Santana: UEFS Editora; Cantagalo/Rio de Janeiro, 2021, p. 223-266.

FELIPE, Mariely de Albuquerque Mello. **“E a natureza os entregou ao jogo dos tempos”**: a seca de 1791 e na Capitania de Pernambuco e suas anexas. 2000. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020.

FLORENTINO, Manolo (Org.) **Tráfico, cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII–XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: UNESP, 2014.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João. **A sociedade perfeita**: as origens da desigualdade social no Brasil. São Paulo: Contexto, 2024.

FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). *In*: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Na trama das redes**: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 243-294.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 2. São Paulo: Editora Global, 2013.

FUNES, Eurípedes A. **Nasci nas matas, nunca tive senhor**: história e memória dos mocambos do baixo Amazonas. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2023.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX. *In*: REIS, João J.; GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 263-290.

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia. **Enciclopédia Negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

GORENDER, Jacob. **O escravismo Colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

GRAÇA FILHO, Afonso de A.; LIBBY, Douglas Cole. As diversas fontes documentais das alforrias: as alforrias batismais, as alforrias notariais, as alforrias em sisas e as testamentais em São João del Rei, séculos XVIII e XIX. *In*: GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João. (Org.). **História social em registros paroquiais**: (sul – Sudeste do Brasil, séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 11-38.

GRINBERG, K. Em defesa da propriedade: Antonio Pereira Rebouças e a escravidão. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 21-22, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20965>. Acesso em: 26 jun. 2023.

GUERRA, Phelippe. **Seccas contra a secca**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, s/d.

- GUIMARÃES, Mateus Silveira. **Dos escravos que vão por mar e por terra: o comércio Atlântico de escravos para as Capitanias do Norte e sua dinâmica interna (c1654-c1760)**. 2022. 361 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.
- GUIMARÃES, Mateus Silveira. O comércio atlântico na diáspora africana: Paraíba, África, e Minas Gerais. In: ROCHA, Solange Pereira; GUIMARÃES, Mateus Silveira. (Orgs.). **Experiências históricas da gente negra na diáspora africana: Paraíba colonial e imperial**. João Pessoa: Editora UFPB, 2018, p. 15-40
- KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808–1850)**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Trad. Luis da Câmara Cascudo. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 2003.
- LARA, Silvia H. A escravidão no Brasil: um balanço historiográfico. **LPH: Revista de História, Mariana**, v. 3, n. 1, p. 215-244, 1992. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/lph/article/view/6096>. Acesso em: 8 mar. 2025.
- LARA, Silvia H. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750–1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão, et al. 5 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- LEFEBVRE, Georges. **O grande medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- LEITE, Humberto Ferreira. **História dos judeus no Seridó, no sertão da Paraíba, na Serra da Borborema (século XVII)**. Natal: Gráfica Sul e Editora, 2011.
- LOPES, Gustavo Acioli. **Negócio da Costa da Mina e comércio atlântico - tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco (1654–1760)**. 264 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- LOPES, Gustavo Acioli.; MENZ, M. M. Resgate e mercadorias: uma análise comparada do tráfico luso-brasileiro de escravos (Angola e Costa da Mina, século XVIII). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 37, p. 43-73, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21152>. Acesso em: 12 fev. 2025.
- LOPES, Michele Soares. **Escravidão na Vila do Príncipe: Província do Rio Grande do Norte (1850/1888)**. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.
- LOVEJOY, Paul. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Trad. Regina A. R. F. Bhering e Luiz Guilherme B. Chaves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Ocidentalização, territórios e populações indígenas no sertão da Capitania do Rio Grande**. 2007. 311 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Olhando a vila por dentro: mestiços na Vila Nova do Príncipe (1788-1835). In: XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, 2010, Campina Grande. **Anais [...]**, Campina Grande, 2010, p. 1-24. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/37023?mode=simple>. Acesso em: 10 mar. 2025.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças nos sertões do Rio Grande do Norte (Séculos XVIII-XIX)**. Curitiba: CRV, 2020.

MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense**. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

MACÊDO, Muirakytan K. de. Notas sobre a escravidão nos sertões do semiárido (Seridó XVIII – XIX). In: MACEDO, Helder A. de.; ANDRADE, Joel C. de Souza. (Orgs.). **Experiências históricas afro-brasileiras**. Natal: EDUFRN, 2017, p. 11-38

MACÊDO, Muirakytan K. **Rústicos Cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – séc. XVIII)**. Natal: Sol Negro, 2021.

MAIA, Moacir R. de Castro. Reforçar a identidade e a autoridade: as casas de courás libertos em Vila Rica e Mariana no século XVIII. **Afro-Ásia**, n. 62, p. 9-45, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/29127>. Acesso em: 12 fev. 2025.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 74, p. 107-120, mar. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/xB5SjkdK7zXRvRjKRXRfKPh/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 4 abr. 2025.

MARQUESE, Rafael de Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. **Revista de História**, São Paulo, v. 169, p. 223-253, 2013. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/69188>. Acesso em: 22 mar. 2023.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. **Vila do Príncipe – 1850/1890**. Sertão do Seridó – Um estudo de caso da pobreza. 1985. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva, forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: CosacNaif, 2003, p. 183-314.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Cronologia Seridoense**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque / Fundação Vingt-un Rosado, 2002.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. Francisco de Brito Guerra e a Vila do Príncipe (Rio Grande do Norte, século XIX). *In*: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. **Anais [...]**, Fortaleza, 2009, p. 1-11. Disponível em: https://mail.anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772005_a992101849234131716b00122e738842.pdf. Acesso em: 5 fev. 2025.

MEDEIROS, Isac Alisson Viana de. **Matriz, capelas e desobrigas**: um olhar sobre a cristianização do espaço da Freguesia do Seridó (1788-1838). 2020. 289 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020

MEDEIROS, João F. Dias. **Nos passos do retorno**: descendentes dos cristãos novos descobrindo o judaísmo de seus avós portugueses. Natal, RN: edição do autor, 2005.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

MEDEIROS, Maria Alda Jana Dantas de. **Vastas e ermas**: mulheres não brancas no sertão do Rio Grande (Seridó, séculos XVIII e XIX). 2022. 279 f. Dissertação (Mestrado em História dos Sertões) – Programa Pós-Graduação em História do CERES, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2022.

MELO, Filipe M. Marinho de. **“Que negros somos nós?”**: africanos no Recife, século XVIII. 2021. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2021.

O'DWYER, Eliane Catarino. Introdução: Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. *In*: O'DWYER, Eliane Catarino (Org.). **Quilombos**: Identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2002, p. 13-42.

OLIVEIRA, Luanna Maria Ventura dos Santos. **A tributação sobre os escravizados no Porto do Recife e suas conexões no Império Português (1699-1750)**. 2021. 390 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2021.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

PACHECO JÚNIOR, Israel. Considerações sobre o pensamento de Caio Prado Júnior: colonização e revolução. **Praça**: Revista Discente da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, Recife, v. 2, n. 1, p. 24-49, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/praca/article/view/236280>. Acesso em: 1 maio. 2025.

- PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo**: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia**: Minas Gerais, 1716–1789. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- PARÉS, Luís Nicolau. O processo de criouliização no Recôncavo Baiano (1750-1800). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 33, p. 87-132, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/xmlui/handle/ri/3582>. Acesso em: 28 fev. 2025.
- PEIXOTO, Moisés. **Mulheres escravas**: trabalho, alforria e mobilidade social (Piedade de Iguaçu e Santo Antônio de Jacutinga, Rio de Janeiro, 1780–1870). Curitiba: Appris, 2022.
- PEREIRA, Ariane de Medeiros. **Escravos em ação na Comarca do Príncipe**: Província do Rio Grande do Norte (1870–1888). 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira**. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- PRITCHARD, Evans E. E. **Os nuers**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- REIS, Adriana Dantas. Pardos na Bahia: casamento, cor e mobilidade social, 1760-1830. In: Perspectivas, **Poutuguese Journal of Political Science and Intenational Relations**. N. 10, June 2013.
- REIS, João José. “Por sua liberdade me oferece uma escrava”: alforrias por substituição na Bahia, 1800-1850. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 63, p. 232-290, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/43392>. Acesso em: 8 fev. 2023.
- REIS, João José. Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Tempo**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996. Disponível em: <https://www2.historia.uff.br/tempo/wp-content/uploads/2024/11/artg3-1.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2025.
- REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês (1835). São Paulo: Brasiliense, 1986.
- REIS, João José.; GOMES, Flávio dos Santos. Introdução: uma história da liberdade. In: REIS, João José.; GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 9-25.
- ROCHA, Cristiany Miranda. **Histórias de famílias escravas**: Campinas, século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

ROCHA, Solange Pereira. **Gente negra na paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

RODRIGUES, R. Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

RUDÉ, George. **A multidão na história**: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra (1730–1848). Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.12, p. 11-50, 2001. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018164002>. Acesso em: 29 dez. 2023.

SAHLINS, Marshall. **Las sociedades tribales**. Trad. Francisco Payarols. Barcelona: Labor, 1985.

SAMPAIO, Antonio C. J. A produção da liberdade: padrões gerais das manumissões no Rio de Janeiro colonial, 1650 – 1750. In.: FLORENTINO, Manolo. (Org.). **Tráfico, cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII – XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 287-324.

SANTA ROSA, Jayme da Nóbrega. **Acari**: fundação, história e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Pongetti, 1974.

SANTOS, Jardelly Lhuana da Costa. **Um rastro de memória**: terra, parentesco e ofícios na família Belém em Acari/RN (Séc. XVIII – XXI). 2017. 144 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

SANTOS, João Luís L. de Paula. Tensões e diálogos entre a experiência e a estrutura na História Vista de Baixo. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 477-491, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/38045>. Acesso em: 20 set. 2024.

SANTOS, Joceneide Cunha dos. **Negras(os) da Guiné e de Angola**: Nações africanas, vivências e sociabilidades em Sergipe (1720–1835). Salvador: EDUFBA, 2021.

SANTOS, Josélio T. dos. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 32, p. 115-137, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21089>. Acesso em: 15 mar. 2025.

SANTOS, Matheus Barbosa. **Neste mesmo chão, outros passos**: indivíduos não-brancos nos sertões do Rio Grande (Ribeira do Acauã, Totoró, séculos XVIII e XIX). 2022. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do CERES, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caicó, 2022.

SANTOS, Sebastião Genicarlos dos. **O cachimbo de Imbém**: estratégias de resistência dos quilombolas da Boa Vista dos Negros. Natal: DEI, 2022.

SANTOS, Sebastião Genicarlos dos. **Parentes, vizinhos e compadres**: estratégias de resistência e relações interraciais na Boa Vista dos Negros. 2020. 162 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Trad. Jussara Simões. Bauru: EDUSC, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835). Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Antônio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza**. Tomo I. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1789.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da língua portuguesa**. 4. ed. rev. e aumentada. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1823.

SILVA, Danycelle Pereira da. **Os fios da memória**: presença afro-brasileira em Acari no tempo do algodão. 2014. 137 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SILVA, Gian Carlo de Melo. **Na cor da pele, o negro**: conceitos, regras, compadrio e sociedade escravista na Vila do Recife (1790-1810). 2014. 236 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SILVA, Joadson Vagner. **Apontamentos sobre a história indígena na Serra de Santana – RN**, séculos XVII e XVIII. 2015. 71 f. Monografia (Graduação em História) – Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2015.

SILVA, Joelma Tito da. **O riacho e as eras**: memórias, identidade e território em uma comunidade rural negra do Seridó Potiguar. 2009. 209 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras**: os pobres do açúcar na conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. 2003. 361 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). Trad. Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da Cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Diálogos makii de Francisco Alves de Souza**: manuscrito de uma congregação católica de africanos mina, 1786. São Paulo: Chão Editora, 2019.

TAKEYA, Denise Monteiro. História do Rio Grande do Norte: questões metodológicas – historiografia e história regional. **Caderno de História – UFRN**, Natal, v. 1, n. 1, p. 8-11, jul./dez 1994.

THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. *In*: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.150-202.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I**: a árvore da liberdade. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Estevam C. O Atlântico Sul para além da miragem de um espaço homogêneo (séculos XV-XIX). **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 80-102, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5450>. Acesso em: 13 set. 2023.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. *In*: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 267-304.

TORRES, Thiago. **Últimas vontades**. Indivíduos e testamentos da capitania do Rio Grande do Norte – segunda metade do século XVIII. Parnamirim: Editora Biblioteca Ocidente, 2022.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Trad. Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.

VAINFAS, Ronaldo. (*Dir.*). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1822)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.